

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mikael José Guedes Alves

Por uma independente agenda da renovação (1888 – 1950): o ocaso da Casa Grande como o prelúdio do Movimento Moderno na arquitetura residencial do Brasil

Belo Horizonte

2024

Mikael José Guedes Alves

Por uma independente agenda da renovação (1888 – 1950): o ocaso da Casa Grande como o prelúdio do Movimento Moderno na arquitetura residencial do Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Borges Lemos.

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

A474p

Alves, Mikael José Guedes.

Por uma independente agenda da renovação (1888-1950) [manuscrito] : o caso da Casa Grande como o prelúdio do Movimento Moderno na arquitetura residencial do Brasil / Mikael José Guedes Alves. - 2024.
356 p. : il.

Orientadora: Celina Borges Lemos.

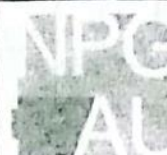
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura brasileira - Teses. 2. Desenvolvimento habitacional - Teses. 3. Residências e lugares habituais - Teses. I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.981



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



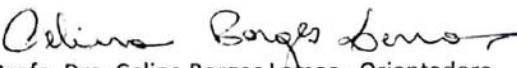
FOLHA DE APROVAÇÃO

Por uma independente agenda da renovação (1888 – 1950): o ocaso da casa grande como o prelúdio do Movimento Moderno na arquitetura residencial do Brasil

MIKAEL JOSÉ GUEDES ALVES

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 25 de outubro de 2024, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. Celina Borges Lemos - Orientadora
EA-UFMG

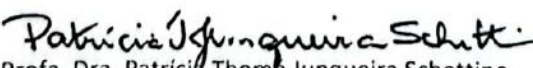

Profa. Dra. Stephanie Hamdan Zahreddine
FAFICH-UFMG

 **ALFREDO COSTA**
Data: 13/11/2024 22:58:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Alfredo Costa
IFRS – por videoconferência

 **FERNANDA ALVES DE BRITO BUENO**
Data: 05/11/2024 09:50:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Fernanda Alves de Brito Bueno
UFOP


Profa. Dra. Patrícia Thome Junqueira Schettino
UFOP

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2024.

AGRADECIMENTOS

A tudo que não é possível ver, somente sentir e agradecer.

Aos meus familiares pelo profundo e imensurável incentivo, por acreditarem neste trabalho e por compreenderem minhas muitas ausências ocasionadas pelo tempo que me ocupei para concluir este estudo.

Aos meus amigos, pelas palavras de força e coragem.

Aos membros da coordenação e colegiado do NPGAU, pela atenção, cordialidade e profissionalismo. À Fapemig por oportunizar o acontecimento deste estudo, oferecendo-me todo o suporte necessário.

Aos admirados professores que compõem a banca examinadora, por terem aceitado gentilmente participar desta ocasião e pelas contribuições.

Por fim, de modo muito carinhoso, à minha sempre orientadora, Professora Celina Borges Lemos, por emprestar generosamente sua genialidade às minhas expectativas. Agradeço imensamente pelo precioso acompanhamento neste trabalho e em toda a minha trajetória acadêmica, inaugurada nos primeiros meses da minha graduação e que se estende para além da conclusão dessa tese. Sem as nossas longas conversas, seguramente eu não teria percorrido metade deste caminho.

A todos, gratidão.

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz e se lembra de coisas esquecidas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós.

(Lucio Costa, *Sôbre arquitetura*, 1929)

RESUMO

A presente pesquisa consiste em uma revisão do Movimento Moderno no Brasil, especialmente nas iniciativas voltadas à produção residencial, à luz das particularidades sociopolíticas verificadas na ocasião da sua implementação. O objetivo deste estudo fundamenta-se em apresentar as singularidades dessa produção, as quais não são veiculadas, aprofundadas e apresentadas pelos principais referenciais bibliográficos sobre esta eventualidade.

Diferentemente de grande parcela das obras que são referência em estudos sobre o Movimento Moderno no Brasil, o estudo aqui investido defende que a gênese desta corrente na arquitetura residencial brasileira está associada aos principais acontecimentos sociais verificados no país na segunda metade do século XIX, orientados, sobretudo, pela implementação da Lei Euzébio de Queirós e da abolição da escravidão, promulgados em 1850 e 1888, respectivamente. Deste modo, busca-se narrar a arquitetura moderna brasileira com a voz do cenário político e cultural deste momento, a qual muito se difere dos contextos europeu e norte-americano, cuja relação frequentemente se evidencia pela literatura acerca deste tema e que culmina em instruções generalizadas e totalizadoras sobre o caso no Brasil.

Palavras chaves: arquitetura; história; residência; movimento moderno.

ABSTRACTC

This research consists of a review of the Modern Movement in Brazil, especially in initiatives aimed at residential construction, from the perspective of the sociopolitical particularities observed at the time of its implementation. The objective of this study is to present the singularities of this production, which are not conveyed, deepened or presented by the main bibliographical references on this eventuality.

Unlike a large number of works that are references in studies on the Modern Movement in Brazil, the study invested here argues that the genesis of this movement in Brazilian residential architecture is associated with the main social events that occurred in the country in the second half of the 19th century, guided, above all, by the implementation of the Euzébio de Queirós Law and the abolition of slavery, enacted in 1850 and 1888, respectively. In this way, we seek to narrate Brazilian modern architecture with the voice of the political and cultural scenario of this moment, which differs greatly from the European and North American contexts, whose relationship is often evidenced by the literature on this subject and which culminates in generalized and totalizing instructions on the case in Brazil.

Key words: architecture; history; residence; modern movement.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Obra <i>A benção – olhais para o céu e agradeça suas raízes</i> (2021).....	41
FIGURA 2	Obra <i>A redenção de Cam</i> (1895), elaborada por Modesto Brocos y Gómez.....	44
FIGURA 3	Centro educacional do Santuário do Caraça.....	98
FIGURA 4	Escola de Minas de Ouro Preto.....	98
FIGURA 5	Frans Post: Engenho e Casa-grande.....	119
FIGURA 6	Fazenda/Engenho Poço Comprido, edificado no século XVIII. Vicencia – PE.....	121
FIGURA 7	Fazenda da Taquara e sua Capela Nossa Senhora dos Remédios e Exaltação da Santa Cruz, edificadas em 1738. Jacarepaguá – RJ.....	122
FIGURA 8	Fazenda da Taquara e sua Capela Nossa Senhora dos Remédios e Exaltação da Santa Cruz, edificadas em 1738. Jacarepaguá – RJ.....	122
FIGURA 9	Fazenda Pimentel, construída no século XVIII. São Sebastião do Passe – BA.....	125
FIGURA 10	Fazenda São Bento (1754) – Duque de Caxias, Rio de Janeiro...	125
FIGURA 11	Fazenda São Bento (1754) – Duque de Caxias, Rio de Janeiro...	126
FIGURA 12	Fazenda Capão do Bispo (Séc. XVIII) – Rio de Janeiro – RJ.....	126
FIGURA 13	Fazenda dos Martins, construída no século XVIII, em Brumadinho – MG.....	127

FIGURA 14	Fazenda do Engenho d'Água construída no século XVIII. Jacarepaguá – RJ. Alpendre frontal.....	127
FIGURA 15	Fazenda do Engenho d'Água construída no século XVIII. Jacarepaguá – RJ. Alpendre posterior.....	128
FIGURA 16	Joaquim Candido Guillobel - Fiel retrato do interior de uma casa brasileira (1814).....	131
FIGURA 17	Jean Baptiste Debret – Um jantar no Brasil (1822).....	131
FIGURA 18	Jean Baptiste Debret – Uma senhora brasileira em seu lar (1823).....	132
FIGURA 19	Casario Urbano Ouro Preto.....	134
FIGURA 20	Casario Urbano Ouro Preto.....	135
FIGURA 21	Representação do casario urbano do Rio de Janeiro, elaborada pelo aquarelista Thomas Ender (1817).....	135
FIGURA 22	Planta e corte de um sobrado.....	138
FIGURA 23	Esquema de organização espacial das casas urbanas.....	139
FIGURA 24	Esquema de telhado das casas urbanas.....	141
FIGURA 25	Esquema de telhado das casas urbanas.....	141
FIGURA 26	Esquema da variabilidade das plantas baixas.....	144
FIGURA 27	Senzala situada no norte de Angola.....	148
FIGURA 28	Senzala da Fazenda Uruaé – Goiana, PE.....	149
FIGURA 29	Senzala da Fazenda Uruaé – Goiana, PE.....	149
FIGURA 30	Senzala da Fazenda Uruaé – Goiana, PE.....	150
FIGURA 31	Senzala Fazenda das Matas - Pernambuco.....	150
FIGURA 32	Planta da Senzala Fazenda das Matas – Pernambuco.....	151

FIGURA 33	Esquema da variabilidade das plantas baixas das casas dos negros de origem africana.....	153
FIGURA 34	Registro de João Stamato – 1911.....	155
FIGURA 35	Cena de família (1891) - José Ferraz de Almeida Júnior.....	165
FIGURA 36	Imagem da Avenida Central no Rio de Janeiro realizada por Marc Ferrez em 1910.....	171
FIGURA 37	Planta do primeiro andar de residência eclética situada na Rua Voluntários da Pátria, 127.....	182
FIGURA 38	Casa projetada por Ângelo Bruhns.....	186
FIGURA 39	“Casa econômica” projetada por Ângelo Bruhns e José Cortez. Concurso da <i>A Casa architectos</i>	187
FIGURA 40	Projeto de residência assinado por Atílio Correia, publicado na revista <i>A Casa</i> , em 1925.....	189
FIGURA 41	Cortiço na Mooca - SP.....	208
FIGURA 42	Cortiço do Sr. Gordinho – São Paulo.....	208
FIGURA 43	Obra Cozinha, realizada por Almeida Júnior, 1895.....	221
FIGURA 44	Fogão no corredor de um cortiço no bairro de Santa Efigênia, década de 1920.....	222
FIGURA 45	Sala de jantar e cozinha de um apartamento em São Paulo – 1940.....	247
FIGURA 46	Leon Liberman: aparelhos sanitários – 1938.....	248
FIGURA 47	Catálogo Mappin Stores, 1927.....	251
FIGURA 48	Anúncio Mappin Stores, de 2 de maio de 1937.....	252
FIGURA 49	Anúncio moedor e picador Arno, de 1955.....	253

FIGURA 50	Estudo comparativo elaborado por Lucio Costa acerca dos mobiliários tradicionais e modernos (1962).....	261
FIGURA 51	Estudo de Lucio Costa sobre a evolução das residências no Brasil.....	280
FIGURA 52	Intervenção do autor feita sobre o projeto “Casa Sem Dono”, autoria de Lúcio Costa, década de 1940.....	298
FIGURA 53	Intervenção do autor feita sobre projeto autoria de Lúcio Costa, elaborado na década de 1940.....	299
FIGURA 54	Residência situada na Rua Caldas, nº 47, bairro Carmo.....	312
FIGURA 55	Residência na Avenida do Contorno, nº. 7871, Belo Horizonte – MG.....	312
FIGURA 56	Residência na Rua Caldas, nº. 47, Belo Horizonte – MG.....	313
FIGURA 57	Sinval de Sá, nº. 586, Belo Horizonte – MG.....	313
FIGURA 58	Croqui de Sylvio de Vasconcellos que evidencia a semelhança entre o partido da arquitetura tradicional e a casa do Movimento Moderno.....	317
FIGURA 59	Plantas de residência na Rua Olímpio de Assis, n.77.....	319
FIGURA 60	Residência situada na Rua Alumínio, nº 157, Bairro Serra.....	323
FIGURA 61	Banheiro proposto por Vasconcellos para a residência situada na Rua Sinval de Sá, nº. 586, Belo Horizonte.....	325
FIGURA 62	Planta de residência situada na Av. do Contorno, n.7871 (intervenção gráfica feita pelo autor).....	329

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1	Censo demográfico realizado em 1872 - Porcentagem de negros “pardos” e “pretos” na população total.....	46
QUADRO 2	Censo demográfico realizado em 1872 - Porcentagem de escravos na população total.....	84
QUADRO 3	Censo demográfico realizado em 1872 - População escrava: comparativo do número de homens e mulheres.....	85
QUADRO 4	Censo demográfico realizado em 1872 - Porcentagem da população livre que sabe ler e escrever.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
trad.	Tradutor
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	16
2 - EM TORNO DA CASA DE PURGAR: PRECEDENTES HISTÓRICOS FILOSÓFICOS.....	41
2.1 - A trajetória das pesquisas históricas no Brasil.....	42
2.2 - Os principais relatos e propostas teóricas sobre a representação histórica do Brasil no contexto da modernização.....	49
2.3 - Tráfico negreiro: entre um novo modelo de economia e de sociedade.....	69
2.4 - O estabelecimento da população africana na América Portuguesa.....	81
2.5 - O pioneirismo do estado de Minas Gerais nas iniciativas de modernização da sociedade e da cultura.....	87
3 – HABITAÇÃO NO BRASIL: POR QUE NÃO FALAMOS DA CASA GRANDE?.....	104
3.1 - Experiências sociais e seus desdobramentos sobre os modos de morar nas residências.....	105
3.2 - As Casas Grandes.....	107
3.3 - As casas urbanas.....	132
3.4 - As senzalas.....	145
4 – A POSTERIDADE DA ARQUITETURA COLONIAL: A TRADIÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA MODERNIZAÇÃO – ENTRE A NEGAÇÃO E A ADMISSÃO.....	158
4.1 - Elementos culturais e artísticos participantes na transição entre o sistema colonial e as expectativas modernizadoras na arquitetura do Brasil.....	167

4.2 - Episódios econômicos, sociais e urbanos dos primeiros anos do século XX no contexto da modernização.....	196
4.3 - Refinamento das soluções técnicas e seus desdobramentos nas residências brasileiras.....	225
4.4 - As concessões da indústria sobre as mudanças na arquitetura brasileira nas primeiras décadas do século XX.....	239
5 - ARQUITETURA CONTERRÂNEA: A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE NA ARQUITETURA RESIDENCIAL NO SÉCULO XX.....	264
5.1 - As contribuições de Lucio Costa nas reflexões sobre modernização das habitações no Brasil.....	269
5.2 - Lucio Costa e a admissão do fim da Casa Grande como fato propulsor da retórica da arquitetura residencial no Movimento Moderno brasileiro.....	285
5.3 - Sylvio de Vasconcellos: um importante porta voz das contradições presentes na retórica moderna em Minas Gerais.....	305
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	334
REFERÊNCIAS.....	341

1 - INTRODUÇÃO

[...] cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão original do processo histórico. O presente exige a interpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro.

José Carlos Reis, *As identidades do Brasil*, 2007.

Em uma palavra, se a terra amassada é ecologicamente limpa, é porque o tempo pode destruí-la completamente e pode-se tornar a usá-la tantas vezes como se deseja. Não deixar resíduos nem rastros indelévels talvez será uma nova ambição da arquitetura.

Patrick Bardou, *Arquitecturas de adobe*, 1979.

Ao investigar sistematicamente os primeiros passos do Movimento Moderno no Brasil ou, de forma mais especializada, das habitações que apresentam características próprias dessa corrente, comumente este episódio está associado às ocorrências europeia e norte-americana do período datado a partir das últimas décadas do século XIX. Todavia, verifica-se nestas localidades um ambiente cultural pouco conforme em relação ao quadro social e político notados, simultaneamente, no contexto brasileiro.

Para diversos autores, como Marion Segaud em seu estudo *Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar* (2016), é fundamental que a literatura atual considere que os diferenciados contextos socioculturais apresentam desenvolvimentos multilíneares sobre determinado evento. Esse fato motiva a criação de uma modernidade própria em cada localidade e, nessa compreensão particularizada das diferenças, o modelo ocidental deixa de ser o único referencial. No mesmo sentido, estudiosos como o sociólogo francês Georges Balandier (1970), defendem que quando são recapituladas

essas ocorrências frequentemente classificadas como de significado inferior no âmbito da história geral, além de ser possível apreciar a emergências de compreensões inéditas sobre a sociedade, é latente o questionamento acerca do encontro entre a tradição e a mudança.

Em suas análises, o historiador da arquitetura Leonardo Benevolo (1923 – 2017) aponta em sua principal obra, *História da arquitetura moderna* (1976), que a gênese do Movimento Moderno ocidental está situada historicamente a partir da década de 1880 nas principais localidades tidas como parâmetro para a cultura mundial da época, como França, Inglaterra e Bélgica (Benevolo, 1976). Em contraponto, algumas publicações, como os textos desenvolvidos por Aldo Paviani (2015), reconhecem que as características da produção europeia em limitados empreendimentos protagonizaram os debates gerais sobre a modernização em arquitetura nas primeiras décadas do século XX. Assim, grande parte da literatura sobre este debate se concentra em expor a experiência documentada no continente europeu em torno do Movimento Moderno. Esta produção produção é condicionada por arquitetos de grande proeminência como Le Corbusier (1887 - 1965), Walter Gropius (1883 - 1969) e Mies van Der Rohe (1886 - 1969), e, à luz dos seus respectivos trabalhos, nota-se a sintetização ou uma esquematização das ocorrências em outras localidades, como em toda a América e na África.

Por outro lado, o arquiteto e pesquisador Hugo Segawa, em seu livro *Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990* (1999), apresenta que a consolidação do Movimento Moderno em arquitetura no Brasil se vincula às primeiras investigações internacionais de importantes arquitetos brasileiros como Rino Levi (1901 - 1965), Lucio Costa (1902 – 1998) e Oscar Niemeyer (1907 - 2012). O autor recapitula essa ocorrência diante de projetos como a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde sob a participação do já consagrado arquiteto Le Corbusier em 1936 ou na proposição do pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York no ano de 1938, liderado por Niemeyer e Costa. Esse projeto fomentaria a publicação do catálogo *Brazil Builds* em 1943 pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, em manifesto às qualidades deste projeto e que promoveria a arquitetura brasileira desta natureza (Segawa, 1999).

Entre outros arquitetos e historiadores da época, Lucio Costa (1902 - 1998) define nos estudos sobre construção que a modernização da arquitetura brasileira deve ser explicada mediante as particularidades técnicas, econômicas e sociais da localidade observada. A posição de Costa representa uma antítese aos principais estudos que defendiam que o quadro ocidental condicionou diversos elementos da arquitetura produzida neste período, eventualidades que no Brasil não estão em consenso com os países precursores do Movimento Moderno, (Costa, 1962). Em meio à esses diferentes modos de investigar o passado e utilizá-lo para determinar a posteridade, não podemos afirmar que exista um mais correto que o outro. Defendemos nesta instância a necessidade constante de reescrita da história à medida que emergem mudanças e novas interpretações acerca do conhecimento dela mesma.

Nos estudos gerais, ainda que importantes autores, como os historiadores Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Júnior (1907 – 1990), tenham contribuído amplamente para a elaboração das posturas científicas sobre a história do Brasil, as análises sobre o processo de elaboração da identidade cultural brasileira ainda prescindiam de atualizações teóricas. Adversidade semelhante se verificava em muitas das obras que observam a arquitetura residencial brasileira da primeira metade do século XX, em sua maioria elaboradas nas últimas décadas, as quais não qualificam elementos fundamentais que a cultura e a sociedade brasileira enfrentaram, ocorrências essas demarcadas pelos novos desafios, experiências, conquistas e frustrações observadas na história social do país.

Esse problema muito se associa ao processo de formação do Brasil como nação, cujo movimento não se adequa em um único relato, dado que a história cultural e política brasileira apresenta aspectos vastamente complexos e dinâmicos, o que impede uma representação unívoca e consensual sobre sua identidade. Alguns autores e teses conservadoras defendem a seqüência histórica do país não somente como o aprimoramento do passado mas, principalmente, como a oportunidade de apagamento de circunstâncias vistas como de valor inferior, sem grandes necessidades de rupturas e revisões. Esses estudos em vez de apontar certos eventos – como a colonização portuguesa e seus desdobramentos socioculturais – como um problema, argumentam

sobre seu valor e sua importância e deixam de lado pontos relevantes das práticas e vivências da época, em nome perspectivas consideradas oportunas sobre a realidade. Como relata o historiador José Carlos Reis, em seu livro *As identidades do Brasil* (2007, p. XX) :

Para Varnhagen, por exemplo, nos anos de 1850, fazendo uma leitura ultraconservadora, lusitana, do projeto de história do Brasil que Von Martius escreveu para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1843/1844, o Brasil era um país branco-enbranquecido, monárquico, cristão, neoportuguês, neoeuropeu, centralizado no imperador, em direção a um futuro grandioso. O Brasil vinha de um passado de glórias e será uma nação poderosa. Não havia nada a mudar. Os portugueses fizeram tudo muito bem-feito! O imperador Pedro II deveria fazer o mesmo que a Coroa portuguesa já fizera no período colonial.

Para Varnhagen, as orientações portuguesas dispunham de lições que deveriam ser continuadas no futuro histórico do país. Para o autor (2007) o ideal seria que o Brasil reproduzisse as condições culturais, sociais e políticas de Portugal, especialmente em relação às realizações da colonização, como forma de manutenção da identidade branca-europeia frente às alteridades negras, indígenas e mestiças. Todavia, Reis (2007) recorda que essa alteridade congregava aproximadamente 90% da população da colônia brasileira, o que expõe a impossibilidade de cumprimento dessa identidade imperial almejada por autores como Varnhagen.

Como afirma Cardoso (1970), ainda que a cultura e a política do Brasil tenham sido delineadas pelos países mentores da colonização, ao longo da sua história, a condição brasileira permaneceu na periferia deste grande império hegemônico. Isso quer dizer que, diferentemente de vários países – especialmente asiáticos – que após seu período de colonização conquistaram um notável dinamismo econômico, social e político, o Brasil ainda apresentava em diversos aspectos uma dependência dos países envolvidos

na colonização, bem como entraves em seu processo de constituição de uma identidade nacional.

Desde o momento que se coloca como objetivo instaurar uma nação – como no caso das lutas anticolonialistas – o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas externas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. (Cardoso, 1970, p. 30)

De fato, existem representações hegemônicas acerca da identidade cultural brasileira, mas elas apontam mais a potencia do sujeito que as articula do que, necessariamente, a legitimação da poliédrica trajetória histórica do país (Reis, 2007). O presente estudo ao invés de resolver tais adversidades do pensamento histórico sobre o Brasil, se propõe a investigar uma identidade reconhecível pautada no seu passado e sua localização na posteridade, por intermédio da arquitetura.

Este trabalho se apoia em autores que, como Capistrano de Abreu, ensejam a busca do reconhecimento dos próprios ritmos da cultura brasileira como forma de modificar a estrutura social-histórico-política que se consolidou. Do mesmo modo, para Holanda (1971), grande parte das explicações acerca da formação social do país tinha recorrido a valores inadequados para sua condição, e aponta para a urgência em reconhecer as potencialidades próprias do Brasil para se criar uma representação inequívoca. Entretanto, em defesa de uma nova interpretação da elaboração histórica da identidade cultural local, como o caso da arquitetura, objeto central desta investigação, os argumentos apresentados neste estudo não visam em desvalorizar ou desautorizar os historiadores e as narrativas anteriores em respeito às suas respectivas condições temporais. Como sugere o historiador Lucien Febvre (1992), não existem métodos e narrativas definitivas sobre a história e que apontem para uma verdade absoluta, mas se indica as articulações particulares e específicas sobre o passado. Nessa definição, ao

contrário de classificar os autores como superados, considera-se como mais apropriado consultá-los conscientes de sua época.

No caso da arquitetura, muitos dos principais estudos acerca do Movimento Moderno no Brasil não apresentam análises situadas em uma posição adequada quando referida sua situação na história, especialmente no tocante à sua gênese ou dos princípios que fundamentaram técnica e conceitualmente sua elaboração. Autores como o sociólogo Gabriel Bolaffi (1934 – 2011) justificam esse fato como a sucessão inexata de algumas ocorrências de grande disposição ocidental, justapostas e escolhidas mediante sua significação no quadro da cultura arquitetônica da Europa. Porém, quando essas eventualidades são associadas para explicar o episódio verificado no Brasil, elas deixam de narrar os estágios iniciais da arquitetura mencionada.

Sobre a arquitetura brasileira, existem alguns fatos extrínsecos ao debate central da disciplina que qualificam diretamente sua experiência e ordenam seu andamento prático. Quanto ao seu prelúdio, quase sempre associado às importantes descobertas e avanços conquistados pela industrialização do continente europeu, não são rememoradas as grandes mudanças políticas e sociais que redefiniriam os rumos na operação da arquitetura e da engenharia no Brasil, de modo especial na produção residencial. Apesar dos inúmeros estudos e publicações voltados a discutir a trajetória histórica da casa no Brasil, esse debate ainda dispõe de significativas lacunas e categorias de investigações a serem desenvolvidas quando avaliados casos como os que se apresentará nesta tese.

Pensadores, como o arquiteto e historiador Carlos Lemos (1979), apontam que a arquitetura brasileira apresenta alguns aspectos, como concepção e situação histórica, que ainda não foram apropriadamente estudados. O autor comenta que as novas contribuições teóricas devem se iluminar por um quadro que evidencie, dentre outras coisas, os processos culturais, os costumes populares e, sobretudo, a variedade étnica dos seus participantes. Essa direção indica a complexidade do problema da arquitetura no Brasil e fomenta as buscas de novos caminhos de observação sobre este tema.

Lemos (1979), ainda, aponta para a diversidade de referências próprias da arquitetura brasileira: produzida pelas várias gerações, documentada no país por sucessivos processos de aculturação – esta última corroborada pelas diferentes nacionalidades que

se fizeram presentes –, pela grandeza territorial e pelo modo de projetar, construir e de morar em tais edifícios. Apesar da variedade de condicionantes descrita, Lemos relata que, inclusive nas produções do século XX na ocasião da modernização, a arquitetura residencial no Brasil ainda repetia padrões técnico-culturais advindos das propostas de diversos momentos da história. Nas palavras do autor:

Pelo século XIX afora, até o começo do seguinte, vemos casa de mesma planta, de mesmo número de janelas, numa mesma simetria, em qualquer cidade, serem tachadas de ‘coloniais’, ou de neoclássicas, ou de ecléticas, devido tão somente à origem das suas ornamentações aposta à estrutura comum. O mesmo enxergamos na arquitetura de tijolos deste século, que mostra já casas isoladas, ou geminadas em grupos, com seus jardins laterais e até mesmo fronteiros, sendo reconhecidas ou como chalés franceses, ou como vilas italianas, ou como então moradas ‘*art nouveau*’ ou neocoloniais. Todas, porém, com os mesmos porões, mesmas dependências, mesmos agenciamentos e mesmos problemas. (Lemos, 1979, p. 11)

De modo semelhante a Lemos, o arquiteto James Marston Fitch (1982) aponta como os arquitetos e historiadores, paulatinamente, negligenciaram em seus estudos o reconhecimento dos ensinamentos e propostas consolidados ao longo dos anos em razão das novas técnicas e formalismos bruscamente empregados na atividade construtiva.

Este estudo se concentrará em verificar as transformações da casa em um contexto de instabilidade e transformações políticas e sociais, cujo cenário reporta as novas organizações espaciais das residências. Inicialmente, trata-se, ainda, de habitações projetadas, em sua absoluta maioria, para famílias nucleares patriarcais, de uso essencialmente residencial e protegida de estranhos ou indivíduos não pertencentes ao grupo familiar, modelo de construção esse que será observado no século XX por estudos desenvolvidos por importantes profissionais.

Reflexões, como as propostas desenvolvidas por Marcelo Puppi (1998), apontam para a escassez de estudos especializados acerca da historiografia da arquitetura brasileira e, especialmente no âmbito da produção residencial, frequentemente se encontram nos acervos, arquivos e bibliotecas um número limitado de narrativas e interpretações dos eventos históricos. Nas avaliações em torno da história das casas no Brasil e do passado arquitetônico – distante ou recente – emergem a construção de observações dedicadas a promover um conjunto restrito de referências, ao passo que se nota a necessidade em valorizar e evidenciar importantes fragmentos do passado que participaram das criações tidas por modernas do país. Como consequência, se desqualifica dados e registros considerados, tradicionalmente, inadequados para a construção teórica e cultural que almejava-se estabelecer.

Vale ressaltar a ausência ou a escassez de acervos, documentos e textos que permitam aos pesquisadores da atualidade inferirem sobre a participação de outros condicionantes na história do Brasil, como padrões das culturas negras. Essa situação não se trata, imperiosamente, de negligência por parte dos intelectuais das gerações anteriores, mas diz respeito às diversas dificuldades desses autores narrarem com precisão e objetividade essas ocorrências. Cabe também apontar que as análises entre as eventualidades do século XX e seus precedentes que interessam a este trabalho estão em proporções desiguais, e os diferentes estados de aprofundamento nas exposições dos dados determinam-se pela disponibilidade de materiais acerca do debate. Deste modo, com base nas referências consultadas julgou-se como apropriado apontar certas conclusões que não se encontram rigorosamente explícitas nas principais obras, mas fomentam as interpretações e diálogos esperados por este estudo.

No caso da literatura sobre a história das residências na primeira metade do século XX e sua trajetória estabelecida algumas décadas antes, considerável parte dos materiais dispõem de reduzidos estudos dedicados ao assunto. Esse modo de apresentar os acontecimentos se baseiam em um esquecimento propositado, incidindo em avaliações distorcidas sobre o panorama histórico em questão. Reis (2007) discorre que a formação cultural do século XX está associada, quantitativa e qualitativamente, a uma série de motivos datados décadas antes e que justificam as realizações da época.

Em meio às principais referências na literatura, obras que expõem a organização da sociedade da época, como *Casa Grande e Senzala*, publicada inicialmente em 1933 pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900 – 1987), apresentam importantes contribuições para este debate não somente por associar à figura do indivíduo escravizado a organização do ambiente das residências mas, sobretudo, por fazer uma leitura da condição negra como integrante da cultura brasileira. Assim, no caso do estudo de Freyre, introduziu-se o pensamento da mestiçagem nas abordagens científicas sobre a sociedade brasileira na primeira metade do século XX.

É importante recapitular a organização cultural que se inaugurava no Brasil na segunda metade do século XIX e que se estendeu até a primeira metade do século XX. Nesse novo esquema cultural, diversas propostas foram implementadas com a finalidade de criar diálogos mais objetivos entre as produções ocidentais e o projeto que se tinha para a nova República, como a solicitação de uma racionalidade positivista muito empregada no pensamento sobre as artes, urbanismo e comportamento na Europa. Em tal ocasião, essa nova postura científica estabelece uma adversidade na sociedade brasileira uma vez que há uma notável modificação das políticas demográficas no Brasil diante do incentivo à imigração de europeus, integrada e articulada a um novo conceito de condição intelectual e progresso em uma nação composta, preeminentemente, por pretos, mestiços, escravizados e ex escravizados. Apesar disso, tornam-se notáveis os estudos e publicações de oposição ao inédito projeto de sociedade, como os trabalhos de escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto, os quais estavam conscientes da negação do governo à realidade da sociopolítica do país. Os registros documentados por tais autores contribuem sistematicamente para o desenvolvimento deste trabalho e apoiam diretamente as reflexões desta tese por serem testemunhas do ambiente investigado.

Por sua vez, a participação do indivíduo negro envolvido no ambiente político colonial pode ser facilmente observada em diversos aspectos sociais, como no vocabulário, na composição do trabalho ou na religiosidade. Todavia, as conquistas e avanços verificados na história da arquitetura brasileira se fazem obscuros ou – na ausência de outro termo – anônimos, uma vez que particularmente se atribui esse desenvolvimento

a um legado advindo dos países mencionados, muito reproduzido em obras de todas as partes do país, e quase sempre operado pela atuação do negro.

Os brancos, como é natural, constituíam a classe dominante e orientadora. Nos processos iniciais de fixação, as dificuldades materiais e a falta de recursos tolheram ou impediram uma franca e imediata manifestação da cultura reinol ali presente. Nas construções, no mobiliário, nos utensílios domésticos e nas ferramentas, nos vestuários e até mesmo nos processos manufatureiros os mais rudimentares, como a cerâmica ou a tecelagem, os portugueses tiveram que apelar para as técnicas mamelucas, mulatas ou negras porque aos escravos, naquele momento, cabia a maior soma de facilidades de expressão. (Lemos, 1979, p. 77-78)

Os estudos do pesquisador Fernando Novais, de modo especial o texto *Condições da privacidade na colônia* (1997), apresentam a urgência em se inserir as diversas transformações culturais e políticas nos processos sociais ao se tratar das ocorrências no Brasil, no quadro do final do sistema colonial que, inegavelmente, formularam uma inédita nação e modelos de nacionalidade. Deste modo, rememora-se o programa de necessidades das residências desde o século XVIII, momento auge das relações escravocratas no Brasil, como forma de apresentar quais aspectos que determinaram, em verdade, o curso da modernização na atividade arquitetônica do período mencionado.

Em paralelo à formação do Movimento Moderno europeu na segunda metade do século XIX, no Brasil duas ocorrências demarcam, simultaneamente, não somente a reformulação da política e da economia, como também da cultura arquitetônica e o uso dos espaços projetados: em primeiro lugar, a abolição da escravatura oficializada em 1888 e em segundo plano, sua medida preliminar, a Lei Euzébio de Queirós, promulgada

em 1850, que assinala a proibição do tráfico negreiro transatlântico de indivíduos advindos da África.

Os eventos acima descritos apresentam a especificidade da condição sociopolítica no Brasil em contraponto ao caso ocidental, e quando os admitimos como fundamentais para compreender a posterior produção residencial modernista – por razões que serão apresentadas adiante – propomos, com efeito, um calendário “não-moderno” das habitações brasileiras. Isso quer dizer que, enquanto na Europa e nos Estados Unidos a industrialização representa o primeiro agente da modernização, no Brasil o registro do declínio das relações escravocratas inaugura a redefinição da racionalidade sobre a produção residencial. Esse pressuposto advém da avaliação voltada a defender uma antinomia do curso apresentado pela bibliografia geral a respeito do caso brasileiro, muitas vezes situado de forma generalizada e totalizadora.

Como argumenta Segawa (1999), nota-se um abismo entre os relatos encontrados na academia e a vida. Assim, em grande parte dos casos, interpreta-se o contexto das transformações da arquitetura brasileira nas primeiras décadas do século XX mediante a legitimação da modernidade norte-americana e europeia. Tal estado se associa diretamente ao fato de no âmbito da literatura, apesar das imensuráveis contribuições dos principais estudos sobre a arquitetura do Movimento Moderno elaborados por autores como Sigfried Giedion (1888 - 1968), Nicolaus Pevsner (1902 - 1983) e Bruno Zevi (1918 - 2000), se dispor representações abstratas ou baseadas em determinados modelos de explicação, especialmente ao se referir ao contexto brasileiro. Como aponta Segawa (1999, p. 13):

O risco de escrever um estudo sobre arquitetura brasileira do século 20 é reproduzir inadvertidamente aquilo que se critica: uma visão totalizadora que apaga as diferenças, exalta as formas dominadoras e dissimula a diversidade.

E o autor completa:

Não há definição unívoca de modernidade: se na Europa a problemática é objeto de entendimento diverso, o conceito de moderno no Brasil é ainda mais controverso, precisamente pela necessidade de examiná-lo sob uma óptica apropriada à realidade local – sem descurar de sua entropia com um meio mais amplo. (Segawa, 1999, p. 16)

Diversos referencias bibliográficos sobre este tema estão datados no século XX, de modo especial concentradas na primeira metade do século (aproximadamente nas décadas de 1940 e 1950), em escritos como àqueles publicados pelo arquiteto Lucio Costa e, de forma geral, não apresentam um consenso sobre a atuação do indivíduo negro e escravizado na cultura arquitetônica brasileira. Assim, duas questões são altamente importantes para os encaminhamentos teóricos que o presente trabalho pretende alcançar. A primeira orientação indica a necessidade de superar a condição da maioria das pesquisas sobre a história da arquitetura própria do Movimento Moderno no Brasil estarem condicionadas aos principais aspectos das propostas ocidentais. Em seguida, o reconhecimento do negro como participante das iniciativas de reformulação do espaço da habitação e, em consequência, do seu programa, cujo fato afirma a direta coesão e conformidade entre a arquitetura residencial e as ocorrências sociais que lhes são próprias.

Tal equívoco acerca da historiografia brasileira pode estar associado à renúncia das características da cultura tradicional por diversas propostas verificadas primeira metade do século XX, fato que indica a impossibilidade de observar conscientemente as mudanças no modo de conceber a arquitetura. Como resultado, nos registros historiográficos, a emergência de formas e soluções espaciais no século XX se legitimam mediante períodos, técnicas, propósitos e regiões distintas daquelas que compõem os precedentes do Movimento Moderno no Brasil.

Por seu turno, Lucio Costa, eminente pesquisador e ensaísta sobre a arquitetura brasileira por seus projetos e obras de arquitetura e urbanismo e, salvo o grau de

importância de cada um, dispõe significativas interpretações por seu trabalho teórico que até a atualidade é recorrentemente mencionado. O mérito das pesquisas publicadas por Costa consiste em apresentar aspectos da formação da cultura brasileira pautados pelos seus precedentes históricos diante de considerações pouco documentadas por autores de gerações diversas. Em um de seus textos intitulado *Depoimento de um arquiteto carioca*, publicado inicialmente no ano de 1951, o arquiteto discorre que, dentre as diversas ocorrências do século XIX, a abolição da escravatura foi a eventualidade que reapropriou o modo de morar das famílias brasileiras no século XX. Essa renovação pode ser notada nas técnicas construtivas utilizadas para conceber as habitações, na linguagem da arquitetura e, sobretudo, no programa de necessidades que compunha a espacialidade das casas.

Essas análises de Costa fomentam e direcionam, de forma muito concisa, os pressupostos colocados por este trabalho. Suas reflexões apontam os desdobramentos da arquitetura proposta no momento que sucederia a década de 1880, momento no qual a abolição era uma temática que integrava com maior grau de intensidade os debates da classe política da época. Vale lembrar que após a abolição da escravatura no final do século XIX, durante alguns anos do período classificado como a primeira fase republicana, parte substantiva do modo de vida colonial ou burguês ainda foi mantido graças ao baixo valor da mão-de-obra do serviço doméstico, cuja atividade era ainda composta majoritariamente por um quadro de homens e mulheres negras remanescentes no período pós abolição (Bolaffi, 1979). Essa condição doméstica, como os modos de vida, programa da habitação, modelos de concepção e elaboração espacial alteraram-se mais efetivamente a partir de 1920, quando foram verificadas diversas iniciativas de emancipação econômica e valorização do trabalho. Assim, readequações diversas inseriram-se paulatinamente nas orientações sobre a concepção arquitetônica de padrão médio, cujas características este estudo pretende investigar.

Com a abolição da escravatura as atividades domésticas, antes conferidas à população negra, foram delegadas progressivamente às mulheres no século XX. No entanto, esta investigação pretende fundamentar os novos arranjos espaciais da casa brasileira frente aos encaminhamento determinados pelo sistema político e social notados na história do

país e não anunciar, especificamente, os novos atores envolvidos no seu funcionamento, ainda que seja de absoluta importância observá-los e apontá-los ao longo deste trabalho.

Nas avaliações gerais da arquitetura, autores como Benevolo (1976) defendem que a moderação e redução do programa de necessidades das residências na primeira metade do século XX é um trabalho próprio do Movimento Moderno, especialmente quando contraposto aos precedentes habitacionais do século XIX. Essas propostas são frequentemente associadas à importantes nomes da literatura internacional, tais como Catherine Beecher (1800 – 1878), Margarete Schütte-Lihotzky (1897 – 2000) e Ernst May (1886 – 1970). Já o historiador William Curtis (2008) apresenta que a redução do programa e das espacialidades das habitações foi coordenada pelo contexto de contenção econômica nas grandes potências mundiais, associado ainda ao déficit habitacional próprio do contexto das duas grandes guerras. As conclusões de ambos autores apresentam aspectos fundamentais deste tipo de habitação, mas que se diferem das particularidades do contexto brasileiro, muito determinadas pelos desdobramentos sociopolíticos verificados na segunda metade do século XIX, como descrito anteriormente.

Por sua vez, a partir desta modificação do cenário social brasileiro no século XIX, o espaço da residência é condicionado a um processo de transformação, quanto ao seu programa, à sua técnica construtiva e à linguagem que lhe decorreria. Nesse momento, registra-se a aparição de construções residenciais com dimensões reduzidas em terrenos com pequenas proporções, chamadas na época “casas de apartamentos” ou os cortiços e mocambos elaborados nos principais centros urbanos, ambos entendidos como as primeiras experiências de habitação coletiva multifamiliar na cultura social brasileira (Correia, 2004).

Neste caso, a adaptação da residência no Brasil visava sua operação pelo proprietário e não mais pelo escravizado, este último percebido até então como uma das peças fundamentais que colocavam a habitação em pleno funcionamento. Essa posição histórica, ao sensibilizar e mobilizar o início das iniciativas modernizadoras da residência brasileira, insere o negro no processo de elaboração do Movimento Moderno brasileiro, como também propõe uma revisão do seu percurso e dos seus pressupostos

iniciais. Deste modo, os aspectos tratados neste estudo, por terem absoluta importância para o Movimento Moderno brasileiro, cuja compreensão está conciliada à diáspora africana, demarcam as especificidades da "máquina brasileira de morar".

Em outros termos, as ideias desenvolvidas por este estudo versam sobre a constituição de novas identidades na cultura brasileira durante e depois a integração dos africanos e afrodescendentes na sociedade local. E a arquitetura do cenário colonial (no seu período de vigência e na sua descendência) participa ativamente nas eventualidades sociais, seja como instrumento da classe senhorial no controle dos indivíduos a ela subordinada, ou como espaço de resistência, afirmação cultural e documentação da realidade da vida comum.

As avaliações aqui situadas não pretendem contar a história do Movimento Moderno verificado na arquitetura residencial brasileira à luz da obsolescência das Casas Grandes, mas fazer desses episódios um marco no modo em se contar essa história. Tal fato evidencia a impossibilidade em elaborar uma história geral da cultura arquitetônica brasileira – especialmente àquela produzida nas primeiras décadas do século XX – de forma autônoma quanto aos seus precedentes sociopolíticos e culturais, e afirma que a perspectiva histórica do Brasil consiste no reconhecimento dos muitos eventos que elaboraram tal agenda, além de suas respectivas articulações.

Esse debate já foi observado por diversos pensadores da sociologia, da antropologia, da história e da literatura popular. Contudo, no campo dos estudos da arquitetura, especialmente aqueles que se referem ao século XIX e à sua posteridade, nas tentativas de se estabelecerem fundamentos históricos e significados simbólicos sobre esta ocorrência, comumente se disponibilizam estudos compostos por afirmativas gerais e reduzidas, com posições teóricas pouco aprofundadas. Na ocasião deste estudo, o enfoque almejado busca por traçar o processo histórico que envolve a constituição da arquitetura residencial do século XX, sob a perspectiva do encontro de diferentes culturas e modos de vida. Desta maneira, se faz oportuno apresentar aspectos referentes à cultura colonial datada entre os séculos XVII e XIX, incluindo as ocorrências do tráfico negreiro e da inserção compulsória de indivíduos de origem africana, como forma

de preencher uma lacuna nos estudos acerca da condição da cultura arquitetônica do século XX, especialmente no que diz respeito às contribuições do mundo banto.

Ao optar por essa natureza de análise do Movimento Moderno em arquitetura no Brasil ou, melhor dizendo, da ocasião de mudança nas propostas de projeto residencial, nos deparamos com dois diferentes debates sobre o mesmo caso. De um lado, são recorrentes produções de verve altamente moralizadoras, que relacionam o abandono ou a renúncia do casario tradicional à concentração de habitantes de origem das camadas sociais pobres, cujo modo de vida é integrado às causas de ocorrências de mazelas sociais, como epidemias e marginalização. Por outro lado, pode ser defendido o argumento que avalia a desapropriação dessas habitações por ocasião das determinações próprias do histórico político da época e, conseqüentemente, pela emancipação dos indivíduos responsáveis pela operação e manutenção dessas casas.

O planejamento das cidades, a funcionalização dos espaços, a organização de uma hierarquia viária eficiente e a definição de políticas de construção mediante códigos edificatórios vinculados a padrões urbanos foram aspectos que, a partir de 1930, caracterizam uma faceta da modernização dos grandes centros urbanos do país. Quando concretizados, constituíra verdadeiras cirurgias urbanas que tentaram varrer as referências da cidade colonial ou imperial, substituindo-se a paisagem ‘atrasada’, do casario antigo por largas e arejadas avenidas ou bulevares e construções vistosas de arquitetura modernizante ou moderna. Todavia, entre a utopia transformadora e a realidade conservadora, estabeleceu-se um impasse que acabou gerando nenhuma imagem integral da modernidade. (Segawa, 1999, p. 27)

Essa perspectiva de entender a impugnação das residências tradicionais rumo à transformação da residência é justificada também por princípios que regeriam as

mudanças da mentalidade da época. Podemos apontar, em especial, a condenação dos hábitos relacionados à memória da sociedade, a negação aos elementos relativos à cultura popular que pudessem fragilizar a condição da sociedade dominante e, principalmente, a implementação de políticas voltadas à expulsão dos grupos populares das áreas centrais dos principais centros urbanos, cuja conduta ainda se faz fortemente enraizada nas atuais propostas de planejamento territorial e urbano (Sevcenko, 1983).

Por certo, este estudo não busca resolver, em todos seus fatores, as inúmeras lacunas que podem ser apontadas nas pesquisas sobre os processos históricos da trajetória da arquitetura brasileira. No entanto, o propósito consiste em alcançar a compreensão da arquitetura que frui de soluções embasadas em padrões culturais diferenciados para os seus desafios práticos. Assim, esse estudo tem por horizonte o reconhecimento de que a elaboração do pensamento e da prática da arquitetura brasileira tem por fundamento a identidade coletiva do país, a qual não está condicionada às fronteiras definidas pela teoria tradicional ou pelo conjunto de referências consolidadas institucionalmente para lhe legitimar. Essa reavaliação da história da arquitetura se determina a partir das posições do presente e do lugar que esta problemática ocupa na atualidade. Como argumenta o historiador francês Lucien Febvre, a função social da história é organizar o passado diante das especificidades do presente (Febvre, 1992), dado que, enquanto emerge uma nova visão sobre o passado, se compõem novas expectativas na construção do futuro.

Em termos práticos, observou-se os partidos arquitetônicos, os programas de necessidades e as soluções técnicas mais frequentemente difundidos pela historiografia da arquitetura e buscou-se comparar – ou confrontar – com a história sociopolítica dos períodos observados, como forma de promover a análise aqui pretendida. Vale ressaltar que, frente à amplitude do panorama arquitetônico do Brasil, as reflexões elaboradas nessa tese não se concentraram em arquitetos – com excessão de nomes como Lucio Costa ou Sylvio de Vasconcellos pela considerável contribuição teórica – ou suas respectivas obras, mas nas suas interlocuções e diálogos quanto aos debates culturais do recorte temporal estudado.

À luz desses apontamentos, foram consideradas algumas hipóteses primordiais para organizar a investigação e conduzir as bases teóricas desse estudo. Em primeiro lugar, em uma análise da historiografia – brasileira e internacional – sobre o objeto da pesquisa, fica evidente a significativa influência dos argumentos conduzidos pelas observações ocidentais. Autores como Mendes e Veríssimo (2011) qualificam esse fato como a contaminação da produção de conhecimento e interpretação histórica da arquitetura no Brasil. As primeiras publicações voltadas a empreender uma oposição ao processo de deterioração da retórica brasileira na arquitetura e na arte pautaram-se nas manifestações ideológicas sustentada por autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Lúcio Costa, cada qual à sua maneira. No entanto, esse grupo de autores precursores desta modalidade de reflexão defendia que o núcleo da cultura brasileira se fundamentava mediante a contribuição das diferentes raças – fenômeno nomeado por Freyre (1996) como *mulatismo* – e seus respectivos eventos no decorrer da história social.

A hipótese central deste trabalho consiste na defesa de que a modernização do habitar brasileiro, pautada por uma nova regulamentação na organização dos recintos da residência, tem seu prelúdio na abolição da escravatura e não nas eventualidades singularmente ocidentais como mencionadas pelos principais estudos. Esse pressuposto advém da consciência que com a ausência do negro escravizado, a casa requeria de reavaliações quanto à sua espacialidade e infraestrutura para garantir seu pleno uso e seu desempenho mínimo. Em outras palavras, a presente proposta compreende a abolição da escravatura antevista pela proibição do tráfico transatlântico de negros de origem africana como o prenúncio da casa moderna no Brasil e o início da reformulação do habitar das famílias de padrão médio. Esses fatos são de singular importância para a compreensão dos princípios que seriam ordenadores na habitação moderna brasileira por terem modificado profundamente a economia doméstica e o modelo de sociabilidade que tinha a casa como cenário.

Nessas condições, as hipóteses desse trabalho se iluminam mediante a admissão do diálogo entre o processo de transformação do partido arquitetônico e do programa de necessidades frente a mudança de orientação do Império no tocante à gestão da sociedade e das políticas públicas. Em outras palavras, a transição nos modelos, matrizes

e soluções programáticas das residências compõem os resultados do processo de alteração dos ideais políticos e da organização da sociedade.

Em um primeiro momento, diante das hipóteses apresentadas para este estudo e da condição verificada na produção de conhecimento sobre o tema, o objetivo principal desta investigação consiste em elaborar uma releitura sobre a narrativa da modernização apresentada pelos principais referenciais bibliográficos, pretendendo compreender como se estabeleceram as principais explicações. A exploração desses dados nos permitirá compreender não somente como se configurou a retórica a respeito da arquitetura do Movimento Moderno brasileiro, bem como constatar como os preceitos e referências advindos da tradição condicionaram os novos modelos arquitetônicos produzidos no Brasil no decorrer do século XX. Para além da organização da reflexão e das narrativas, esse caminho permite apreciar aspectos das soluções arquitetônicas e construtivas integrados na arquitetura aqui avaliada, limitadamente explorados pela literatura disponível.

Se faz oportuno nesta análise discutir os principais produtos e impactos provocados pelas determinações socioculturais do contexto colonial e, sobretudo, as implicações oportunizadas pela sua ruptura. Tais avaliações raramente compõem as explicações referentes a trajetória histórica da casa brasileira e, em pouquíssimos casos, se fazem implícitas em alguns estudos e relatos, embora sejam de absoluta relevância para a compreensão da produção residencial até a atualidade. Em síntese, essa tese se dedica a ouvir os diálogos ausentes e silêncios contidos nas representações da arquitetura do Movimento Moderno, cuja conjuntura ainda se faz muito pouco evidenciada pelos diferentes recursos e fontes oficiais.

Na atualidade, trabalhos desta vertente têm alcançado significativos sentidos e posições na produção teórica sobre arquitetura, por sua iniciativa versar sobre o distanciamento das propostas ocidentais altamente naturalizadas em culturas diversas. Podemos memorar neste trabalho, de forma complementar e substancial, o diálogo com a observação de alguns autores quilombolas e africanos, como o queniano Ngũgĩ Wa Thiong'o (2011), cujo modo de elaboração da reflexão busca modificar a realidade do pensamento hegemônico a partir da menção aos recursos da memória, muitos deles já

silenciados. Por fundamento, essas propostas visam o resgate, o retorno e a valorização das especificidades da história, uma vez que estes episódios são entendidos como ferramentas indispensáveis para compreender as iniciativas da cultura geral.

A escolha metodológica deste estudo é motivada pelo anseio em não recair nas posições reducionistas defendida por tantas pesquisas, com a finalidade em preservar a riqueza dialética dos fatos mencionados e de resguardar seu conjunto de significados que sua dimensão social condensa. Frequentemente reflexões desta natureza se defronta com desafios quanto às possíveis fontes bibliográficas e textos que alimentam a trajetória de pesquisas desta seara. Diversos autores apresentam e recomendam nas suas obras pensadores que realizaram estudos em gerações anteriores, os quais são vistos como fundamentais na construção da consciência histórica acerca da formação cultural brasileira, em especial nos atravessamentos próprios da trajetória negra no Brasil. Todavia, considerável número de intelectuais recomendados por importantes referências elaborou suas análises apoiadas em orientações parciais e distantes da efetiva realidade da conjuntura analisada.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo consiste, conforme recomenda o historiador Erwin Panofsky (1892 – 1968), na superação dos ensinamentos advindos da arquitetura construída e/ou dos projetos não executados como forma de consolidar as questões aqui levantadas. Estas discussões serão conceituadas, em mesma medida, pelas outras recorrências do pensamento científico fraterno à compreensão da arquitetura, tais como as publicações das respectivas épocas, as produções da filosofia e sociologia, os eventos e organizações em torno da arquitetura e o ensino sobre o campo estudado (Panofsky, 2004).

Nessa perspectiva, a metodologia pretendida para a realização desta pesquisa está fracionada em dois diferentes domínios. De um lado, recorrer-se-á aos referenciais bibliográficos sobre a história da vida privada no Brasil de forma a qualificar e contextualizar a arquitetura da época e seus respectivos usos. Se fez oportuno mensurar esse conteúdo diante das transformações culturais praticadas no Brasil, especialmente no tocante dos hábitos domésticos, nas variações quanto ao uso e experiências da habitação, às adaptações frente as novas tendências do consumo e da tecnologia e,

principalmente, quanto às novas configurações na composição das casas proporcionadas pela conversão na organização social. Tal modo de investigar e fomentar as reflexões propostas nos permite apreciar o objeto estudado diante de um contorno mais aprofundado em relação às possíveis fontes de pesquisa, como bibliográficas e documentais. Essa metodologia, que se baseia em compreender a elaboração da arquitetura a partir da observação do modo de vida, advém do trabalho de pensadores que percebem a experiência do indivíduo no espaço como o primeiro fator para a sua organização formal.

Por outro lado, serão admitidos os principais referenciais sobre o Movimento Moderno no Brasil, especialmente as obras que têm por enfoque principal a produção residencial, uma vez que o objeto de análise do presente trabalho consiste no exame das particularidades da constituição de um programa das habitações da casa brasileira. Nesse plano, se intencionou verificar as hipóteses indicadas diante da avaliação da representação que a historiografia apresenta sobre o objeto, as documentações, os relatos da época e a análise de algumas edificações escolhidas. A admissão desse recurso se faz cabível nesta seara da pesquisa pelo fato de, por um lado, promover e evidenciar importantes informações referentes ao modo como a história foi elaborada no decorrer do período analisado e, por outro, verificar sua recepção e interpretação pelos diferentes arquitetos e pensadores que se ocuparam em garantir seu andamento.

Para fomentar as discussões e argumentos das reflexões presentes neste estudo, o método de investigação contou com diferentes fontes, como bibliográficas, documentais ou materiais, esta última mediante análises *in loco*. Buscou-se recompor aspectos sobre o objeto estimado por meio de textos de naturezas variadas, como documentos oficiais, relatos dos profissionais da época e escritos elaborados por diversos agentes atuantes nos períodos observados e na sua posteridade. Inicialmente, diante do cenário imposto pela pandemia, pautado pela limitação de acesso presencial aos acervos, bibliotecas e visitas de campo importantes para essa pesquisa, utilizou-se, preferencialmente, estudos já publicados destinados à consulta e reprodução. Apesar das restrições do acesso presencial à essas fontes, a consulta em informações teóricas presentes em publicações

nos permitiu alcançar evidências responsáveis por reconstituir e organizar, nesta tese, informações e interpretações significativas a respeito das épocas estudadas.

Para organizar nossa análise sobre a trajetória histórica no Brasil, foram apreciados dois diferentes recortes temporais, visto como oportunos para evidenciar as especificidades das questões que este trabalho avalia. O marco inicial, ou primeiro recorte, consiste no período relativo ao século XVIII e seu porvir – o qual, em seu curso, se estende até a segunda metade do século XIX arrematado no ano de 1888, com ênfase nas características da ocupação do Estado de Minas Gerais, diante das possibilidades de executar tal análise com o devido grau de aprofundamento. Esse momento corresponde, no interior do desenvolvimento urbano-arquitetônico brasileiro, a uma fase em que as povoações não dispõem de improvisos na sua instalação e as relações sociais se encontram bem definidas, com seus diferenciados agentes socioculturais em notável grau de consolidação. A escolha desse cenário se justifica também pelo vasto conjunto edificado disponível sobre a localidade, associado às possibilidades de verificação in loco das fontes primárias.

A outra delimitação fundamental para este estudo consiste na gênese do Movimento Moderno brasileiro, em meados da década de 1940, momento no qual data a reinterpretação da tradição histórico-cultural do Brasil, mediante a consolidação das novas ferramentas e argumentos agenciados pela modernização europeia e norte-americana. No âmbito da arquitetura, figura essa passagem os esforços em modificar ou, melhor dizendo, aperfeiçoar tanto a infraestrutura urbana das cidades como, principalmente, sofisticar os tradicionais programas, tipologias e setorizações em relação aos novos usos indicados nas residências das camadas médias residentes nos centros urbanos brasileiros.

A escolha em investigar nessa tese esses singulares recortes temporais nos permite, dentre outras coisas, apreciar importantes fatores como a relação de ruptura e continuidade com modos de conceber a edificação e seus respectivos programas, as reformulações técnicas empreendidas na atividade construtiva, o impacto da introdução de novos procedimentos e recursos e, sobretudo, o exame da relação de antítese e

complementaridade entre os argumentos e narrativas coloniais e os pressupostos modernizadores.

Vale nos antecipar em manifestar a frequente dicotomia que envolve as análises deste trabalho: se, de um lado, as hipóteses se apoiam na exposição das inúmeras transformações verificadas na cultura, na sociedade e na arquitetura, por outro lado, os dados que esta tese apresenta apontam para a continuidade de alguns modelos, sistemas construtivos e expressões formais no programa de necessidades do padrão de habitação que figura este estudo. Autores como Carlos Lemos (1999) relatam sobre a permanência ou continuidade de algumas lições e ensinamentos da arquitetura advindas de um passado moderadamente distante. Lemos (1999) destaca a possibilidade de permanência de bases e elementos de composição em curso em outros períodos, associados às novas propostas e soluções do momento posterior. A discussão sobre essa diferenciada forma de avaliar o objeto de pesquisa, pautada pela continuidade ou pela sua reavaliação do enquadramento temporal, reforça a possibilidade de se elaborar um novo modo de interpretação.

No segundo capítulo, intitulado *Em torno da casa de purgar: precedentes históricos filosóficos*, discutiu-se a condição dos estudos históricos, especialmente ao longo do século XX, mediante a observação dos seus princípios e conceitos. Foram avaliados os principais referenciais teóricos da cultura social brasileira procedentes de diferentes momentos da historiografia, como forma de compreender as especificidades dos diferenciados lugares de fala, as variadas narrativas e, sobretudo, o silêncio deliberado e ostensivo acerca de qualificações cruciais para o entendimento integral do objeto. Essa assíncronicidade nos oportunizou avaliar as particularidades de cada momento de acordo com as correspondências e interpretações próprias a cada autor.

A seção seguinte, *Habitação no Brasil: Por que não falamos da Casa Grande?*, apresenta o processo de formação da arquitetura residencial produzida e vivenciada durante o período colonial brasileiro. As considerações deste capítulo visam avaliar e interpretar os sistemas construtivos desenvolvidos no Brasil, pautados pelas colaborações mútuas entre os diferentes agentes no seu processo de formação: o colonizador, os indivíduos já residentes no país e o indivíduo escravizado. Com grande

ênfase na organização espacial entre os recintos das residências e suas respectivas modificações ao longo dos anos, as reflexões voltam-se a verificar como a arquitetura da época reforçou os processos sociais em curso na época e como tal arquitetura participou de um diálogo estabelecido através da organização do espaço entre indivíduos com diferentes posições na sociedade. Ademais, investigar esta arquitetura se faz de absoluta importância nesta tese para verificar como essas tradicionais propostas foram impugnadas ou apropriadas pelos arquitetos do Movimento Moderno, uma vez que nossa reflexão se determina pelos novos contornos alcançados pela arquitetura definidos pelas transformações na organização social do país.

O quarto capítulo, avalia os primeiros passos do Movimento Moderno frente à recente prática da arquitetura tradicional, de modo especial, aquela proposta no decorrer do período colonial do Brasil. Buscou-se entender como a avaliação desta antiga arquitetura conduziu, qualificou e motivou os profissionais atuantes nas primeiras décadas do século XX a tecerem novos rumos para as propostas ou admiti-la como referencial para a resolução de problemas verificados na construção. Evidenciou-se, também, neste capítulo alguns importantes eventos da sociedade, da arte e da arquitetura que contribuíram e direcionaram o decorrer da prática arquitetônica entre as práticas notadas no período colonial e as iniciativas voltadas a modernização da racionalidade arquitetônica. Evidentemente, não foram mencionadas todas as ocorrências e movimentos em sua totalidade, mas se evidenciou aquelas que a literatura indica como fundamentais para a consolidação desta trajetória da nova arquitetura nas principais cidades brasileiras. No entanto, essa investigação não se qualifica unicamente na avaliação de episódios próprios da arte e da arquitetura, mas os vincula aos importantes eventos sociais notados na época, como a vida privada e urbana, as mudanças demográficas nas principais cidades, a implementação e consolidação da indústria no país e os inéditos padrões de consumo notados nas diferentes camadas sociais.

Por fim, o quinto capítulo, nomeado *Arquitetura Conterrânea: A Construção da Modernidade da Arquitetura Residencial no Século XX*, apresenta como os arquitetos envolvidos no Movimento Moderno direcionaram as suas reflexões e propostas frente à trajetória da arquitetura tradicional praticada até poucas décadas antes. Percebendo a

Casa Grande como um referencial temporal e arquitetônico, além de ser um marco como proposta construtiva e experiência social, esse capítulo se apoiará nos argumentos de importantes arquitetos atuantes no século XX, como Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos, que interpretaram tal experiência em suas respectivas produções, seja propondo soluções que visaram o distanciamento ou a negação dessa tradicional proposta, ou vinculando-a ao alcance de importantes soluções. O termo “arquitetura contrterrânea” que nomeia esta seção não diz respeito diretamente à uma categoria formal de investigação, mas se refere à uma busca em reconhecer na arquitetura elementos que foram elaborados no interior da nossa cultura e do nosso território. Contrterrâneo é a expressão que designa a qualificar aquilo que compartilha da mesma origem.

2 - EM TORNO DA CASA DE PURGAR: PRECEDENTES HISTÓRICOS FILOSÓFICOS

Figura 1 - Obra *A benção – olhais para o céu e agradeça suas raízes* (2021)



Fonte: Coletivo Skelltonsxo.

2.1 - A trajetória das pesquisas históricas no Brasil

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz e se lembra de coisas esquecidas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós.

(Lucio Costa, *Sôbre arquitetura*, 1929)

A casa de purgar, nos antigos engenhos, se caracterizava pelo recinto onde ocorriam os principais processos de limpeza, purificação e depuração do açúcar por meio de diversas técnicas de “beneficiamento”, até alcançar um aspecto branco e alvejado. Nesta etapa da produção havia uma separação entre o que se considerava puro e impuro. A pureza do açúcar se determinava por sua brancura, característica que apresentava a adequação para o consumo no mercado europeu-ocidental.

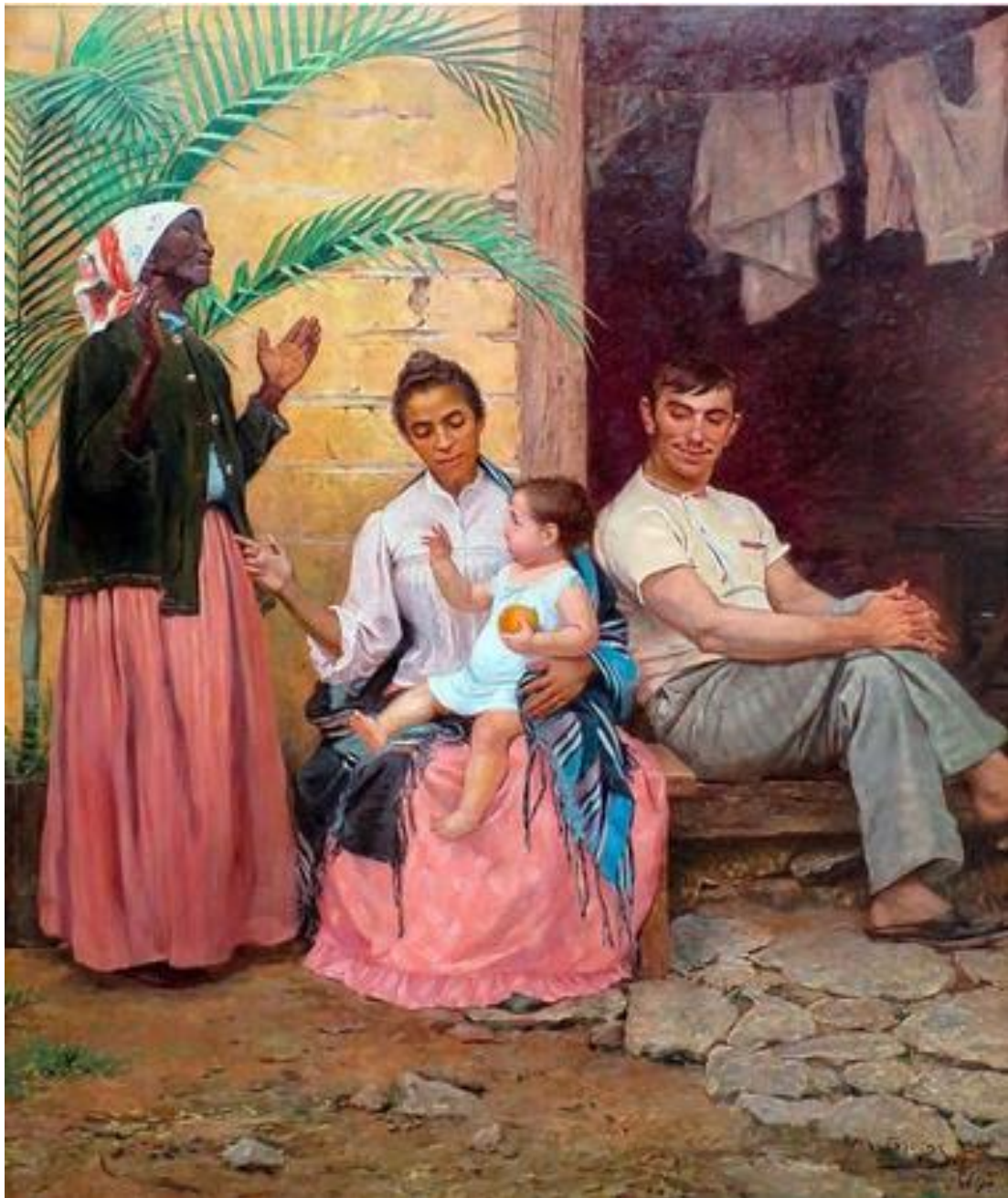
Neste trabalho, essa metáfora da casa de purgar, para além do seu sentido histórico, nos encaminha à lógica colonial da produção econômica e organização epistemológica: em meio a todos os agentes envolvidos, advindos de diferentes localidades, resta como apropriado apenas as orientações eurocêntricas e seus respectivos interesses. Estamos aqui a aludir e apresentar uma disputa de narrativas, pois, se de um lado nota-se um evidente e inegável projeto embranquecedor do conhecimento ao longo da história do Brasil nos últimos séculos, por outro lado, se organizam as inúmeras contribuições à cultura e sociedade do país, as quais atravessaram uma contundente passagem de deterioração intensamente endossada pelo projeto da colonização. Essas colaborações têm por agentes principais os grupos indígenas, os povos negros e um conjunto de modos de vida que não estão em conformidade com o modelo ocidental. Ao contrário do açúcar, a memória desse processo não é nem um pouco doce, pois está apoiada em crônicas e realidades silenciadas, conflituosas e – ainda – negadas.

As perspectivas coloniais organizaram não somente a economia e política, como também, em sua conservação ao longo do século XX, diversas produções das ciências sociais, dos saberes exatos, da medicina e da arte. A obra do artista espanhol radicado no Brasil Modesto Brocos y Gómez (1852 - 1936) manifesta de maneira ostensiva as expectativas embranquecedoras – em todos os sentidos possíveis para este termo – ainda presentes na sociedade da época. No seu trabalho nomeado *A redenção de Cam*, realizada entre 1895 e 1900, Brocos utiliza de uma passagem bíblica para elaborar tal pintura, a qual endossa o anseio em desqualificar os indivíduos negros notados nos primeiros anos do século XX. Na passagem bíblica, Cam é filho de Noé, e teria sido amaldiçoado pelo pai para que toda a sua descendência fosse constituída por escravos. Na narrativa apresentada pela bíblia:

Noé, que era agricultor, plantou uma vinha. Tendo bebido vinho, embriagou-se e apareceu nu no meio da sua tenda. Cam, o pai de Canaã, vendo a nudez de seu pai, saiu e foi contá-lo aos seus dois irmãos. Mas, Sem e Jafet [irmãos de Cam], tomando uma capa, puseram-na sobre seus ombros e foram cobrir a nudez do seu pai, andando de costas; e não viram a nudez de seu pai, pois que tinham os seus rostos voltados. Quando Noé despertou de sua embriaguez, soube o que lhe tinha feito o seu filho mais novo. ‘Maldito seja Canaã, disse ele; que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!’ (Gênesis, 9:20-25)

A obra de Brocos retrata três gerações de uma mesma família: a idosa negra de pele retinta; sua filha, uma mulher negra de pele clara, e seu marido, um homem branco; além da filha desse casal, uma criança de fenótipo branco. No quadro, o pai da criança seria um branco europeu e a idosa aparece de mãos direcionadas ao céu, como se estivesse a agradecer o fato de a criança ter nascido de pele clara e, portanto, sem a maldição de Cam apresentada pelo livro de Gênesis – episódio que justifica o uso do termo “redenção” para nomear a obra.

Figura 2 - Obra *A redenção de Cam* (1895), elaborada por Modesto Brocos y Gómez



Fonte: Site Museu Nacional de Belas Artes.

Este trabalho do pintor espanhol relata exatamente os anseios das propostas deliberadas de miscigenação dos indivíduos brasileiros na época. Em sua explicação no congresso de 1911, Baptiste reforça sua crença de que as características físicas das pessoas brancas eram superiores em relação à aparência das negras, e expõe que após aproximadamente

um século do início da miscigenação forçada não existiriam mais negros no Brasil. Entende-se como miscigenação forçada nesse cenário as diversas políticas e iniciativas datadas na primeira metade do século XX, voltadas a estimular o branqueamento da população brasileira, cujas propostas se intensificaram no decorrer da gestão do presidente Getúlio Vargas.

Em Londres, no ano de 1911, sedia-se o Primeiro Congresso Mundial das Raças (*First Universal Races Congress*), cujo evento tinha por objetivo discussões sobre a promoção das políticas imperialistas europeias e, principalmente, os desafios raciais apontados nas relações entre o Oriente e o Ocidente. Na ocasião, reuniam-se diversos sociólogos, antropólogos e pensadores das ciências sociais de mais de cinquenta países, sendo o Brasil representado pelos médicos Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e João Baptista de Lacerda (1846-1915), importantes nomes nas iniciativas de branqueamento racial enviados ao evento pelo então presidente Hermes da Fonseca. Esses profissionais buscavam estratégias de redefinir o padrão fenotípico do país frente à situação racial verificada no Brasil, cuja população se compunha por uma maioria de indivíduos negros, conforme evidenciado no Quadro 1. Lacerda apresentou a obra de Brocos produzida alguns anos antes para elucidar a conveniência e as contribuições da sua tese sobre os benefícios da miscigenação das raças no processo de evolução social do Brasil (Souza & Santos, 2012).

Quadro 1 - Censo demográfico realizado em 1872 - Porcentagem de negros “pardos” e “pretos” na população total

Porcentagem de negros “pardos” e “pretos” na população total				
Província	População total	Pardos	Pretos	%
Alagoas	348.009	210.802	42.045	72,7
Amazonas	57.610	7.644	1.943	16,6
Bahia	1.379.616	633.752	371.258	72,8
Ceará	721.686	357.420	42.593	55,4
Espírito Santo	82.137	27.385	22.641	60,9
Goiás	160.395	90.498	23.718	71,2
Maranhão	359.040	167.692	76.882	68,1
Mato Grosso	51.745	19.777	9.573	56,7
Minas Gerais	2.039.735	703.952	471.786	57,6
Pará	275.237	105.307	32.707	50,1
Paraíba	376.226	188.241	33.697	59,0
Paraná	126.722	34.745	13.192	37,8
Pernambuco	834.314	409.807	123.285	63,9
Piauí	202.222	116.499	28.823	71,9
Rio de Janeiro	1.057.696	254.994	338.853	56,1
Rio Grande do Norte	233.979	90.444	30.031	51,5
Rio Grande do Sul	434.813	71.257	79.472	34,7
Santa Catarina	159.802	16.594	14.374	19,4
São Paulo	837.354	196.458	167.999	43,5
Sergipe	176.243	91.024	32.354	70,0

Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, 2023

Em contrapartida, a partir dos últimos decênios do século XIX se estabeleceram no Brasil significativas modificações no âmbito legislativo, social e urbano frente às diversas e inéditas determinações associadas, de modo especial, aos novos sentidos atribuídos à gestão do país. Contudo, compreende-se essas transformações como produto das ocorrências empreendidas nos séculos anteriores, e que envolvem diversas esferas da sociedade, tais como as notáveis variações econômicas, as diversas mobilidades na organização política do território e, sobretudo, as heterogeneidades notadas na condição demográfica no país no decorrer deste período. Para compreender as propostas do século XIX e do seu porvir, especialmente nas reflexões da arquitetura, o conhecimento das realizações e ocorrências preambulares são altamente oportunas, para que seja garantida a lisura e precisão acerca dos projetos e realizações observados.

O salto do presente ao passado e o livre trânsito entre épocas diferentes são assegurados pela existência de um denominador comum a todas as manifestações artísticas: a forma como expressão fiel das condições técnicas, econômicas e social do lugar e época. [...] A história é instrumentalizada para justificar a atividade do profissional, que fica investida da autoridade do passado e, mais ainda, fica concebida como ponto culminante do processo evolutivo da arte (Puppi, 1998, p. 55-56).

Este trabalho se apoia na busca de compreender a modernização do Brasil em diversos aspectos, de modo especial na arquitetura – objeto central desta investigação –, cujos esforços passam a ser observados com maior objetividade a partir do último decênio do século XIX. Podemos mencionar que o campo dos estudos sobre as humanidades reúne um grande conjunto de reflexões, tais como aquelas encabeçadas pela Geografia Histórica, cujas pesquisas se ocupam em analisar, dentre outras coisas, a relação entre o homem e o território e os vários debates que descendem da ideia de modernização. O principal aspecto da Geografia Histórica que contribui para a presente proposta consiste em um dos pilares que a regulamentam no campo de conhecimento: o entendimento de que o passado se materializa na paisagem e no território e condiciona diversos elementos do seu cotidiano, justificado na presença de dados empíricos nas diferenciadas modalidades de proposição de espaços. Nas palavras de Matos e Costa (2019, p. 10):

[a geografia histórica] em sua abordagem, propõe que as territorialidades não sejam interpretadas como meros receptáculos nos quais se reproduzem as mobilidades e as relações de dominação, mas que sejam incorporadas às análises como parte da formação das estruturas e dinâmicas contemporâneas, junto ao poder que incorpora, das iniciativas que

gera, das transformações que coage e das inter-relações entre sujeitos.

Os autores (2019) defendem que esse processo de mudança e redefinição em diversos eventos na história se determina pelas relações institucionais de poder e pela estrutura produtiva do espaço, vistas como categoria de observação da cultura, da memória e testemunha desses diversos movimentos. Essa vertente de estudo busca nos antecedentes históricos elementos que oportunizam a interpretação da contemporaneidade, supõem suas singularidades e excepcionalidades e, sobretudo, evidenciem a importância dos diversos sujeitos atuantes na trajetória de transformação do espaço e da cultura. Nos estudos sobre a formação socioespacial do Brasil, essas análises enfatizam os séculos XIX e XX na ocasião de redefinição da condição urbana e da economia do país. Como salienta Matos (2019, p. 26):

Nascia um novo sistema econômico que não poderia conviver com o velho mandonismo da realeza. A nobreza teria de ceder espaço político para a afluente burguesia, ávida de novas regras e de proteção à lucratividade exponencial que se anunciava em seu horizonte. O antigo regime e os renitentes espaços feudais não suportariam a velocidade de mudanças em alguns países, onde o Estado era redesenhado para proteger os mercados em expansão, enquanto os grandes centros urbanos passaram a comandar o ritmo da atividade econômica e a reestruturar todos os espaços produtivos, todos os velhos contratos e antigos privilégios do regime monárquico.

Essas avaliações amparam diretamente o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que o objetivo desta tese versa sobre a modernização da arquitetura residencial brasileira – cuja investigação destacará com maior precisão, mais adiante, as contribuições advindas das residências tradicionais presentes no Estado de Minas Gerais – à luz das evidências

observadas na sua história recente e antiga. Vale lembrar que o uso do termo “modernização” quando se investiga as cidades erigidas no período colonial brasileiro tem por propósito aludir à formação de centros urbanos e vilas compostas por assentamentos densos que, como no caso de Minas Gerais, comumente se instalavam ao longo de rios e lavras, e contrapunham-se às ocupações de características notoriamente rurais, muito representadas pelas fazendas coloniais da época (Andrade, 1995). Em meio aos elementos que garantiam a efetiva modernidade destas cidades e vilas, se destacam a grande circulação de pessoas e bens (em especial o ouro, que representava uma inédita moeda), o desejo de expansão econômica e, particularmente, os primeiros esboços das iniciativas de independência locais e regionais.

No âmbito dos estudos sobre tais eventualidades, a existência das relações coloniais, escravocratas e os acordos com diferentes sociedades africanas durante muito tempo não compunham os diálogos das importantes publicações da historiografia brasileira, cujo debate frequentemente era menosprezado pelas referências disponíveis. O historiador Manolo Florentino, em sua obra *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e o Rio de Janeiro* (1995), alerta ainda que sobre esse momento da história, ainda são pouco numerosos os estudos que visam apontar as especificidades das resoluções estabelecidas entre Portugal, Brasil e África e os principais desdobramentos que os sistemas sociais e econômicos verificados nessas localidades até o século XIX nas organizações posteriores.

2.2 - Os principais relatos e propostas teóricas sobre a representação histórica do Brasil no contexto da modernização

Antes de aprofundar nos estudos da arquitetura residencial do período que incide sobre a presente pesquisa, se faz adequada a investigação das análises sobre história social do Brasil à época. Esta verificação se concentrará na análise das principais obras acerca da história do Brasil, cuja data de elaboração e publicação se situam, simultaneamente, as propostas de modernização da arquitetura brasileira. Tal seleção e análise se justifica pela intenção em, à luz do conhecimento dessas propostas e reflexões, verificar as possíveis apropriações e articulações à racionalidade da arquitetura do Movimento

Moderno brasileiro, bem como o modo que os arquitetos e intelectuais envolvidos nesta conjuntura elaboraram os diálogos e narrativas fundamentais voltados à composição da identidade nacional em esferas diversas.

Aprecia-se, nesta seção, como os argumentos dos pensadores elencados a seguir estimularam e fomentaram a representação não somente da cultura e sociedade brasileira, mas também o repertório que conduziu as proposições sobre a arquitetura da primeira metade do século XX. Vale esclarecer que o conceito de “representação” aqui admitido muito se aproxima daquele explicado pelo historiador francês Roger Chartier (2002), cuja explicação reconhece a diversidade de considerações e interpretações acerca de um mesmo objeto. Para o autor, a ideia de representação, embora aspirem pela compreensão universalizada de determinado tema perante a razão, sempre se condiciona pelos interesses dos grupos ou agentes que a forja. Em outras palavras, cada relato ou discurso determina-se pela posição de quem os elabora. Como discorre Chartier (2002, p.17):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio.

Nesse sentido, o autor chama atenção para o fato de as possíveis – e, frequentemente, inevitáveis – demonstrações e interpretações diferenciadas em torno de um mesmo tema, cuja avaliação tem sua origem na representação do objeto, frente a um condicionamento preliminar voltado a validar as posições de um determinado grupo. O historiador Fabiano Coelho (2013) testemunha as colocações de Chartier ao apresentar que as representações têm por fundamento principal reproduzir um determinado mundo social, este entendido como a matriz que determina o discurso e as práticas dos grupos em diversas searas. Para Coelho (2013), a compreensão da representação de uma organização consiste no entendimento da conformação social que se refere a mesma. Esses ensinamentos de Chartier (2002) e Coelho (2013) se fazem evidentes na produção bibliográfica sobre arquitetura produzida no Brasil ao longo do século XIX e XX, dado que diversos autores buscaram promover e legitimar o contexto em que atuavam por meio da produção de pensamento e teoria. Desse modo, a análise comparada de alguns autores permite a percepção da diversidade de modelos de representação, cujo recurso se faz útil nessa pesquisa para a compreensão dos parâmetros utilizados na produção da historiografia e na reprodução, de maneira diversa e assíncrona, de uma mesma realidade social. Ou, ainda, a partir da análise dessas diferentes referências torna-se possível evidenciar aspectos divergentes e negligenciados pelas narrativas propostas pelos estudos de maior proeminência.

Em meados de 1850, o historiador novecentista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 – 1878) publica a obra *História Geral do Brasil*, composta por textos e estudos que superaram as análises anteriores ao dispor de documentação mais completa, confiável, crítica e com posições teóricas bem definidas. Esse estado das pesquisas do autor se deu em virtude do seu pioneirismo em pesquisas nos raros arquivos sobre história do Brasil, situados instituições nacionais e no exterior. Suas obras, amparadas pelo recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), representam uma inédita observação sobre a documentação histórica do país, tanto pela metodologia empregada quanto pela condição histórica que envolveu a ocasião da sua escrita. Reis (2007, p. 24) apresenta o cenário de elaboração do IHGB e as determinações que, em seguida, norteariam o trabalho de Varnhagen:

A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro. Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelo para as futuras gerações. O IHGB produziu uma história biográfica, constituindo uma galeria de vidas exemplares que iluminavam a ação futura.

E completa ao explicar que,

No essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil. O português foi o inventor e motor essencial do Brasil. [...] O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, como se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da igreja e da escola; como chegavam as plantas e as árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar, ainda, como chegavam as ideias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. (REIS, 2007, p. 27)

Os estudos de Varnhagen se colocavam a disposição de indicar que a cultura brasileira deveria permanecer a ser determinada pelas concessões lusitanas, ou seja, a nova estrutura política e social que se instituía naquele momento deveria ser continuidade das disposições coloniais. Para o autor, Portugal inseriu o Brasil no contexto da “grande história” e, na sua defesa da sociedade escravista, argumentava que a história tinha como

autores os indivíduos de notoriedade social como reis, governadores, bispos e não indivíduos incultos, ao se referir aos negros e indígenas (Odália, 1979). O patriotismo reacionário de Varnhagen estava diluído à família real portuguesa e seus feitos, a ponto de na década de 1840 ele dispor ao jovem imperador Dom Pedro II suas contribuições para a elaboração da identidade da sua gestão, e conquistou, além da confiança do monarca, recursos para dar andamento às suas pesquisas e publicações. Para o pesquisador Nilo Odália (1979), essa condição que envolveu as propostas de Varnhagen apontam para a apropriação dos estudos históricos por parte do processo de dominação social notado da política brasileira da época.

O olhar de Varnhagen sobre o Brasil muito se fraterniza à visão do colonizador português. As posições encabeçadas pelo autor se pautavam em uma conceituação conservadora dos eventos históricos, regulada pelo elogio à conquista do Brasil por parte dos portugueses, à escravidão e à superioridade de Portugal frente à realidade brasileira. Ainda hoje, essa representação do Brasil se mantém viva e defendida por diversos pesquisadores e tal pensamento ainda é ensinado no ensino básico. No entanto, ao situar a obra de Varnhagen – autodenominado como um dos interlocutores do debate sobre a história do pensamento político da época – no momento da sua escrita para se realizar uma análise apropriada, seu trabalho representa o pensamento predominante no Brasil do século XIX, em especial entre os principais intelectuais.

Em outra categoria dos estudos, as propostas do historiador cearense Capistrano de Abreu (1853 – 1927) representam uma das primeiras observações que priorizavam o rompimento com as determinações do passado colonial em relação ao futuro social do Brasil, e defendia que o porvir do país devia ser brasileiro e não luso-brasileiro. Para o autor, esse desejo de ruptura se delineava desde o auge da colonização e significava, para além da liberdade econômica, a autonomia cultural, intelectual e política.

Originário de uma família escravocrata e, ao mesmo tempo, modesta, Abreu atuou profissionalmente em jornais, escolas e bibliotecas do Rio de Janeiro, trajetória que lhe permitiu inferências inovadoras a respeito da historiografia brasileira. Embora sua obra seja restrita e composta por ensaios curtos, como *O Necrológio de Varnhagen* (1878) ou *Capítulos de história colonial* (1907), seus estudos firmavam características inéditas às

reflexões da teoria histórica da época, especialmente do ponto de vista metodológico, ao elaborar textos com escrita precisa e resoluto. Para diversos pesquisadores, os textos de Abreu inauguraram as propostas de uma nova modalidade de pensamento histórico, na qual a condição fundamental consiste na atribuição do indivíduo brasileiro o estado de sujeito da sua própria história. Nesse sentido, os estudos de Abreu se qualificavam mediante a valorização do povo, dos costumes, da miscigenação étnico-cultural espontânea, da natureza e das eventualidades políticas do Brasil. E completa Reis (2007, p. 95):

O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro e, para melhor vislumbrá-lo, Capistrano recupera o passado deste povo em suas lutas e vitórias. Capistrano foi pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, contra o português e o Estado imperial e as elites luso-brasileiras. [...] Ele não fez uma história exclusivamente político-administrativa ou biográfica, mas procurou apreender a vida humana na multilinearidade de seus aspectos fundamentais.

Deste modo, o significado da sua obra consiste, dentre outras coisas, na consciência de que o fator fundamental na formação da história vincula-se à verificação dos fenômenos humanos em toda sua complexidade. Diferentemente dos historiadores que atuaram em gerações diferentes da sua, Abreu não observa a história sob a documentação das eventualidades econômico-políticas, mas insere o indivíduo comum como o objeto central das suas pesquisas.

Leitor atento e crítico de Varnhagen, o autor fará sua inovadora interpretação histórica do Brasil. Essa inovação se atribui, primeiramente, à sua origem social e sua organização familiar, seguida pelo momento da escrita, em evidência aos novos esforços intelectuais verificados no país a partir dos anos de 1870. Esse ambiente verificado e documentado pelos registros de alguns intelectuais atuantes na época pautava a vida sociopolítica com maior grau de complexidade, especialmente diante das eventualidades de grande

significado daquele período. Dentre as principais eventualidades observadas, se destacam a Guerra do Paraguai, datada entre os anos de 1864 e 1870, e o esquema de extinção da política colonial, cujo programa teve seu ponto mais memorável com a abolição da escravatura e Proclamação da República, nos anos de 1888 e 1889, respectivamente (Chacon, 1977).

Talvez a condição temporal seja a principal diferença entre Varnhagen e Abreu: enquanto o primeiro observara o momento de ascensão da célebre Monarquia no Brasil, o segundo testemunhou o contexto de esgotamento e perecibilidade do poder, contexto pautado pela busca de novas bases econômicas, políticas e sociais para o país. Essa diferença de cenário entre os autores, inegavelmente, viabilizaria diálogos diferenciados. Sobre tal fato, o sociólogo brasileiro Renato Ortiz, em sua obra *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985) conclui que:

Os intelectuais brasileiros do final do século XIX começaram a perceber a distância entre a realidade brasileira e o pensamento que eles próprios produziram. Havia um esforço de todos para encarar de forma nova o passado brasileiro. Tinham, agora, uma preocupação ‘cientificista’. [...] A preocupação científicista de Capistrano era de toda uma nova geração. No pós-Guerra do Paraguai, essa geração quer reinterpretar a história brasileira, privilegiando não mais o estado imperial, como Varnhagen, mas o povo e sua constituição étnica. (Ortiz, 1985, p. 89)

Nesta nova conjuntura que Abreu estava inserido, os intelectuais de maior projeção acreditavam que a sociedade e as potencialidades humanas deveriam ser estudadas com o mesmo rigor e objetividade com que se observava os fenômenos da natureza, por acreditarem que todos esses fatos estavam submetidos a leis de desenvolvimento. Nesse sentido, o pensamento histórico se expressa como um mecanismo auto-regulado e passível de conhecimento objetivo, visto que tal consciência se determina por um conjunto de métodos organizados. Essa posição influenciaria os estudos de Abreu – em

observação ao pragmatismo das suas posições – e de diversos intelectuais da sua época, como os escritores Euclides da Cunha e Tobias Barreto. A obra de Abreu demarca a divisão das discussões históricas no Brasil do final do século XIX: se, de um lado, veiculava-se as propostas conservadoras de Varnhagen, por outro, Abreu propunha a revisão intelectual acerca dos registros históricos amparado por propostas teóricas mais apropriadas e conformes com as inéditas dinâmicas culturais verificadas na virada do século.

Apesar de desfrutar de diversas influências, autores como o historiador Pedro Moacyr Campos (1983) atribuem a objetividade dos textos de Abreu às contribuições advindas da metodologia literária alemã do século XIX, pautadas pelo rigoroso estudo dos documentos com a finalidade de garantir veracidade aos estudos e fatos apresentados. Campos (1983) completa que a detalhada observação das fontes de pesquisa e a descrição das relações do indivíduo com o seu meio geográfico também são cooperações da literatura alemã muito presentes na obra de Abreu. Para Reis (2007), o encontro dos estudos de Abreu com a metodologia alemã pode ser observado na preocupação com a consulta documental, na busca pela autenticidade, na veracidade das fontes e na dedicação para alcançar análises objetivas. Essa austeridade e prudência de Abreu para com os fatos analisados culminava na elaboração de textos que nunca se apoiam em uma explicação unilateral da história, mas sempre apontam para a interlocução das diversas instâncias sociais fundamentais para a interpretação das coisas e das ocorrências.

[...] foi o estudo de documentos, o primado do objeto, que converteu Capistrano do cientificismo à ciência. A rebeldia das fontes diante dos esquemas interpretativos fez com que ele os restringisse a hipótese de trabalho. O real era reconstruído a partir de sugestões científicas que conduziam ao levantamento dos fatos. A composição e a interpretação desses fatos obedecem à lógica da compreensão histórica. (Campos, 1983, p. 92)

Para Campos (1983), talvez a principal qualidade de Abreu como historiador seja a síntese dos seus estudos precedida por longas e rigorosas investigações. Em observação à obra *Capítulos de história colonial* (1907), se trata de um estudo altamente modesto, eloquente e elaborado mediante um novo método de verificar e apresentar as eventualidades da história do Brasil. Embora pouco volumosa, esta obra dispõe de linguagem descomplicada e apresenta a observação vasta e exaustiva dos documentos históricos, em um período em que frequentemente se desprezava as narrativas sobre o Brasil em função das ainda potentes disposições ocidentais frente à cultura local. Em seu conteúdo, Abreu se dedicou a apresentar a luta dos brasileiros pela independência e a oposição à opressão do Estado, além de apresentar os principais aspectos da vida brasileira em reflexões que tinham por objeto central o povo. Conjuntamente, alguns dos principais episódios da história política do Brasil foram explicados, como as lutas e conflitos documentados desde a chegada das expedições portuguesas, todavia, a narrativa de Abreu buscou privilegiar as disposições e desdobramentos sobre o indivíduo comum.

[a proposta de Capistrano de Abreu] não faz uma história oficial, ligada ao Estado; sua história não é só político-administrativa, mas também social e cultural. E a diferença maior: não faz um elogio da conquista e colonização portuguesa, mas da conquista e colonização do Brasil pelo brasileiro mestiço; não relata a conquista do litoral, mas a ocupação do interior; o sujeito da história do Brasil não é mais o europeu branco, cristão e súdito do rei, mas o brasileiro mestiço, ainda cristão, mas sem uma expressão política clara; não faz uma história da constituição da identidade brasileira em moldes europeus, mas busca as identidades brasileiras no interior, no sertão e nas rebeliões. (Ribeiro, 1995, p. 118)

Neste estudo, o autor apresenta importantes elementos da história social do Brasil muito pouco discutidas anteriormente, como a vida comum e modos de viver, os tipos étnicos,

as condições de território, as profissões, as diferenças sociais e a urbanidade. Todavia, o apontamento mais importante e inovador desta obra de Abreu, especialmente em relação à sua geração profissional futura, consiste na apresentação da diferença entre o projeto da colonização em curso há três séculos e as novas potencialidades e valores autóctones que emergiam no país. O propósito do autor se determina pelo anseio em reescrever a história e modificar o futuro do Brasil frente à realidade colonial, que ainda apresentava reminiscências em andamento.

Abreu (1975), nos primeiros capítulos, inicia seu estudo mediante apresentação geográfica do país no momento da “descoberta”, e avalia dados elementares como relevo, vegetação, flora, fauna e mapeamento do território como quem prepara o leitor para a compreensão do contexto que se desenrolará ao longo da história. O autor também descreve o indígena e menciona as particularidades que qualificam a vida social deste grupo, como comportamentos, religiosidade, técnicas e trabalho.

O autor (1975) aprecia e documenta a presença do europeu e do africano em sua obra, cujos sujeitos ele tratará com maior precisão a partir do terceiro capítulo. O autor descreve esses dois grupos como “exóticos”, dado que, em suas conclusões, apenas os indígenas poder sem classificados genuinamente originários do Brasil, especialmente no contexto que se estabeleceu a colonização. No caso dos negros, Abreu aprofunda pouco nas considerações acerca deste grupo e apresenta observações muito breves, embora discorra sobre suas notáveis contribuições à história do país. A concentração e aprofundamento das suas pesquisas se dará em torno da relação entre os portugueses e indígenas, bem como nas explicações acerca do mestiço.

Reconhecida a grande importância da obra de Abreu para a sua posteridade e as possibilidades teóricas que ele oportunizou, com a virada do século XIX para o XX, as publicações de Varnhagen e do historiador pernambucano Gilberto Freyre (1900 – 1987) tiveram maior influência sobre as elites intelectuais em estudos sobre o decorrer histórico do Brasil até meados da década de 1950. Todavia, Freyre, amparado pelas análises inauguradas por Abreu, amorteceu e moderou as propostas teóricas de Varnhagen ao introduzir na interpretação da formação histórica do Brasil a recusa do

branqueamento da cultura, além de reconhecer a contribuição dos negros na organização da vida social e privada.

Ainda que os estudos de Varnhagen e Freyre tenham alcançado maior projeção, as diferenças – teóricas e temporais – entre esses dois pensadores se demarcam e harmonizam pelos estudos de Capistrano de Abreu. Os estudos de Abreu apresentam diálogos diretos com as propostas históricas de Freyre: ambos optam por apresentar como protagonistas da história a massa anônima, e não os heróis oficiais como defendido enfaticamente por Varnhagen. Em suas obras, de modo especial o texto *Capítulos de história colonial*, publicado em 1907, Abreu foi um dos primeiros pensadores a defender o que alguns autores classificam como “rebelião brasileira”, episódio que ampara a oposição ao autoritarismo da Coroa portuguesa, além de inaugurar uma corrente de interpretação do Estado antielitista e antiescravista. Nesta obra, Abreu se dedica a observar a história da vida social brasileira e aponta costumes que serão significativos para a compreensão das relações verificadas na Casa Grande, como a escravidão doméstica, a participação do negro nas relações familiares e organização do trabalho no interior dessas casas.

Abreu, no capítulo 11 da obra citada acima, intitulado *Três séculos depois*, levanta debates de ordem espacial que apoiará, diretamente, a elaboração de *Casa Grande & Senzala* por Freyre anos depois, ao antecipar temas como a abordagem sobre a intimidade das mulheres, dos negros, mestiços, mineiros e particularidades verificadas na vida social desses grupos. Autores, como Reis (2007) afirmam que este capítulo de Abreu representa nos estudos históricos uma espécie de pré-projeto da obra de Freyre, ao inaugurar a observação da vida comum da América Portuguesa. No entanto, ainda que as obras de ambos apresentem diálogos significativos nos estudos historiográficos desta esfera, nota-se diferenças estruturais na metodologia de observação da história colonial e na modalidade de interpretação. Enquanto Freyre, em diversas passagens, defende aspectos do passado colonial com narrativas conservadoras, colonizadoras e escravistas, em continuidade à argumentos empreendidos anteriormente por Varnhagen, Abreu elabora uma corrente de análise oposta, de caráter antipatriarcal, emancipacionista e mestiça.

Em relação à produção de Freyre, suas principais obras – *Casa grande & senzala* (1933), *Sobrados e mocambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959) – representam os estudos sobre história do Brasil mais veiculadas no país e mais traduzidos e editados no exterior. Além do sucesso de reprodução das suas obras, Freyre conquistou prêmios e títulos em quase todas as universidades do mundo, sob os rigorosos critérios utilizados por tais instituições para a concessão de tais honras acadêmicas.

Sua obra é reconhecida como uma referência superior da ciência social pelos mais importantes cientistas sociais do mundo: L. Febvre, F. Braudel, R. Barthes e outros. Entretanto, ele jamais aceitou ser classificado como um ‘especialista’ das ciências sociais, antropólogo, sociólogo ou historiador, e sempre se apresentou como escritor ou ensaísta. O que não limitou, no interior das ciências sociais, a repercussão e o alcance da sua obra, que são enormes, pelas inovações metodológicas, pela flexibilidade e beleza do texto, algo original, reunindo literatura e ciência social. (Motta, 1981, p. 51)

Inicialmente voltada a elaborar explicações sobre a sociedade patriarcal e os processos de miscigenação notados no Brasil, a obra *Casa Grande & Senzala* (1933), seu ensaio com maior índice de reprodução e publicação, tem uma estrutura muito objetiva e expõe de forma precisa suas considerações a respeito da formação da sociedade agrária, colonial e escravocrata do país, e considera os diferentes agentes envolvidos, evidenciados por Freyre a partir da figura do indígena, do português e do negro. Embora tenha dado ênfase às habitações nos engenhos canavieiros e suas dependências, para o autor (1933), a história da residência no Brasil muito se associa com a trajetória da família patriarcal, e a Casa Grande será o palco que, além de sediar, dará ênfase à essa organização colonial, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto social. Sobre esta ocorrência, o historiador Evaldo Cabral de Mello (1991, p. 414) evidencia que:

A família patriarcal era sobretudo o produto de uma concepção autoritária da natureza das relações entre seus membros. Quanto à associação entre patriarcalismo e ruralidade, a família de sobrado urbano foi tão patriarcal quanto a de casa-grande rural. O patriarcado de homens de negócios que se consolidou desde o século XVII nas cidades portuárias da América portuguesa não foi menos patriarcal na sua teoria e na sua prática do que sua contraparte agrária. Ocorreu apenas que, em razão do espaço urbano e da natureza das atividades comerciais, ele ficou menos exposto às deformações que a escravidão e a grande propriedade imporiam à família rural.

Assim, a Casa Grande, acompanhada por suas instalações e recintos secundários, como a plantação, a senzala e a capela, representa o centro da história colonial do Brasil pelo fato de, como comenta Freyre (1996), ali se constituírem os principais agentes e sujeitos desse cenário: o senhor patriarca acompanhado da sua longa família – oficial e furtiva –, seus escravos domésticos e aqueles que trabalhavam nas atividades produtivas, seus agregados e seus negócios.

Diante desse argumento, Freyre aponta que a residência senhorial detinha um grande valor na sociedade colonial por congregar as principais atividades no Brasil, especialmente entre os séculos XVI e XIX, e por representar, além de moradia, todas as demais práticas da vida comum: servia como capela, escola, oficina, hospital ou santa casa, convento e empresa (Freyre, 1996). Todavia, autores como Reis (2007) afirmam que o ponto de vista elaborado por Freyre apresenta a significativa aderência ao projeto da colonização portuguesa para o Brasil ao inferir que a observação de autor acerca da sociedade colonial se estabelece a partir da janela da sala de visitas da Casa Grande, do alpendre.

Para Freyre [a colonização], foi um encontro fraterno, solidário, generoso, democrático, viabilizado pela miscigenação.

Vencedores militar e tecnicamente de indígenas e negros, os portugueses tiveram, no entanto, de transigir com eles quanto à vida familiar e social. A vitória militar foi o fato inicial da relação, foi o que a constituiu. (Reis, 2007, p. 66)

Freyre reconhece e documenta aspectos importantes para a compreensão da cultura e da sociedade brasileira ainda não tratada por nenhum outro pensador anterior à sua geração: as contribuições e as influências que o negro exerceu ao processo de constituição destas instâncias no contexto brasileiro. Assim, o autor aponta que no Brasil, a presença do negro, livre ou cativo, modificou a religião cristã, o idioma, as regras alimentares e o imaginário acerca da cosmologia. Na sociedade colonial, em especial, essas colaborações acima descritas se deram por agentes muito evidentes, quase sempre indicados pelas funções dos próprios escravizados, como a ama de leite, a cozinheira, o indivíduo curandeiro – a quem a cultura popular passou a classificar como o *preto velho* –, os mestres de ofícios ou a mucama. Em sua análise, o autor diferencia o negro livre do escravizado, sob a perspectiva que exerceriam contribuições diferentes. No entanto, para Freyre (1996), naquele cenário o cativo não poderia oferecer contribuições socioculturais efetivas pelo fato de estar moralmente rebaixado e depreciado se comparado ao negro que gozava da liberdade. Em contraponto – talvez essa indicação do autor apresente equívocos – se faz importante ressaltar que muitos dos registros da história brasileira consideraram apenas os elementos da cultura oficial e, por vezes, sintetizadoras quanto à experiência arquitetônica da época, como reconhece o autor:

Entre esses extremos tem havido vários tipos intermediários de habitação caracteristicamente brasileiros: as pequenas casas da roça e das cidades, com sua variedade de aparência e de plano. Mas acreditamos haver acenado, atribuindo àqueles tipos extremos de habitação [sobrados e mucambos], o máximo valor simbólico que lhes atribuímos, dentro dos traços predominantes na configuração social brasileira do século XVI aos fins do século XIX. Quase negligenciados pode ser também, do ponto de vista

sociológico, os tipos intermediários de casa na paisagem brasileira daqueles quatro séculos, sem que essa quase negligência em desconhecer-se o fato de terem existido: chegaram a repontar nos próprios anúncios de jornal dos começos do século passado sob a forma de ‘casas térreas para pequenas famílias’, de ‘casas de porta e janela’, de ‘sobrados pequenos’. Num estudo etnográfico da casa no Brasil estaríamos obrigados a registrar todos os tipos de habitação brasileira. Recordando tal distinção, pretendemos estar nos explicando de ‘deficiências’ que nos acusam alguns críticos nacionais e dois ou três estrangeiros, para os quais fomos excessivos na simplificação dos tipos brasileiros de habitação dos séculos XVI – XIX em Casa-grande & senzala, em Sobrados e mucambos.” (Freyre, 2013, s/p.)

Ainda que sejam inegáveis a importância e o significado da obra de Freyre para a literatura referente a esta temática, nas últimas décadas seus estudos têm sido revisitados por diversos pensadores, os quais apontam para a necessidade de cuidadosas revisões e de análises críticas acerca da documentação consultada pelo autor. Para o historiador Roberto Motta (1981), alguns pesquisadores se mostram resistentes quanto aos estudos e contribuições de Freyre por acreditarem que seus textos e informações, apesar de racionalmente elaborados, são conduzidos por considerável tendência de afetividade literária e subjetividade. Os questionamentos versam sobre as suas referências teórico-metodológicas, dado que por diversas vezes verifica-se na sua narrativa aspectos coloquiais, e em seus relatos, impressões íntimas e particulares sobre as determinações sociais que ele observou e documentou, ou ainda, como argumenta Motta (1981), nas observações de Freyre sobre o Brasil colonial o imaginário se associa à realidade.

Gomes (1990), ao elaborar uma análise comentada da obra *Casa Grande e Senzala*, destaca que Freyre realiza uma análise das Casa Grandes do século XVI, mas não apresenta nenhuma fonte real que o permitiu apontar certas características. Para Gomes, não há imagens ou indícios efetivos e consolidados quanto à sua idoneidade nos documentos históricos que confirmem seguramente algumas conclusões, uma vez que

os registros pictográficos mais antigos datam de meados do século XVII, sob a autoria de pintores holandeses. Nota-se também evidências que o autor se baseou em algumas observações de viajantes atuantes no século XIX que observava a vida nos engenhos brasileiros e as transpôs para os séculos anteriores. E ainda, nas palavras de Reis (2007, p. XXVI-XXVII):

Freyre é um autor esfinge: indecifrável, impossível de ser posto em termos transparentes. É contestável e tão admirável, é impreciso e tão genial, é conservador e tão revolucionário! Os próprios intérpretes e os sujeitos históricos que se apossam de suas interpretações se deturparam e se manipularam reciprocamente para se legitimar.

Em sequência, na primeira metade do século XX os estudos do historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982) também apresentaram grande importância nas interpretações do Brasil e dos seus antecedentes coloniais. Considera-se *Raízes do Brasil*, veiculada inicialmente no ano de 1936, sua obra mais significativa em reflexões desta seara. Além de publicar inúmeros artigos em jornais e revistas especializadas, dada sua atuação como jornalista, Holanda escreveu outros importantes textos, como *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do paraíso* (1959), sempre em observação à formação social do país. Em razão da qualidade crítica desses estudos, Holanda sempre é lembrado como o modelo de historiador brasileiro.

A presente pesquisa recorre ao entendimento de Holanda, em sua observação do século XIX, como o momento em que abrem novas perspectivas às cidades e à política brasileira, mais precisamente a partir da década de 1850, período no qual o autor classifica como as raízes da revolução brasileira. Holanda (1971) avalia que nesta fase do século XIX verificam-se as primeiras tentativas de rompimento com o legado colonial e de superação dos tradicionais padrões econômicos, sociais e culturais elaborados e introduzidos pelos portugueses. O destaque para o ano de 1850 se dá em virtude do crescimento das cidades, consolidação dos centros urbanos e, principalmente,

a proibição oficial do tráfico negreiro - evento que culminará em modificações nas atividades econômicas e financeiras.

A obra *Raízes do Brasil* (1936), texto de Holanda que esta tese recorre mais precisamente, foi elaborada em um cenário de notável instabilidade política, pautada por diversas iniciativas de radicalização ideológica. Neste momento, tornaram-se mais evidentes os descompassos e desconformidades entre a sociedade civil e o Estado. Essas ocorrências foram muito pautadas, dentre outras coisas, pelo desalinho entre a realidade do Brasil e as propostas de outras localidades que se admitia, muitas vezes para que fosse ocultada a situação do país. Como argumenta o historiador George Avelino Filho (1987, p. 115):

Nos anos 1930, a realidade brasileira nua e crua tornou-se questão chave de um pensamento brasileiro que se quer puro e duro. Todos os intelectuais querem decifrar o enigma do Brasil e inferir na produção do seu futuro. Discute-se, então, a identidade nacional brasileira, os obstáculos ao seu desenvolvimento e progresso, as formas de vencer o atraso horroroso.

A escrita de *Raízes do Brasil* por Holanda na década de 1930 aconteceu simultaneamente ao momento de institucionalização da história em relação às universidades brasileiras, processo que culminou na aproximação entre o saber histórico e os ensinamentos próprio das ciências sociais. Neste cenário, grande parte dos estudos sobre história do Brasil apoiavam-se em abordagens econômicas-sociais, e não se dedicavam unicamente às abordagens políticas como em diversos estudos veiculados nas décadas anteriores, especialmente aqueles datados no século XIX. Como recapitula a historiadora Mary Del Priore (2018), essa mudança verificada na elaboração do saber histórico refletem as transformações notadas na sociedade, a qual passa a dispor de complexidades mais evidentes e possui novos sujeitos sociais. Essa nova situação social do país estava diretamente associada aos rumos que a urbanização se direcionava, à mudança da base econômica – antes direcionada pela agropecuária e desta vez pelo

crescente capitalismo industrial – e classes sociais cada vez mais bem definidas representadas, sumariamente, pela burguesia, classes médias e proletariado de baixa renda ou classe trabalhadora (Priore, 2018).

De modo semelhante à Capistrano de Abreu, o objeto central da análise de Buarque será o povo brasileiro, e essa escolha se justifica pela tentativa de elaborar uma leitura do Brasil menos radicalizada do ponto de vista teórico, sem se pautar de maneira exaustiva em orientações materialistas ou cientificistas (Dias, 1996). Buarque defendia que, para além do seu reconhecimento das notáveis eventualidades do passado como fundamentais na formação das especificidades do presente, seu interesse consistia na observação das ocorrências anônimas do povo, mediante os fatos da vida e do cotidiano, e não nos grandes eventos políticos da esfera coletiva. Diferentemente de Freyre, seu olhar para o passado não lamenta as perdas em diversas esferas, mas faz da história recurso para a constituição do futuro, superação epistemológica, criação de novos sujeitos e novas mentalidades.

Talvez o que difere as análises presentes em *Raízes do Brasil* dos demais referenciais históricos de importância na sua época de redação seja sua interpretação sobre a história do Brasil diante do apontamento de elementos sociais no seu presente remanescentes de outros períodos que prescindiam ser reavaliados e superados. Os estudos de Holanda foram frequentemente consultados à época por evidenciar e qualificar os obstáculos que dificultavam a modernização do país, do ponto de vista político, cultural, econômico e social, cujos entraves quase sempre associados às heranças portuguesas. Deste modo, Holanda se dedica a apreciar o percurso da elaboração da identidade cultural brasileira e vê na história uma das principais adversidades a este processo, uma vez que o autor acreditava que a representação do Brasil nos registros históricos não se refere à veracidade da sua realidade. Para ele, a implementação – forçada – da cultura europeia em um ambiente cuja tradição lhe é absolutamente singular e distinta, impossibilita a adaptação e o diálogo com as instituições, ideias, cotidiano e práticas culturais. De acordo com Holanda (1971, p. 123):

Vivemos nos trópicos sem uma cultura adequada, própria, tropical. Participamos do desenvolvimento da cultura de um outro lugar. Nossas representações da história são diferenciadas, até o ridículo, do nosso tempo social específico e concreto. Entre o conhecimento do Brasil e a realidade brasileira há uma grande defasagem: pensamos com ideias inadequadas à nossa realidade social, ideia que, ao invés de facilitarem nossa relação com a realidade, a impedem.

Nesse sentido, o objetivo dos estudos do autor consistia, principalmente, em evidenciar as singularidades socioculturais brasileiras que, no momento de publicação da sua análise – a década de 1930 – ele ainda as considerava pouco conhecidas. Holanda (1971) discorria que os pesquisadores pensavam e elaboravam as produções brasileiras, em diversos campos do conhecimento, de maneira equívoca, por reproduzirem ideias adequadas à outras localidades, as quais apresentavam um cenário social muito diferente daquele observado no Brasil. Nessas condições, o autor se via frequentemente forçado a analisar o país mediante essas categorias.

Holanda (1971) sugere que para o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira em aspectos diversos, se fazia necessário reconhecer a precariedade do projeto social empreendido pelos portugueses em diversos pontos, quando observado diante da conjuntura da época. O autor ressalta que realizar projetos para o futuro ou, em outras palavras, alcançar a modernização tão almejada por diversos intelectuais brasileiros naquele momento, se fazia essencial a sintonia e propriedade com o tempo histórico em questão. Holanda (1971) completa que a construção de uma sociedade nova prescindia do encontro entre a veracidade dos acontecimentos da história e a adequação do pensamento para com a realidade dos fatos.

Para Dias (1996), Holanda publica a obra *Raízes do Brasil* com a pretensão de oferecer aos brasileiros a consciência da revolução sociocultural que o país estava inserido, além de buscar expor as características que lhes condicionaram e o que se esperava com os inéditos passos verificados no cenário do país. Esse argumento de Holanda torna-se mais

claro a partir do quinto capítulo da sua obra, intitulado *O homem cordial*, seção na qual o autor se ocupa em descrever as origens culturais e políticas do que ele chama de “Brasil português” e as primeiras sugestões de ruptura com o programa tradicional.

De acordo com Holanda (1971), esse rompimento ocorria por determinação da consolidação dos centros urbanos em detrimento da sociedade rural, pelo estabelecimento dos recentes processos industriais na economia do país e pela nova organização da legislação que modificaria de forma contundente o conceito de cidadania e os sujeitos nela envolvidos. Reis (2007, p. 136) organiza os principais eventos que levaram o autor a avaliar a mudança, e os apresenta:

Esse processo revolucionário é lento e longo: começou há muito e está longe de terminar. Suas principais datas: 1808, 1822, 1870, 1888, 1889, 1930...[...] Acabaram-se o ufanismo, os elogios e reelogios ao Brasil *neoportuguês*. A realidade começou a ser a ‘dura e triste realidade’, que precisava ser alterada e não enaltecida. A abolição do tráfico, a imigração, o fim da Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão e a República acentuarão essa revolução lenta, sem episódios notáveis. O centro da mudança são as cidades.

Holanda intitula essa seção como *O homem cordial* por documentar as primeiras propostas de democracia, com a flexibilização da rigidez das relações sociais e o início de mobilização das hierarquias notadas a partir do final do século XIX e seus principais eventos históricos que redefiniriam as relações sociais, a economia e a organização sociopolítica no país. Assim, todas essas questões foram determinadas diretamente pelas modificações na legislação do país sobre o trabalho, economia e sua – ainda recente – gestão como entidade autônoma.

Esses autores aqui mencionados nos ensinam em suas respectivas pesquisas históricas, sociais e culturais, em observação às evidências que os registros e documentos expõem, que os eventos verificados na passagem colonial do Brasil são marcados mais

predominantemente pela continuidade do que pela ruptura. Tal condição se faz como o principal desafio da sociedade novecentista que, se por um lado, clamava por diferenciadas perspectivas para sua posteridade, por outro, se deparava com os limites estruturais fixados pela aparente imobilidade da construção política do país.

Por fim, vale ressaltar que essas avaliações das principais obras sobre história no Brasil aqui expostas não buscam esgotar, fechar ou encerrar os debates acerca do período apresentado. Ao contrário, o propósito consiste em enriquecer as referências, robustecer os diálogos e, principalmente, avaliar o quadro teórico nas pesquisas sobre o tema e as diferentes posturas possíveis de serem consultadas e avaliadas pelos diferentes profissionais e intelectuais ocupados em elaborar a modernização da cultura e da arquitetura brasileira da época.

2.3 - Tráfico negreiro: entre um novo modelo de economia e de sociedade

[...] a escravidão foi mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita.

Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*, 1995.

Apresentar a situação do indivíduo escravizado, para além dos propósitos desta investigação em verificar o curso da modernização da arquitetura residencial no Brasil e suas origens, tem grande importância para o cenário estudado, dado que tais indivíduos representavam agentes indispensáveis à manutenção da situação socioeconômica e social. Em outro âmbito, o conceito de modernidade ocidental se tornou assunto de

grande importância no século XVIII e XIX de forma que, na sua posição histórica, sua definição estava intimamente associada à ideia de liberdade individual e emancipação concreta em relação ao Estado e à igreja, estes como instituições oficiais do poder.

Reconheço a impossibilidade de apresentar nesta seção todos os aspectos e eventos que qualificaram as ações associadas ao tráfico negreiro, contudo, procurarei apresentar ocorrências importantes que definiram as primeiras etapas de inserção do indivíduo negro escravizado no Brasil. O filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe, em sua obra *Crítica da razão negra* (2013), aponta que em estudos sobre a África comumente se apresenta o que o autor qualifica como “África imaginária”. Esse conceito consiste na documentação e apresentação de reflexões totalizadoras sobre a localidade, muito determinada pela imagem colonial que se criou a respeito da África. O presente estudo se empenhará em evitar este equívoco e buscará dados e informações em referências bibliográficas de campos diversos, como história do Brasil, da arquitetura e da cultura popular.

No decorrer do período colonial verificava-se um considerável crescimento populacional nos principais centros urbanos e, por volta da segunda metade do século XVII e ao longo de todo século XVIII, nota-se a consolidação da estrutura social que se estabelecia no Brasil. Esse contexto se particularizou pela presença ostensiva do indivíduo de origem africana nas atividades cotidianas domésticas e produtivas, e sob a apropriação e domínio pleno do trabalho destes que designaram as relações escravocratas. Na gênese deste período, o tráfico negreiro assume grande proporção no Brasil e o escravizado passa a significar não somente mão-de-obra, mas, sobretudo, um bem econômico e de valor comercial. De imediato, nota-se maior destaque para os portos de Salvador e do Rio de Janeiro, principais pontos de diálogo tanto com Portugal quanto com o continente africano. Estas localidades abrigavam as principais negociações dos “senhores de escravos” e empreendedores, além de sediar tratos que não competiam unicamente às respectivas produções, mas agenciavam intensamente os lucros adquiridos por meio dos acordos referentes ao tráfico negreiro.

No período que concerne ao tráfico negreiro ou as negociações que tinham como produto a carga humana, a África Centro-Occidental se compunha de inúmeros povos

associados em aldeias e reinos, e com uma crescente diversidade étnica e demográfica reforçada pelo comércio de pessoas. Dificilmente apresenta-se com clareza e aprofundamento essa pluralidade cultural em razão da ausência de fontes escritas à época, vinculada, ainda, às diferentes grafias e referências linguísticas, à transitoriedade dos povos e suas misturas. Quanto à linguagem, verifica-se um conjunto de povos que elaboraram registros sobre suas respectivas culturas e que apresentavam alguns aspectos análogos, fato que possibilitou alguns estudiosos dedicados a estudar as línguas africanas, como o linguista alemão Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827 – 1875), a classificá-los como pertencentes a um macrogrupo linguístico, que posteriormente ficou conhecido como *banto*, e que atualmente se organiza em aproximadamente 450 línguas conhecidas. Nesse sentido, o *banto*, como uma definição genérica e inespecífica, que se refere não somente a uma organização do idioma, mas também a um modo de ocupação do território africano, fragiliza a definição de etnia e nação em análises sobre a localidade em questão¹.

Por seu turno, inicialmente no cenário colonial se empregava o termo nação para designar indivíduos originários de uma mesma região e que apresentavam costumes similares. De acordo com o historiador americano John Thornton (2012), especialista em estudos sobre história da África, utiliza-se o termo nação na América desde o início da introdução de africanos como forma de diferir suas práticas culturais. Para Thornton (2012), os europeus do século XVII perceberam a dispersão dos africanos em diferentes nações e, na busca de estabelecer identidades e particularidades entre esses grupos, se recorreu a estrutura linguística como recurso de definição de elementos básicos de

¹ É oportuno completar que as populações negras são divididas em sete diferentes grupos linguísticos: os *koisan*, organizados pelos *koi-koi* ou *hotentotes* e pelos *sam* ou *bosquímanos*, antes ocupantes do sul da África e mais recentemente sediados na periferia do Kalahari, na região sudoeste do continente; os *tua* ou *pigmeus*, que habitam as florestas tropicais entre os sudaneses e os bantos; os sudaneses, de origem da porção central do continente e que, posteriormente, migrariam para a costa do Golfo da Guiné e habitariam, em sua grande maioria, as regiões do Saara; os *bantos*, que tem sua origem na floresta tropical e que, após migrarem para o sudeste e sul, ocupam aproximadamente dois terços da África Negra; os *hamitas* ou *etiópicos*, que situam-se no chamado Chifre da África; os *nilóticos*, grupo residente nas margens do Nilo Branco e na região dos Grandes lagos; e os *Nilo-hamitas*, que habitam os arredores do Lago Turcana (Rodrigues, 1990).

distinção. A historiadora Marina de Mello e Souza, em sua obra *Reis negro no Brasil escravista: História da Festa da Coroação de Rei Congo* (2002) acrescenta que:

[...] nação era um conceito utilizado pelos colonizadores para classificar os escravos traficados, geralmente acrescentando-se ao nome cristão do escravo a nação a ele atribuída. Presente no Brasil desde o século XVI, ainda no século XIX encontramos o hábito de agregar o nome da região de procedência, ou da etnia a ele atribuída, ao nome de cristão dos africanos e seus descendentes. (Souza, 2002, p. 140)

Cabe lembrar que o conceito de nação foi uma categoria introduzida pelo colonizador escravista para que fossem identificadas novos grupos e identidades em situação de dominação. A historiadora Mary Karasch (1987) relembra que, até meados do século XIX no Rio de Janeiro, nação era um termo comumente empregado para discriminar e identificar qualquer grupo de africanos, independente das suas origens. Em contraponto, comentar a respeito do entendimento histórico sobre etnia se faz pertinente neste estudo pois, considerar a tomada de consciência étnica tem por caminho a observação do novo tipo de sociedade que se instituiu nesse cenário, organizada por grupos de origens diversas e por diferentes instituições sociais. Tal situação se percebe com clareza no Brasil ao se estabelecer as novas referências culturais e demográficas, quando a característica social mais evidente se demarca pelo sistema multiétnico e não mais pela orientação regular e coeso regulado em uma única cultura.

Em outra perspectiva, para o pesquisador Abner Cohen (1978), um grupo étnico se determina diante de partilhas coletivas, estabelecidas mediante padrões de comportamento normativos e da consciência cultural comum a uma população ampla, com base nos seus atributos simbólicos e sistemas sociopolíticos. Todavia, entre os séculos XV e XIX, os colonizadores definiam a nação dos diferentes africanos com base em um impreciso sistema de classificação que levava em conta o território, as rotas e os portos que, presumivelmente, envolvia tais cativos. Assim, em diversos casos, a

categorização da nação de um indivíduo não correspondia diretamente à sua origem étnica real, mas ao porto que embarcavam ou ao grupo imediato que se associava, compulsoriamente ou não. Em termos gerais, nas relações coloniais, enquanto a ideia de nação se referia ao olhar do colonizador com base nos agrupamentos de africanos e das relações de dominação que se estabeleciam, o conceito de etnia considera as características identificadas no interior das sociedades, graduadas conforme as relações que os indivíduos estão inseridos e nas categorias de interação entre eles verificadas.

Durante muito tempo, os principais estudiosos da história afro-brasileira separavam os africanos escravizados em dois grandes grupos: os sudaneses e os bantos. Essa classificação se fragiliza diante dos documentos estrangeiros, relatos presentes nas irmandades, artistas e pesquisadores das gerações anteriores que apontam para a complexidade da composição da população africana instalada no Brasil, ainda que sua maioria fosse composta por bantos. De acordo com Souza (2002), somente no estado do Rio de Janeiro apontava-se grupos com naturalidades muito distintas, e essa distribuição se determinava pelos fluxos comerciais.

Em menção a autores como Karasch (1987) e Florentino (1995), se descreveu a existência de, pelo menos, sete nações principais no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX: Mina, Cabinda, Congo, Cngola, Cassange, Benguela e Moçambique. Nota-se outras nações que se organizavam em grupos menores no estado carioca, mas alertam os autores que essas classificações muitas vezes se faziam imprecisas e se referiam ao porto de embarque e não, acertadamente, a terra natal dos africanos. Apesar do conhecimento, ainda que parcial, acerca das localidades de origem dos cativos, notavam-se grandes esforços por parte dos escravistas brasileiros e portugueses em desagregar africanos de grupos ou regiões semelhantes como forma de coibir a ocorrência de organizações clandestinas entre africanos, revoltas ou insurreições. Como relata Weimer (2012, p. 116):

[os escravocratas] faziam questão de que seus cativos proviessem de culturas diferentes. Isso condicionou a forma como era feito esse comércio: o porto de embarque ficava situado numa ilha

marítima. Nela eram acolhidos escravos das mais diversas regiões, vale dizer, das mais variadas culturas. Já no embarque, eram selecionados os indivíduos pela heterogeneidade das suas origens. Depois, ao chegar ao Brasil, eram redistribuídos para a venda ou revenda pelo mesmo critério, o que significa que, ao cabo, a mistura das etnias e culturas era a mais completa.

O sistema escravocrata compreende um modelo de exploração e apropriação do trabalho efetuada em diferentes sociedades ao longo da história da humanidade, e dispunha de diferenciadas características determinadas conforme as variações de época e de lugar. Além do mais, antes mesmo das relações escravistas notadas na África ou no Brasil, na antiguidade já se faziam presentes atividades exploratórias de indivíduos nas cidades gregas e no Império Romano. Na Itália, por exemplo, haviam aproximadamente entre 2 e 3 milhões de escravos no auge deste contexto, o que contabilizava 40% da população total do país. A diferença entre a escravidão da antiguidade daquela notada na era moderna (período que tem sua gênese no século XIV, de acordo com os principais referenciais bibliográficos da história geral) consiste que nas sociedades antigas o trabalho forçado não compunha a principal força de produção e serviços (Machado, 1994).

A exemplo, o próprio tráfico de indivíduos africanos para serem escravizados – grupo central de análise nesta seção – já ocorria no comércio transaariano, séculos antes de os portugueses empreenderem ações colonizadoras em Angola e Guiné e com orientações muito distintas daquelas aqui descritas. Assim, antes da chegada dos europeus no continente africano o comércio de escravos já se encontrava significativamente consolidado e difundido, e fomentava a condição e prestígio de diversas autoridades. Esses reinos não se beneficiavam unicamente do ponto de vista da promoção das suas riquezas, mas também gozava de proveitos demográficos, uma vez que se observava um intenso processo de centralização do poder. Com a chegada do século XVII, quando o tráfico de escravos se consolidou e se complexificou, as regras de negociação se regiam e gerenciavam entre os comerciantes europeus e africanos de forma direta, e esse momento marca o rompimento com o controle e orientação da coroa portuguesa.

Taxas eram pagas aos governantes, mas a orientação do negócio ficava a cargo dos que tinham capital suficiente para montar a empresa, que envolviam relações com os que obtinham diretamente os escravos, mercadorias de troca, manutenção dos escravos enquanto em trânsito, alojamento, transporte terrestre, transatlântico e comercialização nos lugares de chegada. Nesse processo não estavam envolvidos apenas os grandes traficantes que propiciavam o transporte de escravos da África para as Américas, mas uma enorme cadeia de agentes, que ia de fornecedores de mercadorias de troca e de sustento dos escravos e chefes tribais, que dominavam os mercados nos quais se davam as transações, na maioria das vezes bem longe da costa e dos portos nos quais os escravos seriam embarcados, depois de longa jornada e grande sofrimento. (Floretino, 1995, p. 115).

No caso da escravidão em curso na África, dada a ausência de organizações políticas e religiosas bem definidas e abrangentes nesse continente, os comerciantes africanos eram livres para vender e comprar indivíduos, inclusive em negociações com países de outros continentes e, nesse sentido, fica evidente que africanos foram comercializados para a Ásia, Oriente Médio e Europa por, no mínimo, seiscentos anos. Como completa Starling (2015, p. 118):

A compra e a distribuição de escravos, quando eram realizadas por mercadores da metrópole, representavam, ademais, uma espécie de adiantamento de parte considerável da renda gerada pela colônia. Portugal garantia as duas pontas do mercado: o provimento da mão de obra e o monopólio da cana. Mas quase nada permanecia no Novo Mundo: nem a cana, nem o lucro por ela produzido.

Os primeiros esboços das relações sociais com grande presença trabalho escravo tal como exercido intensamente no Brasil durante o período colonial já se observava preliminarmente em localidades como São Tomé e Príncipe, em meados dos anos 1516. Estima-se que neste momento a população de São Tomé se compunha aproximadamente por seiscentos brancos, seiscentos negros e 2 mil indivíduos que atuavam nas lavouras. Dada sua condição geográfica, situada na região da costa da África, anos mais tarde a ilha se transformaria em um entreposto que alimentaria o tráfico negreiro transatlântico rumo ao Brasil, atividade essa que passou a ser lucrativa em tal elevado grau que configurou a principal operação econômica da ilha. Nesse sentido, Schwarcz e Starling (2015, p. 52) relatam que:

A ilha de São Tomé se tornaria então uma espécie de grande experimento para as atividades futuras no Brasil: as técnicas de produção, a organização interna, a proporção entre colonos e escravos virariam lições bem aprendidas e logo aplicadas. Até mesmo a resistência escrava, sobretudo no ano de 1574, ficaria na memória dos novos senhores, que agora tinham como destino a colônia americana. No entanto, os portugueses haviam amadurecido a experiência. Ainda que não tivessem noção precisa acerca da extensão das terras do novo mundo, conheciam relativamente bem a faixa litorânea, e sabiam que era necessário povoá-la, até para impedir as invasões estrangeiras que começavam a pipocar pela costa. Por outro lado, a essas alturas, o açúcar, bem como as demais especiarias alcançava preços altos na Europa e contava com um mercado em expansão.

Conscientes que até meados do século XV a economia portuguesa apresentava pouco interesse na obtenção de escravos, mas com a introdução da cana de açúcar e, paralelamente, na ocasião da colonização de São Tomé e da aproximação com os congoleses, o tráfico de pessoas de naturalidade africana integrou o cenário do comércio lusitano. No entanto, as boas relações entre portugueses e congoleses se sustentou até

aproximadamente o ano de 1665, fato que motivou o fluxo dos europeus rumo à Luanda, cujo movimento já se encontrava em curso discretamente desde a segunda metade do século XVI, e essa correspondência se estendeu por dois séculos. Ao longo de toda a trajetória do tráfico negreiro, estima-se que aproximadamente 8 milhões de africanos foram encaminhados compulsoriamente para as Américas sob a determinação dos europeus, e deste total, 4,9 milhões tiveram por destino o Brasil.

A operação começava com o apresamento em guerra ou emboscada dos futuros escravos pelos traficantes, seguido de uma extensa viagem pelo interior africano. Os cativos eram obrigados a percorrer longas distâncias até alcançarem os portos de embarque, e muitos não resistiam ao esforço físico ou às doenças que apanhavam durante o deslocamento. Realizavam as operações os reinos aliados dos portugueses; estes últimos nunca se envolveram em tais atividades internas. Com o tráfico, elites africanas tinham acesso a armas e bens de consumo que caíram no gosto local, como a aguardente e o tabaco. Nos portos, os capturados permaneciam amontoados por dias e às vezes meses, até que a carga humana completasse o navio a ela correspondente, em barracões; nesses alojamentos precários insalubres e sem ventilação, a mortalidade era alta (Silva, 1992, 260-61).

De acordo com Andrade (1995), a identificação dos africanos direcionados para a América Portuguesa se dava através de marcação com ferro quente na região torácica ou nas costas. Essa sinalização se referia ao traficante que havia realizado o traslado e não ao lugar de origem desses indivíduos e, nessas condições, comumente se agrupavam numa mesma embarcação africanos de diferentes regiões. Aproximadamente no século XVI, as disposições sociais da África Centro-Occidental ordenam-se pela constante migração dos povos, ocupação do território, implementação de lideranças estrangeiras e desestruturação dos estados quanto às suas tradicionais organizações.

A partir das relações estreitadas entre os mercadores lusitanos e as lideranças da região sul do Congo – área essa composta por vários estados independentes e que, posteriormente, formou a atual Angola –, o tráfico de indivíduos se tornaria uma prática lucrativa e de importância para o bom funcionamento das colônias portuguesas nas ilhas do Atlântico e, no nosso caso, na América. No entanto, verifica-se o interesse de Portugal em relação à região do Congo desde o século XVI, antes de serem estabelecidas de forma definitiva as ações de tráfico de pessoas, quando a coroa portuguesa renunciou a possibilidade de extração de minerais preciosos na região, atividade econômica altamente valorizada na época por países como Portugal e Espanha. Como apresenta Souza (2002, p. 100):

Em torno de 1504, seguiu uma embaixada do Ndongo para Portugal, através do *mani* Congo [...]. Entre outros presentes, o monarca lusitano recebeu braceletes de prata. Esses objetos despertaram um profundo e duradouro interesse de Portugal pela região, pois no século XVI a busca de metais preciosos era o que mais intensamente movia o espírito explorador e conquistador de países como Portugal e Espanha, ávidos de numerário que sustentasse o volume de suas transações comerciais. Mas a resposta lusitana só veio em 1520, quando D. Manuel pediu que dois portugueses residentes no Congo visitassem o rei de Angola – designação dada pelos portugueses à área do Ndongo e adjacências – e sondassem as possibilidades de atuação missionária e de comércio com a região, prestando especial atenção à existência de metais.

De acordo com a historiadora (2002), a inserção das propostas políticas e econômicas lusitanas na África estavam sempre amparadas pelos ensinamentos da catequese católica, cuja prática enfrentava dificuldades na sua implementação. Até meados do século XVII essas resistências quanto à acolhida dos ritos católicos contribuíram para o estabelecimento de numerosos conflitos entre povos centro-africanos e os portugueses,

estes últimos aspirando não somente a aquisição de metais preciosos e trabalho escravo, mas também a conversão de almas. Tais confrontos se motivavam, inclusive, pelos missionários europeus que argumentavam que a implementação definitiva do catolicismo só seria possível diante da conquista armada e da dominação, dada as características sociais e de comportamento dos africanos (Souza, 2002). Deste modo, à medida que se implementava o modelo de civilidade ocidental por intermédio da guerra e o catolicismo se estabelecia com base na repressão, o continente africano passava por um processo de manobra para atender às expectativas da economia de Portugal.

Ainda que as tentativas de consolidar os acordos diplomáticos não apresentassem sucesso, o entusiasmo de Portugal em relação ao continente africano, especialmente na região do Ndongo (ou Angola), continuava em curso sob o convencimento da abundância de minas de ouro e prata na localidade. Além do mais, interesse por parte da coroa portuguesa em fortalecer os acordos e tratados com as lideranças africanas se justificava também pela percepção da importância da mão-de-obra escrava nas atividades desenvolvidas nas ilhas atlânticas.

Podemos afirmar que os escravizados foram os primeiros “produtos” ou “mercadorias” tomadas pelos portugueses na ocasião da exploração da costa da África e no estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e as principais localidades autóctones descritas. Na gênese do tráfico negreiro, os primeiros cativos foram dominados através de ações truculentas, como sequestros e ataques. Nas principais localidades africanas envolvidas no tráfico negreiro haviam diferentes procedimentos em tornar um indivíduo livre propriedade de outro, por meios previstos nas diretrizes oficiais do local ou assegurados pelos costumes da época. Dentre esses meios, de acordo com Florentino (1995), os indivíduos poderiam ser dominados através da força e da guerra – como mais comumente se sucedia –, mas se classificava como escravo de forma compulsória os indivíduos condenados por crimes como adultério, dívidas, assassinatos ou vendidos pelas lideranças das suas comunidades em contextos de grandes fomes.

Haviam outros motivos que contribuíram com a dominação e consolidação do comércio de escravos na África, como as contradições e conflitos internos em algumas sociedades, os quais foram acentuados ao longo do tempo pela demanda de escravos, a falta de

equilíbrio entre a população, o acesso limitado aos recursos naturais e de sobrevivência, a seca e as pestes que assolavam a região. Em Angola, de modo especial, esses ocorridos representam os fatores mais notáveis que tornaram intensas e efetivas as ações de controle pelos portugueses.

Nessa sequência, o comércio de escravizados passou a ter o mesmo potencial e logística daquele notado em mercadorias usuais, como tecidos e marfim. De acordo com historiadores como Maria Helena Machado (1994), os primeiros africanos que os portugueses se apoderaram foram destinados inicialmente aos serviços domésticos e agrícolas – este último em menor intensidade. Somente a partir da segunda metade do século XV que a mão-de-obra escrava passou a ser indispensável, quando se documenta a introdução do plantio de cana de açúcar em massa em diversas localidades que dispunham da regência portuguesa. Completa Souza (2002, p. 118-19):

Fazendo uma distinção entre a escravidão doméstica, interna às sociedades africanas e com as características acima mencionadas, e um tipo de escravidão mais comercial surgida na África em outro momento histórico que vigorou nas Américas, na qual a mão-de-obra era usada em larga escala em plantações e minas [...] a escravidão doméstica, ou de linhagem, funcionava como mecanismo de reprodução demográfica. Com o aumento do número de membros seja pela aquisição externa, seja pela reprodução interna, aumentava o poder político da linhagem.

Para diversas sociedades da África o tráfico de escravos se tornou a principal atividade econômica na época, de tal modo que o tráfico de pessoas garantia para diversos líderes sociais riqueza semelhante à posse de grandes porções de terra. Quanto ao Brasil, diferentemente das modalidades de exploração do trabalho escravo já em curso no continente africano, a especificidade introduzida pelos portugueses consistia em um sistema mercantil de seres humanos, cujas “mercadorias” alimentavam uma rede

comercial de altíssimos lucros, tanto para os negociantes africanos como para Portugal, além dos comerciantes do Brasil.

2.4 - O estabelecimento da população africana na América Portuguesa

No curso da consolidação do tráfico de grupos de origem africana, diversos comerciantes residentes no Brasil se engajaram nas negociações. Para além das experiências das relações escravocratas coordenadas pelos portugueses e holandeses e as orientações reproduzidas no Novo Mundo, a escravidão no Brasil foi fomentada, de modo especial, pela introdução indivíduos originários de Angola e Guiné. A presença desses grupos étnicos pode ser justificada pela experiência e expertise em relação ao cultivo da cana, associado a funções como técnicas de ferraria e caldeiraria (Machado, 1994).

Em meados do século XVII, a região de Angola representava a principal fornecedora de cativos para a América portuguesa e espanhola. Com a consolidação do tráfico negreiro se reforçou a dependência dos sobas – lideranças atuantes em diferentes assentamentos e aldeias angolanas – em relação aos comerciantes europeus, os quais introduziram na África diversas mercadorias, cujo consumo afirmavam cada vez mais o poder e o prestígio dos chefes locais (Souza, 2002).

De início, os escravos vieram preponderantemente de Angola, a maior colônia africana de Portugal. Sua população pertence à etnia dos bantos, que apresenta uma grande variedade de culturas. Ao norte está a província separada de Cabinda, com população de mesmo nome. O resto do território é habitado pelos bacongus, ovimbundos, lundas, quiocos e ganguelas. Cada uma dessas culturas está dividida num número variável de tribos, cada qual com sua arquitetura própria. Uma parte menos expressiva de escravos veio da ‘contracosta’, como era chamado Moçambique, com uma população também de cultura banta. (Weimer, 2012, p. XIX)

Em sua ocorrência, o tráfico negreiro, ao retirar os indivíduos da sua localidade de origem, submete-os às longas viagens e rotas terrestres e atlânticas, separá-los e reagrupa-los em novos grupos de acordo com o trabalho que desenvolveriam, fomentou a emergência de novas comunidades, cuja organização verificava-se frequentemente no Brasil. Já instalados nos seus destinos finais, nas Casas Grandes e estabelecimentos que atuavam, os escravizados dividiam e figuravam processos traumáticos, especialmente em função da quebra de estruturas sociais que oportunizavam a sua inserção social, fato que os obrigava a procurar novos termos e possibilidades de sobrevivência.

Deste modo, além dos percursos que os africanos percorriam até chegarem ao solo brasileiro, as diversas negociações nas quais os cativos eram submetidos contribuíam para que os grupos se desfizessem e se estabelecessem novos formatos de convivência, e que se tornavam cada vez mais diversificados quanto às suas origens e línguas. Nessas condições, os africanos desenvolviam de forma autônoma recursos para se comunicarem e se relacionarem, encontravam similaridades linguísticas e culturais, além de ensinar, reciprocamente, suas diferenças. Assim, consolidavam-se amizades, inimizades, esboçavam-se sistemas de trocas e aprendizados e lideranças eram estabelecidas, ainda que de maneira virtual e não oficial.

A travessia do oceano, na embarcação maior do que qualquer outra que já tivessem visto, devia ser uma experiência de intensidade enorme, não só devido aos sofrimentos físicos envolvidos, como à tensão emocional que a situação despertava. Espiritualmente horrorizados com o que os esperava e fisicamente exauridos pela jornada, esses africanos, que geralmente só se conheceram na desgraça, desenvolveram laços tão fortes como os consanguíneos e se tornaram malungos. Essa foi a primeira relação sólida desenvolvida a partir das mudanças introduzidas em suas vidas, o primeiro passo em direção a uma nova maneira de se inserirem numa realidade diferente e de reconstruírem um mundo para si. (Souza, 2002, p. 148)

O pesquisador Robert Slenes, em seu estudo intitulado *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX* (1999) investiga a formação da ideia de malungo, especialmente etimologicamente, e discorre que seus significados são determinados pela experiência de companheirismo de viagem na embarcação, ou ainda associada à imagem do companheiro de viagem, cujo destino se faz à morte pelos brancos. Para Slenes, o conceito de malungo, em termos linguísticos e práticos, gira em torno do processo pelo qual os escravos falantes de idiomas bantos começam a se identificar como irmãos, dada a realidade social que partilhavam. Ainda que a conformação em malungos passasse a ser a base da sobrevivência de diversos africanos traficados para a América, tal experiência não foi bem-sucedida em todos os casos. Apesar do altíssimo número de escravizados africanos no país como podemos verificar no quadro a seguir, Slenes (1999) presume que houveram indivíduos que, após os deslocamentos determinados pelo tráfico, não permaneceram vinculados à nenhum grupo e passaram a viver sozinhos em função da incompreensão do idioma ou escorados nas dificuldades em adaptar-se aos novos costumes e padrões culturais.

Quadro 2 - Censo demográfico realizado em 1872 - Porcentagem de escravos na população total

Porcentagem de escravos na população total			
Província	Total	Escravos	%
Alagoas	348.009	35.741	10,3
Amazonas	57.610	979	1,7
Bahia	1.379.616	167.824	12,2
Ceará	721.686	31.913	4,4
Espírito Santo	82.137	22.659	27,6
Goiás	160.395	10.652	6,6
Maranhão	359.040	74.939	20,9
Mato Grosso	51.745	5.894	11,4
Minas Gerais	2.039.735	379.459	18,2
Pará	275.237	27.458	10,0
Paraíba	376.226	21.526	5,7
Paraná	126.722	10.560	8,3
Pernambuco	834.314	87.561	10,5
Piauí	202.222	23.795	11,8
Rio de Janeiro	1.057.696	341.576	32,3
Rio Grande do Norte	233.979	13.020	5,6
Rio Grande do Sul	434.813	67.791	15,6
Santa Catarina	159.802	14.984	9,4
São Paulo	837.354	156.612	18,7
Sergipe	176.243	22.623	12,8

Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, 2023.

A condição social e cultural das mulheres africanas diferia, significativamente, daquelas notadas nos núcleos das famílias brasileiras e europeias. Embora estivessem presentes em número semelhante aos homens na população cativa como demonstra a tabela abaixo, e frequentemente fossem encaminhadas aos trabalhos semelhantes àqueles desenvolvidos pelos homens nas propriedades produtoras, as mulheres na África fomentavam um tradicional e sólido sistema matrilinear e responsabilizavam-se por importantes papéis na sociedade, cujo modelo de organização condicionava uma exótica determinação social frente à realidade brasileira. Essa importância conferida às mulheres em determinadas localidades da África podia se associar às relações de parentesco e afetivas ou ao domínio de conhecimentos adquiridos culturalmente, tais como as sólidas competências acerca de procedimentos de plantio, especialmente no momento da

semeadura. Tais especificidades podem justificar o frequente desembarque nos portos brasileiros de mulheres africanas de idade mais avançada.

Quadro 3 - Censo demográfico realizado em 1872 - População escrava: comparativo do número de homens e mulheres

População escrava: comparativo do número de homens e mulheres		
Província	Homens	Mulheres
Alagoas	17.913	17.828
Amazonas	487	492
Bahia	89.094	78.730
Ceará	14.941	16.972
Espírito Santo	11.859	10.800
Goiás	5.372	5.280
Maranhão	36.889	38.050
Mato Grosso	3.219	2.675
Minas Gerais	199.434	171.025
Pará	13.908	13.550
Paraíba	10.681	10.845
Paraná	5.506	5.054
Pernambuco	46.245	41.316
Piauí	11.945	11.850
Rio de Janeiro	187.280	154.296
Rio Grande do Norte	6.571	6.449
Rio Grande do Sul	35.686	32.105
Santa Catarina	8.069	6.915
São Paulo	88.040	68.572
Sergipe	10.840	11.783

Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, 2023.

A efetiva proibição do tráfico negreiro no Brasil data-se no ano de 1850 oficializada pela lei Euzébio de Queirós e, a partir de então, aproximadamente 70% dos cativos dominados na África se destinavam a Cuba. Todavia, com as diversas iniciativas notadas no Brasil para que fosse extinto o tráfico de africanos, ao longo da primeira metade do século XIX o comércio de pessoas frequentemente se estabelecia por meio de contratos clandestinos, e dispunha de um grande número de indivíduos de origem de Luanda e Benguela, para além da tradicional rota Congo-Angola. De acordo com Miller (1972, p. 43):

O tráfico de escravos da área do Congo e de Angola passou de uma relativa concentração dos negócios em Luanda, em meados dos séculos XVIII e XIX, para uma distribuição entre as regiões norte, central e sul [...]. Tanto Benguela quanto Loango escoavam escravos da mesma região, sobre a qual Luanda chamava primazia, mas também penetraram regiões nunca abarcados pelos mercadores desta. No caso de Loango, as regiões fornecedoras de escravos eram aquelas antes exploradas pelas rotas congolezas; no caso de Benguela, eram rotas inteiramente novas.

Ainda que a ocorrência acima descrita estivesse presente com grande força, a partir da última década do século XIX, o trabalho escravo foi substituído lentamente pelo trabalho livre, uma vez que a produção saía da estrutura escravista e caminhava rumo à organização capitalista. Essa mudança econômica provocou alterações na estrutura social da época, e culminou em solicitações sobre a política habitacional e, principalmente, sobre as formas de apropriação do solo urbano, cujo debate trataremos mais adiante ao particularizar tais ocorrências. O fim deste episódio da história está demarcado pela abolição da escravatura expedida em 1888 que, apesar da sua grande importância, se destacou por compor uma deliberação altamente ambiciosa diante da estrutura social observada na ocasião. A Lei Áurea não garantia aos negros condições mínimas de inserção na sociedade, o exercício da cidadania, a participação na economia e o pleno usufruto dos diversos direitos instituídos ao código de leis do Brasil.

Um importante aspecto da vida social do período observado no Brasil foi o intenso crescimento urbano e demográfico do país, cuja ocorrência inverteu a distribuição sócio territorial da população, pautada pela “igualdade” de direitos em relação ao uso dos serviços urbanos e pelos fluxos migratórios e imigratórios notados, simultaneamente, nas principais cidades (Wissenbach, 2012). Esse crescimento observado no cenário urbano brasileiro não contou com a mesma dinâmica quanto à infraestrutura das cidades e na disposição de moradias adequadas para a camada remanescente das relações

escravocratas, e contribuiu para a afirmação das acentuadas desigualdades sociais historicamente indicadas. Nesse sentido, esse programa de crescimento das cidades contribuiu para a ampliação da pobreza, das precárias condições de sobrevivência e, principalmente, para a diversificação dos grupos étnicos que integravam as chamadas classes populares

2.5 - O pioneirismo do estado de Minas Gerais nas iniciativas de modernização da sociedade e da cultura

O mulato mineiro se impôs na sociedade. A respeito, citemos, por exemplo, um fato: nos meados do século XVIII os mulatos mineiros pediram a El-Rei a autorização para portar espadas e espadachins, como símbolos de distinção e armas de defesa pessoal, desejo de alto significado sociológico [...].

Carlos Lemos. *Arquitetura brasileira*, 1979.

Entre os séculos XVIII e XIX se consolidam no contexto ocidental as recentes ideias de progresso e liberdade, amparadas pelas discussões acerca do aperfeiçoamento técnico e científico, conteúdos altamente correntes na recente Revolução Francesa (1789 – 1799), cujas questões determinaram as qualidades sociais da época. Assim, posteriormente, emergem notáveis refinamentos tecnológicos verificados em diversos âmbitos e que culminariam nas iniciativas industriais, que recomporiam não somente os modos de produção e consumo, mas, principalmente, as novas condições da vida em sociedade.

A modernização empreendida nesse momento advém do cenário acima descrito: se, de um lado, os ideais republicanos e liberais possibilitaram o acesso à informação e ao preparo técnico, por outro lado, a consolidação da ciência e a transformação da dinâmica das cidades apresentavam novas possibilidades às potencialidades humanas. Para o filósofo estadunidense Marshall Berman, em seu estudo *Tudo que é sólido desmancha*

no ar: a aventura da modernidade (2007), com o fim do século XVIII e a instalação do XIX, e em consciência das diversas iniciativas voltadas à modernização da sociedade, a paisagem das cidades representa o principal componente da cultura que aponta tal processo. De acordo com Berman (2007), a cidade deste contexto dispunha de acelerados índices de crescimento e, além do evidente progresso técnico apontado em diversas searas, despontam paralelamente os movimentos sociais em massa que se opunham ao estado do conhecimento, das relações socioeconômicas, dos modos de vida e de trabalho que apresentavam variadas e aterradoras consequências para o indivíduo.

Ainda em concordância com o autor, essas organizações determinariam as particularidades sociais não somente no século XIX, mas também nos anos seguintes. Esses apontamentos de Berman (2007) se complementam pela posição do geógrafo norte-americano Edward William Soja (1993) diante da defesa que a experiência da modernidade que se estabelecia a partir do século XIX, de modo especial no contexto das cidades e dos centros urbanos, incorporava, fundamentalmente, três dimensões formadoras da existência humana: o tempo, o espaço e o ser.

No Brasil, os últimos séculos do colonialismo ou, mais precisamente, em meados dos séculos XVIII e XIX algumas regiões, como Minas Gerais, que dispunham de recursos naturais diversos e abundantes associados a um considerável nível de ocupação, se opuseram ao quadro de pobreza e se destacaram quanto a continuidade das perspectivas políticas eurocêntricas empreendidas no país. Aproximadamente em 1720, diante da decadência da cultura do açúcar, a extração de metais preciosos, em especial o ouro, ocupou um importante lugar na economia colonial brasileira. Extraído por lavagem da areia do fundo dos rios, perfuração de túneis de escavação em rochas ou por meio do desmonte de terrenos que compunham complexos auríferos, o sucesso da extração do ouro só foi possível graças a exploração da mão de obra escrava, e Minas Gerais detinha grande destaque nesse novo cenário econômico.

Grandes contingentes de africanos foram destinados às Minas, geralmente originários de países como Camarões, Nigéria, Senegal, Angola, Congo, Gabão e Moçambique, além daqueles que já residiam no Brasil e atuavam nas plantações de cana e foram encaminhados à extração de metais. Estima-se que, dada as necessidades da demanda

de extração de ouro, no ano de 1722 o estado já contava com uma população aproximada de 45.554 negros e alcançou a marca de 174 mil escravizados em meados de 1786 (Schwarcz & Starling, 2015)

No caso de Minas Gerais, a exploração de minerais se deu e se identificou em um espaço de tempo muito nítido e definido: enquanto a concentração no ouro aluvional durou cerca de 70 anos, a concentração intensiva em diamantes contou com aproximadamente 40 anos. Ainda que esses eventos não garantissem, de imediato, a autonomia econômica da localidade dada a dependência em relação à colônia, tal contexto dinamizou o comércio e contribuiu pela criação de novas ordenações nas relações sociais, nas determinações urbanas e modos de ocupação muito particulares.

No decorrer do século XVIII, esses eventos acima citados, além de garantir uma diversidade produtiva em Minas Gerais com a presença de fazendas de gado, estabelecimentos policultores e extração minerária, todas elas favorecidas pelo crescimento populacional da região, nota-se, paralelamente, o estabelecimento e a afirmação de uma identidade local referente a elaboração da arquitetura residencial (Vasconcellos, 1978).

Nesse contexto, a ideia de modernização se consolidava a medida que o cerne da administração do território e da economia tinha o propósito em não estar coadunado à importação de orientações políticas civilizatórias. No entanto, Andrade (1995) pondera que no século XVIII e XIX, embora fosse latente o desejo de renovação política e cultural, as iniciativas modernizadoras ainda apresentavam um caráter tradicional, cujo fato dificultava a implementação de propostas autônomas e autóctones, especialmente do ponto de vista da organização social dos indivíduos. Matos e Costa (2019, p. 36) apresentam, abreviadamente, este cenário:

A edificação de ranchos, povoados, arraiais, eram o esboço de uma sociedade protourbana, uma modalidade de povoamento à busca do ouro. E isso foi se afigurando moderno, em uma colônia de ocupação rarefeita e fragmentada, que não se reconhecia como um país e evoluía sob a enorme concentração de riqueza nas mãos

dos senhores de engenho de açúcar do Nordeste, com o povo vivendo das migalhas do extrativismo e da economia de subsistência.

E ainda:

Havia muita gente em Minas. Forasteiros brancos, gentios, negros, mestiços de todos os matizes, mineiros genuínos e nordestinos. Em 1872, os resultados do primeiro censo demográfico registram a presença na província de cerca de ¼ da população brasileira. População alocada nos sertões, áreas de fronteira e cidades. Tudo indica que eram milhares de habitantes residindo em uma miríade de pequenas cidades de vida urbana relativamente animada. Assim, se a urbanização fora um marco de humanidade, tendo sido um fenômeno relevante no século XVIII, continuou também expressiva no século XIX, a despeito da maior parte de geração de riqueza ter se deslocado para as fazendas produtoras de café. (Matos & Costa, 2019, p. 39)

Em relação às fazendas de café, cuja modalidade de produção se consolida no século XIX, além de redeterminar a articulação com cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, aparecem novas classes e organizações sociais ao passo que se consolidam inéditas diretrizes de sociabilidade. Dentre as ocorrências de destaque neste século, documenta-se a chegada da família real ao Rio de Janeiro, no ano de 1808, e, por conseguinte, a instalação de um império que sobrepuja os limites continentais em função da dinamização do mercado e do poder. Freyre, em sua obra *Sobrados e Mucambos* (1996), defende que neste momento há uma segunda iniciativa significativa de modernização do Brasil, uma vez que com a instalação da família real no Brasil verifica-se a emergência de uma condição urbana e social heterogênea, em contraposição ao cenário rural que costumeiramente o país se enquadrava.

O conceito de modernização que podemos utilizar aqui para observar as novas determinações das cidades brasileiras pode ser expressa em três dimensões fundamentais: a ruptura, a imposição de iniciativas políticas e intelectuais inéditas e o propósito de alcançar a totalidade. Para autores como Paulo César da Costa Gomes (1996), o novo se torna a busca da legitimidade e condiciona elementos singulares de um determinado território, e tem por caminho o campo das relações sociais e da produção econômica. Como discorre Gomes (1996, p. 26-27),

[...] fundamental é constatar, de imediato, que a modernidade, frequentemente se apresenta como um período totalmente dominado pela racionalidade, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo, a despeito das diversas ‘contracorrentes’ de contestação. [...] Conferimos à modernidade um sentido bem menos monolítico, forjado na hegemonia única da razão. Somos levados a conceber este período como um verdadeiro campo de tensões, com conflitos periódicos em torno do tema da legitimidade da atividade intelectual e de sua organização.

Essa orientação se solidifica a partir período setecentista com base na transformação da consciência e da mentalidade vigente e, principalmente, na crença de que a razão e os métodos científicos seriam capazes de promover a sabedoria a respeito do indivíduo e da natureza. Vista enquanto um fenômeno intelectual, essas novas determinações sobre a racionalidade se conduziam pela referência crítica e pelo reconhecimento das possibilidades humanas, esta última voltada ao aprimoramento do indivíduo.

Conscientes das dificuldades de implementação de uma modernização sociocultural e econômica no país, o estado de Minas Gerais se destacava frente às outras regiões por sua economia ultrapassar os rendimentos provenientes da extração de minerais preciosos, e se complementar por outras categorias e modalidades de produção, como animais, diversos gêneros agrícolas, têxteis e utensílios metálicos. Por volta de 1750, se

estabelece nesta localidade um complexo sistema de comércio estruturado pela troca de mercadorias de diferentes tipos e qualidades, cujo inédito mercado de bens representava até então um grande desafio à administração e controle do Estado. Essa mobilidade que foi estabelecida às relações comerciais e as consideráveis trocas culturais próprias do fluxo de indivíduos originários de diferentes localidades – os quais dispunham diferentes interesses e expectativas sobre a região – fez com que as principais cidades das Minas iniciassem as primeiras incursões modernizadoras no país e a concepção de um novo modelo de Estado, este último muito inspirado em noções de gestão importadas da França e dos Estados Unidos (Gomes, 2005).

Outro marco importante que contribuiu para o estabelecimento das novas disposições comerciais e urbanas em Minas Gerais a partir do século XVIII, território ainda inserido na condição de capitania, consiste na fragilização da exploração aurífera, evento esse que estimulou a formação de uma heterogênea e diversificada rede urbana, cenário que se compunha por diferentes atividades produtivas e econômicas. O historiador Ângelo Alves Carrara (2007) apresenta que a capitania dispunha de intensa variedade de atividades produtivas, o que torna impossível classificá-la como apenas mineradora, agrária ou rural. A mesma dificuldade de categorização também se notava entre as principais redes urbanas, as quais se faziam heterogêneas quanto às suas respectivas condições de ocupação e administração. Evidentemente, essa característica de modernização cultural, urbana e dos modos de vida não se observava em todas as cidades, mas naquelas que se destacavam quanto à oferta de atividades econômicas proeminentes, como regiões que concentravam as práticas exploratórias de metais preciosos ou de plantio voltado à exportação.

Por outro lado, se faz oportuno apontar que a presença do trabalho escravo nas atividades produtivas, especialmente no século XIX, favoreceu também a modernização da economia a nível nacional. Um grande exemplo é a instalação da célebre produção metalúrgica em Minas Gerais que, por depender da mão-de-obra de escravizados africanos, demarcava a especificidade desta atividade em relação às demais notadas no quadro do escravismo moderno. Autores, como Martins (1980) apontam que tal

condição se tornou uma característica das etapas iniciais da siderurgia mineira, e o autor apresenta a participação do trabalho cativo nesse cenário:

Nas forjas do Girau, metade dos trabalhadores eram escravos. Nas do Bonfim, o proprietário tinha tentado, sem sucesso, empregar apenas homens livres: ao tempo da visita de Saint-Hilaire a maioria da força de trabalho era servil. Eschwege também tentou utilizar só trabalho livre, mas logo recorreu a escravos, que foram treinados e empregados em todos os trabalhos da fundição. A força inicial foi de 20 cativos, aumentada, poucos anos depois, para 50. Morro do Pilar usava escravos alugados: durante um período a empresa tinha, além de pessoal regular, uma força suplementar de 120 escravos. Monlevade empregava 150 cativos em São Miguel do Piracicaba em 1853. Quando morreu, em 1872, seu espólio incluía nada menos que 200 escravos, muitos dos quais mestres fundidores (MARTINS, 1980, p. 49)

A diversidade econômica, urbana e demográfica representa um fator fundamental para, de acordo com os autores aqui recorridos, classificar as iniciativas verificadas em Minas Gerais como agentes da modernidade, especialmente quando comparadas àquelas que se inauguravam nas principais cidades brasileiras no período em questão. Essa pluralidade, especialmente sobre a determinação urbana, consolidou não somente as diferenças no território, mas, sobretudo, as possibilidades de circulação de experiências, serviços e referências culturais. Rodarte (2004) define que Minas Gerais dispunha de características atípicas em relação às demais regiões brasileiras especialmente por confluir grupos de pessoas de diferentes níveis sociais que tinham em comum a busca por riquezas, a grande circulação de mercadorias e a inclusão de novas informações, como ideias e livros com orientações pautadas pelas revoluções iluministas figuradas simultaneamente na Europa. Matos e Costa (2019, p. 61) resumem tal evento ao afirmarem que:

Para tanto, propõe-se que o moderno na Minas setecentista se estruturou a partir dos seguintes fatores decisivos: minerais preciosos, população numerosa, urbanização e redes de cidades, diversidade econômica e cultura urbana rebelde. Tal combinação de fatores produziu um conjunto formidável de mudanças socioespaciais decisivas no Brasil que nunca havia se materializado na colônia até então.

Em geral, não constam conclusões definitivas e consensuais sobre os principais elementos de vertente moderna na hierarquia urbana no período apresentado, no intervalo que se estende até meados da segunda metade do século XIX. Nesta análise, em menção aos autores consultados, classifico a urbanização e as novas relações de diversas ordens como importantes condições que oportunizaram a emergência das primeiras experiências de revisão ou modernização, fato discutido em importantes estudos como aqueles elaborados por Matos e Costa (2019). No entanto, essas novas determinações sobre a economia, cultura, legislação e sociedade do Brasil articularam um conjunto de ordens, nacionais e internacionais, que modificaram de maneira decisiva o destino das relações coloniais, pautadas por ações que, quase sempre, visavam à autonomia do país. Tais debates, ainda consideravelmente irresolutos na historiografia do Brasil, ilustram diversos estudos e publicações em diferentes épocas, de modo especial aquelas concentradas a partir da primeira metade do século XX, cuja produção particulariza esse momento da história.

Nos setecentos, ao passo que se desenvolvia o iluminismo nos principais países da Europa, como França e Inglaterra, notava-se no Brasil a formação de ocorrências insurgentes no ambiente urbano, pautadas por motins e reivindicações em oposição às determinações reais e que tinham diferentes naturezas: urbanas, rurais, referentes à mineração e escravas. Nesse contexto, são instituídos importantes movimentos que condicionariam a legislação e organização social na sua posteridade e impulsionaria exigências que, embora não integrassem o núcleo dos seus programas, se faziam

altamente presentes nas camadas populares. Como exemplifica Costa e Matos (2019, p. 93):

A inconfidência Mineira (1789), assim como a Conjuração Baiana (1798), somada à pressão inglesa sobre os portos brasileiros e a hostilidade geral contra comerciantes portugueses nos principais centros brasileiros foram momentos de eclosão de uma nova mentalidade tocada por um processo modernizador, na medida que transcenderam a consciência da situação colonial e projetaram mudança, o que fez desses movimentos legítimos precursores da emancipação nacional.

Essas manifestações tinham por pauta assuntos corriqueiros e frequentes, como a discordância frente a criação e aumento de impostos, estabelecimento de contratos vistos como inapropriados nas relações comerciais e, em especial, as revoltas empreendidas por grupos de escravizados e que apresentavam contestações diversas. Esta última compunha as revoltas de perfil urbano, ou seja, frequentemente se articulavam e ocorriam nas vilas e cidades, e tinham por influência direta as reflexões e ideais de liberdade reiteradamente discutidas à época. Cabe lembrar que as conquistas da Inconfidência Mineira contribuíram diretamente com as revoltas escravas empreendidas no século XVIII e XIX, dado que ambas apresentavam diálogos em comum e, dentre as suas reivindicações, constavam o direito à manifestação e rebelião, respeito ao bem coletivo e a constante ênfase à liberdade individual, política e civil.

Nesse ambiente, o estado de Minas Gerais teve um importante papel no processo de constituição do Estado-nação brasileiro, tanto em relação à posteridade do processo de abolição da escravatura, quanto frente à posterior implementação industrial no país. Essas contribuições são sintetizadas por Aguiar (2006) pela vasta disponibilidade de recursos naturais, pelas características da gestão de Estado que dispunha de excepcionalidades quanto às propostas políticas e, principalmente, pela presença de uma elite intelectual muito ocupada na reformulação sociopolítica e cultural, embora esse

grupo fosse relativamente discreto devido às baixas taxas de alfabetização notadas em todo o país, como podemos interpretar no quadro a seguir.

Quadro 4 - Censo demográfico realizado em 1872 - Porcentagem da população livre que sabe ler e escrever

Porcentagem da população livre que sabe ler e escrever			
Província	Livres	Instruídos	%
Alagoas	312.268	41.860	13,4
Amazonas	56.631	7.613	13,4
Bahia	1.211.792	249.072	20,6
Ceará	689.773	79.560	11,5
Espírito Santo	59.478	9.732	16,4
Goiás	149.743	22.656	15,1
Maranhão	282.101	68.571	24,1
Mato Grosso	45.851	9.721	21,2
Minas Gerais	1.669.276	224.539	13,5
Pará	247.779	60.395	24,4
Paraíba	354.700	41.212	11,6
Paraná	116.162	31.816	27,4
Pernambuco	746.753	146.663	19,6
Piauí	178.427	27.770	15,6
Rio de Janeiro	716.120	213.756	29,8
Rio Grande do Norte	220.959	39.822	18,0
Rio Grande do Sul	367.022	95.303	26,0
Santa Catarina	144.818	21.926	15,1
São Paulo	680.742	141.067	20,7
Sergipe	153.620	29.138	19,0

Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, 2023

Apesar dessa condição insipiente desse grupo de indivíduos instruídos e envolvidos nas propostas de reformulação políticas da época, a emergência dessa dita elite intelectual tem seu prelúdio no século XVIII e, em muitos casos, se compunham por membros de importantes e abastadas famílias que desfrutavam da formação em instituições de ensino europeias, principalmente àquelas sediadas em Portugal. No retorno ao país, esses indivíduos se envolviam em organizações políticas, culturais e econômicas, cujas iniciativas fomentaram a já citada mobilização inconfidente.

Em relação às ocorrências em Minas Gerais, no século XIX esse grupo com formação na Europa se unia aos egressos dos núcleos de formação que se fundavam no estado, como o Colégio do Caraça, fundado em 1820, e a Escola de Minas de Ouro Preto inaugurada em 1876. Ainda que ambas as instituições dispusessem de modalidades de ensino e ideologias muito distintas (ao passo que o Colégio do Caraça dispunha bases conservadoras e determinações religiosas, a Escola de Minas de Ouro Preto se dedicava à investigação tecnológica, com vistas ao progresso e ao desenvolvimento científico), ambas atuavam de forma a orientar e disciplinar as determinações políticas notadas no estado, e influenciariam diretamente a modalidade de governança e de gestão de recursos documentados nas últimas décadas do século XIX. Carvalho (2010, p. 195) acrescenta que:

Vistas as duas escolas em retrospectiva, o Caraça teve alcance muito maior do que a E. M. em razão do número de alunos que formou e das posições de poder que exerceram nas vidas religiosa e política. No entanto, o impacto da E.M., que é mais mensurável, foi, no longo prazo, mais profundo do que a do colégio.

Vale lembrar que houveram outros estabelecimentos de ensino que, embora apresentassem menor destaque e alcance em comparação à Escola de Minas e ao Colégio do Caraça, contribuíram de forma efetiva sobre a difusão dos ensinamentos filosóficos com perspectivas humanistas. Dentre as instituições, podemos apontar o Liceu Mineiro (1842, Ouro Preto), o Colégio Barbacenense (1850, Barbacena), o Ateneu São Vicente de Paulo (1853, Diamantina), o Colégio Emulação de Sabará (1853) e o Externato de São João Del Rey (1861) (Costa & Matos, 2019). Deste modo, conforme apresentado acima, as especificidades verificadas no estado de Minas Gerais, tais como crescentes esforços de instrução e intelectualização dos indivíduos e organização da gestão pública mediante políticas bem definidas, contribuíram diretamente ao curso das mudanças sociopolíticas e econômicas apontadas.

Figura 3 - Centro educacional do Santuário do Caraça



Fonte: Site Santuário do Caraça.

Figura 4 - Escola de Minas de Ouro Preto



Fonte: Site Universidade Federal de Ouro Preto.

Ainda na Independência do país, declarada no ano de 1822, permaneciam em curso o clientelismo, o patrimonialismo e a produção dependente do trabalho escravo, aspectos esses que representavam no Brasil as bases de organização econômica e social, mesmo que se evidenciasse grande notabilidade a presença de uma parcela da elite urbana que se colocava em função da transição para o trabalho livre e reformulação das relações em diversas ordens. Nesse sentido, na segunda metade do século XIX, notava-se nos centros urbanos brasileiros a presença de intelectuais organizados e com disposições voltadas ao fim do trabalho escravo, da implementação da República e da sofisticação produtiva, grupo esse que dividia espaço com uma sociedade agroexportadora, centralizadora e que se apropriava profundamente da exploração da mão-de-obra cativa e imigrante. Paralelamente à estes fatos, podemos apontar no país os primeiros passos de implementação da atividade industrial, a qual se consolidaria somente na virada para o século XX, e que afetaria as relações de trabalho, as políticas fiscais e fomentaria possíveis oposições entre as diferentes naturezas de empresas (empreendimentos tradicionalmente artesanais e estabelecimentos de maior porte que dispunham de inéditos recursos tecnológicos, como acesso às ferrovias, maquinário à vapor e elétricos, telégrafos dentre outras novidades). Sobre esses eventos, Costa e Matos (2019, p. 154) ressaltam que:

Em 1874 são interligadas por cabo telegráfico as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, que foi estendido em 1875 para João Pessoa e Natal, e também a Portugal. No período, a propaganda liberal ganhava força no Império e reivindicava o fim da escravidão, a reforma política e a busca pelo patamar de desenvolvimento das nações mais avançadas.

E completam:

A presença de um Estado Nacional, a ruptura do exclusivo comercial e do Antigo Sistema colonial fazendo do café a

primeira atividade exportadora não colonial, a diversificação da estrutura social, o incremento da vida urbana, tentativas de organização do trabalho livre, os crescentes investimentos ingleses em infraestrutura (basicamente desenvolvimento da rede ferroviária), a Lei de 1871 que tanto traça o fim do escravismo quanto indica os rumos da reorganização do trabalho com base na mão de obra livre, são elementos que indicam as profundas transformações em andamento. (Lanna, 1986, p. 74)

Rememorar esse processo de sofisticação legislativa, geopolítica e tecnológica se faz conveniente pois, além de estruturar a nova organização e articulação – do ponto de vista espacial, econômica e de gestão – do Brasil, nota-se a conversão da disposição socioeconômica do sistema mercantil-escravista para o industrial-capitalista. Esse processo contou, significativamente, com a crescente introdução de novos agentes produtivos e pela intensa instalação de considerável população estrangeira, esta última responsável por introduzir e firmar expressivamente a especialização da mão-de-obra em diversos domínios.

Sobre este momento do século XIX, se discutia amplamente a industrialização em nível mundial com a finalidade da sua plena instalação e verificava-se no Brasil o surgimento de inúmeros esforços coletivos em favor da conversão produtiva. Vale ressaltar que o contexto local apresentava significativas diferenças em relação à realidade europeia e norte-americana, ainda que fossem importadas referências e modelos destas localidades que conduziriam o projeto de modernização da produção e do trabalho no país. Para diversos autores, como Paviani (2015), variados fatores enfatizavam essas particularidades, como condições políticas, socioeconômicas, urbanas, situação dos serviços de transportes, das possibilidades de comunicação, das determinações apontadas pelo sistema financeiro, dentre outros elementos.

Assim, ainda que grande parte do estado permanecesse economicamente dependente de recursos agrários com limitado grau de aperfeiçoamento, Minas Gerais foi pioneiro em práticas e técnicas industriais manufatureiras em relação à diversas modalidades de

produção. Dentre essas inéditas possibilidades podemos apontar as técnicas de siderurgia, de laminação de aço com produção superior à 1 tonelada por dia, de produção seriada de tijolos e de experiências inovadoras na produção têxtil. Embora que, nas últimas décadas do século XIX essas possibilidades se apresentavam brevemente modernas e com grau inicial de sofisticação, autores como Aguiar (2006) e Gomes (2005) afirmam que tal processo de estímulo tecnológico e social seriam impossíveis em localidades com baixa dinamização econômica e com presença de intelectuais, estudiosos e políticos orientados por perspectivas conservadoras.

Evidentemente, ainda que o decurso dessa mudança ocorresse de forma enfática ao longo do século XIX, as elites brasileiras se faziam altamente resistentes às novas determinações que emergiam na sociedade, e insistiam em apostar no enriquecimento com base na apropriação de vantagens locais em relação aos negócios e na exploração da mão-de-obra escravizada. No entanto, nas principais cidades de caráter metropolitano – em menção às grandes cidades no momento estudado – o sinônimo de progresso se vinculava diretamente às novas possibilidades produtivas e à abolição da escravatura, ainda que houvessem diversas iniciativas voltadas a disciplinar e controlar a recente mão de obra livre, como algumas leis que se colocavam a disposição em conduzir uma massa de indivíduos para o trabalho assalariado e se opunham às economias de subsistência.

De modo especial na virada para a sua segunda metade do século XIX, os aspectos geopolíticos se remodelaram de maneira significativa, especialmente em razão dos novos modos de articulação das elites, dos primeiros passos voltados à implementação da industrialização no país e, sobretudo, pelos novos esquemas e padrões verificados na legislação, ocorrências ordenadas, direta e indiretamente, pelas eventualidades acima descritas. O ano de 1850 representa um marco emblemático nas iniciativas de elaboração do Estado nacional brasileiro diante dos evidentes e inéditos sistemas observados na economia, nas relações sociais e na ordem produtiva. Como apresenta o historiador Pablo Luiz de Oliveira Lima, em sua obra *Ferrovia, Sociedade e Cultura: 1850 – 1930* (2015, p. 63):

Em 1850, as várias ações governamentais influenciaram profundamente a história brasileira. A Lei de Terras limitou o acesso da população à propriedade fundiária. A Lei Euzébio de Queirós proibiu o tráfico de escravos, pressionando a formação de mão-de-obra livre. O primeiro Código Comercial estabeleceu as bases das transações financeiras, inclusive a formação das companhias e da sociedade anônima.

Para autores como Lima (2015) e Godoy (2009), este momento no século XIX consiste na consolidação do processo de conversão e modernização do Brasil como organização política, cuja transformação se torna ostensiva e patente a partir de ações como a oficialização jurídica da propriedade privada expressa pela Lei de Terras de 1850, a elaboração de um sistema bancário local, a consolidação dos transportes e da comunicação e, principalmente, o declínio das relações escravocratas e criação de um novo esquema de mão-de-obra e trabalho. Esta última conjuntura é de grande significado para os desdobramentos da economia, política, sociedade e cultura do Brasil, dado que tal conjuntura fragilizou as políticas imperiais em curso, modificou as relações profissionais e conferiu novas regulamentações às trocas comerciais, uma vez que, como já dito, o tráfico transatlântico de pessoas se apresentava como uma prática econômica altamente lucrativa.

Neste contexto, finalmente é abolida a escravidão no Brasil, fato que transformou não somente as organizações sociais e as relações trabalhistas, mas redefiniu decisivamente a ocupação e a estrutura agrária do país e, no ano seguinte, culminou a proclamação da República. Ademais, a abolição da escravatura reuniu e foi produto de diversas iniciativas sociais, legais e políticas já em curso e que podem ser demarcadas, de modo mais enfático e direto, com os notáveis desdobramentos no aparato de leis do país.

Abolição e República, portanto, colocaram em novas bases a vida política, econômica e social do país e deram novos sentidos à modernização brasileira em curso desde os anos 1860, marcada

por um reformismo que pretendia superar a distância entre o Brasil e os países mais avançados da Europa e os Estados Unidos. Esse reformismo foi buscado por segmentos da elite imperial pelo menos desde 1865, quando ganhou vulto a campanha antiescravista que levou a aprovação da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871, e o debate pela adoção de um sistema de eleições diretas no império. Essa primeira campanha abolicionista e a luta por eleições livres foram caracterizadas pela emergência de um novo pensamento liberal em meio ao dinamismo econômico e social que se seguiu à supressão do tráfico de escravos em 1850, com a expansão da economia agroexportadora, dentro de um quadro internacional promissor, com o crescimento das cidades e do mercado interno e com lento, mas inexorável, incremento do trabalho assalariado. (Aguilar, 2006, p; 63)

À luz desses fatos podemos afirmar que, para além das grandes transformações observadas na economia, o Brasil do século XVIII e XIX sediou um conjunto de ensaios e eventos voltados à modernização da sua sociedade, legislação, governança e das cidades. Em suma, esse processo de mobilidade sociocultural é evidenciado pela renovação e atualização política, das condições e tratos de trabalho, pela instalação de características advindas do pensamento industrial no modo de produção e no consumo –em relação ao cenário nuclear ocidental, ainda que de maneira muito limitada –, e, sobretudo, pelo reconhecimento da liberdade, da individualidade e dos direitos como orientações fundamentais ao processo de transformação da sociedade.

3 – HABITAÇÃO NO BRASIL: POR QUE NÃO FALAMOS DA CASA GRANDE?

De todo modo, a escravidão se enraizou de tal forma no Brasil, que costumes e palavras ficaram por ela marcados. Se a casa-grande delimitava a fronteira entre a área social e a de serviços, a mesma arquitetura simbólica permaneceria presente nas casas e edifícios, onde, até os dias que correm, elevador de serviço não é só para carga, mas também e, sobretudo, para os empregados que guardam a marca do passado africano na cor. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 92)

Em meados do século XVIII, as principais cidades brasileiras se encontravam envolvidas em atividades econômicas relativamente inéditas no país, mas em absoluto desenvolvimento, como a produção de cana-de-açúcar, cafeeira ou o promissor ciclo do ouro. Como relembra Schwarcz & Starling (2015), os primeiros engenhos foram instalados em Pernambuco no ano de 1535, sob a coordenação do donatário Duarte Coelho e se consolidou de modo a incentivar o aparecimento de diversos outros: quatro novos estabelecimentos até 1550, trinta em 1570 até alcançar a marca de 140 até o final do século XVI. Com o passar das décadas nos séculos XVI e XVII, outras modalidades produtivas se consolidaram, como a tabacaria, o plantio de diferenciados gêneros vegetais e a pecuária – esta última fundamental na força motriz das moendas e transporte de cargas no território brasileiro, além da alimentação da população.

Em paralelo, o processo de colonização do Brasil alterou seu sentido: os esforços que antes estavam voltados a ocupação das terras do Novo Mundo e comércio de limitados recursos encontrados, como o pau-brasil, se concentraram na conversão do país em um sistema produtivo e econômico de fluxo constante, pautado pela elaboração de produtos destinados ao mercado europeu. Os esforços se deslocaram da fixação da população nas terras brasileiras e se concentraram na produção especializada, em larga escala, para a

economia europeia. Nesse modelo de ocupação e produção, se estabelecem as grandes porções de terras produtivas, os latifúndios, voltados unicamente um único gênero de produção.

3.1 - Experiências sociais e seus desdobramentos sobre os modos de morar nas residências

No processo de expansão e ocupação do território brasileiro foram elaborados diferenciados modelos de habitação, singularizados com base nas necessidades e demandas da população, na economia, nas condições ambientais, nas viabilidades técnicas e, sobretudo, nas determinações socioculturais dos indivíduos em contextos diversos. A historiografia da habitação no Brasil indica a existência de características comuns aos diferentes modelos de moradia destes primeiros séculos de ocupação portuguesa, além de evidenciar algumas variações tipológicas instituídas ao longo da história. Puppi (1998), amparado pelos ensinamentos do arquiteto Carlos Lemos, apresenta, em síntese, a trajetória da arquitetura brasileira até alcançar a ocorrência do Movimento Moderno brasileiro, ambos baseados em explicações que classificam como as principais ocorrências artístico-sociais. Embora, por vezes, ingênua e reprodutora de diversas abordagens contestáveis sobre a realidade social da época, o apontamento do autor evidencia pontos importantes do desenrolar histórico, os quais fundamentam a abordagem de notáveis estudiosos e teóricos admitidos neste estudo. Nas palavras de Puppi (1998, p. 141-142):

[...] 1 – o colonizador europeu, fixando-se sobretudo no litoral, transfere para este, ‘aclimatando-os’, seus modelos arquitetônicos: seria esta a arquitetura europeia da colônia; 2 – quase nos primórdios da colonização, porém, alguns portugueses sobem ao planalto paulista, constituindo uma sociedade mameluca de feição ‘brasileira’ e ‘popular’ (posto que inclui a cultura nativa); esta, no ‘isolamento’ do interior, ‘recria’ um modelo arquitetônico de origem palladiana, para adequá-lo a este

novo habitat e nova raça: seria essa a origem das casas bandeiristas de São Paulo; 3 – os mesmos paulistas, adentrando o país, descobrem o ouro de Minas Gerais; este atrai negros e portugueses, formando uma sociedade mulata, igualmente ‘brasileira’ e ‘popular’; no seu ‘isolamento’ interiorano esta também ‘recria’ os modelos agora barrocos, segundo esse novo habitat e nova raça: isso explica a peculiaridade artística de Aleijadinho; 4 – após a chegada da Missão Francesa, a influência europeia é restabelecida no litoral, tornando-se outra vez dominante; tal influência irá prevalecer ao longo de todo século XIX e início do XX, através dos modelos neoclássicos e ecléticos (com algumas nuances); e 5 – a arquitetura moderna, contrapondo-se à interrupção anti-nacionalista do neoclassicismo e do ecletismo, volta-se para o passado artístico anterior a essa manifestação arquitetônica litorânea e europeia: restabelece-se assim a primazia da cultura nacional.

Por razões diversas, os principais estudos não expõem com a devida profundidade a ocorrência de determinados modos de elaboração residencial e o contexto que motivavam seu empreendimento. Diante desta última questão, esta seção visa observar a Casa Grande em seu ambiente de proposição e remissão, e entender a ausência de conteúdos que iluminem esse debate nas notáveis referências da literatura sobre arquitetura brasileira. Apesar da diversidade verificada na arquitetura residencial brasileira, autores como Weimer (2012) assinalam que para a compreensão da cultura arquitetônica no Brasil, duas tipologias apresentam importância substancial e determinam características importantes para a arquitetura do século XX: a casa do colonizador e a do cativo.

Cabe apontar que alguns autores atuantes na primeira metade do século XX abordaram o tema da arquitetura residencial do período colonial como sendo um objeto homogêneo e que apresentou poucas variações e influências nesse episódio da história. Presumivelmente, esse grupo de pensadores estabeleceram esse modo de interpretar as

disposições da arquitetura residencial da época influenciado pelas considerações feitas pelo engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1815 - 1901) acerca das casas pernambucanas, cujo pensamento defendia o caráter uniforme e pouco diverso na arquitetura brasileira. Esse modelo de interpretação de Vauthier foi amplamente divulgado, impulsionado pela publicação do seu estudo intitulado *Casas de residência no Brasil* na Revista do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1943. Na segunda metade do século XX emergiram estudos dispostos a revisitar as interpretações sobre história da residência no Brasil, reforçando elementos capazes de distanciarem-se das referências totalizadoras antes veiculadas.

Enquanto a dita ‘história’ agora presta atenção na vida das pessoas simples que tomaram parte nas batalhas e foram conduzidas pelos grandes senhores, a da arquitetura continua substancialmente obscurecida com a contemplação dos edifícios que alojaram os principais atores da velha ‘história’ formal. (Oliver, 1978, p. 187)

Sobre tal condição nos estudos e referências, arquitetos e historiadores, como Lemos (1979) e Oliver (1978), já evidenciaram as dificuldades em estabelecer observações pormenorizadas e precisas sobre essa natureza de construção, dada a ausência de documentações sobre tais projetos, a descaracterização desses edifícios – tanto em relação ao seu partido, quanto em relação ao seu layout e composição – e, como dito, a exiguidade de publicações sobre o tema. Essa condição dificulta o conhecimento sobre as razões técnicas, as regras de funcionalidade e os pressupostos que envolvem toda a composição arquitetônica dessas construções.

3.2 - As Casas Grandes

De acordo com o arquiteto Geraldo Gomes (1990), se emprega o termo Casa Grande pela primeira vez no século XIX. Os documentos que nomeiam as residências com tal

definição datam-se no ano de 1811, nos relatos de Henry Koster, proprietário de engenho residente em Pernambuco. Gomes também lembra que se utilizava a expressão *great house* no século XVIII na Jamaica para classificar a casa dos proprietários de engenhos de açúcar (GOMES, 1990). A historiadora Sheila de Castro Faria (2005) completa que o termo Casa Grande se tornou popular no Brasil na segunda metade do século XIX na ocasião da publicação do romance *O tronco do Ipê*, escrito por José de Alencar (1829 - 1977) e veiculado inicialmente em 1871, e informava ao público que as tais habitações eram chamadas pelos negros de casas-grandes.

A obra *Casa Grande e Senzala*, publicada pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900 - 1987) em 1933, contribuiu para que o termo Casa Grande se tornasse uma referência efetiva para qualificar a modalidade de assentamento produzida no contexto colonial brasileiro, entre os séculos XVI e XIX. Neste momento, a diferença entre a denominação de Freyre e as propostas dos outros autores consistia no reconhecimento do sistema social e escravocrata como os primeiros indicadores da formação cultural do Brasil, diante das relações que se estabeleceram nessas residências, mediadas pela qualificação inter-racial e cultural. Nas palavras de Freyre (2002, p. 22)

A história social da casa grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo, do seu cristianismo reduzido à religião da família e influenciado pelas crendices da senzala.

E completa Reis (2007, p. 128):

No mundo rural brasileiro, onde o colonizador aventureiro português se instalou, vivia uma família dilatada com o poder do *pater famílias* também dilatado. A família era fechada, imune à mudança que vinham de fora. O pátrio poder era ilimitado e inabalável. Tirânico, sem freios. O quadro familiar era tão forte

que perseguia os indivíduos fora da casa, na cidade. Nossa vida pública, social e política era marcada pela família rural colonial. Esta oferecia a ideia mais moral de poder, responsabilidade, obediência, coesão. Predominavam, então, em toda a sociedade sentimentos próprios da comunidade doméstica, particularista e antipolítica.

Antes de nos aprofundar nas reflexões desta seção, convém destacar que o conceito de Casa Grande não representa ou classifica, a rigor, uma categoria da arquitetura do ponto de vista técnico. Nas construções datadas nos primeiros séculos do episódio colonial brasileiro denominava-se como “casa” cada um dos diferentes compartimentos da moradia. Nomeava-se os dormitórios como “casa de dormir”, o quarto de hóspedes, comumente situado independente da residência, como “casa de fora”, os banheiros como “casa de banho”; os engenhos como “casa de purgar”. A “casa grande”, termo utilizado primeiramente na região nordeste do país, se referia, em princípio, aos recintos de estar do patriarca, onde ele exercia o comando da produção, dos escravizados e dos negócios, expressão essa que posteriormente passou a designar toda a construção principal. Com o passar dos séculos, especialmente na atualidade, esse conceito tende a determinar uma expressão de natureza sociológica, voltada a designar as especificidades das ocorrências e das relações sociais verificadas nessas edificações.

Isto posto, o sentido da expressão Casa Grande que interessa a esta análise consiste nos atributos simbólicos, muito mais do que, unicamente, descrições das edificações: o reconhecimento de que sua interpretação transcende o lugar de moradia e designa diversos elementos da estrutura socioeconômica e da vida privada no ambiente colonial e na sua posteridade. Como discorre o arquiteto Amós Rapoport (1972), a configuração dos espaços, definição do partido e do programa de uma residência se orientam pelas necessidades básicas dos residentes, como a ideia de privacidade e das mensagens sociais pretendidas (Rapoport, 1972). Nesse sentido, o entendimento da configuração das Casas Grandes se vincula, de modo especial, na compreensão dos valores culturais da época, expressos pela condição da vida doméstica e pelo cotidiano que tais moradias

sediavam. Esta modalidade de arquitetura terá destaque neste estudo, não somente quanto aos seus imediatos contextos espaço-temporais, mas, sobretudo, por conceder diversos signos à cultura social altamente enraizados no Brasil.

Grande parte dos principais estudos sobre arquitetura desta época se direcionam a analisar a arquitetura de importância e influência europeia verificadas no Brasil à época, cujas referências foram intensamente introduzidas em edificações institucionais e residências de alto padrão, ou nas propostas verificadas na arquitetura religiosa. No caso da arquitetura civil, especialmente a arquitetura residencial brasileira, verifica-se um descompasso entre a importância e o valor dessa temática e o material bibliográfico produzido. Essa condição se torna ainda mais agravada quando diz respeito a residência do período colonial e seus desdobramentos imediatos. Me refiro não à pertinência em apresentar as características construtivas e formais dessas edificações, mas de verificar como tal arquitetura encaminhou diversos fatores sociais e seus diálogos com a racionalidade sobre projeto de arquitetura.

Como afirmam alguns teóricos, ao se realizar um exame mais cuidadoso e menos formal pautado por um referencial mais amplo, a história da arquitetura no Brasil no período entre o século XVII e XX se mostra muito mais complexa do que as conclusões apresentadas na maioria dos estudos sobre este episódio. Trata-se de um momento que se empreendiam grandes esforços por parte dos arquitetos e engenheiros para alcançar um certo nível de independência cultural e tecnológica, cujos esforços se encontravam enfraquecidos pelas condições econômicas e sociais coloniais (MELLO, 2007).

Diversos debates voltados a apresentar as relações sociais entre os séculos XVI e XIX, em especial àquelas próprias da vida colonial, já foram levantados nas análises de importantes nomes da literatura nacional, como se faz possível observar na obra de Euclides da Cunha (1866 - 1909), José Lins do Rego (1901 – 1957) e Wanderley Pinho (1890 – 1967), em publicações de textos como *Da independência à República* (1906), *Menino de Engenho* (1932), e *História de um engenho do Recôncavo* (1944), respectivamente.

No âmbito dos estudos que iluminam reflexões da arquitetura, importantes estudos compõem a bibliografia sobre esta seara, como a coleção de textos sobre a vida privada

no Brasil organizada pelo historiador Fernando Novais ou as análises empreendidas por Freyre. No caso de Novais (1994), suas análises apontam para as especificidades das residências desse contexto e os ensinamentos das suas obras compreendem observações próprias ciências sociais, retirando das avaliações sobre arquitetura o protagonismo nos textos que compõem as suas publicações. Assim, essas referências não se destinam a descrever e analisar, direta e profundamente, a arquitetura das respectivas épocas. No entanto, as obras desses autores nos possibilitam, ao menos, presumir a condição e o estado das residências de padrão médio deste episódio do contexto brasileiro. Assim, em razão da deficiência de uma documentação – textual e iconográfica – acerca deste modelo de arquitetura, a análise direta das residências deste período que ainda dispõem de características preservadas se tornaram a principal fonte de informação.

Quanto aos seus objetos de observação, tanto Freyre (2002) quanto Novais (1994) se ocupam em analisar as regiões da Bahia e do Pernambuco, dada a importância histórica que o nordeste brasileiro apresentava no ciclo econômico do país do período. Nesse sentido vale apontar que não somente os autores acima mencionados, mas também grande parte dos estudos que têm a Casa Grande como objeto central indicam características das construções implementadas, principalmente, na região nordeste do país, cuja produção de residências muito se motivou pela destacada produção açucareira. Além do mais, grande parte dos registros e documentos que apresentam características da vida privada e da arquitetura produzida no Brasil imperial consistem em diários familiares ou anotações de negócios, frequentemente compilados pelos patriarcas. Tais registros podiam também encontrar-se nos arquivos das paróquias ou dos cartórios regionais.

No Brasil imperial, o papel privado que se proliferou foram os chamados ‘livros de assentos’, pequenos cadernos em que o chefe de família anotava os principais acontecimentos da história doméstica (casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos) no propósito eminentemente prático de dispor da correspondente informação em face da precariedade do sistema de registros públicos a cargo de párocos nem sempre cuidadosos ou

competentes, como foi o caso até a proclamação da República. Esses cadernos também serviam para a anotação de operações financeiras e comerciais: o dinheiro que se emprestou ou se tomou emprestado, os lucros ou os prejuízos com as safras etc. (Mello, 1991, p. 387)

Na obra *Quadro da arquitetura no Brasil* (2019), escrita pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, o autor investiga algumas propostas da arquitetura inauguradas no período colonial brasileiro e se prolonga até as ocorrências do campo verificadas ainda na primeira metade do século XX. Apesar de avaliar importantes debates como patrimônio, uso do espaço urbano e evolução tecnológica e construtiva no período, esta obra se propõe a relacionar a arquitetura com um panorama mais amplo, como os episódios percebidos na estrutura das cidades e as condições próprias das mudanças sociais e culturais do país (Filho, 2019).

No caso das análises de Freyre (2002), se expõem relatos altamente relevantes para a compreensão da relação da casa com as novas potencialidades e rumos sociais verificadas no Brasil no momento de maior notoriedade das relações coloniais. Para o autor (2002), nas Casas Grandes e nos engenhos se estabeleceram os mais eminentes padrões da vida social brasileira ao mencionar que a sociedade colonial do país se consolidou sob a ótica das determinações patriarcais e da exploração do trabalho, ambas eventualidades decisivas no que viria a definir a posterior estruturação social e organização cultural do Brasil. No mesmo sentido, Freyre confere à composição das Casas Grandes os primeiros passos do processo de instauração de uma arquitetura residencial brasileira e que estabeleceria elementos marcantes nas tipologias das habitações produzidas na sua posteridade.

Os estudos de Filho (2019), ainda que apresentem conclusões que versam sobre a organização sociocultural da época, quando se refere à arquitetura residencial do período escravocrata do Brasil, expõe a arquitetura produzida nos centros urbanos e evidencia seus aspectos tecnológicos associados às relações de diversas ordens que condicionavam a arquitetura residencial do período observado. No caso da arquitetura colonial, debate

que apresenta com maior grau de detalhamento a ocorrência das Casas Grandes, Filho (2019) concentra sua pesquisa na observação da conformação do traçado urbano e, no caso das análises que delineiam a arquitetura residencial, expõe-se apenas algumas características de moradia comuns a todos os imóveis, sem aprofundar nos agentes envolvidos.

No contexto das relações econômicas e culturais do episódio colonial do Brasil, as Casas Grandes definem-se como o núcleo que reúne e ordena os complexos sistemas sociais do período datado entre os séculos XVI e XIX. Além de apresentarem e afirmarem a posição social dos seus proprietários, essas residências manifestavam o modelo de organização entre os padrões de posse e encargos dos indivíduos na época, com base nas relações familiares e na distribuição hierárquica entre os diversos sujeitos nelas atuantes, seja nos vínculos de consanguinidade ou nas relações de trabalho. As construções com maior grau de sofisticação e dimensionamento estavam sediadas na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, localidades que sediavam os principais dos negócios da produção agrícola, mineral e do tráfico negreiro.

De modo geral, a arquitetura das Casas Grandes, frequentemente, se caracterizava por uma complexa estrutura organizacional, regulada pelo grande número de atividades domésticas e produtivas que tais imóveis agenciavam, bem como o grande número de pessoas que alí se reuniam, como a família, os cativos e trabalhadores livres. Embora os agentes sociais envolvidos nessas residências tenham se modificado, a importância em analisá-las consiste na existência de características deste modelo de moradia que ainda podem ser identificados na formulação da atual cultura projetual voltada à arquitetura habitacional, no ponto de vista formal e na elaboração dos ambientes e distribuição dos recintos.

O contexto de elaboração das Casas Grande se vincula diretamente com a trajetória da produção agrícola no Brasil. Datados de meados do século XVI e com grande projeção econômica no período oitocentista, os engenhos de açúcar representam os primeiros assentamentos sediados nos territórios rurais do Brasil (Freyre, 2002). A implementação dessas tradicionais construções compõe a história da malha urbana de muitas localidades brasileiras e, ainda que não existam numerosas construções originais, tal histórico

classifica esses espaços durante e após seu período de vigência. Sobre a configuração das Casas Grandes, sua determinação espacial se dava de maneira muito distinta. Vale ressaltar que, em grande parte dos casos, essas edificações se determinavam diante da composição das instalações da produção agrária da época, cuja organização arquitetônica e espacial se dava, além da residência, por meio da capela, da senzala e do engenho.

Alguns autores, como Jorge Cjzaikowsky, na obra *Arquitetura racionalista e a tradição brasileira* (2000), apresentam as significativas diferenças apresentadas pela composição formal das Casas Grandes em relação à residência dos indígenas e africanos, grupos étnicos que garantiam diversidade à cultura social brasileira da época. De acordo com Cjzaikowsky (2000), enquanto que as Casas Grandes edificadas mais frequentemente no século XVIII – ou casas luso-brasileiras, como qualifica o autor – demarcam sua presença na paisagem e se assentavam como uma arquitetura que opera civilizatoriamente à serviço da cultura europeia, as propostas de arquitetura residencial dos demais grupos verificados no Brasil se propunham a serem manifestações que dialogassem com a própria terra, cada qual à sua maneira. Vale ressaltar que Cjzaikowsky (2000) entende residência luso-brasileira como a proposição de edificações compostas por traços construtivos e programáticos de origem portuguesa adaptados à força de outra estrutura social, os quais foram moderados pela assimilação de alguns princípios advindos de soluções da cultura indígena ou de observações da natureza local.

Nesse sentido, a arquitetura residencial luso-brasileira, apresentada nesta análise pelas Casas Grandes, vista como o modo de adaptação do colonizador português à condição brasileira, pode significar a primazia do espaço construído perante sobre o espaço natural, como forma de ordenação da sociedade e dos seus valores culturais, entendidos como elementos a serem disciplinados. Essa autonomia que os portugueses exerceram no Brasil em relação à arquitetura, pode associar-se, dentre outras coisas, à ausência no país de uma longa tradição arquitetônica e construtiva fundamentada por materiais de longa durabilidade e por procedimentos técnicos que viabilizassem edificações definitivas, conforme defende a historiadora Myriam Ribeiro (2003).

Na historiografia, frequentemente menciona-se termo “luso-brasileiro” acompanhado pela expressão “arquitetura tradicional”, cuja associação se motivou pelas conferências elaboradas pelo engenheiro Ricardo Severo em São Paulo entre os anos de 1915 e 1917, com o objetivo de apresentar a formação híbrida e diversa verificada nas tipologias do período colonial. Nessas conferências, Severo se dedicava a classificar a tipologias de residências conforme a região em que eram edificadas no território brasileiro, além de estabelecer comparações com as referências tuteladas em diferentes localidades do continente europeu. Anos mais tarde, na década de 1970, diante do avanço e consolidações dos estudos e pesquisas nas universidades, autores como Lemos² se ocuparam novamente em investigar os regionalismos existentes no decorrer da história da arquitetura civil brasileira e, no caso destes novos estudos, estabelecem-se associações entre as técnicas e tipologias. Nessas condições, Martins (2021, p. 16) completa que:

A questão da independência artística brasileira, defendida desde a Semana de Arte Moderna de 1922, e o entendimento sobre a existência de um gênio da terra, sustentado pela noção de mulatismo, presentes no recém-criado SPHAN, possivelmente, justificam a opção por essa forma de interpretar a história da casa urbana no Brasil.

De acordo com Ribeiro (2003), esse processo de conformação da arquitetura civil residencial brasileira muito se difere da realidade encontrada em outras localidades

² Passada a primeira fase da historiografia da arquitetura brasileira, encabeçada por autores como Costa e Severo, os estudos de Lemos tiveram um importante papel no processo de releitura da arquitetura residencial no Brasil. Apesar do caráter resumido das suas principais obras, como *Arquitetura Brasileira* (1979), Lemos esboçou a descrição – histórica e técnica – das principais variações regionais da arquitetura nacional, abarcando a fase da ocupação portuguesa e suas transformações verificadas no decorrer do período colonial. O autor foi um dos primeiros a revisitar e se aprofundar nas investigações sobre a consolidação da arquitetura luso-brasileira e a conversão para as referências modernas indicadas pelos arquitetos e artistas europeus.

limítrofes ao Brasil, como aquela encontrada pelos espanhóis ao colonizarem alguns países da América, que já dispunham de uma sedimentada trajetória na manipulação técnica de materiais como a pedra, fato que condicionaria de forma muito distinta a prática construtiva posterior à sua colonização. No entanto, para além das características plásticas e estéticas da arquitetura colonial, os portugueses estabeleceram métodos e procedimentos técnicos que foram inseridos e adaptados em correspondência aos materiais disponíveis no Brasil.

Em muitos dos casos, os modelos de arquitetura que foram implementados se correspondiam àqueles produzidos em cidades portuguesas como Porto, Lisboa e Faro, principais localidades de partida de imigrantes rumo ao Brasil. As Casas Grandes construídas ao longo do período setecentista, especialmente na região sudeste brasileira, podem ser entendidas como a adequação de soluções já utilizadas anteriormente em cidades da região norte de Portugal, como nas províncias de Entre Douro e Minho. Dentre esses elementos na construção, destacam-se a presença de alpendres, telhados em quatro águas, colunas com influências toscanas, escadas externas centrais ou laterais, paredes pintadas em branco com destaque às portas e janelas em cor, beiral com caibro aparente, associação da casa e capela em uma mesma edificação e partido volumétrico em forma retangular. Como completa o arquiteto Lucio Costa (2002, p. 52):

Na região do Rio de Janeiro floresceu – o termo é bem este – uma arquitetura rural alpendrada com colunas toscanas à moda do Minho, mas tudo caiado de branco à maneira da Estremadura, de que a casa de fazenda de Colubandê, com sua importante capela anexa, cuja imagem de Sant’Anna conta do Santuário Mariano, é, sem favor, o mais gracioso e puro exemplar.

Ou ainda:

Sua arquitetura [do brasileiro], no que tem de mais característico, organiza-se através de volumes de uma geometria clara e simples, de sentimento tectônico na origem, tipicamente português, em

que domina a linha reta e só excepcionalmente se intromete a curva, ainda assim, as mais das vezes em formas geometricamente definidas e elementares. Qualidades que embora sejam comuns em toda arquitetura do Brasil, de modo geral são mais facilmente identificáveis na arquitetura doméstica. (SANTOS, 1982, p. 56)

Além da importação dos métodos construtivos e estéticos de Portugal, muito afirmados pelos fluxos colonizadores, vale apontar a dificuldade em se elaborar uma racionalidade de arquitetura independente ou autônoma, pelo fato de neste contexto não haver no Brasil quaisquer iniciativas de formação técnica voltadas para esta seara. Os primeiros estudos sobre arquitetura e engenharia sediados no país datam do final do século XVII, quando as ordens religiosas integraram à formação por elas oferecidas conteúdos próprios do ensino militar, disciplina essa que dispunha de aulas de fortificações, com ênfase na engenharia dessa natureza. Nessas condições, evidencia-se a exiguidade de profissionais habilitados em conhecimentos sobre projeto tecnologia construtiva no Brasil, fato que incidiu na grande disputa pelos poucos profissionais, os quais atuavam mediante a criação das suas próprias regras e métodos.

Não devemos nos esquecer que os colonos aqui chegados, além de serem poucos, não tinham habilitações uniformemente distribuídas dentro da sociedade e eram, na verdade, grandes improvisadores nesse isolamento do Novo Mundo. [...] Mas, aos engenheiros militares é que coube a grande tarefa de educar e ensinar o povo a construir. (LEMOS, 1979, p. 29)

Em 1699 no Rio de Janeiro se inaugura as chamadas “Aulas Régias”, destinadas a jovens militares que apresentavam facilidade no exercício dos ensinamentos da engenharia e posteriormente, a partir do ano de 1774, essa formação passa a nomear-se como “Aula Militar do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro”. Esse último formato educacional

se correspondia à Aula de Arquitetura Militar, disciplina fundada oficialmente no ano de 1647 em Lisboa, e seu conteúdo contava com um currículo teórico que disponibilizava o conhecimento sobre leitura crítica de projetos, cópia das estampas presentes nos tratados europeus de geometria mais importantes e aulas práticas de desenho e arquitetura (Smith, 1962).

A presença desses primeiros centros acadêmicos de engenheiros militares no Brasil contribuiu para a posterior produção arquitetônica residencial, em especial nas cidades que se instalavam pois, embora fossem destinadas ao público citado, oportunizava-se aos civis interessados a participação nas aulas dos conteúdos ministrados. Os engenheiros militares formados por estas instituições, por sua vez, concentravam-se nos projetos de construções militares, mas, eventualmente, se dispunham a projetar e supervisionar as obras civis particulares, como encomendas das ordens terceiras ou residências em diversas localidades do Brasil. De acordo com Smith (1962), essa atuação dos indivíduos com formação local, além de cooperar ativamente ao estabelecimento de referências voltadas ao refinamento técnico das construções com base na linguagem formal e erudita, contribuiu também ao processo de sistematização técnica das determinações e exigências próprias do contexto brasileiro ao espaço construído, ainda que de forma lenta.

No caso das Casas Grandes, comumente sua determinação geral não se caracterizava apenas por um único imóvel, mas o conceito seu conceito se define muito mais por uma modalidade de assentamento configurado por um complexo de edificações independentes dispersas no sítio e com funções muito específicas, ainda que fossem presentes nas residências dos centros urbanos a reunião em um mesmo imóvel desses diferentes serviços e recintos. Como evidenciado na imagem a seguir, essa característica de ocupação, pautada pela criação de edifícios independentes, se fazia mais evidente nas Casas Grandes das áreas rurais do Brasil, especialmente em residências que estavam associadas à produção agrícolas e situadas em grandes porções de terra (Karash, 1987).

Figura 5 - Frans Post: Engenho e Casa-grande



Fonte: Coleção Itaú Cultural.

Além de as Casas Grandes comumente se constituírem por diferentes edificações distribuídas em torno de uma área central aberta cuja disposição final frequentemente incidia em uma volumetria em quadrilátero, notava-se também as plantas que apresentavam a partido retangular e poderiam ser acrescidas de edificação anexa. Nesses ambientes secundários, habitualmente se instalavam a cozinha e demais dependências de serviço, que incidiam na conformação do volume final em “L”. Quanto ao dimensionamento, geralmente essas residências apresentavam amplos recintos, e os cômodos eram distribuídos ao redor da sala principal. No caso das residências que dispunham de duas salas, a segunda situava-se na parte posterior da casa, e sua conexão era realizada por intermédio de corredor.

Lemos (1979) pondera que as casas de engenho, especialmente da região nordeste, apresentavam partidos diversos, particularizados mediante a realidade familiar, produtiva e econômica de cada família. Podiam, por exemplo, ter a capela acoplada à residência ou situada em edificação independente, ou ainda dispor, na mesma construção, a casa e os recintos voltados à produção. No entanto, o autor aponta que a adaptação das soluções técnicas às suas respectivas condições climáticas representa uma característica em comum nas Casas Grandes de todo o país.

Em quase todas, porém, havia os recursos de acomodação aos rigores do clima, com a adoção de profundos alpendres e com a providência de se deixarem as paredes internas baixas e os cômodos sem forro, o que possibilitava a ventilação de todo o interior. O alpendre, ou a varanda, foi mesmo peça importante no contexto geral do engenho, pois era o local onde o proprietário, o patriarca, observava e comandava os trabalhos da produção. (Lemos, 1979, p. 36)

Na arquitetura residencial rural, em termos práticos, geralmente projetava-se casas térreas, compostas por, no máximo, dois andares, e assentadas diretamente no solo, cujo modo de elaboração afirmava a horizontalidade do volume da edificação. A varanda alpendrada exerce um papel importante na organização espacial destas residências, pois além de mediar os ambientes público e privado da casa, permitia o acesso à sala principal e à capela, esta segunda importante recinto em diversas destas edificações. Sobre a implantação das capelas, Schwarcz e Starling (2015, p.69) discorrem:

Por vezes contida na casa-grande, por vezes espacialmente dela separada, a capela era peça essencial desse universo. Nos domingos e feriados suas poucas fileiras de cadeiras, usualmente de madeira, não davam conta de acolher a movimentação da família extensa do senhor, dos lavradores vizinhos e dos

moradores que gravitavam em torno do engenho. Também os cativos eram convocados a participar das celebrações religiosas, e batizavam-se muitos deles ritualmente na chegada, quando isso já não tivesse acontecido na África. Como o catolicismo era central nesse mundo da cana-de-açúcar e do trabalho forçado, difundiu-se a prática de o senhor destinar um de seus filhos ao celibato clerical.

Figura 6 - Fazenda/Engenho Poço Comprido, edificado no século XVIII. Vicencia - PE



Fonte: Prefeitura Municipal de Vicencia.

Figura 7 - Fazenda da Taquara e sua Capela Nossa Senhora dos Remédios e Exaltação da Santa Cruz, edificadas em 1738. Jacarepaguá – RJ



Fonte: Site ipatrimonio.org.

Figura 8 - Fazenda da Taquara e sua Capela Nossa Senhora dos Remédios e Exaltação da Santa Cruz, edificadas em 1738. Jacarepaguá – RJ



Fonte: Site ipatrimonio.org.

Nessas residências as coberturas quase sempre se sustentavam por esteios de madeira de seção quadrada – os quais posteriormente foram construídos em alvenaria – e elaboradas por telhado cerâmico e grandes beirais. Esses telhados dispunham de estruturas em frechais que ancoravam os caibros e cachorros, e podiam contar com solução estrutural de tesouras. Essa solução possibilitava que nas casas de maiores dimensões houvesse um maior aproveitamento da declividade para a construção de jiraus sobre o salão central, e que passaram a ser utilizados como depósitos. O partido da edificação baseado na forma retangular permitia a simétrica distribuição, em planta, dos recintos da residência.

No caso das residências desta natureza observadas em Minas Gerais, suas conformações gerais tiveram grande influência da arquitetura já produzida em São Paulo, e foram introduzidas pelos bandeirantes de origem paulista, que migraram para o estado em busca de ouro e prata e que estabeleceram as primeiras residências rurais. No entanto, conforme aponta Sylvio de Vasconcellos (1978), superou-se esta influência de ocupação paulista em razão do elevado fluxo de imigrantes portugueses que, dado o grande interesse na extração mineral, incentivou a ocupação das terras mineiras e viabilizou a criação das primeiras vilas, com fazendas estabelecidas nas suas imediações.

Em Minas Gerais, o tipo mais comum de assentamento se define por edificação assentada sobre o sítio sem nele interferir, mesmo quando se tratava de terrenos altamente acidentados, e esta solução passa a designar uma característica importante da racionalidade construtiva mineira da época. Comumente, se edificavam as residências sobre esteios de madeira, que conformavam porões e que não contavam com vedações de parede. O acesso à essas casas comumente se davam por varandas alpendradas que podiam se estender ao longo de todo o plano da fachada frontal, além de contarem com escadas externas, geralmente elaboradas em pedra. Esse recinto permitia, em diversos casos, o acesso à capela e ao quarto de hóspedes quando situado nas suas imediações. Como afirma Lemos (1999, p. 29):

Para essas peças de recepção também permanentemente deitavam porta as capelas domiciliares. Dali visitantes, agregados e

escravos podiam assistir às cerimônias religiosas. E muitas e muitas vezes ali também ficava a porta do quarto de hóspede, que nunca frequentava o interior da moradia. Esse esquema de circulação estava inserido no programa de necessidades que exigia o resguardo da família. Quando as construções eram assobradadas, o alpendre ou a varanda eram acessíveis por escada externa – pois não havia mesmo a hipótese de circulações internas para os visitantes.

Como apresentado nas imagens a seguir, os alpendres e varandas tiveram grande aceção em grande parte dos assentamentos coloniais do país por serem espaços que garantiam a permanência agradável, mediavam o acesso entre o espaço interno e externo, além de possibilitarem o controle visual das atividades produtivas e domésticas, ambas realizadas pelo indivíduo escravizado rigorosamente monitorado. Essa possibilidade de vigilância e supervisão muito se assemelha a descrição elaborada pelo filósofo francês Michel Foucault (1988) sobre o efeito da torre do *Panóptico de Bentham*, cuja ocorrência consistia no cumprimento pleno do poder por meio da visibilidade e da observação. A Casa Grande, deste modo, como ponto de referência, representa a instalação definitiva do poder sobre o indivíduo dominado por meio, dentre outras coisas, do controle e da vigilância.

Figura 9 - Fazenda Pimentel, construída no século XVIII. São Sebastião do Passe – BA



Fonte: Iphan.

Figura 10 - Fazenda São Bento (1754) – Duque de Caxias, Rio de Janeiro



Fonte: Museus vivo de São Bento.

Figura 11 - Fazenda São Bento (1754) – Duque de Caxias, Rio de Janeiro



Fonte: Iepha.

Figura 12 - Fazenda Capão do Bispo (Séc. XVIII) – Rio de Janeiro - RJ



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

Figura 13 - Fazenda dos Martins, construída no século XVIII, em Brumadinho – MG



Fonte: Iepha – MG.

Figura 14 - Fazenda do Engenho d'Água construída no século XVIII. Jacarepaguá – RJ.
Alpendre frontal



Fonte: Iphan.

Figura 15 - Fazenda do Engenho d'Água construída no século XVIII. Jacarepaguá – RJ.

Alpendre posterior



Fonte: Iphan.

Ainda sobre as varandas, sua diversidade mais significativa consiste na sua relação com as fachadas principais, que poderiam percorrer de uma a duas fachadas, ou se inserirem unicamente em apenas uma delas, situadas ao meio ou na extremidade (Gomes, 1998). Outra importante finalidade das varandas e alpendres consistia no auxílio ao controle climático no interior dessas residências. Dada as limitações – ou ausência – nas tecnologias de conforto ambiental no ambiente doméstico, a adaptação da casa ao meio que estavam inseridas se fazia altamente importante e as varandas protegiam as edificações das chuvas, das ondas de calor e da insolação direta mediante a criação de sombras em torno da edificação. No mesmo sentido, os porões térreos criavam bolsas de ar sob a casa e contribuía, assim, para o arejamento e prevenção da incidência de umidade ascendente nos ambientes.

Frequentemente, a construção dessas residências contava com tecnologias de vedação em pau-a-pique ou adobe elaborados sobre embasamentos de pedra, seguidos por

estruturas autônomas em madeira. O acabamento das paredes se dava por argamassa de barro com posterior pintura, e as esquadrias poderiam compor-se de madeira, calha ou almofada e dialogavam com os materiais utilizados nas paredes (Menezes, 1982).

Data-se do século XVIII surgimento das Casas Grandes com maior complexidade na concepção do programa, dada a ampliação das atividades produtivas dos engenhos, que demandavam um maior número de edifícios independentes e de maior porte. Consequentemente, nota-se um aumento do número de pátios internos e de pavimentos em diversas residências. A ornamentação interna das moradias acompanhou esse processo de adequação do imóvel, e passa a serem adotados sofisticados recursos de decoração para a época, como detalhadas pinturas parietais nos principais recintos sociais.

Por sua vez, a chegada dos africanos na sociedade colonial brasileira contribuiu não somente para o enriquecimento dos senhores, mas principalmente na manutenção de um modo de vida e na determinação das Casas Grandes, que além de apresentarem notáveis ampliações quanto ao seu layout e ao número de recintos, dispunha de padrões mais nobres e requintados na sua elaboração. No âmbito doméstico, o escravizado ocupava um importante lugar quanto ao funcionamento das casas e, como aponta Lemos (1999), não se imaginava essas residências sem a presença do indivíduo explorado. Sobre o cotidiano nas residências, cabe apontar que a presença constante do cativo se estabeleceu na fronteira entre os setores íntimos e de serviço, seja de rompimento ou na solidificação deste limite. Isso se justifica pela intensa convivência entre a família e os escravos, com base no estabelecimento diferentes níveis de relação, que variava entre amizade, responsabilidade, castigo, confiança e sexualidade – voluntária ou não.

Entre os cativos, verificava-se variedades nos padrões de relações que configurava estratificações e hierarquias bem definidas, e no âmbito do trabalho essa diferença se pautava pelo tipo de atividade exercida. Essas diferenças entre o “status” dos escravizados no contexto particular das Casas Grandes também interferia diretamente na organização espacial dos recintos. Os cativos que se dedicavam aos serviços domésticos comumente dormiam pelo chão das residências ou, em alguns casos nas senzalas associadas à residência. Nesse sentido, aqueles que se ocupavam dos trabalhos

domésticos gozavam de trabalhos menos árduos. No caso das mulheres, além de concentrarem-se na execução das atividades domésticas e no atendimento direto às famílias, se responsabilizavam também pelo cuidado das crianças, desde a amamentação até vigilância do comportamento quando adolescentes.

Dado o vasto conhecimento sobre o plantio, as ervas e suas propriedades medicinais, delegava-se às mulheres a tarefa de parteiras e curandeiras. Esses indivíduos que atuavam nos interiores dos lares faziam uso de indumentária de melhor qualidade, práticas de higiene mais frequentes e até o uso de jóias, como forma de afirmar o poder econômico dos seus senhores, cujas condições de sobrevivência foram documentadas por artistas como Jean Baptiste Debret (1768 – 1848) e Joaquim Candido Guillobel (1787 – 1859), em suas expedições por diferentes localidades do Brasil.

Figura 16 - Joaquim Candido Guillobel - Fiel retrato do interior de uma casa brasileira (1814)



Fonte: Museu Casa Alcantara.

Figura 17 - Jean Baptiste Debret – Um jantar no Brasil (1822)



Fonte: Livro Jean Baptiste Debret – *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1991).

Figura 18 - Jean Baptiste Debret – Uma senhora brasileira em seu lar (1823)



Fonte: Livro *Jean Baptiste Debret – Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1991).

Em relação aos negros destinados à atuação nas atividades produtivas, suas condições de sobrevivência se faziam adversas. Frequentemente esses indivíduos dispunham de escassas e precárias alimentação, higiene, folgas de trabalho e infraestrutura para atividades básicas cotidianas. Assim, os cativos que cumpriam o trabalho que exigia maior esforço físico destinavam-se a habitar os porões térreos ou em senzalas construídas independentes à edificação das Casas Grandes. Tal situação definia subgrupos de cativos: aqueles que faziam uso – ainda que indireto – da infraestrutura das casas dos senhores e os demais que frequentemente pertenciam às áreas menos nobres da residência.

3.3 - As casas urbanas

Com a consolidação das cidades, passam a emergir características distintas entre as tipologias das Casas Grandes rurais e urbanas. Ainda que a residência fosse representante da posição social e do poder aquisitivo do seu proprietário como dito

anteriormente, algumas adequações foram admitidas em função dos novos atributos fundiários e das novas normas urbanas na época.

As casas urbanas deveriam corresponder às recentes regulamentações legais e ordenações no parcelamento, se acomodando em lotes estreitos e com considerável comprimento. Os muros que dividiam as propriedades frequentemente se construíam como paredes compartilhadas entre as edificações, e configurou a solução chamada de “parede-meia”. Para alguns autores, essa organização das casas forma geminada não se trata de um esquema tipicamente brasileiro, e sim do padrão de agenciamento das residências originário no período renascentista e medieval europeu, adaptados para as soluções da arquitetura brasileira, cujas soluções foram implementadas conforme as conveniências determinadas pela situação climática, topográfica e cultural do Brasil (Filho, 2019).

Sobre esse modelo de residência verticalizada em razão das restrições de dimensionamento da testada do terreno, Freyre (2013) conceitua que o programa de necessidade precisou ser redistribuído nos diferentes pavimentos da edificação. Tal mudança na organização do recinto, além de modificar alguns costumes, contribuiu para o aumento da complexidade dos usos nesses ambientes, bem como para o aumento do mobiliário dos sobrados. Esse novo padrão de agenciamento se vinculava aos novos modos de construir e ocupar o espaço das cidades a partir do século XVIII. Vale ressaltar que inicialmente essa solução se fazia pouco usual no Brasil, mas favorecida em razão de o funcionamento de tais sobrados se conduzir pela presença dos cativos.

Figura 19 - Casario urbano Ouro Preto



Fonte: Foto do autor.

Figura 20 - Casario urbano Ouro Preto



Fonte: Livro Tesouros de Minas: Ouro Preto, Mariana e Sabará.

Figura 21 - Representação do casario urbano do Rio de Janeiro, elaborada pelo aquarelista Thomas Ender (1817)



Fonte: Livro Thomas Ender no Brasil, 1999.

Dada a condição geométrica do sítio, as residências frequentemente dispunham de recintos sem janelas que, anos mais tarde, foram classificadas como alcovas. As características estreitas e longitudinais do sítio favoreceram o surgimento do corredor destinado à circulação, o qual mediava os recintos frontais da residência e aos fundos.

Essa modalidade de circulação, viabilizada por extensos corredores, se admitia com menor frequência nas residências rurais: quando se nota a presença deste elemento suas dimensões se davam de maneira reduzida, uma vez que o padrão mais comum consiste nas soluções em circulação avarandada, que poderiam situar-se lindeiras a um pátio interno (Filho, 2019).

A principal semelhança entre as casas urbanas e rurais se estabelece quanto à setorização dos diferentes ambientes, pelo fato de ambos os modelos se configurarem diante da consistente separação entre os setores sociais e privados. Todavia, enquanto nas residências rurais essa separação consistia em concentrar na parte frontal da residência os recintos sociais e aos fundos os privados, nas casas urbanas assobradadas essa separação ocorreu de forma verticalizada, dado que o pavimento superior se destinava ao uso residencial e o térreo era ocupado por atividades de caráter comercial, visto que muitas dessas casas dividiam-se entre as funções de moradia e oficinas ou pequenos empreendimentos. Sobre esse agenciamento interno das residências, Lemos (1979, p.53) acrescenta que:

De um modo geral, no térreo estava o estabelecimento comercial de seu proprietário, ou inquilino, tendo nos fundos acomodações para escravos, viaturas e cavalos de tiro. No primeiro andar, os escritórios, depósitos e acomodações dos caixeiros, futuros comerciantes em fase de aprendizado, geralmente jovens portugueses emigrados. Daí para cima morava a família; havia o andar de receber visitas, o andar dos dormitórios, o andar de estar e comer. [...] Por aí, vê-se que esse sobrado somente poderia funcionar à custa da mão-de-obra escrava, que descia e subia lanços e mais lanços de escadas carregando cântaros de água, lenha, mantimentos e vasilhames de mil formas e pesos.

O acesso às residências urbanas se dava por meio de escada interna, comumente localizada no vestíbulo. Outra similaridade entre as residências urbanas e rurais consiste

no destino dado aos térreos ou porões, que se voltavam a ser o recinto onde os escravizados se acomodavam, muitas vezes dividindo o mesmo espaço com animais e veículos, como liteiras e carroças. No caso das construções urbanas, esse recinto utilizado pelos cativos apresentava dimensões muito mais reduzidas quando comparado com as residências rurais. Em sua viagem ao Brasil, Debret (1949, p. 262) documentou:

O sistema de construção encontra-se, sem nenhuma alteração, nas grandes ruas comerciais, nas praças públicas e nos arredores da cidade; a diferença está em que, nos bairros elegantes do Rio de Janeiro, o alto funcionário e o negociante reservam o andar térreo inteiro às cocheiras e estrebarias, ao passo que na cidade o comerciante nele instala os seus espaçosos armazéns.

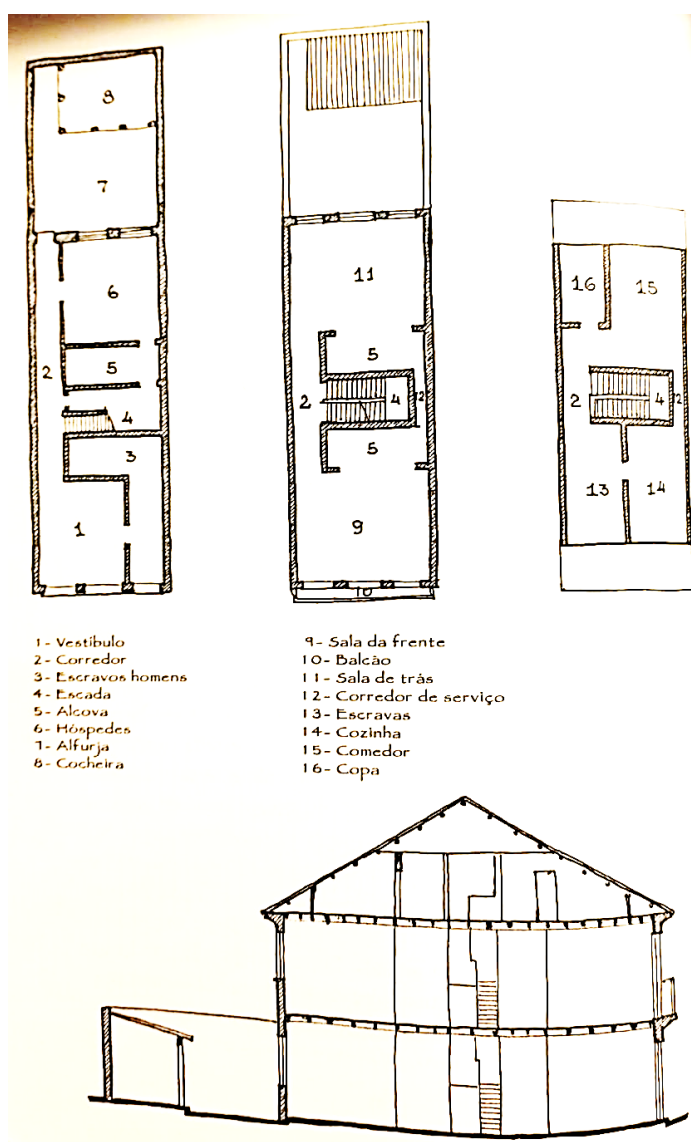
Ou ainda:

[...] os sobrados muitas vezes abrigavam uma loja comercial no térreo, quando então apresentavam algumas portas. Uma dava para o corredor que levava ao vestíbulo, onde ficava a cadeira de aruar e de onde partia a escada que dava acesso à moradia. Esse corredor se prolongava até o pátio, uma adaptação da alforja, onde ficava a cocheira da montaria. Junto ao vestíbulo, atrás da loja, ficava o alojamento dos escravos homens. (Weimer, 2012, p. 103)

De acordo com Weimer (2012), quanto mais rica a cidade e sua respectiva população, a construção de sobrados se fazia mais intensa e concentrada e essa modalidade de construção conotava poder, cuja condição se enfatizava pela largura do terreno a ser ocupado. Assim, definia-se uma distinção social por intermédio das características do

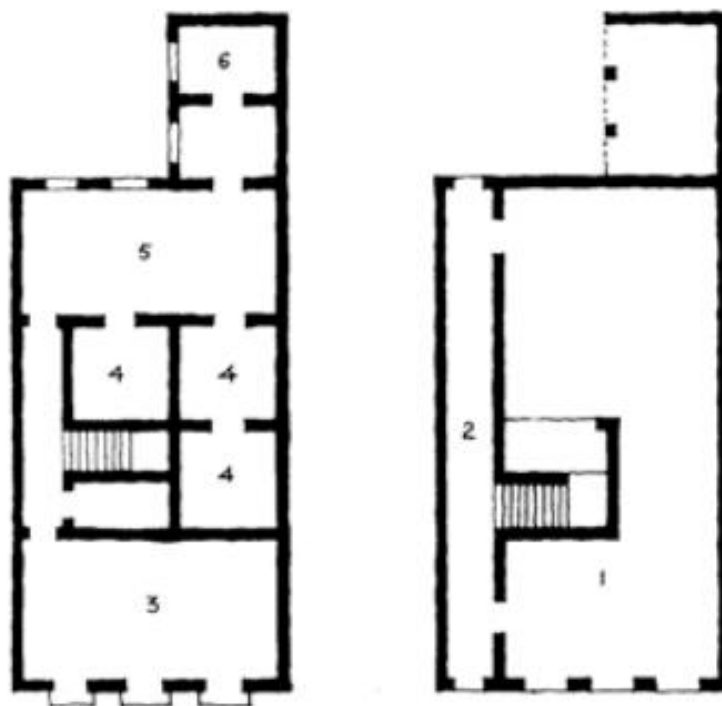
imóvel: em geral, os pobres habitavam as casas térreas e sobrados estreitos enquanto as famílias ricas dispunham de abastados sobrados com maior número de pavimentos.

Figura 22 - Planta e corte de um sobrado



Fonte: Livro Arquitetura popular brasileira (2012), escrito pelo historiador Günter Weimer.

Figura 23 - Esquema de organização espacial das casas urbanas



Fonte: Livro Quadro da Arquitetura no Brasil, 2019.

Legenda:

Térreo:

1- Loja

2 – Corredor de entrada para a
residência independente da loja

Segundo Pavimento:

3 – Salão

4 – Alcovas

5 – Sala de estar ou varanda

6 - Serviço

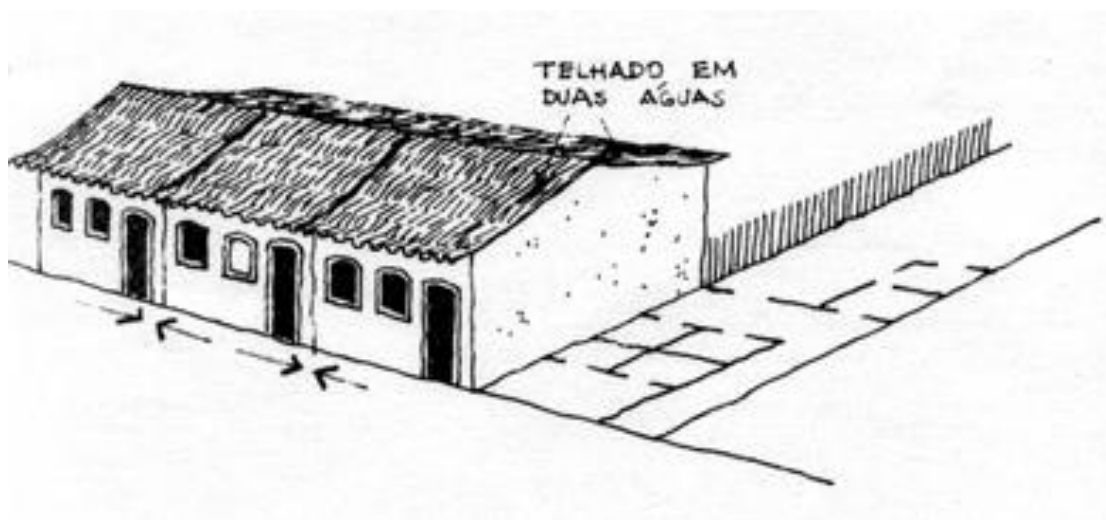
Durante o período colonial as casas urbanas não anunciaram profundas mudanças na sua organização espacial e formal. A diversidade mais significativa entre essas edificações se deu pela variação do número de pavimentos, que diferia as casas térreas dos sobrados, os quais podiam apresentar até quatro andares. Notava-se, também, diferenças pautadas pela composição das aberturas, variadas conforme o número de portas e janelas ou pelas cores das esquadrias que apresentavam pinturas em tons de verde, azul, vinho, amarelo ou laranja. Todavia, a disposição dessas edificações na malha urbana geralmente se encontrava com as fachadas vizinhas alinhadas, e tal organização conferia ritmo uniforme à conformação dos logradouros. Quanto à composição do programa e organização dos recintos nos sobrados, a configuração se assemelhava às residências térreas. Apesar das variações verificadas nos partidos, os recursos técnicos, o dimensionamento e, principalmente, a distribuição espacial interna, o agenciamento geral dos ambientes se estabelecia mediante as mesmas regras empregadas nas casas de um pavimento.

A organização espacial interna dos sobrados era semelhante a das casas térreas. A dialética da ‘monotonia desesperadora’ do partido das casas térreas, em direta oposição à mesma variedade de plantas proveniente da diversidade de largura dos terrenos, também encontrou eco nos sobrados. Da mesma forma, eram utilizados os recursos plásticos e construtivos para dar uma aparência mais senhorial às massas construídas. (Weimer, 2012, p. 209)

Outra importante característica que distingue as duas modalidades de residência se refere a composição dos telhados das edificações. Enquanto nas casas rurais se elaboravam as coberturas geralmente em pelo menos quatro águas, nas moradias urbanas os telhados possuem duas águas, sem calhas de apoio. Nas residências dos

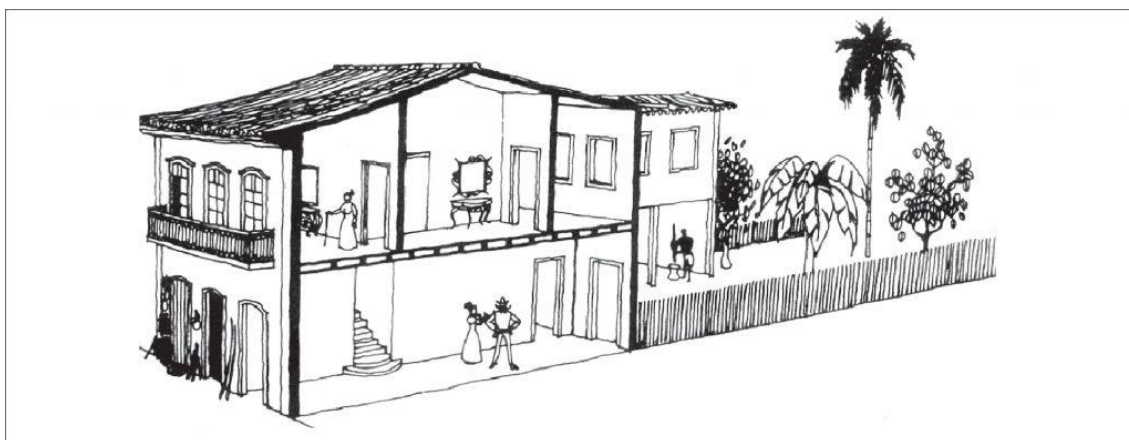
centros urbanos essa conformação da cobertura se determinava em função do agenciamento da implantação, uma vez que as casas são alinhadas e dividem as paredes de divisão de forma geminada, o padrão de telhado consiste em uma água voltada para o logradouro e a outra destinada aos fundos do terreno, conforme evidenciado nas imagens a seguir.

Figura 24 - Esquema de telhado das casas urbanas



Fonte: Livro Quadro da Arquitetura no Brasil, 2019.

Figura 25 - Esquema de telhado das casas urbanas



Fonte: Livro Quadro da Arquitetura no Brasil, 2019.

Por fim, a distribuição interna dos recintos das casas brasileiras em até meados do século XIX já se conformava sob setores sociais, íntimos e de serviço, mas sua particularidade se determinava pelo atendimento à solida estrutura familiar nuclear e ao estabelecimento de condições restritivas à liberdade da mulher e do indivíduo escravizado. Apesar de as residências edificadas no decorrer do período colonial brasileiro apresentarem uma determinada variedade no partido e na distribuição dos recintos, Lemos (1979) assinala que, especialmente no estado de Minas Gerais, tais construções dispõem de um esquema básico das plantas, comuns às diversas cidades brasileiras. Frequentemente, essas variações se relacionavam ao emprego da ornamentação, às atividades verificadas na residência, ao número de moradores e ao exercício das normas legais reguladoras de gabaritos e de composição dos frontispícios. Sobre tal, o autor menciona que:

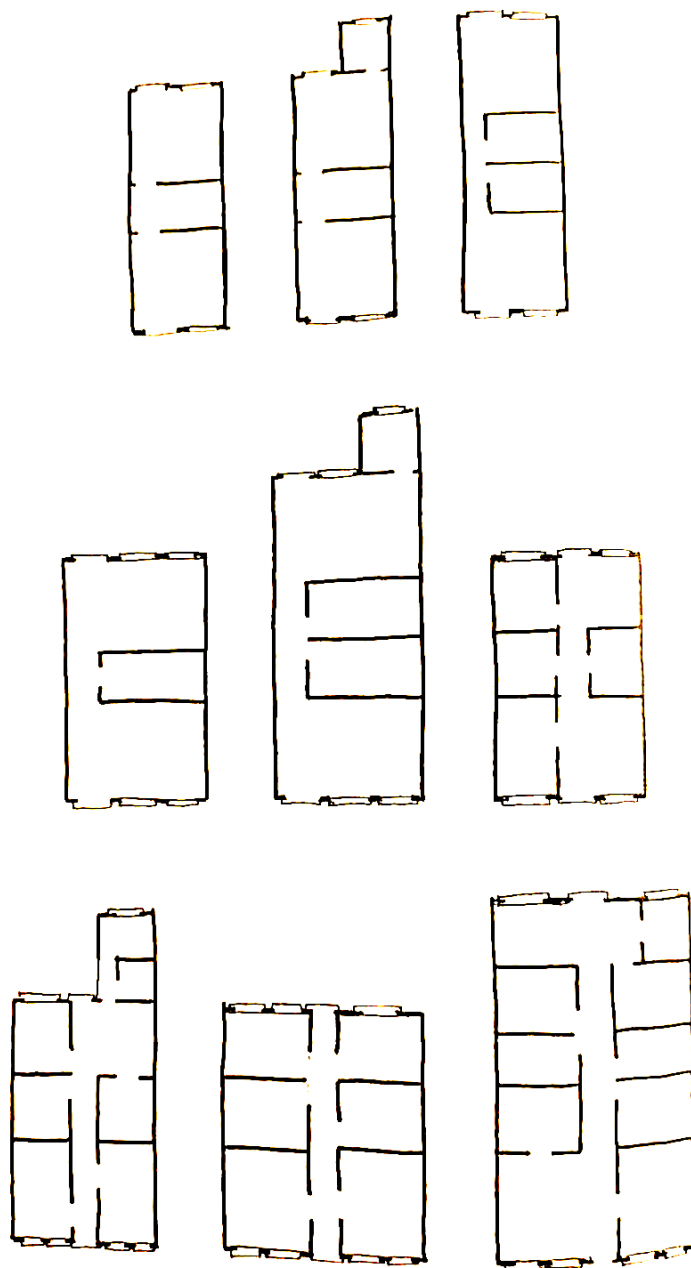
[as plantas das casas] estavam sempre condicionadas aos telhados de duas águas, aos espigões paralelos aos alinhamentos, às alcovas na zona central mais escura, às salas de frente e às varandas de fundo anexas às cozinhas em puxados e aos corredores, elementos de ligação do complexo habitacional à rua, ao chafariz, ao comércio. É claro que nos sobrados esse esquema funcional sofria adaptações, com a criação de vestíbulos térreos situados ao lado das lojas e das tendas dos artífices tão diversificados nas cidades. (Lemos, 1979, p. 91-93)

Quanto à espacialidade das casas das principais cidades do Brasil no período colonial, especialmente àquelas edificadas nos séculos XVIII e XIX, Vauthier, apesar das suas limitações acerca de observações técnicas sobre programas de necessidades, relatou que embora pudesse haver variações na distribuição dos cômodos, as construções compunham-se mediante os mesmos recintos. Apesar de

as residências disporem de ambientes com funcionalidades semelhantes, elas apresentavam um considerável número de variações na distribuição, dimensionamento e organização em planta. Sobre tal, Weimer (2012, p. 195) argumenta que:

[...] as casas apresentavam constantemente uma sala na frente, ligada à cozinha-comedor que se encontrava no fundo, por meio de um corredor que passava ao longo de uma, duas ou mais alcovas compreendidas entre as duas peças extremas. O número de alcovas dependia do tamanho da família e das posses do proprietário. Se a casa era muito estreita, podia-se dispensar o corredor, e a ligação entre a sala e a cozinha era feita através das próprias alcovas. Uma variante desse modelo era constituída quando a cozinha era desmembrada do comedor com a construção de um prolongamento da casa mais estreito que a largura do terreno (para permitir a iluminação do comedor que, nesse caso, podia ser denominado ‘copa’). Se a largura da casa era maior, o corredor podia ficar no meio da construção, então eram implantadas alcovas em ambos os lados. Na fachada principal da casa, ao lado da sala, podia ficar um androceu, lugar reservado aos homens, mais tarde denominado escritório. Em casos excepcionais, podia servir de quarto dos pais. O quarto dos fundos correspondia ao escritório, podendo servir de despensa ou ser destinado ao trabalho feminino.

Figura 26 - Esquema da variabilidade das plantas baixas



Fonte: Livro *Arquitetura popular brasileira* (2012), escrito pelo historiador Günter Weimer.

Vale lembrar que, embora no caso de Minas Gerais seja numeroso o conjunto de construções de Casas Grandes, no Brasil são raros os exemplares destas residências empreendidas entre os séculos XVII e XVIII em apropriado estado de conservação. Como exemplo, em Vitória resta apenas um exemplar destas residências, o Solar

do Barão de Monjardim construído no final do século XVIII e finalizado aproximadamente em 1805, cuja casa representa a única edificação ainda remanescente em todo o estado do Espírito Santo.

Para autores como o historiador americano Robert Smith (1962), as Casas Grandes do período colonial brasileiro dispunham de baixo rigor construtivo e se confundiam com outras casas rurais de influências portuguesas notadas em diversas cidades do interior do país. No entanto, estudar as Casas Grandes neste trabalho consiste muito mais em uma iniciativa de avaliar as relações sociais das quais elas foram produto e seus posteriores reflexos de diversas ordens do que, unicamente, verificar o adverso rigor técnico e estético que tais residências dispuseram na sua elaboração.

O modo de determinar o espaço das residências se manteve regular até o século XIX e apresentou lentas e moderadas mudanças, muito determinadas pela gradual transição dos costumes e práticas sociais. A modificação definitiva dos espaços da residência foi verificada apenas no final do século, perante a Abolição da Escravatura no ano de 1888. Nessas condições, podemos afirmar que a transformação aqui evidenciada não se refere precisamente à uma renovação da racionalidade da arquitetura, mas sobretudo na mudança de resolução de diversas ordens em relação os indivíduos presentes nestas residências.

3.4 - As senzalas

Importante elemento no complexo das Casas Grandes, as senzalas se caracterizaram como recinto voltado a servir de acomodações coletivas para os cativos. O termo senzala tem sua origem no idioma quimbundo e significa “residência de serviçais que atuam em propriedades agrícolas”, ou ainda, “morada independente da casa principal”. Frequentemente, as senzalas se compunham em construções independentes das casas dos senhores e elaboradas mediante edificações térreas em partidos retangulares, divididas internamente em pequenos cômodos sucessivos, voltados a separar os indivíduos de acordo com o gênero ou

grupos de famílias. Nessa modalidade de construção verifica-se poucos registros e análises aprofundadas uma vez que, por muito tempo, as senzalas não integravam o interesse dos arquitetos e pesquisadores, além de representarem um dos objetos da arquitetura popular que grande parte dos dados disponíveis advém de outras áreas e disciplinas, em especial, as ciências humanas e sociais. Sobre tal condição, argumenta o arquiteto e historiador Günter Weimer (2012, p. XXXVII):

Os poucos escritos de arquitetos referem-se a casos particulares, ou de determinada região, da periferia de alguma cidade ou de um grupo de imigrantes específico. Desconhece-se qualquer tentativa de abarcar o tema em sua forma ampla e geral.

Nas senzalas residiam dezenas ou, em alguns casos, centenas de escravizados alocados em péssimas condições ambientais, comumente presos pelos pés, punhos ou pescoço nos momentos em que não se ocupavam com o trabalho, para evitar fugas ou realizar castigos. Habitualmente, as senzalas permaneciam trancadas no período noturno pelos feitores para evitar fugas e como medida de controle em relação ao horário que os ocupantes dormiriam e acordariam (Schwarcz & Starling, 2015). Dado que a posse do cativo inferia sobre a prosperidade e riqueza dos senhores, quanto maior o número de escravizados, mais elevada a estabilidade e prosperidade da família e, nesse sentido, a quantidade de indivíduos tinha muito mais importância do que a garantia da qualidade de vida desses trabalhadores.

No programa das Casas Grandes poderiam ser edificadas uma ou mais senzalas, cuja proximidade e relação com a casa principal se dava de acordo com as atividades exercidas pelos escravizados que nelas habitavam. As senzalas apresentavam poucas variações quanto a sua forma, mas se faz possível verificar diferentes disposições de acesso, número de janelas e pela presença de varanda coletiva. Alguns proprietários autorizavam que os escravos a construíssem suas senzalas nos padrões da moradia africana, cujas habitações, nesse contexto, não

apresentavam diferenças muito significativas das habitações coletivas elaboradas em pau-a-pique ou adobe.

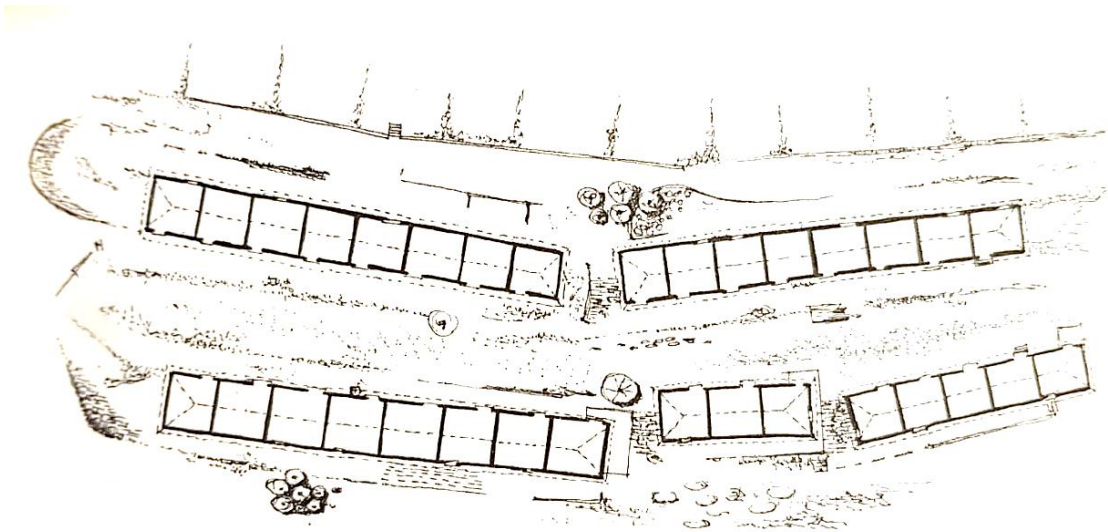
Nesses assentamentos, frequentemente se elaboravam as residências com diferenciados recursos técnicos ou de sofisticação construtiva. De acordo com cronistas como Euclides da Cunha (1982) ou com os posteriores relatos de expedições sanitárias, essas habitações ocupadas pelos moradores negros que em diversos casos já dispunham de liberdade repetiam-se em residências de pau-a-pique, adobe ou barro de sopapo, cobertas por sapê ou palhas encontradas na região. Em muitas construções, se verificavam condições insalubres e, em seu layout, não contavam com mobiliário de mesmo associado a costume de consumo, exceto aqueles equipamentos configurados pelas necessidades do cotidiano.

Ao longo de todo o período colonial, as características das senzalas permaneceram quase que inalteradas e, somente no século XIX, emergiram algumas mudanças quanto a suas tecnologias construtivas. Relatos documentados na época narram o aspecto rudimentar destes aposentos. Na sua construção, além do emprego de tecnologias como pau a pique e taipa de sopapo, frequentemente se recorria a coberturas em telha cerâmica ou sapê e piso em terra batida, e, em geral, não apresentavam iniciativas voltadas à sua estética ou para soluções que garantissem melhores condições de conforto ambiental.

Essas tipologias, comumente, não possuíam janelas que possibilitassem a circulação de ar e as vedações dispunham de baixa resistência. Nas senzalas do Brasil, quando se notava a presença de janelas, a composição dava-se por aberturas de pequenas dimensões. As aberturas de construções desta natureza edificadas no país tinham grande semelhança com as características das casas tradicionais dos quimbundos ou dos bacongós, grupos étnicos situados ao nordeste de Angola, cujas residências tradicionalmente não dispunham de janelas. A implementação de recursos voltados a garantir o arejamento e circulação de ar ocorreu pela influência dos colonizadores europeus, ainda assim com absoluta resistência e essa relutância justifica a redução no seu dimensionamento. Outro importante aspecto verificado no diálogo entre as senzalas brasileiras e as construções norte angolanas evidencia-

se na implantação no sítio mediante uma distribuição linear das residências, bem como agenciamento interno, que acompanha as mesmas características na sua organização (Weimer, 2012), como apresentado nas imagens a seguir.

Figura 27 - Senzala situada no norte de Angola



Fonte: Livro Arquitetura popular brasileira (2012), escrito pelo historiador Günter Weimer.

Figura 28 - Senzala da Fazenda Uruaé – Goiana, PE



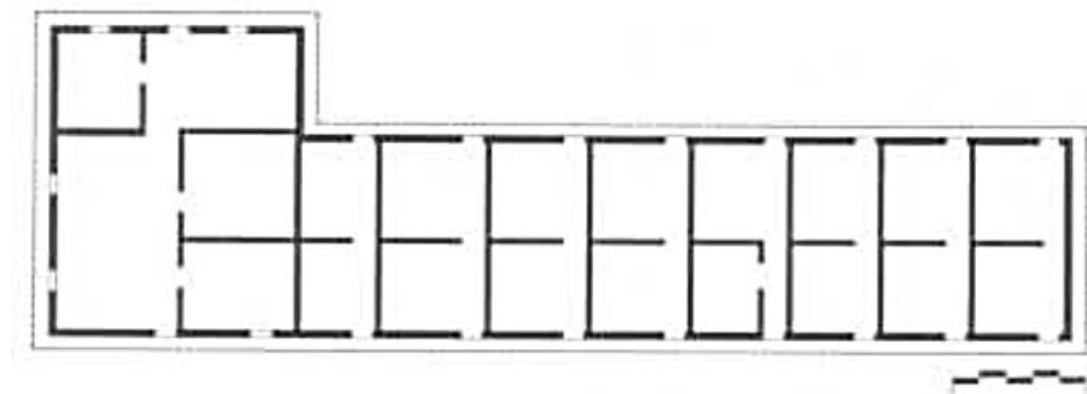
Fonte: Site Goiana dos Caboclinhos.

Figura 29 - Senzala da Fazenda Uruaé – Goiana, PE



Fonte: Site Goiana dos Caboclinhos.

Figura 30 - Senzala da Fazenda Uruaé – Goiana, PE



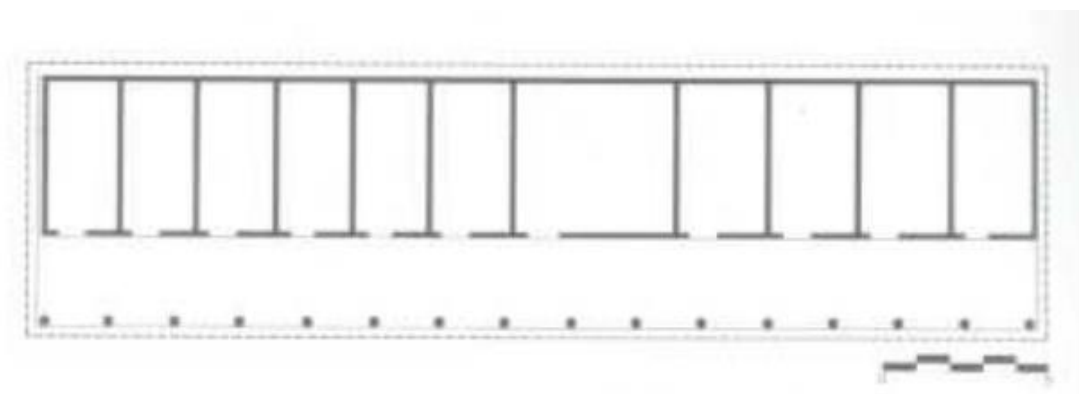
Fonte: Site Goiana dos Caboclinhos.

Figura 31 - Senzala Fazenda das Matas - Pernambuco



Fonte: Site Folha PE.

Figura 32 - Planta da Senzala Fazenda das Matas - Pernambuco



Fonte: Site Folha PE.

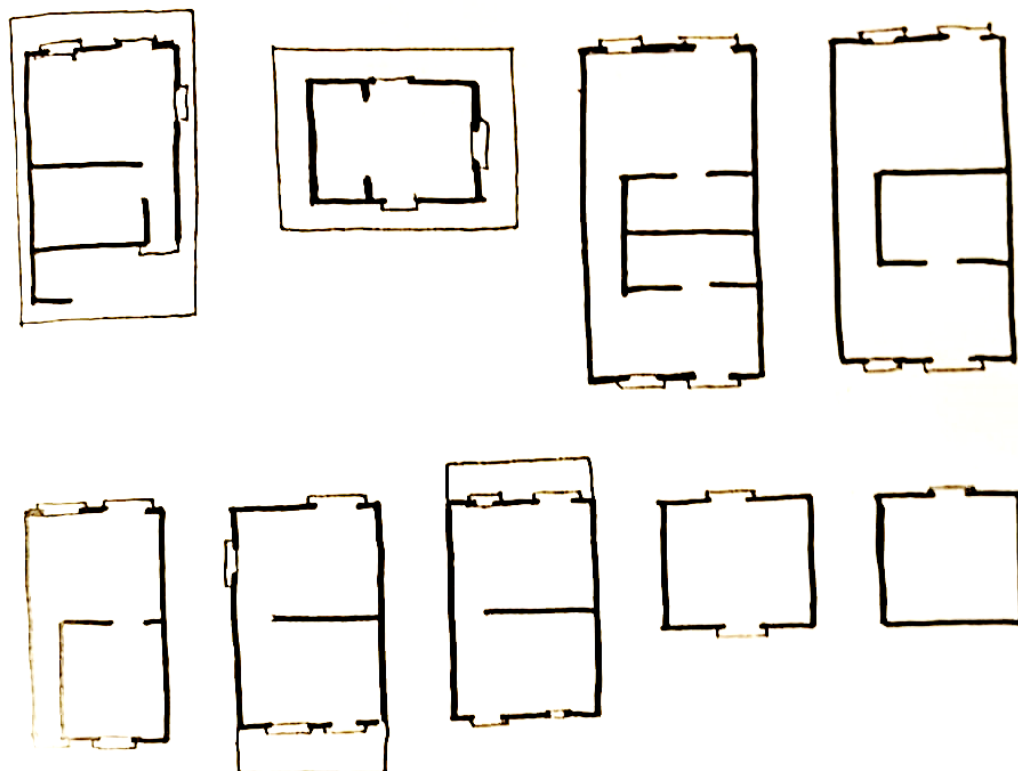
Inegavelmente, os indivíduos de origem africana contribuíram significativamente com a diversificação das tipologias referente à esse padrão de residência, embora as construções edificadas e utilizadas por esse grupo ao longo do período colonial brasileiro dispunham de limitados recursos e soluções técnicas. Em meio à essas arquiteturas, a mais comum consiste nas casas de mocambo, cuja edificação dispunha de dimensionamento limitado, simplicidade construtiva e coberturas geralmente em uma ou duas águas.

Como afirma Weimer (2012), essa tipologia amparou a elaboração técnica das senzalas, associadas a recursos adaptados da residência do colonizador, como o partido e a introdução de janelas. No caso das janelas, solução recente nas construções utilizadas pelos cativos naquele contexto, Herkenhoff (1999) ressalta que não há indicações históricas para o frequente argumento de que a ausência de aberturas nas senzalas se justifica pelo impedimento de fuga dos cativos. Weimer (2012) aponta que não haviam definições claras ou padrões para explicar o emprego de janelas nessas construções. Enquanto havia senzalas sem uma única janela, apesar de frequentemente instalar uma abertura por compartimento, podiam se observar construções com um número maior de janelas, cuja conformação muito se determinou pelas condições climáticas locais, como a incidência de altas temperaturas e umidade.

[...] a introdução de janelas na arquitetura angolana decorreu das influências do colonizador em Angola. Isso não descarta a hipótese de que a adesão à janela tenha ocorrido do lado de cá do Atlântico. De qualquer forma, a introdução tardia da janela explica por que ela é constantemente de dimensões mínimas ou muito pequenas. A forma comumente encontrada na África, com fechamento com palha trançada, aqui deu lugar à vedação com tampos de madeira. E não deixa de surpreender – especialmente por ter havido uma maciça imigração de sudaneses na primeira metade do século XIX – a pouca frequência de janelas gradeadas denominadas *harr*, que parecem ter sido mais bem apropriadas pelas casas dos bandeirantes. (Redinha, 1964, p. 31)

Com frequência, a espacialidade das senzalas no Brasil se determinava por edificação de espacialidade única, podendo haver separação entre homens e mulheres, além de recintos aos fundos para cozinhar – ao ar livre ou sob prolongamento do telhado, conforme a tradição banta. Construídas a partir de tipologias extremamente simplificadas a partir do século XIX emergiam novos padrões de senzalas, com espacialidades que se aproximavam às configurações de uma residência de dimensões reduzidas. Os programas dessas instalações podiam apresentar variações à medida em que se implementava divisões internas e, diante dessas possíveis compartimentações, a mais simples consiste na instalação de uma parede dividindo a casa transversalmente ao meio. Como podemos perceber na figura 34, frente a essa fragmentação, a parte frontal destinava-se à função de dormitório, e a porção seguinte como cozinha e comedouro.

Figura 33 - Esquema da variabilidade das plantas baixas das casas dos negros de origem africana.



Fonte: Livro *Arquitetura popular brasileira* (2012), escrito pelo historiador Günter Weimer.

Nessa nova configuração de senzala, podiam ser instalados espaços aos fundos dessas edificações, como varandas quintais, e os usos destinados a esses recintos se definiam diretamente com a origem étnico-cultural dos escravizados que construía e faziam uso dessas dependências. Assim, Redinha (1964) afirma que a presença de tais espaços, bem como as suas respectivas configurações, evidenciavam origem tribais diferentes. Embora os dados disponíveis sejam escassos, as evidências apontam para a relação entre a diversidade de organização dessas ocupações e a origem dos indivíduos que as residiam.

No entanto, é importante ressaltar o perigo das afirmações feitas acerca dos sistemas construtivos tradicionais introduzidos pelo indivíduo escravizado. Dentre as diferentes contribuições presentes na história da arquitetura brasileira, as

indicações originárias das civilizações africanas representam o episódio mais obscuro, pelo fato do diminuto número de estudos consolidados acerca desta situação. Essa condição se conserva por diversos fatores, tais como a antiguidade da sua população, pela diversidade cultural e, principalmente, pela grande variedade de grupos étnico-sociais, cada qual com diferenciadas e muito bem definidas variantes regionais. Nesse cenário, muitas das avaliações disponíveis sobre tal arquitetura representam indicações incompletas, e, no caso brasileiro, as influências dos colonizadores representam um significativo condicionante para grande parte das variações mencionadas. Essa influência alterou não somente a conformação desses espaços como também, principalmente, seu significado.

Havia, ainda, um grupo de escravizados que por conquistarem a posição de mestres nas suas respectivas funções, como a marcenaria, a carpintaria, a ferraria ou a serralheria, obtiveram por consequência alguns privilégios, como o direito de habitarem em residências independentes e particulares, fora dos ambientes coletivos e insalubres das senzalas. Vale ressaltar que, inicialmente, em consultas à anúncios que envolviam as transações comerciais de escravizados, fica evidente que os cativos construtores ou que dispunham de conhecimento técnico em canteiro de obras representavam uma categoria “mais cara” ou melhor valorizada em relação aos demais.

Figura 34 - Registro de João Stamato - 1911



Fonte: Site Brasilianafotografica.gov.

Essa camada também contava com indivíduos recém alforriados, cujos grupos cresceram na sociedade brasileira desde o século XVIII e adquiriram maior proporção do século XIX, especialmente no contexto de degradação gradual do regime escravista. Esses indivíduos rompiam a experiência da escravidão e se integravam ao contexto dos homens livres de maneiras diversas, e tais diferenças aos cativos se evidenciavam não somente nas suas habitações, como também no vestuário, nas relações sociais e na autonomia para exercício da religião e da crença. Como acrescenta Wissenbach (1991, p.49):

Na reconstrução da vida em liberdade após a emancipação geral, a adequação à nova condição foi moldada por uma série de fatores: particularidades regionais e conjunturas econômicas diversas, proporcionalidade do elemento negro no cômputo das populações de cada parte do país, presença de outros segmentos na disputa do mercado de trabalho e de agrupamentos negros já consolidados deram tonalidades distintas às escolhas e às possibilidades dos ex-escravos.

Nessas condições, instaura-se posteriormente uma diferenciada rede de escravizados que contavam com a alforria. As formações sociais de indivíduos forros e que gozavam de liberdade passa a notar-se no país em meados do final do século XVIII, acompanhados pelos expressivos sistemas agroexportadores e de mineração. Observa-se, nesta ocasião, que os alforriados de origem africana utilizavam de diversos recursos para se integrarem ao contexto social, muitas vezes sob a ocultação da experiência da escravidão e das práticas africanas, como a religião e os tradicionais modos de sociabilidade, embora organizados territorialmente em agrupamentos. Como completa Novais (1994, p. 55)

[...] os negros distribuíram-se por um espaço social comum a outros grupos étnicos da sociedade brasileira. Nas zonas rurais, nos amplos espaços da economia de sobrevivência ou gravitando em torno das monoculturas, as populações negras mesclaram-se e confundiram-se com largas camadas de populações nacionais já mestiçadas com o elemento índio e com o próprio negro, aderindo ao universo de valores e estilo de vida dos homens livres. A territorialidade negra se manteve em bairros rurais originários de doações de parcelas de terras aos libertos, algumas delas anteriores à Abolição, em grupos de remanescentes de quilombos os

de simples ocupantes das terras e, principalmente, nos agrupamentos negros existentes nas cidades brasileiras.

Por fim, vale lembrar que a precariedade notada nas residências construídas pelos escravos libertos está associada a diversos fatores, a começar pelos diversos impedimentos enfrentados por esses indivíduos para conquistarem a propriedade da terra. Até aproximadamente os 15 anos que antecederam a abolição da escravatura, constatava-se em grande parte das cidades brasileiras a doação de lotes para quem quisesse construir. Todavia, com a intensificação das iniciativas abolicionistas, os terrenos passaram a ser vendidos e esse novo modo de oferta e negociação impedia aos negros recém libertos e imigrantes pobres o acesso ao empossamento das terras, e tal parcela da população frequentemente permaneciam como mão-de-obra barata nas fazendas, visto que essa alternativa representava o único recurso de sobrevivência.

4 – A POSTERIDADE DA ARQUITETURA COLONIAL: A TRADIÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA MODERNIZAÇÃO – ENTRE A NEGAÇÃO E A ADMISSÃO

O fato de uma técnica ser dominada por uma camada da população não significa dizer que essa camada a inventou.

Günter Weimer, *Arquitetura popular brasileira*, 2012.

As reflexões apresentadas reúnem o esforço de fazer emergir, no plano da teórica, aquilo que marcou e qualificou a história da arquitetura do Movimento Moderno no Brasil: a trajetória sociocultural que lhe antecedeu e seus processos gerais. Certamente, esses estudos não são homogêneos e nem esgotam as reflexões dessa ordem, mas se colocam como ponto de partida para pensar os problemas e novas orientações da habitação observados na primeira metade do século XX em diversas cidades brasileiras, além de suas articulações com propostas e instruções já esboçadas em ocasiões anteriores. Assim, a análise desses elementos históricos preambulares fornece importantes chaves para o entendimento, não somente da arquitetura residencial do período que observaremos nesta seção, mas sobretudo das organizações econômicas, sociais e culturais que lhes descenderam.

Nessa perspectiva, alguns estudos se resignam a apresentar as especificidades da modernização da arquitetura no Brasil, especialmente no momento da sua implementação datada a partir do ano de 1880. Dentre eles, pesquisas desenvolvidas por autores como Correia (2004), ao pontuar que a partir deste momento do século XIX as habitações dos centros urbanos passaram por significativas transformações de ordem espacial, de uso e nos seus significados muito associadas ao forte adensamento populacional e às propostas de urbanização verificadas nas principais cidades brasileiras. Todavia, vale apontar que, como

relata Severo (1922), até a primeira década do século XX a arquitetura brasileira pouco teria se afastado das matrizes coloniais referente à elaboração das residências, ainda que a afluência de importantes correntes tenha se documentado, como o Ecletismo ou o Neoclassicismo. Conscientes da heterogeneidade construtiva do oitocentos, para não generalizar tal conjunto como idêntico às produções dos séculos anteriores, nesse cenário ainda não havia se cumprido o abandono pleno das antigas soluções e modos de composição das construções coloniais, cujas referências ainda muito se associavam aos padrões da cultura ocidental. E acrescenta Severo (1922, p. 56):

Já vos preveni de que nada vereis de opulento e, pelo contrário, formas tão singelas, tão próximas das origens destas cidades e dos próprios inícios da arte, que para esta circunstância reclamei a vossa atenção e a vossa bondade.

Esse episódio se destaca nos primeiros anos do século XX, ocasião na qual nota-se movimentos de resgate da tradição cultural brasileira com a finalidade de prover as práticas da arte e da arquitetura. Esse fato, responsável por estimular significativas propostas da época, como o Neocolonial, foi de grande importância para restabelecer o sentido de nacionalidade entre os intelectuais, bem como para revisitar e redescobrir padrões e técnicas prestes a serem esquecidas. Diversos artistas, escritores e arquitetos que apresentavam posições mais radicais defendiam que a experiência adequada consistia na reprodução das práticas tradicionais – especialmente na arquitetura – de forma estilizada e associada às recentes descobertas técnicas do campo (Bispo, 2011). Para outros pensadores, além de representar a sistematização do conhecimento sobre a arte e a cultura tradicionais, as investigações sobre o passado consistiam em uma busca de refinar as experiências técnicas já em prática na construção civil, e atuavam como fator de

renovação e meio de promover as produções futuras. Como argumenta Severo (1922, p. 81):

Não procurem ver, meus senhores, nesta veneração tradicionalista, diluída em nostálgica poesia do passado, uma manifestação de ‘saudosismo’ romântico e retrógrado. Com efeito, para criar uma arte que seja nossa e do nosso tempo, cumprirá, qualquer que seja a orientação, que não se pesquisem motivos, origens, fontes de inspiração, para muito longe de nós próprios, do meio em que decorreu o nosso passado e no qual terá que prosseguir o nosso futuro. Ficará bem explícito que não se intima ao artista de hoje a postura inerte da esfinge, voltada em adoração estática para os mitos do passado, mas sim a atitude viva do caminhante que, olhando o futuro, tem de seguir um caminho demarcado pela experiência e pelo estudo do passado, e cuja única diretriz é o progresso e a glória das artes nacionais.

De acordo com importantes arquitetos, inclusive o célebre Le Corbusier (1952), a permanência e continuidade de manifestações tradicionais – ou nativas, como preferem classificar alguns pensadores – na arquitetura do país vincula-se ao fato de diversas reminiscências e instruções sobre a elaboração do partido das residências se integrarem às inéditas concepções. Essa expectativa sobre o espaço da casa se encontrava altamente condicionada e solidificada nas propostas arquitetônicas datadas em diferentes períodos. Em contraponto, diversos aspectos do programa das residências foram reavaliados e modificados nas primeiras décadas do século XX por não serem apropriados quanto à funcionalidade e não qualificarem diversas solicitações ao espaço doméstico. Essas eventualidades

observadas nos planos e reflexões da arquitetura residencial no Brasil afirma seus diálogos – conscientes ou não – para com o meio físico e social em curso na época. O arquiteto Alberto Xavier ao reportar e avaliar as propostas implementadas na arquitetura residencial na primeira metade do século XX define-a da seguinte maneira:

Pode-se então definir a arquitetura como construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa. (Xavier, 2003, p. 245)

Nesse mesmo rumo, Costa (1962) defende que a atuação adequada para os arquitetos da sua geração consiste na elaboração de uma arquitetura nova apoiada no testemunho histórico, para que sejam superados os equívocos apresentados na arquitetura tradicional. Ademais, consciente da sua responsabilidade social, esse aperfeiçoamento ou transformação da arquitetura passa a se conduzir com base em um ciclo histórico evidente, tomando por fundamento os significados e solicitações da sua época, e torna-se, assim, um fenômeno cultural elaborado coletivamente.

Esses eventos não ocorreram de forma isolada e contribuem mutuamente no tocante das observações acerca da arquitetura no Brasil. Esta condição impossibilita as análises da arquitetura brasileira da época e seus respectivos problemas com base unicamente em esquemas formais, uma vez que sua formação se vale de um quadro mais amplo e conceituado, em especial, pelas condições das mudanças sociais, pelas novas estruturas urbanas e pelas recentes exigências do uso e da experiência. Deste modo, esses diferentes dados evidenciados nas cidades e na sociedade destacam as especificidades dos modelos de arquitetura operados no Brasil e suas implicações sobre a forma, em detrimento das diretrizes definidas

no decorrer das transformações apontadas em diversas searas no século XIX. Sobre essa eventualidade, Filho (1983, p. 10-11) reforça que:

Um exame cuidadoso e menos formal, estabelecido com um quadro de referências mais amplo, revela porém que essa evolução é muito mais complexa do que parece e que a história da Arquitetura no Brasil, durante o século XIX, é sobretudo a história de um país no qual arquitetos e engenheiros procuram alcançar um certo nível de independência cultural e tecnológica, enquanto as condições econômico-sociais continuam a ser basicamente as mesmas do período colonial.

Embora as novas reflexões voltadas à concepção e organização espacial tivessem sido associadas mais rapidamente entre as famílias que dispunham de maior poder aquisitivo, sua adesão nas residências de classes média e populares foram progressivamente consolidadas no decorrer da primeira metade do século XX. Em grande parte dos casos, essas novas intervenções, ao passo que consideravam as alterações nas disposições familiares e domésticas em curso, introduziam novos significados e modos de viver nas residências. Dentre as análises sobre o tema, Filho (1983) analisa que a elaboração e o uso da arquitetura nos núcleos urbanos, tanto no período colonial, quanto em sua posteridade, se vinculavam diretamente à presença do escravizado e à exploração do trabalho. Esse contexto condicionou, em especial, o nível tecnológico e as determinações formais das residências em gerações diversas.

Em meio àqueles que atuavam em prol de propostas desta natureza, se destaca o engenheiro civil Henrique Doria (Sem data), que buscava promover e erradicar os problemas das residências ao associar os usos de métodos tayloristas de organização científica e orientações pautadas por discussões sobre eugenia. Nesse

sentido, nota-se alguns pensadores e profissionais que percebiam, equivocadamente, a arquitetura como um recurso seguro de “melhoria” e “aprimoramento” das raças humanas. No Brasil, os profissionais que contribuíam com essas sugestões, como o engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, vinculavam repetidamente a eugenia às questões da segurança nacional, uma vez que partilhavam a ideia da casa vista como recurso que protege a família e certifica a integridade individual (Albuquerque, 1931). De acordo com Doria (1931, p. 112),

A casa não resolve só o caso particular dos seus habitantes. A questão deve ser encarada sob o ponto de vista social. Dela depende também o desenvolvimento da raça. Da vida promíscua em cortiços sai um curso de pervertidos, de delinquentes, cotejado por moléstias terríveis.

Weimer (2012) em seu estudo sobre a arquitetura popular brasileira evidencia que a presença simultânea da família branca colonizadora e dos escravizados no interior de uma mesma residência configurou uma dicotomia no modo de morar e representaria uma importante característica na casa brasileira da época e da sua posteridade. Isso quer dizer que dentro das residências as práticas que transgrediam os costumes ibéricos poderiam ser toleradas – e em alguns casos almejada -, no entanto, todos os ritos e hábitos que pertenciam à imagem pública deveriam ser altamente conservadoras e fiéis às tradições lusas.

Quanto à organização do espaço, para autores como Lemos (1979), o programa de necessidades das residências pode ser entendido como o principal elemento que permite verificar as transformações dos edifícios frente às mudanças sociais e culturais, especialmente quando considerados a trajetória construtiva nos últimos quatrocentos anos. De acordo com o autor, nos primeiros séculos da colonização brasileira, predominavam nas residências as diversas dependências de serviço,

conformando um complexo de recintos ou “casas” independentes distribuídas em diferentes partes do sítio: casa de farinha, casa de milho, casa dos tachos, casa de cozer, todos esses ambientes voltados a amparar a morada principal, cuja função volta-se a proteger as riquezas e guardar a honra da família. Em contraponto, nos séculos XIX e XX, momento no qual os esforços de modernização das residências se cumprem, nota-se a sintetização do programa de necessidades, especialmente diante da aglutinação dos ambientes menos nobres, antes quase predominantes na espacialidade total das construções, e dos novos serviços e recursos inseridos no plano funcional das residências. Vale lembrar que, embora nas primeiras décadas do século XX fosse notada uma crescente heterogeneização ou separação entre as residências e os ambientes de trabalho por consequência do enrijecimento das leis trabalhistas, ainda se fazia comum a contratação de trabalhadores para realização de serviços domésticos, muitos destes residentes nos locais que trabalhavam.

Em diversos contextos, a promoção da privacidade frente aos demais indivíduos que não pertencem ao grupo familiar imediato se fazia uma conquista das famílias de classe alta, uma vez que frequentemente a garantia de intimidade estava diretamente relacionada à posse da casa própria. Essa avaliação da casa como ambiente voltado a qualificar a família nuclear e a intimidade foi amplamente promovida pela literatura e pela pintura, especialmente no século XIX, como podemos observar na cena abaixo, elaborada pelo pintor José Ferraz de Almeida Júnior (1850 - 1899), que considera a residência como recurso voltado ao fortalecimento das relações familiares e patriarcais.

Figura 35 - Cena de família (1891) - José Ferraz de Almeida Júnior



Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros – USP.

A rigor, já se almejava a privacidade nos séculos anteriores, especialmente nas residências urbanas, cujas características definiam atributos tanto da sociabilidade quanto da arquitetura, como a limitação do acesso de estranhos apenas à sala de visitas ou o isolamento do quarto de hóspedes das demais dependências da residência. Essas particularidades reproduzem especificidades da arquitetura residencial do Brasil colonial e que foram acentuadas no final do século XIX, quando a casa passa a representar local de proteção, de fortalecimento dos laços familiares e de reflexão sobre condição dos gêneros (Campos, 1983). Com a chegada do século XX, essa busca pela privacidade se associa à limitação em termos sociais, muitas vezes reduzida às restrições de acesso impostas aos vizinhos e serviçais, e à especialização do programa, dada a delimitação de locais distintos

à medida que variavam as atividades cotidianas. Em sua análise, Correia (2004, p. 53) apresenta as virtudes e as exigências apontadas nos lares do início século XX:

Em meio ao incrível crescimento de dispositivos disciplinares no século XIX, verificou-se um esforço imenso no sentido de fortalecimento da família. Tal preocupação revelava-se em poemas que ressaltavam as virtudes domésticas, mostrando o lar como fonte de força física e mental para o homem que nele se recolhe, como lugar de aconchego e de amores honestos, em oposição à inveja, à desumanidade e à falsa camaradagem do exterior. Emerge, no mesmo momento, o tema da economia doméstica, voltado para preparar as mulheres para o desempenho de suas tarefas relativas à família, pela remoção de preconceitos e de práticas tradicionais e pela promoção de novos conceitos referentes a deveres de esposas e mães.

O outro cenário que permeia as novas orientações das residências – e que este trabalho defende – situa-se na década de 1880 e sua posteridade. A residência, antes entendida como o lugar de proteção das investidas externas e intempéries, deixou de representar um simples cenário que pontua e abriga a vida privada e se ocupou em interpretar os significados coletivos e da organização social a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Neste momento, se inseriram novos princípios ao conceito de casa ao passo que se revisou diversas competências, tais como suas condições de salubridade, de organização familiar ou de participação na produtividade no trabalho. Essas inquietações favoreceram a emergência de inéditos modelos de moradia e que incidiram na modificação da relação do indivíduo com vários componentes da vida comum, como o contexto familiar, a individualidade e os espaços públicos.

4.1 - Elementos culturais e artísticos participantes na transição entre o sistema colonial e as expectativas modernizadoras na arquitetura do Brasil

Com as transformações econômico-sociais ocorridas no Brasil durante a segunda metade do século XIX, cuja circunstância mais notória consiste na passagem do trabalho escravo para o trabalho munido de direitos fundamentais, mudanças importantes foram inseridas no quadro da arquitetura. No campo da técnica construtiva, as principais interferências ocorreram nas escolhas tecnológicas, na admissão de novos materiais, na avaliação rigorosa quanto ao uso dos recursos e nas observações sobre os programas das residências. Nesta investigação, a observação se condiciona pela análise da situação sociocultural que estimulou a constituição da arquitetura na transição entre os séculos XIX e XX e que dispuseram um quadro social capaz de especializar e estabelecer características na disciplina da arquitetura do Brasil em relação àquelas verificadas em outros países, ainda que fossem partilhados de elementos – técnicos e formais, especialmente – em comum.

O modo de observar o desenvolvimento da racionalidade arquitetônica se instrui em ensinamentos de autores como Benévolo (1976) e Cohen (1978), ao afirmarem que a partir do século XIX a arquitetura e os costumes contingentes estavam superados e não seriam ferramentas apropriadas para avaliar, de forma isolada e independente, as possíveis diferenciações de sistemas propostos pela arquitetura. No entanto, vale lembrar, ao menos no âmbito das ideias, a ocorrência de propostas que indicaram na arquitetura a transição entre as propostas presentes no período colonial a emergência do Movimento Moderno, como o pensamento de vertente do Ecletismo. Essa conduta artística e arquitetônica muito praticada em diversas localidades do Brasil tem sua origem na França durante a primeira fase do século XIX. A dialética eclética nas artes, literatura, e arquitetura propunha, em sua ordem prática, a conciliação entre o plano filosófico, político-social e estético.

Para diversos pensadores, a razão eclética representava a possibilidade de conciliar todos os sistemas da racionalidade humana, de modo a contemplar e estimular os diferentes elementos da sociedade (Berman, 2007). Assim, o sucesso desse

movimento se associa tanto a possibilidade de satisfação às tradicionais correntes filosóficas e políticas, quanto aos novos rumos que foram angariados no âmbito da cultura, verificados ao longo de todo o século XIX. Mingot (1983) acrescenta que o Ecletismo na construção se caracteriza pela possibilidade de os arquitetos experimentarem os novos materiais e programas da sociedade industrial além de, por meio da arquitetura do passado, encontrarem novos valores arquitetônicos e os adaptar às necessidades da sua atualidade.

No Brasil, o Ecletismo, movimento que se estabeleceu paulatinamente ao longo da segunda porção do século XIX, correspondeu às necessidades de diálogo e articulação entre os interesses políticos e as discussões que se impunham sobre a condição do indivíduo frente ao mundo e às coisas. A arquiteta e historiadora Maria Lucia Bressan Pinheiro ressalta que a instalação do Ecletismo no Brasil ocorreu em diferentes momentos em razão das diferentes especificidades das regiões. Nas observações de Bressan (1992, p. 12):

Grosso modo, pode-se dizer que a arquitetura eclética começou a disseminar-se entre nós na mesma época em que se processavam intensas mudanças na economia brasileira, tendentes à sua inserção definitiva na economia mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho tal como esta se afigurava em meados do século XIX. Entretanto, dada a heterogeneidade física, climática e econômica das diversas regiões brasileiras, tais mudanças, assim como sua contrapartida arquitetônica – ocorreram de maneira cronológica e geográfica diferentes.

Para o historiador João Cruz Costa, em sua obra *História das ideias no Brasil* (1995), as posições referenciadas no Ecletismo, já bastante consolidadas entre os

principais pensadores da arte e arquitetura ocidentais, amparavam divergências verificadas na cultura e tornava menos evidentes a real divisão política e de ideias no país e, de acordo com o autor, o Ecletismo foi profundamente oportuno e favorável ao poder político. No caso da arquitetura, a historiadora Vânia Carneiro de Carvalho (2022, p. 46) introduz que:

Ele [o exercício das orientações ecléticas na arquitetura] se faz presente nas cidades onde circula o capital das elites, ansiosas por replicar para si o bem morar que conheceram nos jornais, revistas e em suas viagens à Europa. É claro que essa moradia rica e inovadora, altamente tecnológica para o seu tempo, estava restrita a poucos. No entanto, ela é importante por ser o exemplar mais bem acabado para acolher e fomentar outro fenômeno: a simbiose entre os espaços e objetos que compõem os interiores domésticos e a ideia de interioridade psíquica.

Vale ressaltar que as iniciativas voltadas para os princípios e parâmetros do Ecletismo postas em prática no Brasil diferiam-se significativamente com as propostas filosófica desta corrente documentadas décadas antes em alguns países europeus, cujo esquema voltava-se a conciliar diferentes modos de pensar e acolher as diversas posturas, modos sociais e culturais. Dada a recente condição política do Brasil, pontuada pelas disposições coloniais, a apropriação muitas vezes inapropriada das orientações ecléticas condicionou diversas particularidades do cotidiano, do modo de viver, do modo de morar e da arquitetura das residências (LEMOS, 1979).

Do ponto de vista tecnológico, o Ecletismo, tal como uma importante ocorrência da racionalidade da construção nas décadas finais do século XIX, permitiu associar

os padrões tradicionais às inovações viabilizadas pela indústria para a composição dos edifícios. Nesse cenário, Bressan (1992) ressalta a experimentação e fortalecimento de tecnologias construtivas para a época e que permaneceriam de maneira efetiva na racionalidade da arquitetura e engenharia do Brasil. Dentre esses novos recursos, a autora destaca as inéditas composições plásticas realizadas na alvenaria, como as formas em arco e ornamentos, possíveis através da inserção do concreto nas construções, o uso do ferro e do vidro e as estruturas metálicas, cujos recursos possibilitaram a criação de espaços e ambientações inusitados para a época. No caso da adoção do ferro, seu emprego abrangeu também as inovações vistas nas luminárias, instalações sanitárias, mobiliários, relógios e inúmeros utensílios do lar que, anos mais tarde, estariam também associados ao emprego do plástico.

Com a virada do século, Bressan (1992) relata que no Brasil esse momento representa a fase triunfal do movimento e, nos primeiros trinta anos do século XX, seria exercido o Ecletismo pleno, mediante a investigação e execução das novas possibilidades arquitetônicas acima mencionadas em importantes obras e operações, como as propostas da Avenida Central na cidade do Rio de Janeiro, símbolo de modernidade entre arquitetos, engenheiros e reformadores urbanos da época.

Figura 36 – Imagem da Avenida Central no Rio de Janeiro realizada por Marc Ferrez em 1910



Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Esse processo de fortalecimento dos inéditos recursos, conforme reforça Bressan (1992), teve forte influência das exposições universais empreendidas desde o século XIX na Europa, mas que ainda nos primeiros anos XX se realizavam no Brasil, como a Exposição Nacional de 1908, sediada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Esses eventos se ocupavam em apresentar tanto as inovadoras tendências arquitetônicas da época no sentido estético, como também as novas experiências e ofertas do mercado mundial no que se referia aos avanços técnicos notados na construção civil. Assim, nesse momento – nas primeiras décadas do século XX – ascenderam um significativo número de detalhes e elementos de arquitetura, além de recursos técnicos empregados nas intervenções urbanas, a exemplo das calhas, condutores e buzínates utilizados para conduzir as águas das chuvas após a proibição do lançamento das águas pluviais nas calçadas dos principais centros urbanos, ainda que a partir da primeira década do século tenha tido uma suspensão

na importação de elementos para a construção civil em razão da Primeira Guerra Mundial.

Esse cenário nos encaminha a duas condições que se complementam ao passo que se contradizem. Se complementam por estimularem o desenvolvimento técnico da construção civil do país bem como a sofisticação dos edifícios ao criar condições para a efetivação das experiências industriais. E se contradizem por frequentemente reforçar orientações conservadoras acerca da composição das residências e elaboração dos recintos, apoiadas no progresso verificado nas possibilidades de projeto e construção.

As condições de desenvolvimento das correntes ecléticas no Brasil são peculiares. A revolução industrial em andamento na Europa apenas repercutia na economia do país. A adoção de elementos construtivos produzidos industrialmente e de padrões formais capazes de assimilá-los, dentro das soluções tradicionais, significava, nessas condições, ao mesmo tempo um avanço da tecnologia e o reforço dos laços de tipo colonial. [...] O Ecletismo foi, pois, em arquitetura, conciliação entre tradicionalismo e progresso ou, como se diria depois, ordem – com uma conotação determinada. (Cjzaikowski, 2000, p. 197)

À luz desses fatos, podemos afirmar que a arquitetura elaborada a partir do século XIX se configura como produto dos diversos agentes, cujas unidades, tais como grupos sociais, tecnologia ou linguagem plástica, apontam para as condições que lhe compõem. Conforme relata Brandão (2013), em considerável parte dos estudos sobre o Ecletismo no Brasil, a relevância histórica deste fenômeno na arte e na arquitetura registra-se como um conjunto de regras ou prescrições para o projeto.

Santos (1961) afirma que o esse momento na arte e arquitetura evidenciou as sensibilidades da tradição cultural brasileira, ao passo que demarcou a passagem rumo às interpretações modernas que formaria toda uma geração de artistas e arquitetos brasileiros. Bruand (1981) autentica e legitima a interpretação de Santos, ao defender que, apesar de entender as reflexões presentes no movimento do Ecletismo como pertencente aos esquemas acadêmicos, essa corrente representa a tomada de consciência histórica pelos arquitetos e, por conseguinte, particularizaria as produções arquitetônicas brasileiras frente à “sua” cultura e sociedade.

Assim, esses arquitetos advogam que esse momento da arte e da arquitetura representou a transição das propostas vistas como classicizantes para as vanguardas modernas, quando, a partir da década de 1930, emerge uma nova mentalidade entre os arquitetos atuantes no país, cujo plano se organiza, principalmente, pela reação ao alheamento academicista – este muito conduzido pelas produções em curso na Europa –, pela busca de novas indicações e pelo anseio de independência cultural. Ao avaliar as principais características da trajetória arquitetônica durante o período colonial – não somente quanto à forma, mas, principalmente, em relação à sua funcionalidade projetual – os novos arquitetos se empenharam em esboçar os novos rumos da arquitetura brasileira, e percebem nas reflexões estabelecidas nos primeiros anos do século XX como um eminente recurso para a renovação.

[...] primeiro, abandonados os modelos estrangeiros, os recém-formados iniciam um caminho de volta, a busca da arte nacional; segundo, bem ou mal (apesar da volta ao passado), este fato põe os jovens arquitetos em sintonia com a mentalidade renovadora das vanguardas; e enfim este episódio, meio tradicional, meio moderno, específico do contexto brasileiro, acaba por predispô-los à tarefa de revolucionar a disciplina. (Bruand, 1981, p. 125)

Diante desses relatos, cabe apreciar as arquiteturas das últimas décadas do século XIX de forma distanciada desses juízos que lhes são desfavoráveis para compreender a construção do projeto moderno nas artes, na cultura e, principalmente, na arquitetura. Nessas reflexões, a arquitetura pode apresentar significados pouco conformes entre si, mas quando observados diante dos seus diferenciados agentes, apontam e explicam o cenário que lhe é próprio. O Ecletismo se encontra nessa confluência: enquanto possibilitava a implementação de atualizações técnicas e aperfeiçoamento das construções, reforçava, simultaneamente, valores em processo de obsolescência no país perante as novas perspectivas sociais que emergiam com a virada do século.

De meros reprodutores de um passado superado, os arquitetos (melhor, parte deles) ganham vida e são capazes de, à sua maneira, reagir aos acontecimentos contemporâneos. E, se não lhe tomam a frente, não seria por falta de iniciativa, mas sim por falta de meios adequados ou por falta de uma clara compreensão do caminho a seguir. Faltando-lhes um e outro, por deficiência de formação, não podem, portanto, ser responsabilizados, e seu profissionalismo e a capacidade de reconhecer sua própria tradição disciplinar devem ser ressaltados, uma vez que facilitam e até preparam o caminho das gerações posteriores (Puppi, 1998, p. 43).

Esses autores, embora reconheçam importantes contribuições das manifestações ecléticas nos séculos XIX e XX, se ocupavam em consolidar os critérios que melhor apresentassem à valorização da arquitetura tradicional, vista como determinante no processo de composição da nova arquitetura. Vale mencionar a

ocorrência do Ecletismo, cujo momento da arquitetura e da arte Benévolo (1976) explica como uma postura de conhecimento e aprofundamento nas linguagens arquitetônicas de diferentes períodos e localidades, uma vez que suas fontes se associavam às tradicionais obras evidenciadas na história. Lemos (1987) se refere ao ecletismo como a emergência de uma expressão filosófica que designava a permanência simultânea de duas reflexões diferentes: as propostas – muitas vezes em oposição - neogóticas e neoclássicas. Para além do plano estético-construtivo, frequentemente se relacionava ao ecletismo às expectativas da sociedade da época em modernizar seus centros urbanos, civilizar sua população e emancipar as relações sociais.

O ecletismo foi então, elevado, a forma representativa dos ideais republicanos e símbolo da modernidade e da civilização, sendo responsável pela criação da imagem simbólica da nação. Assim, a cidade e sua arquitetura se tornaram os principais instrumentos para, através da remodelação e da reorganização dos espaços, educar os cidadãos no gosto pela arte e no amor pelo país. (Schettino, 2012, p. 197)

Todavia, em contrassenso à alguns pensadores, como Bruand, o Ecletismo não pode ser entendido como um pastiche, uma vez que sua prática consistiu na utilização consciente dos diferenciados estilos para a concepção dos edifícios da época. De fato, a arquitetura do Ecletismo não tinha por intenção distanciar-se da história, mas, de modo oposto, utilizar do seu suporte estético, teórico e metodológico com a finalidade de aprimorar a construção da sua atualidade para que fosse representante da sociedade de então.

A consolidação do Ecletismo no Brasil muito se associa ao impulsionamento econômico do país, evento estimulado pela exportação do café no século XIX e as

expectativas do governo brasileiro em aproximar o país da cultura europeia, este último como parte das propostas “civilizatórias” do país encabeçadas inicialmente por D. João VI e, posteriormente, D. Pedro I. Esse interesse aos padrões de vida e comportamento europeu ocorreu em razão do contato que os grandes fazendeiros e comerciantes passaram a ter com a Europa, possível por meio de viagens e popularização dos costumes, de modo especial os franceses (Fabris, 1990).

Nesse sentido, a arquitetura do Ecletismo passou a ser vista como uma prática da arte e da cultura capaz de redefinir os hábitos e os costumes da população e possível de indicar o novo momento sociopolítico do país. A ideia de civilidade, progresso e modernização se associavam a esse movimento, evento que contribuía não somente para a elaboração da imagem social do Brasil no final do século XIX e início do XX, inserindo-o no cenário dos países sofisticados e modernos, mas também fomentava a linguagem artística e arquitetônica oficial da República (FABRIS, 1990).

A implementação da expressão eclética nas diferentes localidades do Brasil, especialmente nas últimas décadas do século XIX, apresentou características e contextos diferenciados e bem definidos. Como exemplo, enquanto o Ecletismo praticado em São Paulo apresentava a ascensão e o enriquecimento das camadas sociais mais abastadas, frequentemente envolvidas na produção cafeeira, em Minas Gerais, na composição da nova capital em Belo Horizonte, as expectativas voltavam-se ao rompimento com a tradição colonial muito praticada no estado e anunciar a instalação dos conceitos de modernidade da época. Por sua vez, no Rio de Janeiro, além da presença de uma considerável burguesia que almejava afirmar sua posição social por intermédio da linguagem eclética, sua consolidação se motivou pela sistematização do conhecimento na escola de arquitetura mais importante do país. Por volta de 1890, a Academia Imperial de Belas Artes incorporou os ensinamentos do Ecletismo na sua matriz de ensino a pesquisa voltada aos cânones clássicos (Lemos, 1987). E acrescenta Schettino (2012, p. 190-91):

[...] no Brasil, o ecletismo assumiu dois aspectos diferentes quanto aos meios de execução. Nas grandes cidades, as camadas privilegiadas encomendavam seus projetos a arquitetos estrangeiros que trouxeram de seus países de origem as novidades de diversas linguagens estilísticas. As novas soluções arquitetônicas foram utilizadas, principalmente, nos recém abertos bairros residenciais, como a Avenida Paulista e a zona sul carioca, consequência do desenvolvimento urbano e do crescimento demográfico das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX. A segunda categoria diz respeito à produção arquitetônica popular, praticada pelas camadas menos favorecidas da sociedade que não possuíam recursos suficientes para contratar arquitetos estrangeiros de renome.

Do ponto de vista construtivo, o Ecletismo contribuiu consideravelmente à promoção dos avanços na arquitetura do Brasil por oportunizar importantes aperfeiçoamentos de projeto, sofisticação dos materiais e refinar as técnicas de manuseio e manutenção. Os novos produtos desenvolvidos no cenário da Revolução Industrial do continente europeu viabilizaram e popularizaram materiais como equipamentos, coberturas, elementos estruturais, ornamentos pré-fabricados, tratamentos esmaltados, vernizes e um aumento das possibilidades cromáticas. Vale ressaltar também que juntamente com as novas referências técnicas, notou-se a chegada nas principais cidades brasileiras de diversos profissionais como engenheiros, arquitetos, mestres de obras, escultores, marceneiros, pintores e diversos profissionais estrangeiros de diferentes qualificações atraídos pelas oportunidades de trabalho ofertadas pela alta sociedade. Tal situação modificou a aparência das cidades, tanto do ponto de vista estético e urbano, como também na condição demográfica.

As novas possibilidades de materiais e técnicas introduzidas no final do século XIX nos principais centros urbanos do país favoreceram o estabelecimento de algumas características nas edificações ecléticas, especialmente àquelas com finalidade residencial: alinhamento junto à rua e delimitado pela calçada, presença de áreas ajardinadas, simetria formal nas fachadas, frontões, platibandas com presença de ornamentos, cimalhas, bandeiras no acabamento das portas e janelas, colunas decoradas com diferentes tipologias, finalização com frisos e almofadas nas fachadas e aberturas, coberturas em duas águas compostos por telhas francesas, molduras e esculturas voltadas a diferenciar os proprietários. Os seus interiores dispunham de consideráveis pés-direitos, porões em condições de serem habitados, assoalhos e forro dos tetos em tábuas de madeira, detalhamento em ferro e, por diversas vezes, se utilizavam decorações que se correspondiam ao *Art Nouveau* e ao estilo romântico. Diversos desses detalhes se vinculavam diretamente, especialmente quanto à sua execução, com o fortalecimento e crescimento do setor industrial, especialmente a partir da década de 1920.

A consolidação do Ecletismo contou com a participação de profissionais de diferentes searas como artesãos, arquitetos, engenheiros, mestres de obras e para a construção dos primeiros imóveis – residenciais e institucionais – foi necessário a importação de materiais, louças, mobiliários, cristais e manuais técnicos voltados a orientar a execução dos acabamentos e ornamentações. Nesse contexto, se importou diversos materiais pré-fabricados previamente montados para serem finalizados no canteiro de obras, possível através do suporte de moldes e formas (Lemos & Guerra, 2019).

Dentre as tipologias que o Ecletismo propôs no país, os palacetes representam uma importante categoria que congregou os principais ensinamentos desta corrente. Geralmente definidos com elegância e refinamento, essa modalidade de construção dispunha de referências estéticas francesas e belgas, e frequentemente os mestres construtores observavam os recursos plásticos definidos pelo romântico, pitoresco e *Art Nouveau*. Nessas condições, fica evidente um hibridismo na presença de orientações de correntes artísticas distintas, é comum verificar no Ecletismo

praticado no Brasil soluções artísticas e construtivas advindos de diferentes momentos da arte da Europa presentes em uma mesma edificação. E como completa Needell (1993, 172),

As casas em estilo eclético costumavam ser espaçosas, em alguns casos grandiosas. Eram chamadas de palácios ou palacetes, com os dois pavimentos isolados da rua por jardins em estilo inglês ou francês, uma cerca de ferro fundido contornando o terreno e pontilhada por pilares de alvenaria ou de pedras cortadas à maneira clássica, a entrada emoldurada por dois imensos monólitos inevitavelmente coroados por cestas de frutas. As paredes eram brancas ou cinza escuro.

Na passagem Eclética no Brasil, dois padrões de construção se tornam populares no sistema da arquitetura: as casas senhoriais ou casa nobres, em menção aos sofisticados palacetes utilizadas por importantes agentes sociais, como políticos e bispos, ou os solares, classificação muito referenciada na cultura portuguesa, e que aludia ao requinte das famílias aristocráticas ou burguesas (Lemos, 2019). Sobre esses padrões de residências, Lemos (2019, p. 15) acrescenta que:

Ao considerar todos esses contextos, a casa dotada de distinção arquitetônica, numa dimensão mais genérica, representa o lugar onde vive a família nobre. Nesse aspecto, a casa nobre ou solar simboliza uma construção arquitetônica mais ou menos importante, que tem a missão de representar e de abrigar uma família de destaque social. Nessas moradas, configuradas em estrutura de habitação

mais ou menos luxuosas, reside uma família nobre, com poder econômico e prestígio social.

Nesse sentido, a casa se torna uma correspondente do capital econômico e cultural dos moradores e se torna importante símbolo que distingue socialmente os diferentes grupos no ambiente urbano. Mas vale lembrar também que essas arquiteturas gestadas no Brasil no decorrer do século XIX, se alinhavam ao conjunto de mudanças sociais que fomentaram a reformulação no modo de entender e experienciar a vida social e privada. Esse inédito cotidiano, modo de vida, de consumo, hábito e a modernidade urbana almejada resultaria nas exigências quanto ao requinte e refinamento das casas.

Os modos de vida burgueses em curso na Europa viriam a influenciar a conformação da casa eclética no Brasil, não apenas em relação à estética, mas principalmente em menção à sua experiência. Com o fim do tráfico de escravizados e o impulsionamento da imigração de grupos de europeus para o país algumas características se popularizaram nesse padrão de residência, como os jardins com referências ocidentais, a frequente implantação da casa distanciada da rua e da sua vizinhança, a presença dos alpendres que garantia discrição do interior da residência ao público externo – diferente das varandas das construções coloniais voltadas a amenizar as condições climáticas – e a disposição de sala destinadas à atividades específicas. Todavia, embora fossem mudanças significativas, elas ocorreram paulatinamente, à medida que se intensificavam eventos como a consolidação da indústria, as possibilidades de transporte de materiais e o desenvolvimento econômico das camadas sociais de maior poder aquisitivo. Quanto a disposição da edificação no sítio, a presença de afastamentos laterais e alinhamento junto à rua se tornou o padrão mais comum a partir da segunda metade do século XIX.

O programa dessas residências acompanhava o modo de vida que se fortificou no final do século XIX, mais apropriado às práticas sociais e privadas da recente burguesia brasileira. Dentre as novas mudanças podemos memorar especialização

das várias salas: salas de vestir, sala de fumar – ou *fumoir* –, sala de leitura, sala de bilhar, sala de música, sala de danças, sala de estudos e sala de jantar. Nesse processo, os ambientes, antes unidos e conjugados, passaram a ser separados a fim de melhor setorizá-los, como também garantir maior intimidade e, para isso, foi necessário aperfeiçoar a distribuição e espaços para circulação, cujos recursos se voltavam a melhorar a hierarquia entre os recintos, isolar compartimentos, restringir o acesso, implementar limites sociais, conduzir as circulações e separar as áreas públicas e privadas à medida que se desejava resguardar a intimidade de determinado ambiente. Para garantir essas novas características da residência, como podemos observar na imagem abaixo, se utilizou com frequência compartimentos como halls, vestíbulos, antecâmaras, saguões, escadas e corredores (NEEDELL, 1993).

Figura 37 – Planta do primeiro andar de residência eclética situada na Rua Voluntários da Pátria, 127



Fonte: Desenho realizado pelo autor baseado em projeto publicado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2023).

A residência apresentada acima evidencia a prática já exercida na arquitetura residencial do Brasil em isolar os recintos voltados à execução dos serviços. Needell (1993) relata que esses ambientes representavam, muitas vezes, uma oposição às nobres e sofisticadas áreas de convivência, por serem sujas, impregnadas de fumaça, com rudimentares panelas e utensílios de ferro e barro voltados ao processamento dos vegetais e animais que também se condicionavam nesse ambiente. Durante muitos anos no século XIX, se destinavam a esses ambientes os móveis e acabamentos menos nobres, os quais passaram por uma sofisticação com a consolidação da indústria, que ofertou equipamentos e elementos com melhor qualidade, assepsia e resguardados pelas orientações dos preceitos higienistas. Embora os projetos elaborados no Ecletismo tenham aproximado a cozinha da edificação principal, situando-a dentro da casa e não mais em construção anexa, sua situação mais habitual consistia aos fundos, após a copa e próxima à despensa e ao quarto da empregada.

No interior do Ecletismo no Brasil, se documentou outra importante passagem: as propostas neocoloniais. Essas iniciativas emergem durante a ocorrência da Primeira Guerra Mundial e apresentavam como o escopo central voltado a resguardar a arquitetura do Brasil frente às influências externas, além de buscar expressões artísticas genuinamente nacionais (Correia, 2011, p. 5). Embora autores, como Fabris (1990), relatem que as observações estivessem voltadas à arquitetura portuguesa, de acordo com Correia (2011) o Neocolonial se vinculava a um esforço de redescoberta da identidade do país verificado também em outros campos do conhecimento, como nas artes plásticas e na literatura e apresentou grande força a partir dos anos de 1920.

Interpretado como uma corrente promovida pelo pensamento eclético, o Neocolonial teve um período de vigência relativamente curto, no entanto contou com a participação de importantes intelectuais, como os escritores José Mariano Filho e Monteiro Lobato; gestores públicos em evidência na época como Washington Luís e Carlos Sampaio e, na seara da construção, arquitetos como Lucio Costa, Victor Dubugras e Angelo Bruhns. Correia (2011, p. 9) acrescenta:

A difusão do Movimento Neocolonial apoiou-se em diferentes estratégias. Uma delas diz respeito à campanha intelectual através de artigos e conferências de intelectuais como o médico e crítico de arte José Marianno e o arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo, onde se enfatizava as qualidades de nossa arquitetura colonial e se lamentava sua descaracterização. Outra estratégia importante de organização do Neocolonial baseou-se na promoção de um grande esforço de caráter documental visando criar parâmetros para o estilo. Neste esforço situa-se a iniciativa de José Marianno de patrocinar em 1924 viagens de pesquisa a Nereu de Sampaio, Nestor de Figueiredo e Lucio Costa para cidades históricas de Minas Gerais, com a finalidade de fazerem registros de elementos da arquitetura colonial.

Como referência, por volta dos anos 1910 e 1920 artistas, arquitetos e estudantes organizaram excursões e expedições rumo às cidades coloniais do interior de Minas Gerais, bem como para as regiões Norte e Nordeste do país, com o objetivo de catalogar e desenvolver materiais ao então chamado *Estylo da Colônia*. Dentre os produtos dessas viagens, se destaca o livro *Documentário Arquitetônico* assinado por José Wasth Rodrigues e publicado anos mais tarde, presumivelmente por volta 1944, voltado a registrar elementos da composição arquitetônica verificados nessas cidades e implementar uma gramática que orientaria a criação de um estilo brasileiro (Regiani, 2019).

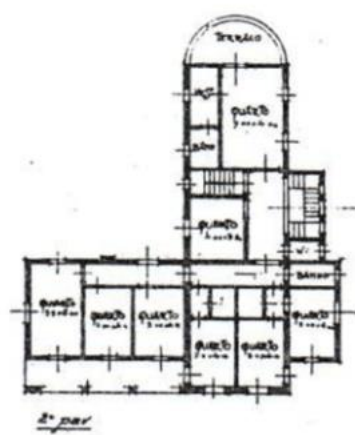
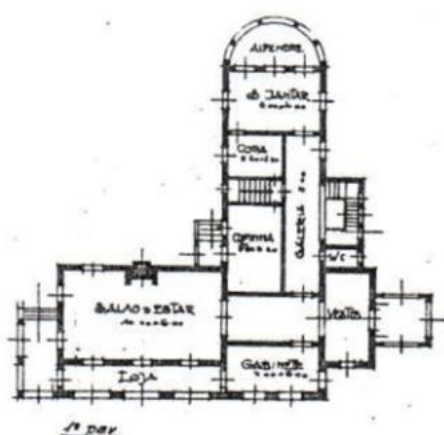
Para tanto, constrói-se um discurso que busca encontrar, na arquitetura colonial, elementos que

diferenciem a nação brasileira das demais. Esse discurso se desenvolveria a partir do início da segunda década dos anos 1900, quando da consolidação de uma campanha arquitetônica de cunho patriótico [...]. (Lucena, 2022, p. 49)

Na sua prática, em meados dos anos 1920 foram implementadas escolas e atividades de formação voltadas a divulgar lições de projeto com base nas formas e motivos do passado com a finalidade de amparar as necessidades contemporâneas. Operando os avanços técnicos angariados pelo Ecletismo, detalhes construtivos foram readaptados e refinados, como o arco batido, os detalhes em pedra, coruchéis, balcões com balaustradas, telhas de barro e a adaptação dos espaços, dessa vez alinhados às novas modalidades da vida privada e dos códigos e posturas municipais – especialmente no tocante da recém implementada legislação urbana.

Dentre os arquitetos que se dedicaram ao neocolonial, Angelo Bruhns apresentou um significativo número de obras e participações em concursos, individualmente ou em parceria com outros arquitetos. Teve diversos dos seus projetos apresentados em publicações, como as numerosas menções feitas pela revista *A Casa e Achitectura no Brasil* nas décadas de 1920 e 1930. Nesses projetos, Bruhns usa de elementos construtivos característicos da arquitetura tradicional do país, como arcadas, janelas em arco abatido, telhados em quatro águas e beirais coroados com telhas de barro, além de contar com detalhes próprios da arquitetura religiosa, como frontão com volutas e óculos.

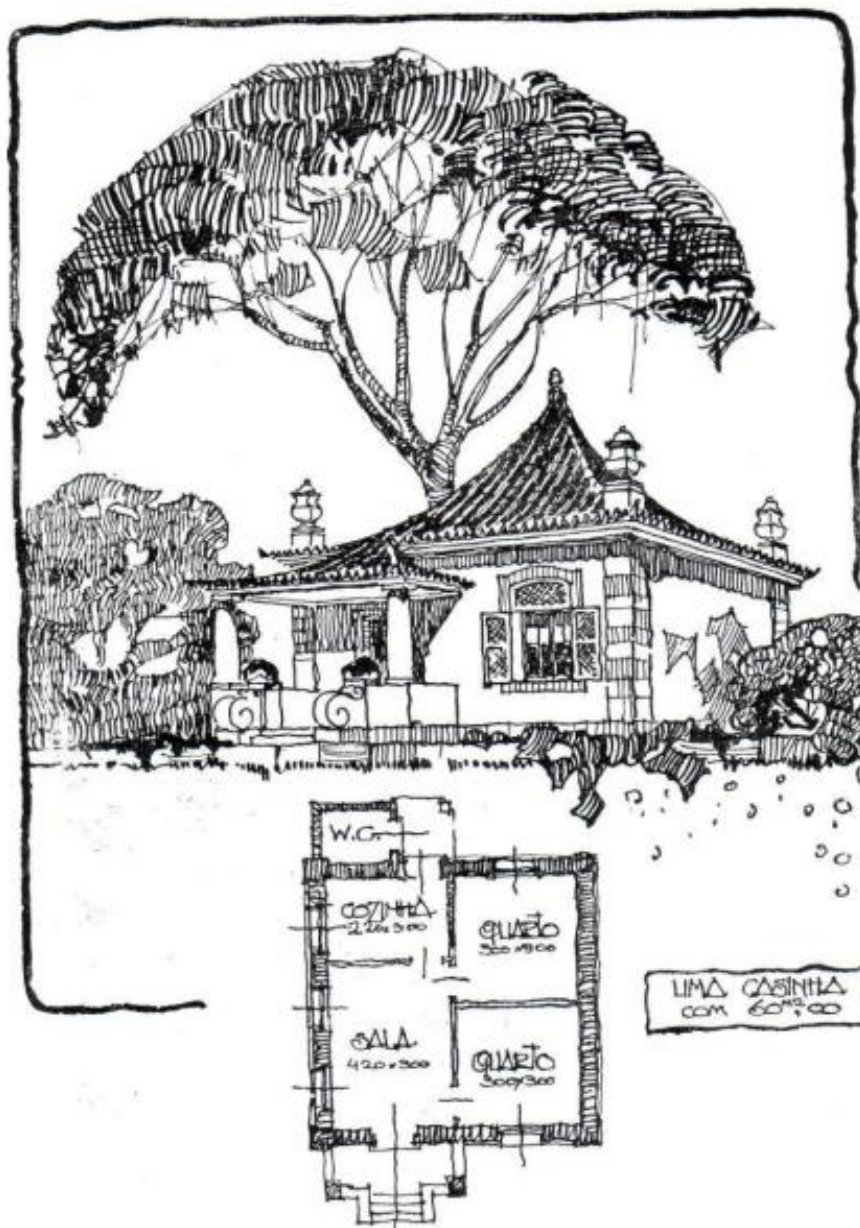
Figura 38 - Casa projetada por Ângelo Bruhns



Fonte: Revista *A Casa*, N. 9, jan. 1925, p. 18

Figura 39 - “Casa econômica” projetada por Ângelo Bruhns e José Cortez.

Concurso da *A Casa architectos*



Fonte: Revista *A Casa*, N. 16, ago. 1925, p. 21.

Nesses projetos, a organização espacial dispôs de elementos que os possibilitavam ser interpretados com inovadores, como a garagem associada ao corpo da casa e se abrindo para a fachada principal, ambientes relativamente novos, como gabinete e escritório e amplos recuos laterais. Todavia, o agenciamento dos ambientes segue

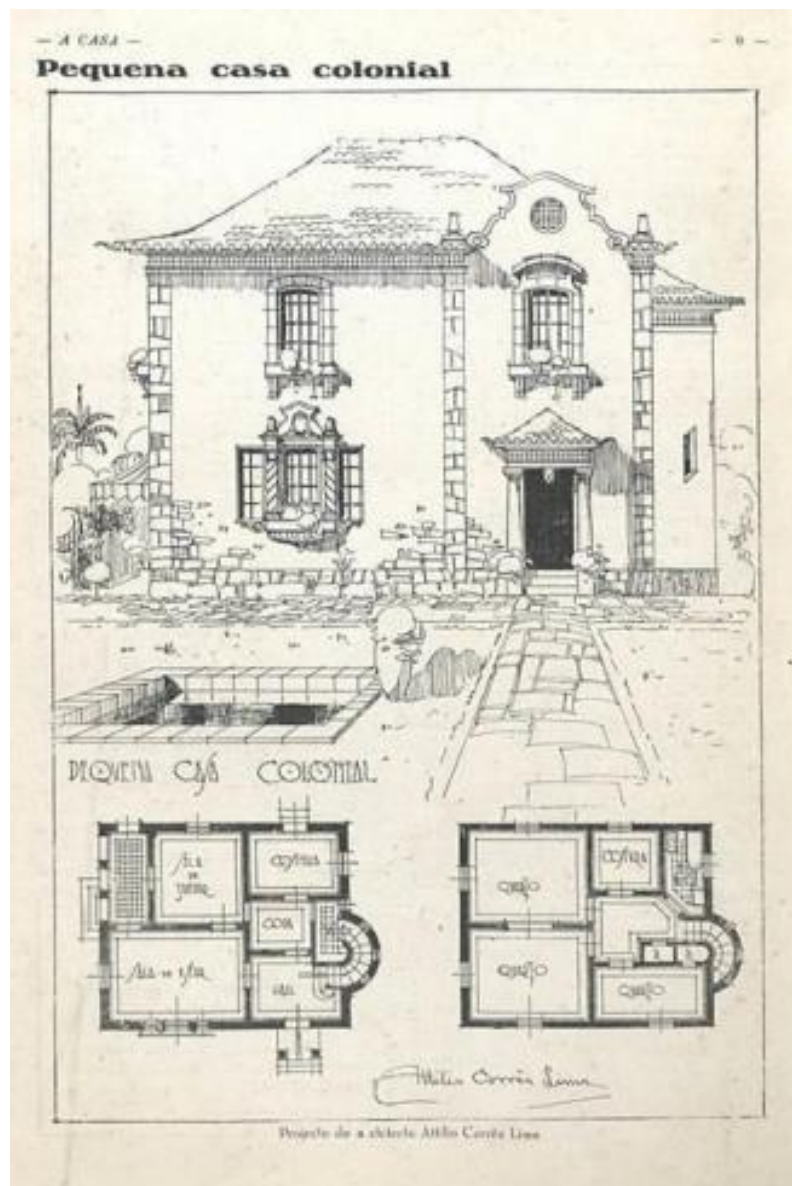
a racionalidade tradicional em agrupar os ambientes de serviço aos fundos ou na lateral da residência, os quais tendiam às composições com regular grau de integração com os demais cômodos; os recintos sociais na parte frontal da construção e os espaços íntimos isolados e com acesso controlado, muitas vezes instalados nos segundos pavimentos.

O arquiteto Ramon Brandão, em seu estudo *Arquitetura Neocolonial: arquitetura da felicidade* (2013) relata que os arquitetos e artistas envolvidos nesse movimento utilizaram do passado datado no período colonial para comporem o seu repertório formal moderno. Nesse contexto, interpretou-se referências e ensinamentos da arquitetura tradicional e se ressaltou pontos positivos, heroicos e afetivos dessa arquitetura no universo nacionalista motivado pela Proclamação da República. As propostas da arquitetura desta natureza não compreendiam a reprodução de elementos espaciais que já estivessem obsoletos, como alcovas ou os recintos voltados à reclusão das mulheres no tocante à vida social. No entanto, autores como Carlos Kessel (1999) apontam que a expressão neocolonial se apoiou na alusão da cultura de morar exercida pela aristocracia rural, vista por diversas vezes como a representação máxima da nacionalidade, seja do ponto de vista tectônico ou nas disposições quanto ao uso destas residências.

Conforme projeto abaixo, residência elaborada pelo engenheiro-arquiteto Atilio Correia (1901-1943), são percebidos a reintegração de elementos construtivos e técnicas tradicionais, como reboco externo corrugado em alusão ao processo relativo às alvenarias de pau-a-pique e taipa, aplicação de pedras irregulares nas partes inferiores das paredes, frontões curvilíneos inspirados nos chafarizes e igrejas, beirais aparentes em substituição à platibanda, esquadrias das janelas e as estruturações das aberturas em arco. Ficam evidentes também a reprodução de um modo de disposição dos recintos, hierarquizados conforme seus respectivos usos, de acordo com a tradição construtiva e projetual verificada no Brasil. Assim, se destacam os recintos sociais, íntimos e de serviços, cuja distribuição dos cômodos enfatiza não somente a particularização desses ambientes, como também

discrimina o uso da casa e os limites dos diferentes indivíduos que fazem uso do imóvel.

Figura 40 – Projeto de residência assinado por Atílio Correia Lima, publicado na revista *A Casa*, em 1925



Fonte: Revista A Casa, nº. 12, abril de 1925, p. 9.

Arquitetos como Mario Barata (1983) indicam que a compreensão dessas diferenciadas propostas implementadas nas últimas décadas do século XIX e início

do XX organizaram referências significativas para a ocorrência do Movimento Moderno na arquitetura residencial. Por outro lado, autores e arquitetos, como Paulo Santos (1961), Lucio Costa (1962) e Yves Bruand (1981), relatam que a gênese da funcionalidade moderna nas residências brasileiras vincula-se às construções coloniais, além de reconhecerem que o Ecletismo possibilitou diversos aspectos importantes para o processo de renovação da racionalidade da arquitetura. Esses pensadores defenderam que a arquitetura eclética consolidou diversas determinações da arquitetura do Brasil praticada na primeira metade do século XX, principalmente ao colaborar à promoção de diversos recursos técnicos e procedimentos de construção. Em estudos dessa natureza, as décadas precedentes explicam a instalação do Movimento Moderno local, e dissociá-los significa perder o valor e a razão da modernização.

Nessas condições, destacam-se os indícios de uma linha de continuidade das lições e ensinamentos – evidentemente, atualizados e revistos ao longo do tempo – no decorrer do século XIX ou, pelo menos, na sua segunda metade, até alcançar o século XX. Essa ininterrupção faz menção, em especial, ao conteúdo referente à funcionalidade, salvo as particularidades das correntes estéticas e artísticas em curso no momento, referenciadas consideravelmente pelos códigos ecléticos (Barata, 1983).

Na sua seara, os estudos de Lemos (1979) se interessavam em evidenciar a autenticidade da arquitetura brasileira e, no caso do Movimento Moderno, oferecer uma resposta aos estudos internacionais quanto ao problema da identidade nacional. Para Lemos, essa resposta associava-se ao conhecimento da história da arquitetura brasileira, de modo especial desde a colônia até a instalação das correntes ecléticas no Brasil.

Para Bruand (1981), embora por vezes repreender e fazer oposição às qualidades do episódio eclético, se faz reconhecível que a conversão da funcionalidade da arquitetura brasileira em meados da década de 1940 harmoniza-se diretamente com o período anterior, cujo passado recente também contribuiu com a configuração da modernização da disciplina. Assim, Bruand (1981) não apenas reconhece

evidências da funcionalidade tradicional na arquitetura do Movimento Moderno, como também lhe atribui veracidade histórica. Sem auferir considerações parciais ou depreciativas às ocorrências ecléticas, Puppi (1998) relembra que importantes nomes atuantes na formação da nova arquitetura brasileira no século XX, como Raphael Galvão, Attílio Correa e o próprio Lucio Costa, apresentaram uma fase de trabalho que gozava de atributos ecléticos antes de aderirem e fomentarem efetivamente às orientações do Movimento Moderno.

Um dado social importante no decorrer do Ecletismo do Brasil, e que configurava uma contradição de conceitos e valores, consiste no fato de em seus anos iniciais o país ainda apresentar uma significativa presença do trabalho escravo nas residências de alto padrão. O Brasil representava o último país do mundo ocidental a contar com o tráfico e a exploração do trabalho forçado como importantes agentes da economia, e parte da riqueza do país se vinculava diretamente com essa situação. Apesar da sua paulatina extinção, as espacialidades da casa necessitaram de adaptações devido a ausência do trabalho escravo doméstico (Sodré, 1967).

Quanto à prática eclética na arquitetura, interessa de modo especial à esta investigação como foram interpretadas o desenho em planta ou as conformações espaciais quanto às propostas verificadas no período colonial. A pesquisadora Annateresa Fabris (1990) aponta duas questões importantes: a primeira delas é que a arquitetura se volta ao passado e retoma disciplinas tradicionais do ponto de vista técnico e estético; em seguida, Fabris (1990) aponta que a arquitetura do Ecletismo não pode ser percebida como apenas figurativa, uma vez que se dedica também à funcionalidade dos ambientes e dos objetos.

Do ponto de vista espacial, nos primeiros anos do Ecletismo no Brasil verificava-se a ausência de relação entre a conformação em planta da residência e os modos de vida dos moradores. Frequentemente o projeto da edificação não contava com a participação dos seus futuros residentes na sua concepção, devido ao fato de se destinarem às famílias advindas de outras localidades, com vivências distintas daquelas verificadas na região onde se situava o imóvel. A partir dos anos 1920, notou-se uma participação maior dos proprietários no processo de projeto dessas

residências, uma vez que ocorreu um aprimoramento dos ambientes e do programa das residências para alcançar e potencializar importantes categorias: a intimidade e o conforto.

Se observa, nesse momento, um evidente processo de refinamento dessas residências frente aos novos valores, modos de vida e costumes, como a disposição racional dos fluxos, maior especialização dos recintos e ampliação do programa, possível pela introdução de ambientes como escritório, as diversas salas e biblioteca, que dispunham de atribuições e finalidades muito bem definidas. Todavia, apesar de se documentar maior diversificação e detalhamento dos programas ao longo das primeiras décadas do século XX, a setorização geral das residências ainda se correspondiam às tradicionais áreas sociais-públicas, íntimas e de serviços. Nessas condições, salvo todo o avanço técnico e projetual verificado no decorrer do episódio eclético, é possível questionar se ele contribuiu para o distanciamento da organização espacial da Casa Grande, ou reforçou seu seguimento amparado pela introdução de novos recintos que, embora estivessem apoiados nas novas características da vida privada, se determinavam pelas tradicionais orientações espaciais.

Inegavelmente, a organização das casas passou por modificações em relação à disposição dos cômodos e à circulação interna. Todavia, as casas do período colonial brasileiro e as edificações ecléticas apresentavam consideráveis semelhanças do ponto de vista da organização entre os diferentes recintos: as diferentes atividades aconteciam em ambientes muito bem definidos. Os serviços se direcionavam para a cozinha e áreas de apoio, situados em áreas isoladas da residência, geralmente aos fundos; o térreo e áreas externas para as atividades sociais e as áreas íntimas e de repouso igualmente isoladas ou, na presença do segundo andar, no pavimento superior. Em ambos os padrões de residência nota-se a massiva setorização da residência nos setores sociais, íntimos e de serviços, cujo modo de organização definia o papel do proprietário, das visitas e dos criados. Sobre essa situação, Schettino (2012, p. 215) relata que:

O palacete da Primeira República é uma síntese entre a arquitetura colonial marcada pelo trabalho escravo e os novos padrões arquitetônicos, tanto do ponto de vista estético quanto com relação à preocupação com a higiene. Assim, juntamente com a distribuição a partir do vestíbulo e da especialização dos cômodos, características das casas francesas, mantêm-se nas residências da elite urbana certos elementos tradicionais como uma grande sala de jantar, a distribuição frente e fundos com áreas nobres na frente e funções mais simples nos fundos, onde ficavam os puxados e as edículas e se realizavam as tarefas cotidianas.

E completa Marins (2010, p. 178):

[...] a marcante diferenciação dos espaços privados praticada pelas elites em suas próprias residências pode representar um protótipo das distinções espaciais, da ‘ordem’ que desejavam disseminar por toda a cidade.

Assim, a divisão dos espaços da residência se apresentava, ainda, como um recurso simbólico do ponto de vista social, uma vez que os padrões de relações da época, a situação dos grupos e as disposições entre os diferentes indivíduos se corroboravam por meio da conformação da casa. A casa, novamente, era usada como um meio de demarcar papéis e fortalecer as diferenças socioeconômicas. Nesses espaços das residências das camadas sociais mais abastadas se firmavam vínculos e novas alianças, oficiais e extraoficiais.

Para Barata (1983), interpretar a modernização dos meios de produção, da indústria e da racionalidade da arquitetura e engenharia no Brasil por intermédio das realizações artísticas e culturais imediatas nos permite identificar a autonomia da arquitetura brasileira no quadro geral da produção mundial, muito pautada pela contradição verificada no país. Se, de um lado, notava-se uma expectativa de introdução das novas formas modernas em curso nos principais países europeus e norte-americanos, de outro, se fazia evidente o atraso social do país, figurado, sobretudo, pelo recentemente praticado regime escravista. Sobre essa conjuntura, completa Novais (1997, 238):

Nesse sentido seria reiterar essa percepção disfuncional da realidade do país assumir que os padrões de privacidade construído ao longo da história das sociedades europeias pudessem se reproduzir com as mesmas características no meio social brasileiro. Enfocar o âmbito da vida privada nesse contexto exige atenção especial para os modos pelos quais são as tensões entre os vários estratos da sociedade, tensão essa reforçada pela dupla carga opressiva do estatuto colonial e da ordem escravista ou sua herança, que definem ulteriormente como cada grupo ou indivíduo irá construir os sentidos que articulam suas experiências íntimas. Não há, portanto, nem uma concepção única de privacidade, nem as que existem são equivalentes ao seu congênere europeu ou sequer são estáveis, redefinindo-se constantemente de acordo com as dinâmicas da vida social e das transformações históricas.

Apesar dos recentes – paulatinos e vagarosos – esforços em renunciar a ordem social da Colônia e do Império, diversos arquitetos na primeira metade do século XX se dedicam em formular qualidades modernizadoras vinculadas à vida e à cultura nacional. As mudanças notadas na arquitetura da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX dizem mais respeito aos fenômenos notados no contexto social do que, essencialmente, às determinações dos seus aspectos formais elementares, ainda que este segundo represente um importante e indispensável mecanismo de interpretação da política e dos costumes em curso naquele período. Coube a esses arquitetos evidenciar as necessidades práticas exigidas por sua época e dos indivíduos do seu tempo. Conscientes do seu horizonte cultural, esses profissionais iniciaram o processo de adequação da tradição histórica e disciplinar às inéditas exigências da vida comum. Como completa Segawa (1999, p. 32):

A hesitação pelos caminhos que a arquitetura deveria trilhar –debate em curso sobretudo na Europa – conheceu no Brasil uma outra variável: a da nacionalidade. Em meio a uma vida cultural e mundana orientada pelos padrões franceses (daí o recente uso da expressão ‘belle époque’ para esse período na historiografia brasileira), essa preocupação se esboçou com maior intensidade nos meios literários. O ufanismo de Afonso Celso inaugurava o patriotismo oficial; escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto teciam abordagens distintas daquelas prescritas na literatura do Velho Mundo.

Assim, embora ocorresse de forma gradual, nas quatro primeiras décadas do século XX, se inserem novos valores e interesses no pensamento sobre a modernização da arquitetura no Brasil. Além de perceberem a arte tradicional brasileira como

importante elemento a ser contemplado na consciência acerca da formação do Movimento Moderno na arquitetura, os problemas urbanos, econômicos e sociais – muitos deles associados às heranças das relações coloniais – passariam a integrar intensamente as avaliações dos profissionais da construção atuantes na época.

4.2 - Episódios econômicos, sociais e urbanos dos primeiros anos do século XX no contexto da modernização

Foi o tempo do aumento de população provocado pelo café, pela crescente indústria, pela imigração. Foi o tempo das primeiras favelas surgidas após a guerra de Canudos. Foi a época dos cortiços, das ‘cabeças de porco’, das pensões instaladas em palacetes dos fidalgos decadentes. Velhas moradas de altos pés direitos, feitas para serem tocadas pela escravaria agora se transformavam em repartições públicas e, como os novos programas não se ajustavam aos velhos partidos residenciais, aparecerem as inevitáveis adaptações, sempre de mau gosto.

LEMOS, Carlos. Arquitetura Brasileira, 1979.

No início do século XX, o conceito de casa se regulava pelo desejo em acomodar os indivíduos e fortalecer os vínculos familiares através de um ambiente salubre e que garantisse conforto e bem-estar. De acordo com Correia (2004), essa percepção da casa gestou-se no decorrer do século XIX, ocasionado pela intensa produção de novos utensílios domésticos e dispositivos disciplinares. Nesse contexto, percebe-se a paulatina emancipação ou remoção de preceitos e práticas domésticas tradicionais, além da promoção de novas atividades exercidas pelos moradores, cujo episódio dispôs de grandes estímulos da recente economia

doméstica. Tais mudanças verificadas na cultura social e de consumo foram fomentadas, de modo especial, pelas variações da economia do país.

Nesse cenário, em meados da década de 1930, nota-se uma dinamização do mercado nacional, articulação entre os setores público e privado em diversas ações, consolidação do capital industrial e, como consequência, a conversão da economia antes agroexportadora rumo aos sistemas e planos próprios da indústria (SEGAWA, 1999), eventos esses muito motivados pelas mudanças das condições científicas, tecnológicas e de comportamento nas grandes cidades. Como evidencia Sevcenko (1998, p. 67):

O século XX foi um período de avanços científicos prodigiosos, durante o qual campos completamente novos da ciência surgiram. [...] O desenvolvimento tecnológico também foi espetacular – talvez mais ainda do que o científico na mente do grande público. Transporte, eletrificação, indústrias químicas, controle de doenças – a lista é infinita – estavam alterando a sociedade de modo profundo e irreversível. Por volta de 1900 o poder da tecnologia estava muito além do que qualquer outro século jamais sonhara. Não havia precedente histórico para o que se passava. Isso suscitou um otimismo curioso, uma fé que afirmava, com efeito, que estávamos no caminho certo – um pouco mais de esforço, um bocadinho mais de boa vontade e o nosso músculo científico-tecnológico recém-adquirido, o poder do conhecimento, resolveria todos os problemas e nos alçaria a mundos novos e utópicos.

De fato, a revolução técnico-científica verificada em escala global neste período estreitou as relações entre as novas tecnologias e as enormes movimentações notadas na vida comum, seja no âmbito privado quanto nas ocorrências coletivas. Nessas condições, como aponta Sevcenko (1998), a experiência de viver nas cidades, marcadas pelos inéditos fluxos da ciência, influenciaria diretamente a sensibilidade e a percepção dos seus habitantes. Assim, a elaboração do habitar moderno, ou a adequação da casa às mudanças sociais notadas na virada do século XIX para o século XX, contou com colaboração de profissionais atuantes em diferentes campos do conhecimento, não somente aqueles dispostos em observar da concepção de residências, mas também, aqueles dedicados às medidas de beneficiamento e aprimoramento das cidades (Correia, 2004).

Dentre esses profissionais, destacam-se os engenheiros ocupados em estabelecer medidas e soluções técnicas para os principais problemas urbanos e sanitários; intelectuais dispostos a estabelecer melhores condições sociais para a população; gestores e governantes voltados a implementar e aperfeiçoar normas urbanas, como códigos de obras e leis de ocupação, além da promoção de conjuntos habitacionais e habitações através de incentivos ou subvenções; proprietários de indústrias que se responsabilizaram em construir moradia para os seus operários; economistas domésticas esforçadas em elaborar procedimentos que simplificassem o trabalho de donas de casas e aperfeiçoamento das tarefas domésticas, dentre outros.

A cidade afirmava-se como o palco do moderno – modernização tendo como referência a organização, as atividades e o modo de viver do mundo europeu. Os engenheiros se colocavam como agentes dessa modernização – era a corporação que apostava na ciência e na técnica como os instrumentos de progresso material para o país, nos moldes do desenvolvimento industrial do Velho Mundo, vislumbrando, na industrialização, um objetivo

nacional a se atingir. [...] O desejo de mudança era latente: a elite urbana, progressista, positivista, cosmopolita, contrapunha-se à sociedade tradicional, de índole agrária e conservadora. (Segawa, 1999, p. 18)

Como já dito, o padrão de habitação difundido no Brasil a partir do século XX formulou-se, dentre outras coisas, em um contexto de amplo debate acerca da inserção das casas no ambiente urbano, e tal esforço foi amparado pelas observações de diversos intelectuais da época. Como discorre Paviani (2015), os centros urbanos brasileiros se encontravam quantitativamente modificados, porém apresentavam esquemas urbanísticos gerais sem as devidas adequações em relação à infraestrutura e saneamento. Para o autor, nas mesmas ruas que se destinavam às carroças no decorrer do *oitocento*, nas primeiras décadas do século XX tinham por protagonistas os automóveis, bondes e um numeroso contingente populacional, entretanto, sem a necessária harmonização e compatibilização dos serviços de uso coletivo, como esgoto, saneamento e estrutura viária.

De acordo com Sevcenko (1998), no Brasil, esse processo de transformação da vida comum por meio da ciência se estimulou por algumas circunstâncias importantes, as quais ordenaria os novos sistemas de valores, modos de vida e estado de espírito. O autor aponta como os principais acontecimentos a consolidação dos novos meios de comunicação, a telegrafia sem fio, o telefone, os inéditos meios de transportes vinculados às tecnologias do petróleo, a recente aviação, a imprensa ilustrada e fonográfica, o rádio e o cinema. Esse processo de potencialização dos mitos da modernidade na cultura brasileira apontados por Sevcenko permitiu, direta e indiretamente, as relevantes mudanças nas cidades e nos hábitos dos diferentes grupos e camadas sociais. E, sobre essa situação, Gomes (2022, p. 158), apresenta os reflexos sobre a elaboração das residências:

[...] a casa e a configuração familiar sofreram mudanças: a antiga estrutura familiar patriarcal, organizada em torno da autossuficiência produtiva da propriedade agrícola, passaria a perder cada vez mais espaço para a casa organizada em torno de uma valorização da intimidade e da valorização das esferas em pares de oposição e complementaridade: público versus privado, casa versus rua, homem versus mulher e trabalho produtivo versus trabalho não produtivo.

Um importante aspecto notado nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX consiste no intenso crescimento da população brasileira. Esse processo demarca as diferentes transformações que se desenrolavam no país, de modo especial, os novos padrões de distribuição sócio-territorial, cujo cenário foi protagonizado pela atração de um significativo fluxo de pessoas para os principais centros urbanos.

Alguns autores, como Weimer (2012), para investigar a arquitetura popular ou “ordinária” no Brasil, ou, melhor dizendo, o modo de morar predominante entre os brasileiros nas primeiras décadas do século XX, quase invariavelmente toca em situações adversas que viviam as populações marginalizadas nas localidades do país onde se verificavam de maneira mais evidente as mudanças determinadas pelos principais eventos socioeconômicos da época.

Nessa época, o adensamento das populações nas grandes cidades ocorreu sem que houvesse uma correspondência na infraestrutura citadina e na oferta de empregos e de moradias, transformando esse avolumar menos num desenvolvimento e mais num inchaço, o que acentuou o contraste entre as desigualdades sociais que aí se fizeram presentes.

Estreitadas ainda nos seus cenários coloniais, vivendo fases de uma industrialização incipiente, numa economia aferrada mais aos setores de serviços e aos de negócios da exportação do que às atividades produtivas propriamente ditas, passando por crises cíclicas de carestia e aumento do preço de gêneros, de moradias e de alugueis, as cidades cresceram na multiplicação da pobreza, das precárias condições de vida e principalmente na diversidade dos tipos étnicos e sociais que compunham as camadas populares. (Wissenbach, 1998, p. 91)

As preocupações das classes abastadas e da gestão pública, alguns anos antes concentradas quase que integralmente à figura dos escravizados rebeldes no âmbito doméstico ou social, nos primeiros anos passaram a incorporar os diferentes agentes presentes no espaço urbano. Dentre esses elementos, se destacava as moradias das camadas baixas, muitas vezes caracterizadas por imóveis de uso compartilhado entre diferentes famílias ou indivíduos sem ligações de parentesco, situadas em áreas insalubres e em construções que baixo rigor quanto à higiene e qualidades construtivas. No ano de 1928, Mário de Andrade avaliou a dimensão que essa categoria de habitação apresentava que, nas palavras do escritor, percorria de um canto a outro da cidade.

No decorrer da primeira metade do século XX comumente se classificava as residências populares dos centros urbanos com adjetivos altamente depreciativos como “covas”, “ninho de brutos”, “focos pestilentos”, “pocilgas” ou “antros de miséria e degradação”. Geralmente, essas qualificações eram descritas por engenheiros ou delegados do serviço sanitário da época em referência às ineficientes soluções de iluminação, ventilação, dimensionamento reduzido dos cômodos, confinamento dos ambientes e aglomeração de diversos indivíduos em uma mesma residência. Esses profissionais descreviam tal cenário como meios

propícios para a proliferação de doenças e moléstias. No entanto, para além das imediatas – e muitas vezes apropriadas tecnicamente – conclusões higienistas, essas ocupações se associavam a modelos de ocupação e sociabilidade vivenciada pelos escravizados em experiências anteriores à colonização, mas que ainda compunham o imaginário da camada social envolvida como um modo de vida adequado e único possível.

[...] a maioria era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos e seus descendentes, acrescidos de contingentes que haviam chegado mais recentemente, quando após a abolição grandes levadas de ex-escravos migraram das decadentes fazendas de café em busca de novas oportunidades. Essa população, extremamente pobre, se concentrava em antigos casarões do início do século XIX, localizados nos centros das cidades. Esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele perímetro e tinham sido redivididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras, que viviam ali em condições de extrema precariedade, sem recursos de infraestrutura e na mais deprimente promiscuidade. Para as autoridades, eles significavam uma ameaça permanente à ordem, à moralidade e à segurança públicas. Por essa razão foram proibidos os rituais religiosos, cantorias e danças, associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade (Novais, 1998, p. 20-1).

E ainda:

Embora a abolição tenha sido fato histórico decisivo, rompendo vivências pregressas, os ex cativos traziam de suas experiências anteriores um aprendizado social que instruíra o sentido de liberdade, constituído muitas vezes a partir de noções de subsistência e padrões de organização social distintos dos que eram imaginados pelas classes dominantes. A pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente, que lhes foi atribuída na visão daqueles que reconstruíram o país após a desmontagem do regime escravista, impede a princípio a interação de suas trajetórias sociais enquanto movimentos singulares, vivenciados nos limites dos que era possível, mas com base em escolhas e valores próprios. (Marins, 1998, p. 53)

Frequentemente, essas características e infortúnios no espaço das residências, bem como seu elevado nível de recorrência, estão associados também ao crescimento e adensamento das grandes cidades, cenário no qual as habitações também se multiplicavam em números inéditos para as estatísticas e para a gestão pública da época. Wissenbach (1991) ressalta que no padrão de urbanização visto como adequado para os reformadores atuantes no início do século XX, conhecida por cidade moderna, não havia lugar para tais aglomerações, especialmente por crescerem de maneira pouco ordenada, apresentarem ainda diversas características do passado recente e das ocupações rurais quanto ao baixo rigor técnico das soluções de infraestrutura. A autora evidencia essas avaliações acerca dos inéditos padrões de urbanização no período em questão, ao apontar que:

Essa inadequação, embora instituída aqui em termos de discurso, envolve uma problemática aguda que invadiu de maneira intrincada a visão de todos aqueles que por motivos variados deixaram seus registros, observaram o modo de vida das classes populares, penetraram em suas casas. O difícil é superar a barreira imposta pelo filtro dos cronistas, dos sanitaristas, ideólogos da nova cidade; sobretudo porque a cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado. (Wissenbach, 1991, p. 97)

No mesmo sentido da avaliação apresentada por Wissenbach, outros pensadores já haviam observado o cenário das cidades brasileiras, inclusive aqueles atuantes à época, como artista e escritor carioca Raul Pederneiras (1874 - 1953). Em sua obra *Cenas da vida carioca* publicada em 1924, registro no qual o autor satiriza eventualidades comuns à vida privada das classes médias e altas do Rio de Janeiro, Pederneiras evidenciou os elementos que deviam ser apagados da memória e do cenário dos centros urbanos. Dentre essas figuras, destacam-se figuras sociais populares, os pontos de encontro entre indivíduos de classes baixas, os eventos sociais, os ofícios tradicionais e o trabalhador comum que faziam uso do espaço urbano, como os engraxates, os carregadores, os vendedores ambulantes e carroceiros. Na realidade, essa camada da população, composta por um numeroso grupo advindos das senzalas após a Abolição, livres de qualquer tutela e percebidos como indivíduos indisciplinados em razão dos seus modos de vida e expressões culturais protagonizavam um impacto acentuado por fragilizarem a busca pela modernização das cidades, cujo esforço até os primeiros anos do século XX se confundia com o embelezamento e europeização dos centros urbanos.

Todas essas ocorrências vulnerabilizavam as expectativas sobre o espaço da cidade e, na visão dos reformadores, se opunham e impossibilitavam os projetos para os

novos centros urbanos brasileiros. Tal questão tornou-se recorrente e diversas revistas e publicações de engenharia apresentavam que os novos atributos urbanos e populacionais das cidades agravaram as condições sanitárias, tais como aumento do volume de dejetos, amontoamento de edifícios, não harmonização das soluções de saneamento frente à real demanda e ineficiente distribuição dos recursos, cenário que prescindiu o estabelecimento das legislações construtivas, urbanas e sanitárias.

Foram os novos conceitos de higiene, mormente aqueles ligados à habitação e às novas técnicas de construção, com todas as suas possibilidades, que sugeriram as primeiras normas de construções, logo transformadas em leis – tanto as que se interessavam pela saúde do povo como as mais voltadas à remodelação urbana, visando o abandono definitivo dos velhos costumes gregários das casas geminadas. E surgiram os afastamentos laterais para o sol e o ar penetrarem nos cômodos do centro da planta. (Lemos, 1979, p. 26)

A ideia do espaço como formador do indivíduo associada, ainda, às avaliações voltadas a qualificar o cenário urbano favoreceu a ocorrência de dois processos: o disciplinamento e a mecanização, ambos esquemas utilizam da higiene, da eficiência e da comodidade como norteadores para a elaboração de um novo espaço e de um novo cotidiano. Essas duas orientações originam-se nos discursos e práticas sobre a cidade no decorrer do século XIX e pretendiam, fundamentalmente, o controle sobre a cidade e seus habitantes, dado que nesse quadro o espaço aparece como recurso central de intervenção (Correia, 2004).

Sumariamente, para autores como Pinheiro (2006), as transformações nas cidades brasileiras, como os planos de modernização de centros urbanos em localidades

como o Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Belém ou até mesmo na capital mineira, contavam com ações de cunho progressista, direcionadas pela dinâmica econômica em curso nas primeiras décadas do século XX. Segawa (1999) ressalta que já na segunda metade do século XIX algumas dessas cidades apresentavam iniciativas de modernização nos moldes das metrópoles europeias mediante a formalização prática de valores do sanitarismo ou salubrismo. Essas intervenções contavam com empresas – muitas delas fomentadas com capital de instituições internacionais – que disporiam e instalariam equipamentos de saneamento, como sistemas de drenagem, esgoto, abastecimento de água, serviços de eletricidade e gás.

Em um primeiro momento, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, o conceito de modernidade consistia em estabelecer relações técnicas e estéticas com as cidades europeias, tendo Paris como exemplo fundamental (Benevolo, 1976). Nesse momento, se popularizaram os padrões de parques, avenidas consideravelmente dimensionadas e edifícios à maneira dos centros urbanos europeus, elementos esses reproduzidos como protótipos ideais. No entanto, no contexto brasileiro, sobretudo a partir da década de 1890, as propostas sanitárias e educativas se articularam em virtude de moralizar as classes mais pobres elaborar um novo projeto de sociedade, cuja iniciativa frequentemente vinculava-se à manutenção da conjuntura de ordem burguesa-colonial.

Este cenário se vincula, também, à primeira década do século XX ao momento em que se consolida a expectativa de negar os traços mestiços, afirmar a raça branca e enaltecer o legado português no Brasil, cujo período se pauta por campanhas de imigração estrangeira para operar o “branqueamento” da população e promover uma conversão da raça³ das futuras gerações. Essa conjuntura interviu de maneira significativa na atuação dos arquitetos e engenheiros da época em relação ao ensino e exercício da profissão e, sobretudo, nos grandes esforços em converter os principais centros urbanos do Brasil de acordo com os modelos dos países europeus, importantes referências à época. Sobre ocorrências dessa natureza, o

³ Como apresenta Silva (2010), nos primeiros anos do século XX o conceito de raça consistia em um conjunto de condições físicas e morais homogêneas e permanentes e que poderia ser transmitido pelo sangue de geração a geração.

filósofo francês Michel Foucault (1926 - 1984) aponta em um de seus estudos para uma apropriação indevida da arquitetura e da engenharia a partir do século XVIII, operada como instrumento de administração racional de um grupo de indivíduos, capaz de intervir no corpo e na conduta das pessoas.

[...] a arquitetura começa a se especializar, ao se articular aos problemas da população, da saúde, do urbanismo [...]. Trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos. (Foucault, 1979, p. 211)

Esse processo teve reflexos significativos na organização espacial da residência que, anteriormente dispunha de ambientes imprecisos e pouco qualificados do ponto de vista funcional, e se torna, paulatinamente, especializada e com definições categóricas quanto às suas respectivas atividades. O decurso dessa mudança apresenta duas orientações: ao passo que a realização das atividades econômico-produtivas se distancia da casa, seu interior se especializa diante da definição de recintos para estar, repouso e serviço. Deste modo, no decorrer da elaboração deste novo modelo de residência, o espaço das residências se reorganizou diante de uma racionalidade nova, que altera seu projeto e seus usos ao classificar ou atribuir as funções a cada ambiente (Denzelot, 1986).

Nesse sentido, alguns anos depois, o saber da arquitetura se associa a outros campos do conhecimento, como a medicina, gestão pública e direito, dada as propostas que tais profissionais exporiam acerca das habitações urbanas, entendida como um problema por não estar em conformidade aos padrões de higiene estabelecidos pela engenharia sanitária. Dada sua condição de saneamento e higiene, a residência urbana prescindia de avaliações para que fossem impedidos o estabelecimento de riscos à saúde e garantidos o sucesso das diversas ações de controle epidemiológico em função das frequentes doenças verificadas em massa nos aglomerados urbanos, conforme apresentado nas imagens exibidas a seguir.

Figura 41 - Cortiço na Mooca - SP



Fonte: Faculdade de Saúde Pública da USP.

Figura 42 - Cortiço do Sr. Gordinho – São Paulo



Fonte: Faculdade de Saúde Pública da USP.

Vale lembrar que no cenário pós-abolição e com o crescimento das atividades econômicas de grande porte, as cidades contam a partir de então com consideráveis aglomerações de trabalhadores urbanos, desvinculados do trabalho escravo ou da produção agrária tradicional. Esse grupo representava notável parte da população brasileira que, de acordo com o historiador Caio Prado Júnior (1989) estimava dois terços dos habitantes do país. Para o autor (1999), após a abolição da escravidão documentou-se nas primeiras décadas do século XX um intenso êxodo rural, em consequência da derrocada dos antigos locais de trabalho pelos negros e pela decadência das atividades agropecuárias tradicionais. Sobre tal ocorrência, Wissenbach (1991, p. 58-59) afirma que:

A observação de dados censitários revela um movimento intenso de migrações internas ao longo dos anos de 1872 a 1900, indicando que, de uma mobilidade tradicional, passou-se a deslocamentos mais amplos, numérica e geograficamente. [...] E, claro, a própria Abolição, cujo benefício mais imediato foi o usufruto da liberdade de movimento que era vedado aos escravos. O crescimento dos grandes centros urbanos e a ampliação da rede ferroviária serviram para incrementar ainda mais esse processo, uma vez que ofereciam facilidades de deslocamentos e pólos de atração.

Ou ainda:

[...] queriam pôr um fim ao Brasil antigo, ao Brasil ‘africano’ que ameaçava suas pretensões à civilização, apesar de se tratar de uma África bem familiar à elite. A maior parte desta havia sido

provavelmente acalentada por negras ou vivia rodeada por empregados negros, tendo testemunhado de perto a escravidão, abolida apenas em 1888. Uma parcela substancial da população, talvez mais da metade, compunha-se de descendentes de africanos, e suas tradições se mesclavam e florescia nas áreas mais pobres da cidade e nos morros. Na verdade, as favelas, conjuntos de barracos amontoados nos morros haviam sido erguidas e foi para lá que se dirigiam muitos desabrigados. (Needell, 1997, p. 84)

Para Wissenbach (1991), uma das principais características das grandes cidades no final do século XIX consiste no intenso crescimento dos contingentes urbanos que, baseado nas diversas transformações notadas no país na época, essa tendência demográfica inverteu a conformação socioespacial do Brasil. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, a conversão das suas características populacionais e urbanas se intensificaram a partir dos anos de 1920, e indicam as inferências que as recentes propostas políticas e econômicas provocaram em muitas cidades brasileiras.

Nesse sentido, com a mudança do panorama econômico dos principais centros urbanos do país, essa camada se dirigiu para tais localidades em busca de oportunidades de trabalho no comércio, no funcionalismo público e, alguns anos depois, nas indústrias. Vale lembrar que nas primeiras décadas do adensamento dos centros urbanos a infraestrutura das cidades, a oferta de emprego e a disponibilidade de moradias não se harmonizavam, fato que acentuou as desigualdades sociais, muitas delas estreitadas nos cenários verificados no período colonial. A massa populacional comum, composta por indivíduos originários dos mais diferentes lugares, com frequência recebia qualificações como indisciplinada, em razão da precariedade dos seus meios de vida.

O temor social, que nas épocas anteriores à Abolição provinha da figura de escravos, em suas rebeldias domésticas, suas revoltas coletivas e ligações pontuais com a plebe urbana, espraiava-se na direção de figuras multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, localizados indistintamente nas moradias coletivas e nos cortiços, nas áreas insalubres das cidades, invadindo cotidianamente as ruas, os mercados e as praças públicas. (Wissenbach, 1991, p. 92)

Nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente a partir de 1910, em algumas capitais brasileiras documentou-se diversas ações voltadas à supressão de casas e aglomerados considerados pela gestão pública como inadequados para moradia, cujas operações envolviam a interdição de imóveis, demolição de residências, expulsão de grupos de regiões de alto valor imobiliário e reduzidos incentivos fiscais voltados à construção de moradias de baixo custo e salubres (Correia, 2004). Essa situação incidiu na pressão sobre a oferta habitacional e fomentou o estabelecimento das favelas, cortiços e aglomerados, modificando por completo a paisagem urbana das principais cidades brasileiras diante da diversidade de tipologias arquitetônicas que dividiam o mesmo contexto.

Vale ressaltar que entre o final do século XIX e a primeira metade do XX a sociedade brasileira se encontrava em um ambiente movido por diversos fatos e processos históricos que, na ótica da organização da população – em especial, as camadas populares – renderam diferentes repercussões nos padrões de vida, no uso da cidade e nas relações de toda ordem. A consciência acerca da diferenciação tipológica, arquitetônica e principalmente social no ambiente das cidades nas primeiras décadas do século XX se faz importante por assinalar que, em oposição aos projetos voltados a organizar a paisagem urbana em uma referência única, a

cidade da época se compunha de aspectos dessemelhantes, especialmente quando suscitadas as diferenciadas estratégias de sobrevivência e de sociabilidade para além daquelas notadas nas classes dominantes. Sobre essa situação, Novais (1998, p. 134) sinaliza que:

No entanto, figuras potencialmente perigosas, suas lideranças foram as primeiras a sofrer as intensas campanhas e perseguições movidas pelas autoridades policiais da República, sobretudo nos grandes centros urbanos. Perseguições que se sucederam contra os vadios, os que não tinham residência ou trabalho fixos, os curandeiros, os feiticeiros, os candomblezeiros, alvos preferenciais de uma política que procurava disciplinar as ruas e os hábitos populares.

E completa:

Na vida em senzala, nos ajuntamentos de negros escravos e forros nas cidades, nas formações sociais de homens livres que foram se avolumando ao longo dos séculos delineou-se uma outra noção de privacidade, identificada menos à domesticidade e mais à sobrevivência, ampliada da intimidade às formas de associação e de convívio, celebrada em expressões de identidade social, religiosa e cultural. Noção que muitas vezes levava a ser recomposto no espaço público o que havia sido desarticulado com o domínio escravista, reequacionando o que era

tradicionalmente colocado nos limites de quatro paredes. Contraditoriamente ou não, a privacidade popular se orientava em direção ao mundo das ruas. (Novais, 1998, p. 201)

Novais (1998) relata que a vida em senzalas e, posteriormente, nos aglomerados urbanos figurados por negros que gozavam de alforria se avolumou e delineou uma nova ideia de privacidade, cujos modos de vida tinham por pressuposto, muitas vezes, a afirmação das suas identidades social, religiosa e cultural. Nesse contexto, esses grupos se apropriavam, então, do espaço público para praticarem aquilo que, tradicionalmente, dizia respeito ao seu universo privado e se orientava aos seus respectivos ambientes particulares.

Essa visão sobre os centros urbanos não representava a totalidade das narrativas e posições, embora bastante difundida e consolidada entre os profissionais da época e regida por razões patentes conforme apresentado acima. Notava-se, paralelamente, uma outra interpretação da cidade, que qualificava os centros urbanos como ordenadores da civilidade e propulsor do compartilhamento do conhecimento, cuja percepção muito se fraterniza com pensamentos discutidos desde aproximadamente o século XVIII e retomados por profissionais como os engenheiros Luiz Rafael Vieira Souto (1849 – 1922) e Victor da Silva Freire (1869 – 1951). Como argumenta Souto (1875, p. 6):

Quem diz cidade diz civilização. A grande cidade é um centro de inteligência; a população aglomerada facilita a divisão do trabalho, e esta, por sua vez, o acréscimo de produção e o desenvolvimento da cultura intelectual. Daí resulta a influência que todo o grande núcleo de população exerce sobre os destinos do país.

Embora esteja de acordo com as colocações de Souto (1875), Freire (1918) pondera as condições acerca da vida nas grandes cidades. Em seu texto publicado em 1918, o engenheiro aponta alguns inconvenientes do convívio coletivo, cujas observações se conduziram por interpretações pejorativas acerca da sociedade urbana. Essas qualificações foram traçadas inicialmente pelas elites sociais amedrontada pelas condições morais dos indivíduos – de modo especial, a classe trabalhadora – e pelas novas organizações políticas moldadas desde o século XIX.

De acordo com Correia (2004), o principal motivo da desqualificação da classe popular residente nas grandes cidades se relacionava com fatores étnicos, raciais e culturais, consequência da resistência à inserção do indivíduo negro nas diversas esferas da sociedade e das notáveis heranças sociais escravocratas. Deste modo, se desaprovava a grande miscigenação da população, o recente rompimento em relação à colonização portuguesa e o abandono das antigas relações de trabalho e de domínio social. Nesse sentido, podemos entender, de modo semelhante a Segawa (1999) em sua reflexão sobre a modernização das cidades brasileiras, que as operações e intervenções técnicas no ambiente urbano da época se tratavam, especialmente, de uma elaboração ideológica, cujo código tinha por condição fundamental a negação da tradição do país e sua organização social.

A implantação da estrutura técnica nas cidades consolidadas configurou medidas que não necessariamente preconizaram a reordenação do tecido urbano – sobretudo a reorganização dos espaços físicos herdados da cidade colonial, no caso brasileiro. Ao contrário, a implantação desses melhoramentos reiterava a estrutura existente, com poucas modificações. (SEGAWA, 1999, p. 20)

Para o autor, essas propostas não se tratavam unicamente ao beneficiamento do espaço urbano e dos seus serviços, mas de um tipo de reabilitação físico e social

nas cidades, voltado ao “embelezamento” (termo utilizado à época). Assim, nas propostas urbanas, ao menos três diferentes princípios definiram a conduta de tais operações: erradicação de epidemias, transformação estética da paisagem e supressão da população pobre e negra de regiões estratégicas para a expansão da cidade.

Inegavelmente, essa conjuntura motivou e exigiu a introdução de novas orientações à prática da arquitetura e da engenharia, as quais se regiam por inéditas indicações e referências que tinham por pressuposto não somente o resguardo da proliferação de doenças, mas também o fortalecimento dos laços familiares, o aumento da produtividade no trabalho e o reordenamento e refinamento das atividades domésticas. Nessas condições, difunde-se a noção da casa como recinto doméstico, capaz de propiciar o fortalecimento da vida familiar, enfatizar as trocas afetivas e afirmar as hierarquias. Nas palavras de Correia (2004, p. 2)

Esta racionalidade consubstancia-se na ênfase em questões de limpeza e comodidade, na especialização dos ambientes e na redefinição dos comportamentos adequados em seu interior. A ideia de governo de tempo é central na construção desse habitat. O modelo de habitação correlato ao ‘habitat moderno’ separa o tempo de trabalho da vida doméstica, favorece a privacidade dos membros da família, preservando o tempo de repouso, e é solidário com a execução ágil de serviços de manutenção e limpeza, facilitando a realização de tarefas domésticas, reduzindo sua duração e liberando a mão de obra para o trabalho externo.

Muitas dessas avaliações foram herdadas de pensadores – de modo especial, da engenharia – que atuavam na Europa no começo do século XX e se dedicavam a

associar a organização da residência às condições de saúde e bem-estar dos indivíduos. Dentre estes profissionais destacam-se as avaliações dos engenheiros Émile Muller (1861 – 1927) e Émile Cacheux (1844 – 1923), que apontavam diversos reflexos tanto à saúde quanto à produtividade técnico-profissional dos moradores diante das qualidades das suas respectivas residências. Para esses engenheiros, uma residência em más condições incide em infortúnios como esgotamento de energias, mortes prematuras em função das circunstâncias de repouso, danos que atingiam as famílias de trabalhadores e propagação de doenças (Muller & Cacheux, 1894, p. 42).

Nesse sentido, se faz oportuno apontar que diversos pensadores, como Murard & Zylberman (1976), avaliaram as novas orientações voltadas ao espaço da casa articuladas às propostas implementadas no ambiente urbano. As atividades exercidas na casa prescindiam da colaboração da rede de infraestrutura, como abastecimento de água, esgoto, sistema viário, consolidação dos equipamentos de uso coletivo e a definição dos espaços de trabalho, cujos elementos contribuem para o processo de caracterização e especialização do programa das habitações modernas. Nesse contexto, estabelece-se uma nova ordem no uso e na experiência das residências, sobretudo na ordenação dos espaços e nas disposições sobre o tempo. Nas palavras de Murard & Zylberman (1976, p. 77):

Trata-se de um tipo de moradia salubre, que tende a favorecer o desenvolvimento de hábitos de higiene e o gosto pela limpeza do ambiente. [...] O acréscimo de espaço tende a estabelecer maior privacidade em relação à rua e aos vizinhos. É elemento de moralização e fortalecimento da família, que torna o lar mais atraente e favorece a troca de prazeres no seu interior. Essa casa é coerente com a produtividade do trabalhador por propiciar saúde e repouso. É solidária com a mão-de-obra feminina para o trabalho externo e facilitar

a realização das tarefas domésticas. Contribui para o reordenamento do uso do tempo no âmbito doméstico: com seu tamanho limitado, iluminação adequada e desamontoamento, mostra-se compatível com a execução ágil de serviços de manutenção e limpeza.

Para autores como Miceli (1992) e Correia (2004), a elaboração de um habitar moderno no Brasil, ou a idealização dos primeiros esforços de modernização e atualização do projeto de casas no país articula-se pela consciência da casa como espaço privado, abrigo da vida familiar associada à noção da moradia como espaço sanitário, perante os inéditos mecanismos observados na realidade dos principais centros urbanos. Em meio a esses novos recursos e medidas disciplinares, se destacam o estabelecimento de lugares específicos para o trabalho composto por equipamentos e tecnologias específicos, as novas políticas de gestão pública e, sobretudo, a elaboração de redes de infraestrutura urbana que, inegavelmente, favoreceram conformações espaciais antes pouco possíveis perante práticas construtivas mais habituais.

Assim, o novo modelo de moradia relaciona as três referências sobre composição dos lares verificados na época: a casa como espaço de morar, como espaço sanitário e como local de descanso em relação ao trabalho. Nessas condições, se modifica o padrão de relações e comportamentos no interior da casa, uma vez que se reformula o uso, a organização do tempo e a ordenação do ambiente doméstico. Para Murard & Zylberman (1976), o habitar moderno se definiu a partir do encontro entre a otimização das atividades domésticas com as orientações voltadas à garantia de salubridade às residências. Para os autores, essas transformações na residência convertem-na da condição unicamente de abrigo para representantes das novas disposições da vida doméstica e social. Sobre essa ocorrência, o historiador Sidney Chalhoub (1996, p. 104) aponta que:

Trata-se de converter a moradia em espaço confortável, penetrado por normas de higiene, capaz de garantir certa privacidade a seus moradores e de alterar a vida doméstica por meio de instrumentos de regulação. Na construção desse novo modelo de moradia, o interior da casa foi reorganizado segundo uma racionalidade nova, que modifica seu projeto e seu uso, separando e classificando funções, ordenando, clareando, iluminando e arejando ambientes. Tal intervenção dá-se pela redefinição da planta e do programa, pela introdução de novos materiais e novas técnicas construtivas, pela difusão de utensílios e mobiliários inéditos, pela ligação das residências às recém construídas redes públicas de abastecimento de água e esgotos.

As novas disposições sobre a elaboração das residências, especialmente quanto ao seu programa, difundiram-se rapidamente entre as pessoas que dispunham de maior poder aquisitivo por, frequentemente, desfrutarem de residências projetadas por arquitetos e engenheiros. Nas construções direcionadas à essas camadas sociais, as mudanças na concepção técnica e de planta se assimilaram progressivamente, muito alinhadas aos argumentos higienistas apropriados pela legislação municipal e pelos interesses modernizadores divulgados paulatinamente no Brasil. Como podemos observar nas imagens a seguir, Felício (2022) menciona as cozinhas das residências para elucidar tal processo, onde havia a expectativa em padronizar o trabalho doméstico, reduzir o desgaste físico e manter a assepsia do ambiente:

[...] a racionalização da cozinha foi mobilizada pela higienização do espaço urbano. Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a

cozinha não era um espaço dedicado somente à cocção, mas abrangia também áreas de criação de animais, estocagem e cultivo de alimentos. Tratava-se de um ambiente pouco ventilado, quente e com paredes escurecidas pela fuligem do fogão à lenha, onde a cozinheira empenhava-se em atividades que demandavam grande esforço físico (Felício, 2022, p. 136).

Para os pobres, menos amparados por essas ofertas, embora notava-se iniciativas de construção de residências populares de baixo custo, essas novas disposições da habitação frequentemente lhes significavam alteração dos hábitos e dos modos de viver, dada a rigidez dos preceitos de higiene e das intervenções que pouco dialogavam com seu cotidiano. Correia (2004) relata que no começo do século XX, a representação do pobre como ser ignorante serviu de justificativa para modificar definitivamente suas cultura e práticas domésticas e, através da prescrição de um conjunto de normas de gestão do espaço, se fazia mais possível estabelecer à gestão pública maior controle sobre os hábitos e condições de conforto desta camada da população. E completa a autora:

[...] as ações desencadeadas por reformadores sociais, governantes e industriais no sentido da construção de moradias e da reforma das cidades através de intervenções e normas permitem pensar na constituição entre alguns setores das classes dominantes de um projeto – não explicitado – de reordenamento da cidade, capaz de convertê-la em um espaço normalizado, composto por uma reunião de lares regradados e por um conjunto de espaços de produção, consumo e lazer, organizados e controlados. (Correia, 2004, p. 45)

Embora se refira a um projeto não realizado efetivamente em todas os seus propósitos, insuficiente para extinguir os conflitos e tensões que atuam e, de certo modo, definem o espaço urbano, suas estratégias modificaram significativamente a vida coletiva e o espaço da cidade. Inegavelmente, a partir destas propostas a moradia e o pensamento sobre arquitetura, engenharia e urbanização incorporaram novos significados, ao passo que ressignificaram outros conceitos em curso anteriormente nas principais cidades brasileiras.

Neste cenário, especialmente nas primeiras décadas do século XX, discute-se sobre a concepção da casa como *máquina de morar*. Os arquitetos europeus e norte-americanos da época apresentavam esse conceito com maior especificação e, em linhas gerais, essa resolução congregava preocupações básicas de como incorporar na racionalidade da arquitetura as conquistas do pensamento industrial, reduzir o tempo e os custos das construções e agilizar o exercício das tarefas domésticas (Cjzaikowski, 2000).

Os arquitetos atuantes no Brasil à época interpretaram o conceito de máquina de morar sob a articulação de três preocupações elementares: garantia de condições de descanso, redução de custos nas etapas de construção e simplificar a execução das atividades domésticas, cujas tarefas se faziam frequentemente pesadas e de difícil execução frente à realidade dos ambientes, como as cozinhas evidenciadas abaixo. Cavalcanti (2001) interpreta que as propostas modernizadoras verificadas na arquitetura da época viabilizariam, com a simplificação dos métodos construtivo e massificação das soluções, a solução da significativa escassez de residência para as classes menos abastadas, cujo grupo se concentrava nos centros urbanos naquele início de processo de industrialização.

Figura 43 – Obra Cozinha, realizada por Almeida Júnior, 1895



Fonte: Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Figura 44 – Fogão no corredor de um cortiço no bairro de Santa Efigênia, década de 1920



Fonte: Acervo Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo.

Entre os profissionais da época, o engenheiro Roberto Cochrane Simonsen (1889 - 1948) foi o pioneiro na introdução de princípios e processos tayloristas na construção civil brasileira, especialmente após publicar no ano de 1919 a obra *O trabalho moderno*. As propostas de Simonsen se ocuparam em normatizar processos administrativos, racionalizar o canteiro de obra, alterar processos construtivos e, por consequência, revisar e adequar os projetos mediante a

introdução de novas referências de usos (Segawa, 1999). Sobre essa ocorrência, Correia (2004, p. 48) ressalta que essa vertente de pensamento

Denuncia esforços no sentido de incorporar à produção de casas e à concepção de seus espaços a racionalidade que preside a produção industrial, integrando propostas produzidas pela economia doméstica, pela engenharia do lar e pelo taylorismo e caminhando no sentido de restringir espaços, os objetos e as marcas da individualidade. No percurso entre o ‘santuário doméstico’, o ‘estojo do homem privado’ e a ‘máquina de morar’, a moradia se equipa continuamente, reunindo uma crescente quantidade e variedade de mercadorias, as quais atestam a ascensão do sentido da casa como lugar de consumo.

Assim, essa circunstância insere a residência no quadro do alto consumo, uma vez que por intermédio da indústria a moradia se torna altamente equipada com uma grande variedade de mercadorias e produtos especializados e voltados a conferir maior praticidade à experiência do lar. Conscientes que estas ocorrências elucidam a conjuntura da produção residencial ocidental, se evidenciam elementos que compõem as especificidades da máquina de morar no Brasil verificados nas propostas de importantes profissionais.

Para alguns arquitetos, como Rino Levi (1901 - 1965) e Luiz Nunes (1909 – 1937), os primeiros debates oficiais acerca das orientações modernizadoras na arquitetura do Brasil foram gestados com a introdução do ensino formal das Belas-Artes no país. Todavia, com o decorrer do tempo os arquitetos passaram a admitir o pressuposto que ordenaria a racionalidade sobre a nova arquitetura sob a

associação aos conteúdos puros acerca do indivíduo e que, por consequência, conduziriam a conformação das formas e dos espaços.

Nesse sentido, em observação ao quadro da arquitetura do Movimento Moderno, a arquiteta Lina Bo Bardi (1914 – 1992) aponta que, embora os contornos da nova arquitetura em diferentes localidades do mundo se conduziam pelas predisposições do cenário ocidental, o caso brasileiro apresentava solicitações formais que muito se diferiam da cultura arquitetônica apresentada como referência da modernização. Para Bardi (1987), o arquiteto atuante no Brasil depende diretamente da sua situação político-social, cujo contexto lhe serve como ferramenta de trabalho.

O impacto da nova arquitetura foi enorme no Brasil. Naqueles tempos modernos o arquiteto não se restringia a temas de arquitetura e urbanismo; além de influenciar domínios correlatos – como o design, arte e moda –, era o profissional que se pronunciava a respeito da sociedade. O arquiteto ocupava, então, o lugar ocupado hoje pelos economistas. Em palavras mais sociológicas, a sociedade lhes dava o reconhecimento simbólico e a autoridade de diagnosticar o presente e indicar os caminhos a seguir. Foram tempos de ingênuos tempos utópicos e de forte determinismo arquitetônico, através do qual se pretendia quase tudo resolver: a forma das cidades, as moradias, a distribuição da riqueza, os espaços de diversão e, até mesmo, um novo modelo de sociedade. (Cavalcanti, 2001, p. 24-5)

Isto posto, ao situar o lucro imobiliário como prioridade secundária, gesta-se no decorrer do Movimento Moderno brasileiro observações acerca das especificidades das residências. Essas iniciativas tinham por ênfase principal a emancipação da vida do indivíduo, a eficiência da sua utilização e, principalmente,

o bem-estar. Essa nova postura qualificou de forma definitiva a atuação do arquiteto que, diferentemente das propostas empreendidas em momentos anteriores, o arquiteto não cria novas formas de vida, mas observa as diligências e problemas da técnica, da sociedade e da política.

4.3 - Refinamento das soluções técnicas e seus desdobramentos nas residências brasileiras

No curso de seus desdobramento surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão à gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca Cola, a aspirina, o sonrisal e, mencionada por último mas não menos importantes, a caixa registradora. [...] Embora estejamos convivendo hoje com um momento ainda mais intensamente marcado pela saturação tecnológica, podemos perceber que é dentro dessa configuração histórica ‘moderna’, definida a partir

da passagem do século, que encontramos nossa identidade.

Fernando Novais, *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à era do rádio*, 1998, p. 10.

O início das mudanças na racionalidade construtiva nacional, como afirma Lemos (1979), verificou-se nos primeiros anos do século XIX, especialmente após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em meados de 1808, ano da chegada do príncipe regente da corte D. João VI. A chegada na corte no país, em um curto período, modificou o quadro cultural e da vida urbana brasileira através de significativas iniciativas e os anos seguintes representaram um importante marco nas orientações sobre arquitetura da época, especialmente quanto aos critérios técnicos empregados nas construções.

Nessa ocasião, em um intervalo de aproximadamente duas décadas, a racionalidade em curso entre os construtores passou por modificações em razão de importantes acontecimentos, tais como a introdução da imprensa – responsável por popularizar a informação –, a abertura dos portos, a crescente chegada de profissionais qualificados no país associada à criação das novas escolas técnicas e, principalmente, a introdução de produtos e materiais industrializados (Lemos, 1979). Puppi (1998, p. 135-136) sintetiza o evento:

[...] 1 – a corte portuguesa aqui instalada traz a Missão Francesa, e com ela Grandjean de Montigny, para modernizar as artes e os ofícios; 2 – o arquiteto francês chega trazendo não apenas um novo estilo, mas uma nova didática e uma nova concepção, de base racional, da arquitetura; 3 – a nova mentalidade, técnica e artística, atua sobre os

antigos hábitos, modificando-os; 4 – a emergência de um novo contexto cultural determina um novo partido; [...]. À parte a tautologia, a proposição não é de todo inverídica, pois a vinda das novas formas coincide no tempo com a circulação das novas ideias liberais e progressistas, a face civilizada e moderna do regime escravista.

Nesse sentido, apesar da ainda vigência encoberta das relações coloniais no Brasil do século XIX, esses acontecimentos impulsionaram a modernização da arquitetura no país, especialmente por alterarem a condição de importantes elementos, como as técnicas construtivas, os recursos disponíveis e as legislações vigentes nos principais centros urbanos, cuja realidade se torna mais evidente no decorrer da primeira metade do século XX. Vale observar que embora, Puppi (1998) mencione as contribuições da cultura - especialmente industrial - ocidental, o autor ressalta, entretanto, que as relações escravocratas também compunham, ainda que de maneira autóctone, as reflexões sobre a modernização da racionalidade e da cultura arquitetônica no Brasil. Logo, como muito se divulga, por um lado nota-se a expectativa da cultura ocidental em representar de modo oficial a modernização da arquitetura, por outro lado, a organização social do país e suas especificidades recria o status da modernidade e também define os rumos da nova arquitetura.

Essa diversidade de fatos explica o que alguns autores, como Gomes (1990), acerca da criação das bases de uma inédita referência arquitetônica colocada em prática na primeira metade do século XX, cujo sistema agrega, simultaneamente, orientações tradicionais e “modernas”. No mesmo sentido, Puppi (1998) reforça que tal cenário incide na criação de uma modernidade incongruente: a modernidade expressa por intermédio da tradição.

No início do século XX, com o trabalho escravo já oficialmente revogado e a consolidação da imigração de europeus de diferentes nacionalidades, nota-se uma

sofisticação das técnicas construtivas, bem como a instalação do trabalho remunerado. Algumas décadas mais tarde, aproximadamente na década de 1930, diante da pressão econômica verificada em diversos países, no Brasil verifica-se a valorização do serviço e o enrijecimento das leis trabalhistas, cujos acontecimentos incidirá na conscientização das trabalhadoras domésticas acerca das condições laborais, especialmente àquelas ligadas à remuneração.

Diante das mudanças das relações de trabalho, o valor do serviço doméstico remunerado apresentou alta e, em muitos casos, as matriarcas se responsabilizaram pelas tarefas do lar, conjuntura que solicitou à economia doméstica recursos que visassem simplificar essas atividades. Ou ainda, na residência que optaram por manter a contratação de profissionais para executar os tais serviços, o número de empregados tornou-se reduzido à uma ou duas pessoas.

Daí, a manutenção das casas requer desdobrada diligência das ‘patroas’, tornando-se incômoda e até mesmo penosa, devido às distâncias, à altura e ao excesso de cômodos ou espaço perdido; enfim, a ‘máquina’ já não funcionava bem. (Sevcenko, 1998, p. 387)

Filho (1983) discorre que, a medida que se aproximou a abolição da escravatura e se consolidavam as novas disposições sociais, as residências apresentavam – por uma evidente necessidade – um avanço tecnológico maior e mais acelerado. De acordo com o autor, para além dos notáveis recursos que foram inseridos compulsoriamente em função da ausência da mão de obra escrava, essa sofisticação da residência refletia também ao aumento das condições financeiras de parcela significativa da sociedade, a popularização dos produtos de origem industrial e a renovação dos hábitos de higiene, este último muito demarcado pela disponibilidade de saneamento e água corrente no interior das residências,

oportunizado pela instalação de empresas como aquelas mencionadas anteriormente. Nessas condições, Paviani (2015, p. 52) corrobora que:

A essas transformações no campo da arquitetura correspondiam também modificações significativas no equipamento das cidades. Transpondo uma etapa de aperfeiçoamento tecnológico, as cidades equipavam-se com redes de esgoto, abastecimento de água, iluminação e de transportes coletivos.

Os novos recursos tecnológicos introduzidos no Brasil podem ser entendidos também, de acordo com Novais (1998), como resultado da expansão da economia capitalista europeia sobre as localidades que ainda dispunham de eminentes práticas tradicionais, cujo momento passou a ser ordenado pelas dinâmicas da industrialização. Esta conjuntura influenciou de maneira decisiva o modo de vida e o cotidiano nessas novas localidades inseridas na agenda da indústria, mediante a transformação não somente dos seus hábitos, mas, principalmente, dos seus padrões de consumo e suas práticas de produção muito orientados por referências científico-tecnológicas. Nesse momento, emergem esforços técnicos e experimentos com a finalidade em melhor qualificar as condições da residência, tais como a reavaliação da planta para a garantia de ventilação adequada em todos os ambientes, revisões sobre o dimensionamento do pé direito, uso consciente dos acabamentos e avaliações de salubridade na ocupação dos porões e áreas menos nobres. Sobre essa busca de renovação do pensamento sobre o projeto de residências, o arquiteto Luís Saia (1977) apresenta que:

Libertada dos compromissos mais diretos com o trabalho escravo, beneficiada por uma relativa atualização técnica, a arquitetura brasileira, especialmente na região centro-sul, iria iniciar a

procura de caminhos novos que exigiam necessariamente a renovação das fórmulas de implantação.

Assim, dada a diversidade técnica voltada a instrumentalizar e aprimorar a residência, se fragilizou a uniformidade e heterogeneidade nos esquemas das casas, muito observada anteriormente nas moradias da fase colonial. Mais precisamente a partir do ano de 1910, se notava entre os arquitetos e engenheiros uma constante expectativa de aperfeiçoamento dos processos construtivos, da residência e das atividades domésticas diante das possibilidades que a indústria facultava. Nesse cenário, as novas tecnologias permitiram aos profissionais calcular e estimar o prazo de obsolescência de uma edificação e, por decorrência, se tornam frequentes os esforços em acompanhar as modificações dos costumes para melhor adaptar as soluções ao contexto que lhes requiere (Novais, 1994).

Diversos arquitetos ocuparam-se em entender as raízes da modernização por intermédio das novas disposições da tecnologia construtivas, como o carioca Paulo Santos (1904 - 1988) que, além de avaliar a arquitetura do Movimento Moderno frente às produções coloniais, se dispôs a observar a emergência diversos recursos técnicos, como materiais e procedimentos. Santos (1982) se dedicou a apreciar os avanços documentados na arquitetura brasileira no decorrer do século XIX e primeira década do século XX, e reconhecia relações entre as produções do passado e do presente, cujo vínculo ora se deu através de valorização ora por meio da mútua polarização.

[...] a arquitetura moderna, tautologicamente, é moderna, de modo preciso, porque decorre das novas técnicas construtivas e, ao mesmo tempo, no caso brasileiro, participa do espírito que a tradição artística nacional - constituída, eis o detalhe, nos tempos de colônia – impõe à arte digna desse nome.

[...] A forma como decorrência da técnica toma o lugar das considerações de ordem estilística dos trabalhos precedentes. Mas, como esperado, o percurso histórico conclui-se no Brasil: nossos arquitetos modernos apoderam-se dos princípios da nova arquitetura, e os fazem curvar-se ante o peso da tradição nacional. (PUPPI, 1998, p. 64)

Em sua obra *Quatro Séculos de Arquitetura* (1982), na seção destinada a avaliar o intervalo entre os anos 1889 e 1930, Paulo Santos - assim como Lucio Costa - compreende três fatores que, respectivamente, foram base para a formulação da racionalidade da arquitetura do Movimento Moderno: a abolição da escravatura, a república e a industrialização. Nessas circunstâncias, enquanto a abolição e a república imputavam uma readequação dos espaços da residência em relação às novas disposições familiares e sociais, a industrialização colaborava com tal processo de racionalização por meio da concessão de instrumentos, materiais e técnicas (Santos, 1982).

Para o autor, tal processo sintetiza-se na arquitetura através da simplificação das formas, especialmente nas construções residenciais, e na redefinição das técnicas e materiais, ambos classificados como representantes, em linhas gerais, das mudanças disciplinares no campo da engenharia. Evidentemente, em razão do atraso ou da lentidão do estabelecimento efetivo das propostas industriais no país, associada à exiguidade econômica e a ausência de mão-de-obra qualificada, essas novas determinações técnicas foram inseridas de maneira gradual, fato que sintetizou os avanços da construção civil a procedimentos já conhecidos pelos profissionais brasileiros e empregados e alguns empreendimentos da época, como o concreto armado.

Santos publica no ano de 1961 diversos artigos na revista *Habitat* – importante veículo para os diálogos e reflexões elaboradas pelos arquitetos modernos –, em uma série intitulada *A Arquitetura da Sociedade Industrial*. Nesses textos, Santos

buscou expor a transição das técnicas “artesanais” para a mecanização dos sistemas construtivos e, de acordo com o arquiteto, a Revolução Industrial contribuiu profundamente para essa conversão na passagem do século XIX para o XX. Nesse sentido, Santos (1982), distante de qualquer determinismo evolutivo, percebia tal transformação como um caminho natural do que, unicamente, que um conjunto de rupturas técnicas. Vale ressaltar que o arquiteto ensejava que a experiência da nova arquitetura consistia em um importante instrumento de resolução dos conflitos de classe, de programas e de técnicas evidentes na época.

Autores, como Chalhoub (1996) e Correia (2004) apresentam que nos primeiros anos do século XX ocorreram iniciativas com a finalidade de aperfeiçoar as recentes exigências técnicas e de uso verificadas na residência. Dentre essas iniciativas, podemos mencionar a criação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), cujo órgão se dispôs em difundir métodos de gerenciamento e organização da casa, além de procedimentos que favorecessem a construção de moradias compostas por sistemas adequados à realidade doméstica e sanitária. Nos debates promovidos tanto pelo IDORT por meio da publicação desenvolvida pelo órgão entre os anos 1930 e 1950 intitulada *Revista de Organização Científica*, quanto aqueles empreendidos por diversos arquitetos e engenheiros de maneira independente, a adequação da moradia rumo a um modelo julgado mais adequado protagonizavam e qualificavam as principais expectativas.

Em meio a essas perspectivas se destacam a alteração no dimensionamento e na disposição dos ambientes, a composição do mobiliário e sua distribuição no interior dos cômodos, a reavaliação dos métodos e preços da construção com o objetivo de simplifica-los, a facilitação do acesso a propriedade do imóvel e, principalmente, a proposição de novas rotinas e procedimentos quanto ao trabalho doméstico. Desse modo, assuntos como desonerar a dona de casa em relação à sobrecarga de trabalho do lar e reduzir eventuais perdas de tempo e de recurso compunham o interesse dos profissionais da época, cuja solução acreditava-se estar vinculada à racionalização do espaço, organização dos recintos e reavaliação das atividades domésticas.

Tais condições assinalam o quadro de fundo, uma vez que os motivos de outra ordem contribuíram igualmente às concepções arquitetônicas do Movimento Moderno, cujos fatos se fizeram altamente presentes na elaboração dos seus significados e das suas disposições. Quanto à disposição espacial, nos primeiros anos do século XX emerge um novo programa das residências muito influenciado pelas recém-admitidas tecnologias construtivas e equipamentos de uso doméstico, embora a setorização da residência ainda apresentasse notáveis correspondências com a organização geral das residências tradicionais. Essa modalidade de programa representaria uma considerável parcela das casas construídas após a abolição da escravidão e das mudanças socioculturais que lhes descendera, mais especificamente a partir do ano de 1900. Evidentemente, essa adaptação ocorreu de forma gradual, e novas experiências foram inseridas, paulatinamente, no modo de elaborar os projetos das novas residências no Brasil.

Esse modo de conceber os espaços das residências se popularizou logo nos primeiros anos do século XX e, em grande parte dos casos, essa configuração foi possível através do emprego de afastamento em pelo menos um dos lados da edificação. Esses afastamentos se correspondiam a requisitos importantes para a época. O primeiro deles, dizia respeito ao progresso das soluções de higiene e salubridade e esse recuo viabilizava a disposição de um número maior de janelas, especialmente nos quartos, que culminaria no abandono dos hábitos de repouso em alcovas que não dispunham de iluminação, ventilação e insolação direta. Em seguida, essa conformação oportunizava também ao corredor lateral utilizado geralmente como entrada de serviço, que interligava a rua aos recintos de serviço da residência e aos dormitórios de funcionários (Chalhoub, 1996). Todavia, Correia (2004) aponta que esse modelo de residência se refere ao padrão voltado ao atendimento das classes médias e altas, cujas plantas tendiam a criar áreas internas, recuos e áreas ajardinadas com a finalidade de compatibilizar a casa aos preceitos de salubridade e privacidade. Nas palavras da autora:

No Brasil, na segunda metade do século XIX, foram aos poucos difundindo os recuos laterais – que, ampliando-se, foram se convertendo em jardins – e o recuo frontal. Uma outra alteração importante da planta ocorrida no Brasil – embora limitada praticamente às casas de classe média e alta – diz respeito a introdução de porões. Os porões foram um recurso para combater a umidade – afastando o piso do solo e garantindo uma circulação de ar entre eles – e um meio de proteger a intimidade do interior das casas das vistas dos que circulavam nas ruas. (Correia, 2004, p. 28)

Compunha também os esforços em redeterminar o modelo de habitação as propostas que apresentavam conformação espacial semelhante a apartamentos, que poderiam associar-se à presença de escritórios no mesmo imóvel ou ainda dispor de térreo comercial e os andares superiores voltados exclusivamente à ocupação residencial. No Brasil, documenta-se essas iniciativas com maior frequência nas décadas seguintes ao fim da Primeira Guerra Mundial e pode-se afirmar que a implementação de tal natureza de habitação se determina pela separação entre os locais de trabalho e de residência, considerável concentração populacional nos grandes centros urbanos e alta demanda de moradia em função do notável crescimento demográfico nas principais cidades brasileiras. Nesse contexto, recorrentemente os tradicionais sobrados passam a ser substituídos por prédios com alguns andares destinados, exclusivamente, a moradias.

Em seus primeiros anos, a experiência da verticalização no Brasil, em linhas gerais, muito se aproximava aos padrões notados nas capitais europeias, especialmente em menção ao uso dos lotes e na relação do edifício com a rua. Essa condição se vincula à reprodução das propostas urbanas exercidas na Europa na época em questão tanto nas iniciativas das reformas dos centros urbanos, quanto para os eventos próprios da expansão das cidades (Novais, 1998).

A solução em edifícios de apartamentos só foi possível graças aos avanços técnicos da construção civil e da indústria, que viabilizou o emprego de recursos como o uso seguro de paredes estruturais composta por tijolos reforçados, o emprego das estruturas metálicas – cuja solução se aprimorava positivamente – e um conjunto de novas orientações quanto à implantação. Esses empreendimentos residenciais se amparavam por diversas conquistas tecnológicas e talvez seja essa a principal característica que os diferia das habitações situadas em um passado recente (Novais, 1994). Entretanto, embora esses edifícios apresentassem diferenciados avanços técnicos e novos esboços quanto à conformação do programa, podiam ser notados elementos muito similares à arquitetura tradicional brasileira, condição essa que demarca o refinamento de detalhes construtivos que permaneceriam efetivamente nas residências. Filho (1983) rememora que:

Em alguns casos, utilizavam-se mesmo as venezianas, então surgindo como a novidade e quase sempre conservavam o antigo pé-direito de quatro a cinco metros, que possibilitava o emprego de amplas bandeiras sobre as portas e janelas. Por esse motivo, quase todas ostentavam seus balcões ou, pelo menos, um pequeno guarda corpo de ferro batido e um arremate de madeira, conferindo-lhes uma indiscutível semelhança com os velhos sobrados residenciais dos tempos de Colônia.

Todavia, os apartamentos apresentaram certa demora na sua popularização, pois ameaçava o padrão de vida colonial, ainda muito valorizado entre as famílias brasileiras, especialmente àquelas de classe média e alta. Embora os edifícios de apartamento se popularizassem ao longo dos anos, mais proeminentemente a partir dos anos 1940 nas principais cidades brasileiras, as soluções em planta repetiam, com frequência, as referências tradicionais ou, como aponta Faria (2005), os

ambientes de origem. A introdução deste modelo de construção no decorrer das primeiras décadas do século XX está associada também à busca em compatibilizar com as propostas verificadas em diversos países, como França e Inglaterra, que visavam estabelecer quarteirões compactos, com alto grau demográfico e de ocupação.

Os novos tipos de edificação conservariam os mesmos lotes e os mesmos esquemas de relacionamento com esses, como as antigas habitações, cujos terrenos tinham vindo ocupar. Torturavam-se então as plantas, a tentar conciliar os velhos esquemas com as novas estruturas. Ocupando-se, novamente, dois ou três limites laterais dos terrenos, sobravam as áreas internas como solução de arejamento e iluminação dos vários compartimentos afastados da rua. (Faria, 2005, p. 113)

Chalhoub (1986) defende que, em certa medida, a verticalização dos edifícios residenciais retomava soluções que já haviam sido superadas, como a valorização das classes altas, o melhor tratamento das fachadas frontais e o desprestígio dos recintos situados aos fundos. Deste modo, ainda que fossem compostos sob inspirações modernizadoras, os edifícios de apartamentos endossavam a conformação das casas coloniais pela posição dos ambientes em relação à rua e pela distribuição interna dos recintos, em especial, no reforço da disposição dos setores de serviço, demarcando de maneira contumaz a separação social no interior da residência. Nesse sentido, talvez o principal atributo que particularizava os apartamentos implantados em edifícios compostos de vários andares em relação às residências individuais e isoladas consistia nas diferenças de dimensionamento. Nas palavras de Andrade (1995, p. 192):

O regime de serviços comuns, presente em muitos dos primeiros apartamentos – as chamadas ‘casa de apartamento’, um gênero de flat –, foi rapidamente substituído pela segmentação total das unidades, que passaram a incluir dependências completas de serviço. Foram condenadas ao desaparecimento os andares reservados à habitação comum dos empregados domésticos, cujos espaços nos apartamentos passariam a ser demarcados com rigidez, gerando um zoneamento interno que já foi assinalado como uma característica marcadamente nacional. A diferenciação rígida entre área íntima e de serviço – e entre seus respectivos ocupantes – foi um anseio que escapou largamente aos apartamentos de luxo. A permanência e a circulação mereceram a criação de caminhos e espaços diferenciados, sedimentando para os setores médios uma distinção que se sente o bafejar dos tempos da escravidão.

E completa Xavier (2003, p. 134):

Ocupavam-se os antigos lotes com inúmeros edifícios de concreto, aplicando-se, necessariamente os mesmos esquemas que vinham dos tempos coloniais, retocados apenas com ligeiras modificações. Nas quadras que se constituíram, tornou-se obrigatória a construção de um pórtico no pavimento térreo dos edifícios, de tal sorte que sua

continuação veio a formar uma verdadeira galeria, coberta pelos próprios prédios.

Assim, esse processo de verticalização dos edifícios, além dos traços referentes ao programa e implantação, apresentava semelhança quanto ao uso dos sobrados coloniais como a relação com a via pública e os diferenciados processos de ocupação, compostos por pontos comerciais no térreo e sobrepostos por apartamentos, chamados de sobreloja. Apesar de se corresponder com as antigas residências urbanas no que se referia ao seu projeto, esse modo de uso e ocupação se delineava pela crescente valorização dos terrenos nas cidades após a Primeira Guerra Mundial (Xavier, 2003). No caso do Brasil, procurava-se intensamente afastar a imagem dos prédios de apartamentos – chamados frequentemente de “cortiços de luxo” – das moradias coletivas verificadas nas áreas populares nos primeiros anos do século XX e, após a implementação da Lei dos Condomínios em 1928, tornou-se possível a individuação de cada unidade habitacional, restringindo as áreas comuns apenas aos corredores de acesso e portaria.

No caso dos avanços técnicos que contribuíram para a difusão da verticalização dos edifícios residenciais no Brasil, tais situações podiam ser melhor observadas e reavaliadas na ocasião da inserção efetiva do concreto armado nos empreendimentos, cujo ocorrido oportunizaria diferenciados cálculos e execuções de estruturas, bem como redefinições do programa, uma vez que notava-se uma maior liberdade quanto as possibilidades técnico-construtivas. Em conjunto, tornou-se frequente a introdução de produtos e elementos construtivos industrializados importados de outros países, viabilizando a inserção de soluções mais complexas à composição das residências (Campos, 1983).

Nessas condições, os aperfeiçoamentos observados na arquitetura do Movimento Moderno, especialmente aquelas mudanças na determinação do programa, incorporaram-se aos avanços das técnicas construtivas. Dentre os avanços mais notórios, a independência estrutural entre as paredes e os pisos apresentou grande contribuição às investigações voltadas a reformulação da planta e do programa das

casas, conciliando dois conceitos que até as últimas décadas do século XIX não tinham possibilidade para serem harmonizados: a viabilidade construtiva e a liberdade de projeto das residências ou, em outras palavras, a ciência e a arte.

Para além da observação da organização dos recintos na residência, Filho (1983) evidencia que as necessárias observações para as tecnologias, tanto de construção como de equipamentos e utensílios de uso doméstico, também participaram e condicionaram as mudanças do padrão de moradia nas primeiras décadas do século XX. Para o autor, embora a condição do trabalho fosse relativamente abastado e apresentasse baixo custo, a simplicidade das técnicas apresentava uma estagnação quanto à sofisticação da casa e suas atividades por ainda apresentarem diversas semelhanças e evidências referentes ao uso no período colonial, fato que na virada do século XIX para o XX, requeria de avanços e aperfeiçoamentos, os quais foram motivados pela consolidação da industrialização.

4.4 - As concessões da indústria sobre as mudanças na arquitetura brasileira nas primeiras décadas do século XX

Na ocasião da proibição do tráfico transatlântico de indivíduos e, em sequência, da Abolição da escravatura, o estado da economia brasileira apresentou significativas mudanças pautadas pela instalação das primeiras experiências empresariais do país. Em localidades com maior concentração de população e de capital, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, surgem as primeiras atividades econômicas vistas como industriais, com grande destaque à instalação de empresas alimentícias ou de tecidos. Nesse cenário, implementava-se as ferrovias, bancos e posteriormente, como consequência, as indústrias. Essas empresas dedicavam-se à prestação de serviços que consolidaram novos parâmetros para a economia, como a condução à industrialização, a implementação efetiva do trabalho remunerado e a substituição ao sistema escravocrata em vigor há três séculos (Bolafo, 1979).

Essas transformações no quadro do trabalho e da mão-de-obra incidiram em nítidas repercussões sobre os padrões da arquitetura da época. A notável pressão contra o

trabalho escravo, tanto por parte de intelectuais do exterior como de grupos organizados no Brasil, conduziu no ano de 1888 à já mencionada abolição do sistema de exploração. Nessa ocasião, verificam-se duas eventualidades importantes para a prática da arquitetura e engenharia no país. A primeira delas consiste no incentivo à imigração de indivíduos originários de diferentes países da Europa, como forma de abastecer as exigências do mercado e suprir a necessidade de mão-de-obra e que, para além dos outros setores, incidiu de forma decisiva no beneficiamento das condições técnicas e de trabalho na construção civil. Em segundo plano, paralelamente, documentam-se esforços voltados a solidificar a educação popular e implementar planos de instrução técnica com a finalidade de prover um quadro nacional de profissionais e oficiais. Em diversos casos, esses centros de formação contavam com os mestres europeus recém-chegados para ministrar a formação profissional dos indivíduos, que, no caso do ensino técnico sobre a construção, além de fomentar a independência em relação à experiência e *know-how* externos, oportunizou a sofisticação de diversas soluções técnicas já utilizadas pelos construtores brasileiros. Como completa Reis (2007, 165):

Será essa camada que irá, ao mesmo tempo, construir e utilizar uma arquitetura mais atualizada e tecnicamente elaborada [...], arquitetura tipicamente urbana, produzida e utilizada sem escravos, não como exceção palaciana, mas como resposta universal para a necessidade de todos os tipos e, teoricamente, de todas as regiões nacionais.

Entre os anos de 1920 e 1940 se solidifica o estabelecimento da indústria no país e se cumpre as primeiras transformações de ordem tecnológica em diversos campos da economia e, dentre eles, a construção civil. A arquitetura do início do século XX apresentaria importantes avanços, especialmente àquelas vinculadas ao aperfeiçoamento das técnicas e detalhes construtivos, soluções plásticas e

programas, cujas experiências já datavam desde o século XIX. Como argumenta Faria (2005), inicialmente o aprimoramento das técnicas construtivas se associava à inserção da mão-de-obra estrangeira recém imigrada. Além de contribuir ao estabelecimento da remuneração do trabalho, a inserção do conhecimento técnico dos imigrantes favoreceu a substituição de diversas tradições construtivas do período da escravidão.

A socióloga Ana Lúcia Duarte Lanna (1986) aponta que até meados de 1940 a industrialização de diversos produtos no Brasil, inclusive dos materiais de construção, se manteria discreta, muito próxima aos procedimentos artesanais. A indústria se distribuía de maneira heterogênea pelo país e inseria avanços graduais nas realizações da construção civil, todavia, verificava-se uma crescente inserção de equipamentos e materiais importados, os quais garantiam uma relativa racionalização da arquitetura e da engenharia. Essa expectativa foi discutida por diversos profissionais da época, os quais viam nas propostas industriais a possibilidade de tornar a residência mais apropriada para o indivíduo da época, por acreditar que a indústria representava o caminho que conciliava as condições de higiene e de conforto. Nesse sentido, Luiz Dodsworth Martins afirmava que:

O planejamento em série, padronização, organização técnica e administrativa devem ser admitidos. Uma casa econômica tem de ser fabricada como se fabrica um automóvel. Tem de sair da fábrica para ser montada no lugar. (Martins, 1942, p. 9)

Em relação às propostas estéticas e funcionais, inegavelmente a arquitetura do século XX foi influenciada pela disponibilidade dos novos materiais, sistemas e procedimentos advindos da industrialização, cujas referências muito se diferiam da evolução das técnicas tradicionais no Brasil. A introdução das habilidades industriais na experiência da arquitetura e da engenharia tendia, em diversas

localidades do mundo, em especial, no continente europeu, à uniformização ou universalização das soluções diante da viabilidade da standardização, todavia, no âmbito da arquitetura modernista brasileira, os rumos da produção não obedeciam rigorosamente aos princípios básicos viabilizados pelo pensamento industrial.

As novas tecnologias que emergiam na construção se colocaram em função da solução de diversos problemas verificados na elaboração da arquitetura residencial urbana, e tais recursos apresentaram uma maior sofisticação e aprimoramento entre as décadas de 1940 e 1960. Este momento compreende a maior fase de industrialização do país, muito impulsionada pelas políticas públicas voltadas a consolidar o setor, e se tornam evidentes os profundos aperfeiçoamentos tecnológicos e desenvolvimento econômico. Diante dessas transformações, a consciência sobre arquitetura, especialmente no âmbito residencial, incide em amplas revisões encaminhadas pelas novas possibilidades facultadas pela indústria e pelas exigências advindas das transformações sociais verificadas na época.

[...] as paredes eram revestidas com massa, segundo motivos de caráter decorativo. Em alguns casos, os exteriores podiam apresentar algumas partes revestidas de azulejos, segundo o costume português. Nos interiores, os revestimentos de massa eram quase sempre recobertos por papéis colados. Nas salas de almoço, cozinhas e banheiros, começaram a surgir revestimentos de azulejos, em geral com barras decorativas, em cores. Com o aparecimento das serrarias mecânicas, os pisos passaram a ser construídos com tábuas com junções ‘macho e fêmea’, mais perfeitas que os velhos tabuados, que vinham substituir produtos de serra manual e sem junções. [...] Um tipo de piso mais fino era o parquet, com desenhos de madeira em várias cores. Nas cozinhas e banheiros eram

empregados ladrilhos hidráulicos, apoiados sobre abobadilhas. Com caráter de refinamento, nos saguões, onde não seria muito adequado piso de madeira, utilizavam-se também os mosaicos coloridos, formando desenhos ornamentais. (Lemos, 1999, p. 128)

Recursos como as estruturas e lajes em concreto se popularizaram entre os arquitetos, e viabilizaram a criação de vãos com maiores dimensões, diferenciadas implantações, extinção das estruturas de madeira e substituição do soalho por lajes. Nas construções, torna-se comum as paredes de tijolos deixarem de exercer, fundamentalmente, os esforços estruturais, e passaram a se destinar apenas ao estado de vedação, fato que oportunizou a implementação definitiva dos princípios da planta livre que, ao menos em teoria, garantia maior flexibilidade nos projetos quanto às suas exigências funcionais. Filho (1983, p.90) ressalta que:

Tecnicamente a renovação não se restringiu ao uso do concreto. As limitações de importação e necessidades internas do país, no período da Segunda Guerra Mundial, que persistiriam em seguida e até hoje, constituiriam estímulo suficiente para que nossa indústria fosse substituindo completamente os materiais importados, por produtos nacionais, dia a dia mais perfeitos. Essas mudanças se refletiriam na arquitetura. Os detalhes, sobretudo, perdidos os vínculos com um processo quase automático de importação, dos mercados produtores internacionais com tradições próprias, passariam por uma revisão salutar do ponto de vista funcional, quanto do ponto de vista formal.

No processo de redefinição técnica da construção, contribuiu para o refinamento da arquitetura não somente a introdução de novos processos e práticas de execução, mas, principalmente, sua associação direta com o uso racional dos recursos. Assim, notava-se um relativo abandono do empirismo frente a utilização racional dos materiais, ocorrência importante para o que viria a ser a residência do Movimento Moderno e seus respectivos partidos e organizações espaciais. Como exemplo, podemos apontar a bem-sucedida introdução da alvenaria de tijolo que, embora não representasse uma técnica nova quando comparada aos seus precedentes amplamente populares como a alvenaria em pedra, de adobe ou tijolo cru, simplificou notavelmente a então maneira de execução em curso.

Isto posto, as mudanças verificadas na arquitetura refletiam não somente as inovações técnicas e as simplificações oportunizadas pela indústria, mas também as transformações sociais da época ou as tentativas de democratização da vida comum após a abolição, como preferem classificar autores como Lanna (1986). Nesta circunstância, ao passo que se implementava um tratamento arquitetônico em conformidade com os novos modos de operação técnica da construção, as tendências de afirmação social muito vinculadas às residências tradicionais passavam por um significativo processo de reavaliação. Correia (2004) relata que diversas modificações técnicas e a substituição de materiais frequentemente utilizados até o século XIX também se determinaram em função da tentativa na redução dos prejuízos materiais, como o constante perecimento de elementos construtivos, como vigas em madeira, papéis de parede de limitada durabilidade e rebocos em técnicas tradicionais que dispunham de baixo grau de resistência.

Como consequência das inéditas orientações aos valores sociais e familiares observados na virada do século emergiram tentativas de reorganização espacial dos diferentes recintos e modificações no programa das residências. Autores, como Nesbitt (2013), ao analisar a produção geral da arquitetura do Movimento Moderno, afirma que, diante das contribuições da mudança científica verificada no final do século XIX, os arquitetos da época alimentavam grandes expectativas em transformar a sociedade mediante a produção em massa, moradias econômicas e

promoção do bem-estar da humanidade. No mesmo sentido, diversos profissionais se ocupam em aparelhar a casa com o objetivo de emancipar e facilitar a realização das atividades domésticas, mediante a introdução de um conjunto de novos instrumentos e equipamentos de origem industrial. Esses aparelhos tinham por finalidade, além de amparar as facilidades colocadas pela nova arquitetura, reorganizar a vida nas residências mediante a redução da mão-de-obra e do trabalho, garantindo a manutenção da sua limpeza e comodidade.

A instalação dos primeiros equipamentos destinados a execução das atividades domésticas representou uma importante mudança no interior das residências, especialmente nos recintos de serviços, como cozinha e áreas destinadas à limpeza. Tais recursos não se limitam, exclusivamente, à introdução de máquinas e eletrodomésticos nas casas brasileiras como frequentemente se apresenta na literatura, mas se refere também à inserção de produtos importados como materiais para cozinha e banheiro, disponíveis em louça ou ferro esmaltado, a exemplo de pias, vasos sanitários, caixas de descarga, tanques, banheiras, chuveiros e torneiras. Nas áreas molhadas, a composição dos equipamentos contava com um refinamento, sofisticação e simplificação nos seus desenhos amparados por superfícies laváveis em cores claras, metais niquelados, louças, fórmicas e laqueados. Como relembra Sevcenko (1998), o aspecto consistia em aromas antissépticos, brilhos cristalinos, claridade irradiante, espelhos em molduras, água corrente abundante e toalhas felpudas. Nas palavras do autor:

Ali prevaleceram os metais brilhando com o design da moda, as louças e azulejos cujas superfícies lisas e polidas irradiam a sensação de limpeza, uma ênfase no utilitário, no funcional, no ágil e uma profusão de espelhos e reflexos que permitem a visão do ocupante por todos os ângulos. Instância máxima da privacidade, os banheiros (ou ‘privadas’, como também são conhecidos) ao mesmo tempo revelam o quanto a esfera privada mantém uma

estreita interdependência com as fantasias coletivas.
(Sevcenko, 1998, p. 234)

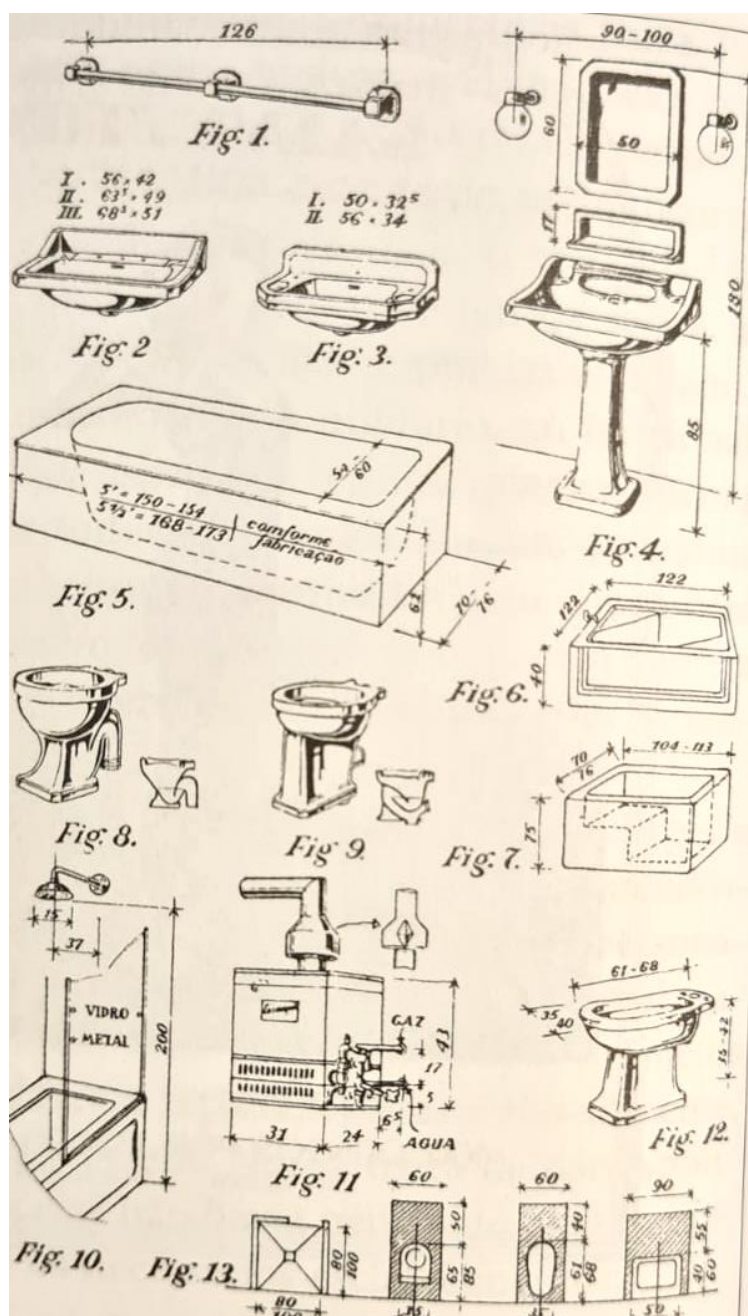
No caso dos elementos de ferro forjado ou fundido, cujos materiais começaram a ser experimentados na arquitetura no século XIX, esses acabamentos se destinaram a todos os setores da construção, e compunham desde elementos estruturais, chafarizes, portas até se integrarem à composição de acabamentos e materiais elementares, como canos, peças para banheiros e para fogões, como é possível observar nas imagens a seguir, que evidenciam as mudanças técnicas na composição dos ambientes. Esses novos produtos, além de reduzir significativamente os esforços notados no transporte manual de água e na limpeza, garantiam uma maior definição funcional e técnica. Para Filho (2019), a introdução dos dispositivos direcionados aos serviços do lar associada a implantação das redes de água e esgoto nas cidades possibilitou o aprimoramento no funcionamento do lar e, principalmente, a gestão dos serviços da casa de forma independente do trabalho escravo.

Figura 45 – Sala de jantar e cozinha de um apartamento em São Paulo - 1940



Fonte: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Figura 46 – Leon Liberman: aparelhos sanitários – 1938



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo – Edição Bimestral Julho e Agosto. São Paulo: Biblioteca Municipal Mario de Andrade, 1938.

Nesta conjuntura, os projetos de arquitetura se especializaram em relação aos novos recursos que foram integrados à residência. Os novos sistemas de iluminação, por exemplo, validados por mecanismos a gás e, em seguida, elétricos,

exigiam aos arquitetos e engenheiros que elaborassem projetos mais detalhados, dado o súbito aumento do emprego de luminárias. Essas especificações prescritas com maior minúcia se justificavam pela necessidade de orientação para se instalar esses novos elementos, garantir eficiência no abastecimento e evitar possíveis imprevistos, como incêndios, especialmente quando se tratava da instalação de luminárias a gás. Assim, a arquitetura de interiores contava frequentemente com os novos modelos de luminárias, arandelas e pontos de luz, distribuídos pelos recintos para destacar elementos da decoração, como estatuetas, e se tornaram um efetivo traço na composição das residências ao longo do século XX.

Vale indicar que as novas modalidades de consumo e de modernização da residência não apresentaram um padrão unívoco em todas as regiões do Brasil e nas diferentes camadas sociais. Em diversas localidades, os modos de vida permaneceram fiéis à agricultura, com a forte presença tanto dos proprietários de grandes plantações voltadas à produção voltada à exportação, como também do morador das pequenas propriedades, cujo grupo apresentava um significativo crescimento desde o final do século XIX. Como relata Maluf & Mott (1998), apesar da significativa industrialização do país, diante do mal uso político das capitais e dos recursos, a modernização da cidade e do trabalho não foi capaz de sobrepujar, de maneira acelerada, as tradicionais formas de produção e de sobrevivência.

Com a eletricidade, já se podia substituir o ferro de passar aquecido com brasas e obter gelo para conservar os alimentos. De acordo com a condição de riqueza, a dona de casa poderia escolher o tipo de fogão, a lenha, a carvão, à gás, elétrico ou a querosene; a indústria começava a beneficiar e a produzir muitos dos alimentos que antes eram produzidos em casa. Apesar da aparente facilidade, trazida por uma gama variada de aparelhos elétricos oferecidos ao público e por anúncios, nos quais as

mulheres executavam os mais difíceis e sujos serviços domésticos sempre sorrindo, ainda era muito restrito o acesso a novos utensílios e a serviços como eletricidade e água encanada. Os bens de consumo beneficiaram apenas uma parcela da população, composta daqueles que podiam pagar e aqueles que se decidiram pela novidade, já que a relação dos consumidores com o novo não foi automática e nem sem conflitos. (Maluf & Mott, 1998, p 403)

A popularização da oferta de utensílios e equipamentos elétricos para realização do serviço doméstico apenas ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e, de modo especial, a partir da expansão da indústria nacional nos anos 1950. Nesse contexto, como apresentado nas imagens a seguir, verificou a presença massiva de anúncio de eletrodomésticos nas publicações e veículos de comunicação, como jornais e revistas da época, cujos conteúdos se ocupavam em defender a presença de uma verdadeira “revolução industrial doméstica”, uma vez que o objetivo base era a mecanização das tarefas do lar (Felício, 2022). Apesar do grande incentivo em modernizar a residência, esse processo ocorreu de maneira gradativa. Assim, de acordo com dados do IBGE, nos anos 1970 apenas 26,1% dos domicílios brasileiros possuíam refrigerador devido ao alto custo dos equipamentos e a – ainda – desigualdade na distribuição de renda, eletricidade e água canalizada, fatos que contribuíram significativamente à manutenção de hábitos e técnicas tradicionais nas residências urbanas e rurais.

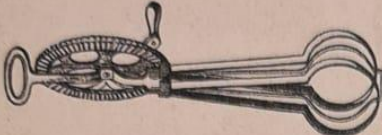
Figura 47 – Catálogo Mappin Stores, 1927

MAPPIN STORES
Sociedade Anônima Brasileira

Artigos Culinarios



GN-37 - Relógio de qualidade para cozinha, com mostrador em Ferro Aluminio Cobre
60\$000
65\$000
70\$000



GN-38 - BATEDOR para ovos, cabo esmaltado, dupla engrenagem
6\$500



GN-47 - Ralador de queijo com 3 graduações: N. 1 - 2\$000; N. 2 - 2\$500



GN-40 - Relógio para cozinha, mostrador de louça decorado a motivos holandeses Redondos
55\$000
50\$000



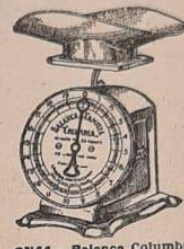
GN-41 - Fogareiro Phoebe a petroleo. O ideal dos fogareiros. N. 4
28\$000
32\$000



GN-42 - Picador "universal" para carne ou legumes. N. 1 N. 2
13\$000
16\$000



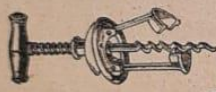
GN-43 - Moinho para café, Peugeot numero 1.
05\$000



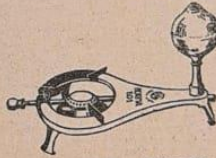
GN-44 - Balança Columba pesando em kilos ou em libras. Capacidade até 10 kilos ou 21 lbs.
32\$000



GN-45 - Balança pesando até 12 kilos
6\$000



GN-46 - Sacos-rochas "Columbia" nickelado com cabo de madeira
7\$000



GN-52 - Fogareiro "Normal" a alcool. Simples e pratico
24\$000



GN-48 - Ferro de engommar, superior qualidade. 110 e 220 volts
38\$000



GN-49 - Fogão "Phoebe" chapa de ferro fundido, depositos de latão, com 2 combustores
135\$000



GN-54 - Machina para ralar coco, com 2 graduações. Rala grosso ou fino
12\$000



GN-39 - Prensa "Universal" para espremer frutas ou carne. Numeros: 1 - 13\$; 2 - 35\$000



GN-53 - Machina para cortar latas. Artigo muito pratico
16\$000



GN-55 - Machina rotativa para afiar facas com um rebolo sobressalente
10\$000



GN-50 - Appareto para desfilhar as vagens
4\$000



GN-51 - Lampião "Coleman" a gasolina, para parede, com fino abat-jour e duas luzes com 200 velas
186\$000



GN-56 - Machina para fazer bolos, em ferro lacy. N. 1 N. 2
32\$000
42\$000



GN-57 - Aquecedor, a kerosene para quarto
75\$000

— 86 —

Fonte: Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo.

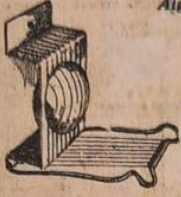
Figura 48 – Anúncio Mappin Stores, de 2 de maio de 1937

**Converta em prazer
as lides caseiras !**

Nos melhoramentos de sua cozinha, nos úteis aprestos com que a houver dotado está a melhor maneira de V. Exa. poupar os seus nervos!

A sua criada, melhor do que ninguém, sabe quanto valiam estes prestimosos auxiliares, da tarefa quotidiana! Dote, pois, a sua cozinha com os engenhosos "labour-saving gadgets" ora expostos em nossos salões do 2.º andar, e verá com que satisfação as suas ordens serão prontamente executadas.

Algumas sugestões dentre os milhares de artigos:



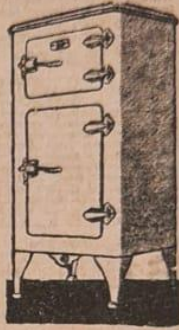
CORTADOR de ovos em alumínio.

4\$500



FORMA para creme em tampa, em ferro galvanizado.

13 cms. 14 cms.
8\$000 12\$000



GELADEIRA "MAPPIN" eficiente e econômica. Pintura laqué em lindas cores, remates de metal nickelado.

N.º 22 . . . 330\$000
N.º 33 . . . 420\$000
N.º 44 . . . 530\$000
N.º 55 . . . 660\$000



FORMAS para puddings, cremes etc.

10\$000



FORMAS "Tala" para bolos, em dois tamanhos.

14\$ e 10\$



MACHINA "Universal" para trituração de carne.

N.º 1 . . . 24\$000
N.º 2 . . . 28\$000



MACHINA para espremer laranjas.

34\$000



MACHINA para cortar frios, pão, fiambre, etc.

48\$000



LOUÇA ESMALTADA "JUDGE" fino artigo inglês. Novo acortimento.



SERINGAS p.º enfeitar doces, com 4 e 2 bicos.

14\$500 e 8\$000



BATEDORES para cocktail, em vidro, com tampa de alumínio.

14\$000

O MESMO, todo de alumínio, com capô, medor na tampa. 12\$000

• Visite-nos V. Exa. e percorra quando e como lhe aprouver as nossas interessantes exposições de Utensílios Domésticos.

MAPPIN STORES

— Praça do Patriarcha, 2 — S. Paulo —

Fonte: Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo.

Figura 49 – Anúncio moedor e picador Arno, de 1955



AGORA ponha o velho-moedor no museu...
e use **SUPER MOEDOR-PICADOR ARNO**

com seu Liquidificador ARNO

Em 2 minutos o Super Moedor-Picador ARNO lhe dá 1 kg de carne moída ou picada sem eliminar seu suco, permitindo a prepara de pratos mais suculentos e nutritivos. E além disso, o Super Moedor-Picador acrescenta uma infinidade de novos usos ao seu Liquidificador ARNO: pica cebolas, verduras e legumes crus ou cozidos... poupa tempo, poupa conseqüências!

Características exclusivas:

- ★ é o único moedor feito para usar com a base do liquidificador (Arno, naturalmente).
- ★ corpo, rêca transportadora e anel de fixação em liga de alumínio especial, que não mancha, não enferruja e não perde o brilho.
- ★ faca superafiada e 2 discos, um para moer e outro para picar.

SUPER MOEDOR-PICADOR ARNO
GARANTIDO pela maior fábrica de motores elétricos e de aparelhos domésticos da América Latina

ARNO - A MARCA DIZ TUDO!

Matriz: Avenida Arno, 240 (Moóca) — Tel.: 34-6131 — São Paulo
Lojas: BAURUR - B. HORIZONTE - CAMPINAS - CURITIBA - P. ALEGRE - RECIFE - RIB. PRÊTO - SANTOS - S. J. DO RIO PRÊTO - SOROCABA

À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Fonte: Acervo Museu Paulista – USP, São Paulo.

Em menção ao mobiliário dessas casas composição dos interiores das habitações também integrou as análises de diversos profissionais, especialmente por temerem que os requisitos funcionais fossem comprometidos frente à valorização de atributos estéticos e simbólicos empregados anteriormente na composição das residências. Nesse sentido, a necessidade de atualizar e substituir algumas peças do mobiliário doméstico, bem como alterar a sua disposição, tinha grande importância ao passo que se modificaram as condições das habitações e, principalmente, os hábitos das famílias. Como argumentam Maluf & Mott (1998), tem destaque nesse cenário, dentre as novas experiências e linguagens voltadas à quebra de costumes tradicionais, as mudanças notadas no papel social das mulheres nas três primeiras décadas do século XX, historicamente designadas como responsáveis pela gestão do lar e das suas tarefas. Nesse ambiente de corrosão de costumes, para além das alterações notadas nas relações em contraposição aos homens, as noções sobre a família, matrimônio e comportamento também se integram às expectativas da modernização, cujos reflexos se estendem até a concepção do lar e sua composição.

Nesse sentido, autoras, como a engenheira Sophie Vanderborght (1936) defendiam que a composição adequada da residência, composta por mobiliários adequados, dizia respeito às novas expectativas da vida privada das primeiras décadas do século XX: a descomplicação dos serviços domésticos, a promoção do tempo da mulher para outras atividades, a preservação da boa convivência entre os moradores e harmonia do lar. Não se tratava unicamente de propor às residências um mobiliário adequado, mas de fazer com que o layout acompanhasse as transformações verificadas no núcleo doméstico.

[...] a questão do bom ajustamento no lar é, em parte, um problema de arranjo conveniente do mobiliário. Questões de gosto e de estética poderiam ser postas à margem quando sua influência na distribuição das peças do mobiliário não auxilia, mas prejudica o

ajustamento das necessidades dos vários membros da família, dentro do lar. (Rudolfer, 1942, p. 37)

Durante alguns séculos, os mobiliários mais comumente encontrados nas residências dos colonos de diferentes condições sociais consiste no oratório (cujo artefato nas casas-grandes poderia ser substituído pela capela), camas, cadeiras, tamboretas, mesas, arcas e baús – os dois últimos voltados ao armazenamento dos pertences. Geralmente, as casas se compunham apenas com um restrito conjunto de móveis e tal austeridade se manteve como uma das principais características da casa brasileira e o que a diferenciava dos *intérieurs* europeus. Esses *intérieurs*, ou recintos internos, foram avaliados por importantes autores, como os pensadores Honoré de Balzac (1799 - 1850) e Walter Benjamin (1892 - 1940), que qualificavam esses ambientes como a organização de símbolos que os indivíduos da época recorriam para situarem sua posição social e sua relação com as coisas.

Em sua ocorrência, documentada mais frequentemente nos países europeus, os interiores burgueses do século XIX utilizam de excessivos recursos decorativos e de composição como forma de enobrecimento dos ambientes, especialmente em relação às salas e quartos. Uma grande variedade de objetos, tais como quadros, estatuetas e objetos diversos – utilitários ou não – integram a organização das residências, complementados pelas técnicas de construção que visavam atribuir personalidade a essas residências, como lambris de madeira, pintura decorativas, papéis de parede, aplicações em alto relevo e carpetes. De acordo com Correia, sobre tal ocorrência no Brasil (2004, p. 63):

No Brasil, o interior burguês passou por um igual processo de exarcebação da decoração durante a segunda metade do século XIX. O mobiliário cresce e se diversifica; difunde-se o uso de cortinas e tapetes; uma profusão de vasos, fruteiras e estatuetas distribuem-se sobre os móveis; dentro dos armários

envidraçados, louças, pratas e cristais são expostos; nas paredes são dispostas gravuras, pinturas e retratos; os relógios – de parede ou de mesa – tem sempre lugar de destaque na decoração. O neoclássico e o ecletismo redefinem a configuração dos prédios, enquanto a distribuição de seus interiores é reordenada atendendo sobretudo as normas sanitárias e mudanças de uso. Sob o último aspecto, as áreas de serviço tendem a se reduzir, enquanto as áreas íntimas e de representação podem se multiplicar, com a criação de hall, salas para diferentes atividades, escritórios e terraços.

Enquanto Balzac apresenta os interiores burgueses em obras como *Uma filha de Eva* (1838) ou *Uma dupla família* (1842), cujos escritos se dedicam a apresentar o luxo das residências dos personagens em razão da presença de um conjunto de móveis e objetos de decoração requintados ou pela sofisticação ostentada pelos forros e chaminés esculpidos em madeira, o romancista Aloísio de Azevedo (1857 - 1913) se ocupa em descrever uma residência burguesa de um comerciante carioca. Em sua obra *Casa de Pensão*, publicada inicialmente em 1890, o autor descreve essa residência e pontua não somente sua decoração, como também as suas novas qualidades espaciais, a ordenação dos espaços e a organização dos recintos.

A nova residência punha-os muito mais juntos, muito mais unidos do que a da Rua do Resende. Os quartos eram pequenos, chegados uns dos outros; havia um sótão com escadaria para a sala de jantar. Amâncio morava aí, sozinho. Tinha uma alcova e um pequeno gabinete de trabalho; janelas para o sol nascente e para o ocaso, despejando sobre o jardim.

Embaixo, então, era a sala de visitas, a de jantar e mais quatro cômodos, sem meter os quartos da criadagem, a cozinha, a despensa e o banheiro. Num daqueles cômodos ficou o João Coqueiro com a mulher; noutro Amelinha; noutro o guarda-livros, e o Dr. Tavares no último. (Azevedo, 1989. p. 156)

Isto posto, fica evidente as diferenças entre as ocorrências no continente europeu e àquelas verificadas no Brasil. No caso dos países ocidentais, no século XIX se garantia qualidade ambiental nos diferentes recintos por meio da minuciosa introdução de decoração luxuosa e acumulação de objetos de valor – financeiro e pessoal – como reflexo do alto consumo em voga na Europa. Por sua vez, no Brasil, embora documenta-se um notável gosto pela decoração semelhante aos padrões europeus, esses interiores delineiam também pela incorporação ou experimentação de novos arranjos quanto ao programa, ao reavaliar diversos aspectos da conformação dos espaços conforme descrito acima por Correia, uma vez que as atividades exercidas na casa e a posição dos moradores também se modificavam, contexto que situa essas residências entre a profusão e a economia.

Nessas condições, talvez a principal colaboração do utilitarismo burguês às mudanças na arquitetura brasileira na conversão do século XIX para o XX consiste nos esforços e propostas voltados a resolver programas amplos em espaços limitados, associados às observações específicas direcionadas aos diferentes cômodos. Uma vez que as residências brasileiras já se caracterizavam mediante a consideração de três diferentes áreas – espaços sociais, íntimos e de serviços –, tal padrão foi afirmado a medida que se atribuía hierarquia quanto ao tratamento desses ambientes, cuja qualificação se determinava pelos seus respectivos usos e funções (CJZAIKOWSKI, 2000).

As principais reavaliações emergiram nas duas últimas décadas do século XIX, motivado por ocorrências como a ausência do trabalho escravo no interior das residências, que prescindia de um layout simplificado para facilitar as tarefas do

lar associadas às exigências de ordem higienistas, que contribuíram nesse processo de reavaliação da composição dos interiores em todo o mundo (Correia, 2004). O que diferia a moradia das primeiras décadas do século XX com os layouts empreendidos nas décadas anteriores se situa em um atributo novo conferido às habitações: a eficiência. Assim, as preocupações de adaptação da residência às novas disposições técnicas e sociais da época ocuparam-se também em sugerir tipos econômicos para os mobiliários, quase sempre sob a indicação de peças baratas, fáceis de limpar e com simples execução. Parte considerável dos arquitetos indicavam a aquisição dos móveis industrializados – ou móveis *standard*, conforme terminologia por eles usada – como a melhor opção para composição das residências. O aconselhamento da aquisição deste mobiliário frequentemente acompanhava justificativas como desobstrução do layout dos ambientes e oposição ao entulhamento dos "interiores burgueses", modo de composição dos ambientes frequentemente reproduzido no século XIX.

É oportuno memorar que, com a expectativa de redefinição da residência e sua respectiva reordenação, em diversos casos, ainda se elaborava os mobiliários tal como um desdobramento das decorações portuguesas. Autores como Novais (1991) classificam esse modo de projetar os móveis algo previsível, uma vez que o Brasil se integrava a colônia portuguesa até o ano de 1822, e, ainda que os materiais fossem de origem brasileira, contava com mão-de-obra e orientação técnica lusitanas para realização dos objetos presentes nas residências de classe média e alta do país. Essas influências de características europeias para a composição das residências no Brasil foram intensificadas ainda por eventualidades como a ascendência das ordens religiosas, a vinda da missão francesa ou o fortalecimento da inserção de imigrantes no território brasileiro, todas elas ocorrências que contribuíram para a importação de tais lições de composição.

Nos primeiros anos do século XX, em função da progressiva redução no dimensionamento dos ambientes das residências, submetem-se o mobiliário à rigorosa racionalização quanto à sua quantidade, dimensionamento e utilidade.

Assim como nas residências edificadas no período colonial brasileiro, busca-se manter apenas os móveis, objetos e utensílios julgados como estritamente necessários, dado o esforço em desobstruir os recintos. Tal simplificação impulsionou-se pelo esforço em padronizar os modelos de mobiliário, cujo resultado incidiu também na redução do tempo referente ao processo de fabricação, na oferta de móveis economicamente acessíveis e, sobretudo, na restrição de tempo dedicado à limpeza da casa.

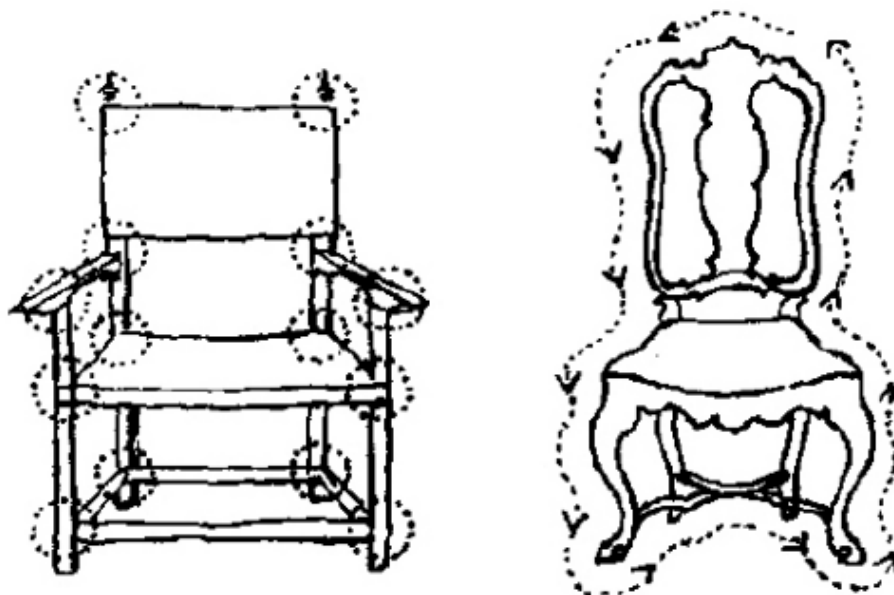
Como as condições climáticas do Brasil apresentam estações bem definidas e altas temperaturas em considerável parte do ano, em algumas regiões frequentemente notava-se a substituição de alguns mobiliários pelas redes e o costume de utilizar esteiras sobre o chão como forma de garantir maior conforto aos moradores, bem como desestimular a aquisição de novos aparatos supérfluos para a residência. Todavia, Costa (1962) alerta que, embora a composição das residências pudesse contar com a restrição em relação à quantidade de móveis, a elaboração deles contava com refinados processos de execução e acabamentos.

Quanto menos coisa, melhor, para não atravancar inutilmente os aposentos. Mas, se a arrumação era despreziosa e sem sombra de encenação preconcebida – embora ainda existam portadas e tetos decorados, de aspecto verdadeiramente nobre –, as peças em si eram bem trabalhadas e bonitas; não só porque a tradição do ofício era fazê-las assim, como também porque os oficiais e seus ajudantes eram, muitas vezes, gente da casa, escravo cujos dotes naturais, em boa hora revelados, a conveniência do senhor havia sabido aproveitar. Trabalhando sem pressa, nem possibilidade de lucro, ‘o prazer de fazer bem feito’ era tudo o que importava: isto ao menos era dele – o dono não podia tirar. (Costa, 1968, P. 284)

No curso dessa modificação quanto às técnicas e estética do mobiliário no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX emerge um inédito conceito de conforto e comodidade, muito semelhante àquela que foi empreendida ao longo do século seguinte, e passam a ser incluídas novas orientações, como noções de ergonomia, antes tratadas como secundárias perante à busca pela opulência.

Essas mudanças no projeto de mobiliário podem ser elucidadas pelas cadeiras produzidas durante o século XX que garantiam maior autonomia ao uso em contraposição aos assentos feitos entre o século XVII e XIX que, dada sua condição de desenho, exigiam dos usuários que se assentassem com as pernas abertas e dispunham de rígidas estruturas de madeira, conforme apresentado na imagem a seguir. Costa (1962), em seu estudo, procurou identificar as diferenças entre o mobiliário tradicional e aquele proposto no decorrer do Movimento Moderno brasileiro, cuja ênfase o arquiteto atribuiu às qualidades de uso e tirou do primeiro plano especificidades estéticas. De acordo com Costa (1962), para além da melhor adequação ao corpo e da comodidade, o mobiliário do século XX adotou o uso de formas mais adequadas aos esforços transmitidos ao móveis, além de simplificar sua fabricação ao reduzir o número de cortes, amarrações do material e garantir maior diversidade de produtos para diferentes usos.

Figura 50 - Estudo comparativo elaborado por Lucio Costa acerca dos mobiliários tradicionais e modernos (1962)



Fonte: Texto *Sôbre Arquitetura*, escrito por Lucio Costa em 1962.

A admissão das orientações europeias para a composição dos móveis motivou alguns profissionais dos séculos XVIII e XIX a não classificar o mobiliário das casas como móvel brasileiro, e sim “móvel português feito no Brasil”, os quais acompanhavam a evolução das composições comuns aos países europeus, sob a reprodução, em alguns casos, do gosto francês, dado o prestígio estético creditado às lições de Versalhes, localidade essa que orientou as produções em diversas localidades da Europa, inclusive em Portugal, vinculado ao destaque que a França detinha nas iniciativas de exportação na época (Costa,1962). Para Novais (1991), esse processo de readaptação do mobiliário após o processo de independência do Brasil e, por consequência, do declínio da introdução dos ensinamentos portugueses ocorreu de forma lenta e gradual, dado que ainda não se notava iniciativas em massa voltadas à substituição das formas já popularizadas, especialmente pelo fato de o quadro social nas principais cidades do país

permanecer quase que inalterado durante algumas décadas, especialmente no tocante do alto consumo.

Muitas das modificações na elaboração dos mobiliários produzidos no Brasil no decorrer da primeira metade do século XX se associam às conquistas e avanços de propostas extrínsecas à arquitetura, como a indústria aeronáutica, que criou novas ligas, técnicas de soldagem e alcançou consideráveis descobertas quanto à resistência dos materiais, cujos saberes foram apropriados pela produção moveleira para a criação de móveis mais leves e esbeltos. Diferentemente de outras épocas, esses novos avanços ergonômicos e de conforto estavam presentes uniformemente nos móveis de alto e baixo padrão, sendo diferidos tão somente pela qualidade do material e acabamento do produto. Nesse cenário, tornam-se notórias as orientações da produção nacional da época: o fim do trabalho escravo, a consolidação industrial e a reordenação econômica. Lucio Costa afirma a autonomia da arquitetura brasileira em relação às demais produções arquitetônicas – em especial a europeia:

[a arquitetura brasileira] já se distingue no conjunto geral da produção contemporânea e se identifica aos olhos do forasteiro como manifestação de caráter local, e isto, não somente porque renova uns tantos recursos superficiais peculiares à nossa tradição, mas fundamentalmente porque é a própria personalidade nacional que se expressa, utilizando os materiais e as técnicas do tempo, através de determinadas individualidades do gênio artístico nacional. (Costa, 1962, p. 198)

Nos principais centros urbanos brasileiros todas essas mudanças representam as características econômicas e produtivas da época, uma vez que grande parte dessas novas orientações foram operadas e viabilizadas pela recém-chegada produção

industrial. Contudo, essas conversões apontam, sobretudo, para a transformação, individual e coletiva, da consciência do novo padrão social cada vez mais evidente que tinha por fundamento a austeridade em diversas esferas.

5 - ARQUITETURA CONTERRÂNEA: A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE NA ARQUITETURA RESIDENCIAL NO SÉCULO XX

Fui ver pretos na cidade
Que quisessem se alugar.
Falei com esta humildade:
- Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de soslaio,
E um deles, feio, cambaio,
Respondeu-me arfando o peito:
- Negro não há mais não:
Nós tudo hoje é cidadão
O Branco que vá pro eito.

O monitor Campista, 28 mar. 1888.

[...] a arquitetura brasileira de agora já e distingue no conjunto geral da produção e se identifica ao olhar do forasteiro como manifestação de caráter local, e isto, não somente porque renova uns tantos recursos superficiais peculiares à nossa tradição, mas fundamentalmente porque é a própria personalidade nacional que se expressa, utilizando os materiais e a técnica do tempo, através de determinadas individualidades do gênio artístico nativo.

COSTA, Lucio. *Depoimento de um arquiteto carioca*, 1962.

As diversas modificações verificadas na residência, cuja ação mais significativa se associa à evasão da mão-de-obra escravizada, foram endossadas – inegavelmente - pela inserção de algumas referências da vida privada europeia nas casas brasileiras. Esse processo iniciou-se mais precisamente no século XIX e para alguns autores, como Novais (2006), se intensificaram com a introdução da mão-de-obra estrangeira, como foi o caso da Missão Francesa, que no âmbito da arquitetura, contou com a liderança do arquiteto francês Grandjean de Montigny (1772 – 1850). Nesse processo, além das novas interpretações estéticas, a introdução de diferenciados tratamentos aos acabamentos e à ordenação formal figuraram uma paulatina reformulação na ideia de sofisticação e conforto. Ainda que a apropriação do trabalho escravo se prolongasse até os últimos anos do século XIX, em diversas famílias de maior poder aquisitivo notava-se a contratação de criadagem europeia, como forma de garantir o refinamento dos costumes e práticas da vida privada e social.

A transformação atendia às mudanças dos costumes, que incluíam agora o uso de objetos mais refinados, de cristais, louças e porcelanas, e formas de comportamento cerimonial, como maneiras formais de servir à mesa e, ao mesmo tempo, conferia ao conjunto, que procurava reproduzir a vida das residências europeias, uma aparência de veracidade. Desse modo os estratos sociais que maiores benefícios retiravam de um sistema econômico baseado na escravidão e destinado exclusivamente à produção agrícola, procuravam criar para seu uso, artificialmente, ambientes com características urbanas europeias, cuja operação exigia o afastamento dos escravos e onde tudo ou quase tudo

era produto de importação [...]. (Novais, 1994, p. 122)

Essa busca de reprodução da paisagem, dos costumes e da vida doméstica europeia se acentuou gradativamente ao longo do século XIX nos centros urbanos de algumas regiões do país, e a harmonização com essas tendências e prescrições por diversas vezes superou os esforços de composição das residências. Em sua obra *Sobrados e Mocambos* (1996), Freyre discorre que por diversas vezes na segunda metade do século XIX, com o objetivo de se aproximar ao máximo dos costumes europeus, desprezou-se diversas árvores e plantas de origem africana ou asiática já aclimatadas ao Brasil como forma de garantir um refinamento da alimentação. Nesse sentido, o autor aponta que frequentemente as classes mais abastadas da população rejeitavam consumir alimentos como jaca, manga, dendê e coco, os quais passaram a ser consumidos às escondidas. Evidentemente, de imediato, essas práticas ocorriam em uma parcela reduzida da população, uma vez que durante a maior parte do século XIX a arquitetura das residências comuns dos centros urbanos mais importantes como Rio de Janeiro, Salvador e Ouro Preto contavam com características e práticas de maior simplicidade. Contudo, essas ocorrências particulares constituem os diversos esforços voltados a modificar o ambiente doméstico e redeterminar diversos padrões da arquitetura residencial da época.

Sobre essa situação, Lemos (1999) comenta que as residências mais comuns dos centros urbanos não se correspondiam fielmente às referências europeias ou acadêmicas no que se referia ao projeto, técnicas construtivas, projeto e mão-de-obra, que, frequentemente, contavam com a colaboração do trabalho escravo. Nessas condições, em muitos casos, as determinações de gosto europeu ficavam restritos a alguns elementos de acabamento, fachada, arcos e detalhes em gesso ou massa. Contudo, talvez por ainda recorrer aos mesmos mestres-de-obras, formas de implantação, técnicas construtivas e a participação da mão-de-obra cativa nas obras podem ser entendidos como fatores que conferiam que distribuição dos recintos no interior dessas residências apresentassem os aspectos da casa

tradicional sem grandes variações, uma vez que, com frequência, as formas de vida das famílias de padrão médio e alto continuavam análogas ao período colonial.

Nos interiores de diversas residências urbanas, as transformações arquitetônicas e o empenho em corresponder o layout e a organização dos ambientes às tendências ocidentais utilizavam das superfícies para realizar essas referências. Nessas condições, sobre as paredes de terra socadas e erigidas pelos escravizados sobrepunham-se papeis de parede importados da Europa ou se realiza pinturas com motivos diversos, com o objetivo de criar ambientes semelhantes aos interiores das habitações dos países europeus (Novais, 1994).

Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquivoltas, colunatas, frisos, etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço. (Cjzaikowski, 2000, p. 134)

Ou ainda,

Essa identificação com os interesses europeus implica na rejeição das condições de existência da sociedade brasileira. Isso se expressa pela rejeição dos padrões que não venham legitimadas pela marca do ‘europeísmo’. [...] No plano artístico, pela

aceitação da impossibilidade de criação artística no Brasil, a não ser pela reprodução das experiências europeias ou por contato permanente com as suas fontes. (Sevcenko, 1998, p. 134)

No século XIX, nas residências de famílias de alto poder aquisitivo ou de imigrantes pertencentes aos grupos sociais de maior prestígio, as cenas e motivos referentes a cultura europeia tinha um protagonismo maior nessa modalidade de ornamentação das paredes e vedações. Assim, os construtores da época empregavam os padrões de características comuns aos países da Europa superficialmente para atender expectativas de emancipação social dos senhores por intermédio da arquitetura. Filho (2019) defende que essa simplificada versão ocidentalizada da moradia provinciana apresentava a expectativa dos moradores em se vincularem ao poder central.

Mais do que a busca em harmonizar os recintos com as tendências ocidentais, a pintura dessas paisagens da Europa nos principais cômodos da casa frequentemente se associava ao desprezo à paisagem tropical, cujo código refletiu na organização do programa de um significativo grupo de residências. De acordo com Lemos (1999), os alpendres – ou a ausência destes recintos a partir das últimas décadas do século XIX –, representa as mudanças na espacialidade das casas aqui suscitadas. Este recinto, muito frequente nas construções coloniais, tradicionalmente utilizados para observar a paisagem dos arredores ou monitorar os cativos ou os ocorridos nas imediações das residências, a partir da segunda metade do século XIX se dispunham de modo a limitar a visão dos estranhos para o interior das residências, afastar os escravizados e visitantes para longe dos principais cômodos de estar e discriminar a presença das pessoas antes de acessarem o interior da edificação.

5.1 - As contribuições de Lucio Costa nas reflexões sobre modernização das habitações no Brasil

No âmbito da produção residencial, os arquitetos ocupam um papel de importância nesse processo de interpretação das novas atribuições da sociedade, cultura, economia e da adequação da casa quanto a essas inéditas referências. Em meio aos nomes atuantes na arquitetura da primeira metade do século XX, o arquiteto Lucio Costa ocupa um lugar de destaque, principalmente no tocante das análises e reflexões acerca da modificação das residências diante das transformações sociais. Juntamente com outros pensadores, como o arquiteto Demetrio Ribeiro (1916-2003), Costa atribuiu ao Movimento Moderno a missão, entre outras, de propiciar a compreensão da arquitetura pelas massas em relação aos seus princípios e, em especial, seu uso. Para esses intelectuais, esse estado da arquitetura seria alçado por um único caminho: perante o conhecimento dos problemas sociais e históricos do país.

De família brasileira, Lucio Costa nasceu na cidade de Toulon, na França, no ano de 1902 e posteriormente, ao residir no Brasil a partir de 1916, matriculou-se na Escola Nacional de Belas Artes – instituição que anos mais tarde atuaria como docente –, experiência que lhe garantiu o título de arquiteto em 1922. No entanto, a partir da década de 1920, Costa já apresentava notáveis trabalhos como arquiteto acadêmico e na década de 1930 passa a se dedicar ao recente Movimento Moderno, se tornando o principal representante desta corrente à época. A importância de Costa se deve ao fato de ser naquele contexto, apoiado por Gilberto Freyre, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, o principal representante nas ações voltadas à preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro. Além de atuar ativamente no tombamento de diversos bens, o arquiteto participou de maneira enérgica na observação de conteúdos da história do Brasil – especialmente na seara da arquitetura – ainda pouco contemplados pelos principais estudos e publicações. Diversas considerações elaboradas em seus estudos sobre história, em seguida, comporiam o núcleo da retórica e das orientações sobre modernização defendidas pelo arquiteto. Essa disposição de Costa para com a história e patrimônio

mobilizará toda a sua trajetória no decorrer do Movimento Moderno. E completa Dias (2020, p.4)

[...] Costa, que manter-se-ia à frente da Divisão de Estudos e Tombamento do Iphan do momento de sua criação até aposentar-se, em 1972, teve função decisiva na definição dos critérios de seleção dos monumentos a serem legalmente preservados, bem como em intervenções em obras de restauração.

Nessas ações, Costa organizou as bases para as investigações acerca da arquitetura civil da época e proveu importantes orientações para as análises sobre a historiografia do Brasil, harmonizando os significativos ensinamentos acerca do patrimônio histórico e artístico com as futuras pesquisas, esta última com grande ênfase em defender e evidenciar as contribuições de referências próprias do período colonial brasileiro.

Vale ressaltar que nos anos de 1920, 1930 e 1940 verificou-se um significativo impulsionamento das investigações acerca da história da arquitetura brasileira e sua consolidação como disciplina, cujo evento se compunha de maneira fragmentada, dada as diferenças entre os debates e posições apresentadas pelos intelectuais envolvidos. De um lado, encontravam-se os pensadores que defendiam que a história devia estar articulada ao recente período colonial e seus respectivos impactos, caminhando rumo à busca pela identidade nacional, dentre eles importantes nomes como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade⁴. Por outro lado, notavam-se as propostas que se ocupavam em interpretar o passado mediante orientações e critérios alinhados às metodologias das escolas

⁴ Nesse período, o serviço de patrimônio, muito atuante anos depois, entre as décadas de 1940 e 1940, além da salvaguarda do repertório artístico e cultural do país, também contribuiu significativamente no processo de emancipação da história da arquitetura brasileira, visto por diversos autores como o principal responsável em categorizar e organizar tal conhecimento.

historiográficas europeias tradicionais, ocupados em redesenhar a noção de tradição e desvinculá-las das disposições do futuro.

No caso da implementação das propostas modernistas no pensamento das artes no Brasil, Segawa (1999) relata que os principais historiadores consideram como marco inicial o mês de dezembro de 1917. Nessa ocasião tem destaque a artista Anita Malfati (1889 - 1964) e a exposição das suas obras elaboradas a partir do aprendizado adquirido na Alemanha e nos Estados Unidos, cujas produções desvinculavam-se das orientações academicistas e naturalistas vigentes na época. Nesse cenário se estabelece uma etapa do modernismo brasileiro, periodizado entre os anos de 1917 e 1924, qualificada pela oposição aos valores tradicionais ou – como relatava alguns artistas – passadistas frente à expectativa de implementar uma atualização estética então vigente na arte, principalmente. Em seguida, entre os anos de 1924 e 1929, intelectuais como Oswald de Andrade (1890 – 1954) introduzem inéditas reflexões nas propostas de renovação artística e cultural, pensamentos esses voltados a vincular a tradição e a modernidade – com discursos apropriados, dentre outras ocorrências, no pensamento sobre os seus antecedentes culturais.

É preciso estudar o que se fez e o que se está fazendo no exterior e resolver os nossos casos sobre estética da cidade com alma brasileira. Pelo nosso clima, pela nossa natureza e costumes, as nossas cidades devem ter um caráter diferente da Europa. Creio que a nossa florescente vegetação e todas as nossas inigualáveis belezas naturais podem e devem sugerir aos nossos artistas alguma coisa de original dando às nossas cidades uma graça de vivacidade e de cores, única no mundo. (Levi, 1997, p. 22)

Ou ainda:

O modernismo passa a adotar como primordial a questão da elaboração de uma cultura nacional: a qualidade da obra de arte não reside mais no seu caráter de renovação formal. Ela deve antes refletir o país em que foi criada. (Moraes, 1978, p. 49)

Munido dessas considerações, diferentemente dos grandes arquitetos europeus e norte-americanos envolvidos em emancipar esta vanguarda, Costa se dedica em qualificar as perspectivas das produções arquitetônicas e teóricas baseadas no percurso da história social do país, nas ocorrências políticas e, principalmente, nos ensinamentos técnicos viabilizados pela tradição construtiva. A consciência histórica de Costa influenciaria, de modo especial, sua produção literária, ao reconhecer nas imagens do passado importantes evidências e contribuições no processo de elaboração dos símbolos e significados da modernidade.

Se a conversão implicou de início a batalha contra um passado tido como infrutífero, o próprio arquiteto indiretamente reconhecerá mais tarde alguns débitos da nova arquitetura para com ele: o estudo desse passado envolve assim a discussão mesma do destino de nossa arquitetura moderna. Ao interesse do conhecimento histórico soma-se portanto a grande atualidade do tema. (Puppi, 1998, p. 10)

No entanto, nos primeiros anos de consolidação do Movimento Moderno, a introdução da tradição cultural do país como agente de renovação ocorreu de maneira pausada entre os arquitetos, reforçando que a arquitetura não dispunha do mesmo vigor que se verificava na literatura e nas artes plásticas. A importância e

as contribuições teóricas de Lucio Costa no processo de interpretação e crítica do Movimento Moderno não se tratam, fundamentalmente, de esforços em elaborar estudos de história ou de explicar fatos preliminares a este momento da cultura brasileira. Os escritos do arquiteto se ocupam em divulgar os princípios do movimento sob a expectativa de elaborar uma vertente local, além de justificar e valorizar sua ocorrência. Em outras palavras, os esforços de Costa se voltavam para a formulação de um sistema teórico da arquitetura modernista brasileira, cujo evento o arquiteto qualificava como o ponto culminante de toda a história da arquitetura (Moraes, 1978).

Diversos estudos interessados em reavaliar a história da arquitetura dos séculos XIX e XX integram as considerações de Costa e se valem dos seus escritos como modelo de análise: de acordo com o autor, a história consiste na reconstrução de argumentos segundo os interesses do presente, graças a sua possibilidade de organizar os mais diferentes significados. Podemos dizer que os estudos de Costa incorporaram novas informações à compreensão do Movimento Moderno brasileiro, bem como se dispôs a identificar referências tidas como exemplares para a nova arquitetura, à maneira dos seus predecessores dado os variados traços e características em comum. Nesse mesmo sentido, Neves (1999), ao descrever sua percepção quanto ao modo apropriado modernizar a prática arquitetônica afirma que:

A arquitetura é função dos processos de construção da época. O grande arquiteto de uma época é o seu estado social. Acima das obras, acima dos programas especiais, há o programa dos programas: a civilização de cada século, a fé ou a incredulidade, a democracia ou a aristocracia, a severidade ou a desmoralização dos costumes. [...] Fazer arquitetura moderna não significa copiar o último figurino de Moscou ou Paris. A arquitetura racional exige o emprego de materiais da região, atendendo as

condições de clima, usos, costumes, tradições etc. Obedecendo a esses princípios básicos, criaremos um estilo original para cada povo. (Neves, 1999, p. 67)

Embora os escritos de Costa não disponham de textos com grande número de páginas, seus estudos reúnem fatos estratégicos que permitem apreciar a arquitetura elaborada no país no intervalo situado entre os anos de 1900 e 1960, cuja produção emerge como a continuidade no tempo de um modelo interpretativo baseado nas relações sociais e no contexto político da época. Assim, as obras de Costa ainda permanecem como um importante relato sobre os fatos constituintes da arquitetura elaborada na primeira metade deste século.

Alguns anos antes de Lucio Costa publicar seus primeiros estudos, o historiador mineiro Afonso Arinos de Melo Franco (1905 - 1990), em sua atuação no SPHAN, avaliou e organizou alguns conteúdos que iluminassem teoricamente o processo de elaboração da história da arte e da arquitetura brasileira no decorrer do período colonial e na sua posteridade. O autor se ocupou em evidenciar os registros materiais originários da fase de exploração econômica e de permanência das políticas portuguesas no país e, do ponto de vista metodológico, os argumentos de Arinos sobre a organização da cultura arquitetônica se apoiavam nos ciclos econômicos e sociais verificados na história do Brasil (Teixeira, 2009). Assim, Arinos e outros pensadores formularam uma categoria de interpretação da história, cuja observação se dispunha a reconhecer a arquitetura e o urbanismo como um importante registro da história social do país.

Na publicação *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, publicado em 1944, Arinos apresentou os grupos formadores da civilização brasileira, além de discriminar as disposições socioculturais século por século, do XVI ao XIX. Embora o objetivo central dessa conferência não consistisse em apresentar as particularidades das edificações e das cidades, nessas abordagens o autor discorreu sobre os aspectos gerais referentes ao desenvolvimento da arquitetura no país,

associando-os diretamente aos fatos históricos documentados ao longo da trajetória colonial. Apesar de grande parte dos críticos da época concordarem que essas referências históricas – especialmente àquelas datadas entre os séculos XVII e XVIII – detinham grande importância ao patrimônio cultural e artístico do país, notava-se significativas diferenças entre os pensadores quanto a apropriação de tais ensinamentos para a promoção e formação da arquitetura do Movimento Moderno.

Naquele momento, que abarca os últimos anos da década de 1920 a 1940, emerge – nos campos da estética, da política e da ciência – um expressivo e ousado acervo de obras que indicam dois caminhos paralelos e simultâneos: um, experimental, busca romper com os códigos de representação e de sensibilidade vigentes; o outro propõe uma reinterpretação criativa e crítica do passado e das tradições brasileiras. (Teixeira, 2009)

No caso de Costa, o objetivo do arquiteto ao avaliar, verdadeira e imparcialmente, as características das casas tradicionais não se limitava unicamente ao propósito em superá-las, mas em evitar reproduzir equívocos de ordem prática ou técnica verificados em tais edificações. Seu interesse se apoiava em reflexões antes desprezadas pelos arquitetos da época, como a ampliação dos diálogos referentes às pesquisas sobre arquitetura do século XX e, sobretudo, no aproveitamento e compatibilização das lições e experiências formuladas nos 300 anos que antecedia a sua geração. Um importante atributo da observação de Costa sobre as residências dos séculos XVII, XVIII e XIX consiste na variedade de tipos de imóveis examinados pelo arquiteto: suas ponderações circunscrevia as casas grandes de fazenda, os imponentes sobrados urbanos, casas pequeno-burguesas e as casas

pequenas populares, observação essa que frequentemente recorria ao casario das cidades mineiras.

Na sua análise sobre as reminiscências da arquitetura colonial observadas nas residências projetadas no século XX, Costa (1937) avalia inicialmente a conformação espacial das casas. Além das condições empíricas sobre a resistência e estabilidade que, ao que se acredita, condicionavam a disposição dos ambientes nas casas tradicionais, o arquiteto aponta que as mudanças verificadas na política, na vida social e privada motivaram a transformação em diversas soluções da arquitetura. Assim, apoiados pelas novas possibilidades técnicas, os arquitetos buscavam pela introdução de novos recursos à racionalidade da construção, e essas inéditas orientações visavam incluir, dentre outras coisas, as percepções sobre o clima, o conhecimento sobre implantação e as recentes exigências de arejamento das residências. Como salienta Costa (1937, p. 92):

Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo o século XVII, os cheios teriam predominado, e logo se compreende por quê; à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e mais policiada, o número de janelas ia aumentando; já no século XVIII, cheios e vazios se equilibram e no começo do século XIX, predominam francamente os vãos; de 1850 em diante as ombreiras quase se tocam, até que a fachada, depois de 1900, se apresenta praticamente toda aberta, tendo os vãos, muitas vezes, ombreira comum. O que se observa, portanto, é a tendência para abrir sempre e cada vez mais. E compreende-se que, com este nosso clima, tenha sido mesmo assim, pois, embora se fale tanto na luminosidade do nosso céu, na claridade excessiva dos nossos dias etc., o fato é que as varandas, quando bem orientadas, são

o melhor lugar que as nossas casas têm para se ficar [...].

Suas considerações reforçam a constituição da composição - principalmente espacial - da residência do Movimento Moderno à luz da consciência sobre a história construtiva das edificações tradicionais brasileiras. Nessas condições, o trabalho de Costa se ocupou em adotar estratégias técnicas indicadas pela história e, segundo os arquitetos da época que compunham o mesmo grupo, se apropriar corretamente da tradição. Segawa (1999) ressalta que no decorrer da década de 1920 Costa apresentou uma prática profissional alinhada à experiência do Ecletismo por meio do seu envolvimento à corrente Neocolonial, sendo designado pelo escritor José Mariano Filho no ano de 1922 para estudar a arquitetura tradicional da cidade de Diamantina e, entre 1926 e 1927, dirigir-se a outras cidades mineiras para realizar pesquisas e análises *in loco*.

Embora o Neocolonial tenha apresentado significativas contribuições nos primeiros trabalhos do século XX voltados a entender a modernização à luz da arquitetura do período colonial, vale ressaltar que, a partir dos anos de 1930, Costa encabeçava avaliações voltadas a recusar tal passagem, ainda que estivesse diretamente envolvido décadas antes em projetos desta natureza. O arquiteto direcionou rigorosas avaliações a esse estilo com a finalidade de declarar sua ilegitimidade, indicando uma utilização inapropriada e equívoca do repertório estilístico do passado colonial brasileiro.

Ao neocolonial, todavia, não foi reservada amenidade, demonstrando ainda uma necessidade viva de lançar uma pá de cal no movimento tradicionalista, já desprovido de seus saudosos patronos na década de 1950, por um experiente e consagrado Lucio Costa na preservação do

patrimônio e na condução do modernismo. (Martins, 2021, .136)

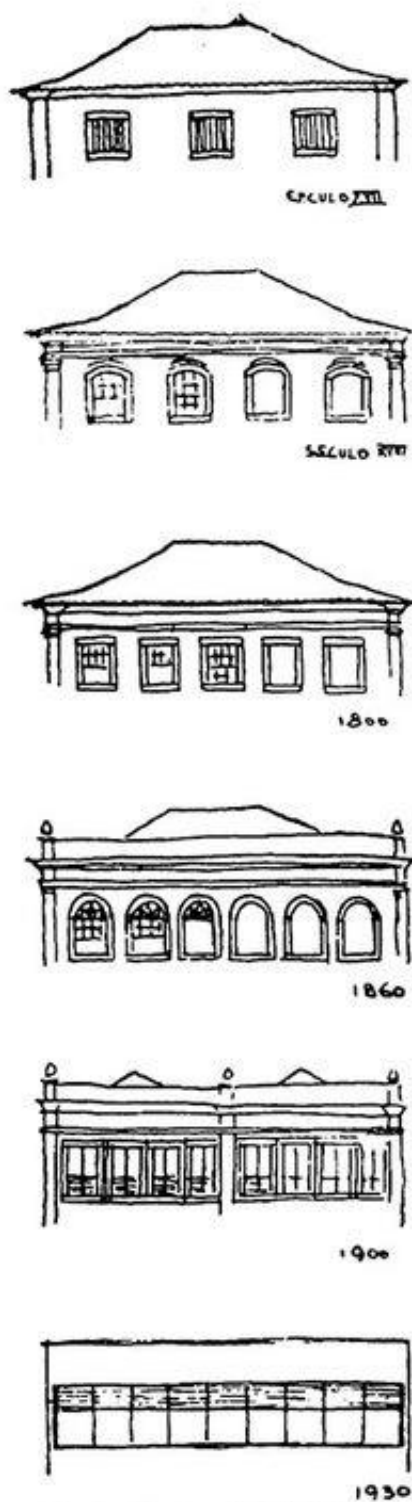
Quanto à sua defesa em relação aos ensinamentos do período colonial, o arquiteto se referia à estética da época como promotora da "saúde plástica perfeita", em menção à simplicidade formal e ausência de exageros nos elementos compositivos, cujas diretrizes foram amplamente praticadas no decorrer do Movimento Moderno. Vale dizer que, diferentemente dos arquitetos e historiadores da época, Costa (2002) acreditava na unidade da cultura arquitetônica nacional, se opondo a subdivisões geográficas quanto às tradições construtivas no Brasil. Para o arquiteto, o programa e o partido arquitetônico garantiam autenticidade e diferia as produções arquitetônicas: ambos são produto de uma sociedade e cultura e representa mais que uma concepção formal subjetiva, mas infere, sobretudo, a representação abstrata de uma organização cultural. Ao iniciar suas reflexões, antes de mencionar efetivamente os reflexos da arquitetura produzida no período colonial às verificações gestadas no Movimento Moderno, seja do ponto de vista formal ou referente ao programa das residências, Costa (1962) se atenta ao modo como se consolidou o saber técnico até o alvorecer da modernização em arquitetura no Brasil, cujo histórico também condicionou elementos próprios da racionalidade construtiva nas primeiras décadas do século XX. Como argumenta Costa (1962, p. 22)

Dos tempos remotos até o século XIX, a arte de construir – por mais diversos que tenham sido seus processos, e embora passando das formas mais rudimentares às mais requintadas – serviu-se invariavelmente dos mesmos elementos, repetindo, com regularidade de pêndulo os mesmos gestos: o canteiro que lavra a sua pedra, o oleiro que molda o seu tijolo, o pedreiro que – um a um – convenientemente os empilha. As corporações e

famílias transmitiam – de pai a filho – os segredos e minúcias da técnica, sempre circunscrita às possibilidades do material empregado e à habilidade manual do artífice – por mais alado que possa ter sido o engenho. [...] É, pois, natural que, resultando de premissas tão diversas, ela [a arquitetura] seja diferente, quanto ao sentido e à forma, de todas aquelas que precederam, o que não a impede de seguir – naquilo que elas têm de permanente – pelos mesmos princípios e pelas mesmas leis.

Nas investigações acerca da arquitetura residencial dos séculos XVII e XVIII – especialmente na busca de pontos em comum ou, melhor dizendo, de referências que iluminassem a gênese das soluções modernas – Costa observou a simplicidade plástica dessas edificações e a austeridade das soluções técnicas nelas empregadas para entender a elaboração dos recentes modelos de funcionalidade e racionalismo que se gestava entre alguns arquitetos da época. A observação dessa lógica de continuidade temporal considerada pelo arquiteto fica evidente na ilustração abaixo elaborada por ele que, embora propositalmente não tenha contemplado a representação de importantes passagens da arquitetura brasileira, como a ocorrência do neocolonial, menciona a hipótese “evolutiva” que tem por gênese os recursos técnicos e estéticos da arquitetura civil do período colonial e elucida a aproximação das soluções entre os diferentes episódios.

Figura 51 - Estudo de Lucio Costa sobre a evolução das residências no Brasil



Fonte: Livro *Sobre arquitetura*, 1962.

Em sua primeira publicação na revista do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1937, Costa institui e expõe sua expectativa em redeterminar os caminhos das pesquisas históricas em arquitetura no país. Nessas condições, o arquiteto percebe a casa colonial como o ponto de partida para desfazer os equívocos presentes nos referenciais sobre história da arquitetura residencial brasileira. Esse estudo de Costa relata que a arquitetura tradicional ainda não havia sido avaliada adequadamente pelos historiadores e arquitetos envolvidos nos principais estudos teóricos desta seara, ou então, as reverberações e lições desta arquitetura à sua atualidade ainda se faziam obscuras. Como expõe Costa (1937, p. 88-89):

[...] Haveria, portanto, interesse em conhece-la melhor [a casa do período colonial brasileiro] também para que nós outros, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de trezentos anos, de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto.

E completa Martins (2021, p. 131):

Observamos que o interesse pelas casas do período colonial representaria, antes de tudo, a busca por repertório de manifestações arquitetônicas tipicamente nacionais e distantes dos modelos importados introduzidos pelo neoclassicismo.

A maioria dos estudos de Costa sobre tal debate estão organizados na obra *Sobre arquitetura*, publicado inicialmente em 1962 e não tem por objetivo documentar ou inventariar todas as realizações do passado. A dialética desta obra de Costa,

embora denuncie elementos fundamentais desta reflexão, não dispõe de conclusões definitivas. Em sua análise e crítica ao estudo do arquiteto, Edgar Graeff (2006) aponta que tais apontamentos se apoiam em outras normas e referências, o que o torna impossível de encerrar tal investigação em uma interpretação sintética e unívoca. Graeff (2006) pontua que esta condição do estudo de Costa representa a característica que possibilita a interpretação do seu presente e as expectativas para o seu futuro, especialmente no tocante às suas contribuições ao Movimento Moderno em arquitetura. A consideração dos ensinamentos da arquitetura tradicional brasileira conferiu, de acordo com os estudos de Costa, legitimidade às experiências modernas e, principalmente, evidencia o lugar da modernização na história social do país, por diversas vezes encorajado pelos pensadores citados anteriormente. Nas palavras de Carvalho (2022, p. 15),

Por meio de questões engendradas a partir de pesquisas, alinhadas com o que se fazia nos departamentos de história desde o início do século 20, era possível investir agora na coleta de tipologias seriadas de objetos e imagens capazes de informar ao longo de décadas ou séculos, sobre a vida de pessoas que não deixaram suas marcas em documentos públicos ou documentação escrita privada.

Sobre as observações de Costa acerca da elaboração do Movimento Moderno em arquitetura no Brasil, autores como Puppi (1998) atribuem os primeiros passos da criação de uma interpretação da arquitetura moderna de caráter local às reflexões empreendidas pelo arquiteto. Seus estudos sobre a modernização em arquitetura, tão influentes quanto as suas obras, apontam e afirmam reiteradamente a importância em empreender uma interpretação da arquitetura no Brasil singularizada pelas determinações da cultura do país, cuja natureza de explicação

pouco se apresentava pelas análises da época. Embora Costa apresentava de maneira pouco precisa as referências vistas como fundamentais ao processo de desenvolvimento da racionalidade moderna na arquitetura, tais informações reeditam a continuidade histórica e apresenta a formação da atualidade mediante os mesmos termos.

Esta [explicação histórica] lhe valia menos como objeto de conhecimento que como meio para a demonstração de suas ideias. [...] Instrumento de ação antes que de conhecimento, e apesar de seu caráter esquemático de e de suas lacunas, o modelo histórico de Lucio Costa não obstante será tomado na conta de método historiográfico não apenas pelos contemporâneos, mas também por estudiosos que já viviam em um contexto histórico muito diferente. (Puppi, 1998, p. 17-18)

Em meados dos anos 1930, período no qual os referenciais da literatura apresentam como o momento que Costa adere efetivamente as propostas do Movimento Moderno, Mario de Andrade (1893 - 1945) publica em São Paulo artigos voltados a observar os diálogos ou contrassensos entre o funcionalismo moderno e a “simplicidade lógica” – nas palavras do autor (Andrade, 1984) – verificados na arquitetura colonial do Brasil. Nessas análises, Andrade (1984) associa o a recente racionalização espacial proposta pelo Movimento Moderno e a objetividade própria das construções coloniais brasileiras, cuja associação fundamentará as interpretações que Costa empreenderia tanto sobre a tradição, quanto sobre a modernidade. Nesse sentido, presumivelmente, esses escritos de Andrade cooperaram com as interpretações dispostas por Costa nos seus estudos, dada a proximidade temporal, intelectual e pessoal entre ambos, além das colaborações mútuas entre o arquiteto e o escritor paulista (Bruand, 1981).

Esta condição evidenciada por Costa (1937) se refere, de modo especial, à arquitetura residencial, uma vez que diversos intelectuais da época, dentre eles o pintor, historiador e professor Aníbal Matos (1886 – 1969), relatavam que a observação das características das casas não compunha o principal interesse das pesquisas em curso. Em outras palavras, Matos (1962) defendia que a análise das casas de forma isolada não integrava os interesses das avaliações teóricas da arquitetura e, no caso das residências do período colonial, denotava que os imóveis se edificavam através das prescrições de indivíduos incultos, o que justificava a precariedade das suas proporções. Costa (1937), amparado pelas propostas de outros pensadores, como Mário de Andrade, se opõe à tais declarações e defende que grande parte das edificações erigidas no período colonial, em especial a arquitetura popular, serviram de expressão para documentar as particularidades da vida comum na época que a referia. Como afirma o arquiteto (1937, p. 86):

É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de ‘make up’, uma saúde plástica perfeita – se é que podemos dizer assim. Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros ‘incultos’ – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, esse ar despretenso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes que passou, até meados do século XIX.

E completa:

A nossa casa se apresenta assim, quase sempre, desativada e pobre, comparada à opulência dos ‘palazzi’ e ‘ville’ italianos, dos castelos de França e das ‘mansions’ inglesas da mesma época, ou à aparência rica e vaidosa de muitos solares hispano-americanos, ou ainda ao aspecto apalacetado e faceiro de certas residências nobres portuguesas. Contudo, afirmar-se que ela nenhum valor tem, como obra de arquitetura, é desembaraço de expressão que não corresponde, de forma alguma, à realidade.

Apesar de afirmações, como aquelas elaboradas por Puppi (1998), voltadas a alertar que as análises de Costa dispõem de métodos e informações totalizantes ou tematizados, inegavelmente seus escritos sobre a elaboração do processo histórico de introdução da modernidade na arquitetura do Brasil, observada desde a ocorrência da arquitetura própria do período colonial, evidenciam uma importante instrução: a necessidade de se fazer dialogar, no plano funcional, a forma arquitetônica e a sociedade. Para o arquiteto, a formação das propostas na arquitetura se estabelece apenas quando refletem e sintetizam as condições históricas e, sobretudo, sociais que lhes motivam.

5.2 - Lucio Costa e a admissão do fim da Casa Grande como fato propulsor da retórica da arquitetura residencial no Movimento Moderno brasileiro

Durante quase todo o século XIX, as residências urbanas e rurais construídas em diferentes regiões do Brasil apresentavam diversas semelhanças quanto a suas organizações espaciais internas e nos recursos construtivos, frequentemente edificadas mediante os padrões coloniais. A partir da metade do século se documenta uma ampliação nos arquétipos e tipologias nas propostas residenciais,

determinada pela conservação das já consolidadas referências construtivas associada ao refinamento da racionalidade técnica diante da inserção de influências e mão-de-obra estrangeira, que oportunizou o emprego de diferenciados detalhes e soluções. Todavia, as mudanças verificadas na racionalidade da construção no final do século XIX implicaram, sobretudo, as variações de ordem estrutural na sociedade brasileira que, enquanto aponta transformações significativas no âmbito dos direitos humanos e no reconhecimento do indivíduo, afirma a manutenção de diversas bases da vida privada. Assim, embora novos significados fossem incorporados aos modos de vida, com a chegada no século XX ainda se faziam presentes práticas e elementos da antiga estrutura social, especialmente no que se refere às práticas domésticas.

Com a virada do século, as iniciativas de reformular as relações políticas, as condições do trabalho e do consumo gestadas no século XIX processou a diversidade de interesses no âmbito da cultura social. No plano da arquitetura, autores como Freyre (1996) registram que a partir do século XIX nota-se um aburguesamento que, ao se referir à cultura da época, tal processo diz respeito a adoção de padrões urbanos para elaboração das diferentes naturezas de residências. Deste modo, explica-se alguns aspectos da organização dos cômodos bem como emergência de novos recintos, como o corredor, muito empregado a partir do último decênio do século XIX que, além de ordenar os ambientes e viabilizar a independência aos fluxos e circulações antes feitas de forma associada entre os ambientes, tinha uma função claramente discriminatória. A adoção dos corredores tinha dentre suas finalidades garantir a segregação social entre os diferentes indivíduos presentes na residência e determinar a hierarquia entre os espaços, cuja importância se fixava pelas disposições de intimidade, grau de parentesco e posição social de quem o ocupa.

[...] a arquitetura brasileira passou por transformações que eram partes das modificações sócio-econômicas e tecnológicas ocorridas no país.

Nessas condições, as novas formas de habitar e construir devem ser consideradas como consequências das mudanças vividas pelos vários grupos sociais e também vistas como parcelas importantes dessa renovação. (Gomes, 1990, p. 87)

No entanto, nas primeiras décadas do século XX ou no começo da era republicana, como diversos arquitetos da época preferiam nomear, a disponibilidade de recintos e a organização dos programas ainda se preservava de maneira semelhante à disposição das residências tradicionais da época, modelo de habitação classificada pelos profissionais da época como *Império*. Embora a condição exterior das moradias apresentasse modificações significativas, como a inserção de platibandas azulejadas, lambrequins e novos materiais de cobertura, a conformação espacial interna se caracterizava, geralmente, pela sala de receber na parte frontal da residência, seguida por corredor que divide duas seções de quartos finalizado pela cozinha, refeitório e dependências de serviços aos fundos, cuja referência de projeto se fez presente de maneira definitiva.

[entre os anos de 1900 e 1930] a sociedade brasileira revelava ainda os compromissos de um passado recente com o regime do trabalho escravo. Por isso mesmo, os edifícios ligavam-se estreitamente aos esquemas rígidos dos tempos coloniais. Os edifícios comerciais, as casas e as vilas operárias constituíam inovações, mas continuavam a utilizar formas de relacionamento características de épocas anteriores. (Filho, 1983, p. 53)

Nos centros urbanos, o processo de transição entre os esquemas coloniais de construção e a habitação tida por moderna contava com soluções como jardins

amplos, porões altos e programas definidos, atributos que qualificavam a moradia, ao mesmo tempo, tanto na condição de chácara quanto de sobrado. Essas casas, frequentemente projetadas em grandes dimensões e composições de influências tradicionais, embora tentassem reunir qualidades da vida urbana e do campo, apresentavam dificuldades na sua manutenção e organização doméstica e com a extinção do trabalho escravo oficial esses problemas se fizeram mais evidentes.

Consciente da pluralidade de adversidades que influenciariam as avaliações da arquitetura, como as falhas na formação dos novos profissionais, a não consideração dos eventos da vida comum dos usuários ou os infortúnios técnicos verificados no canteiro, diversos arquitetos da época, em especial Lucio Costa buscavam associar e iluminar os novos rumos da arquitetura residencial do século XX às transformações de ordem social e econômica gestadas no século XIX, preocupados, sobretudo, em elaborar uma arquitetura articulada com os princípios e elementos que lhe atribuíam significado. Por conseguinte, o objetivo dos profissionais e intelectuais envolvidos em elaborar observações desta natureza não se fundamenta, unicamente, em encontrar uma validação histórica do Movimento Moderno, mas apresentar o quadro técnico, cultural e, sobretudo socioeconômico que promoveu a sua elaboração. Segawa (1999) apresenta, diante da organização de alguns trechos de textos redigidos por Costa, os pressupostos que fomentaram suas propostas e experiências frente ao Movimento Moderno:

[...] uma autocrítica pela prática eclética, uma declaração antitradicionalista ou antiacademicista ('evitar que nossos escultores e pintores continuassem imobilizados no seu modo de pensar e ver, escrevia Costa), o reconhecimento da internacionalização da cultura (as extraordinárias facilidade de informações e comunicações rápidas abolira o isolamento que viviam os países e províncias e a arquitetura não pode deixar de os acusar), a percepção das novas realidades sócio-

econômicas (os problemas de ordem econômica em tempo algum tiveram tamanha preponderância'; 'a questão social nunca esteve tão em evidência. As diferentes classes tendem a uma aproximação cada vez mais marcada') e o reconhecimento da padronização ('o que foi a arte grega senão uma pura e contínua estandardização?'). (Segawa, 1999, p. 80)

Por sua vez, Costa (1937) afirma nas suas conclusões a grande participação da consciência dos acontecimentos referentes à Casa Grande e à Abolição ao processo de redefinição do projeto e das novas reflexões sobre a organização espacial das residências brasileiras. Para o arquiteto, a participação dos escravizados na construção das casas teve importante papel na adaptação das práticas construtivas tradicionalmente portuguesas ao meio, inicialmente por disporem de um *know-how* acerca de métodos e soluções construtivas mais adequados às localidades de climas quentes. O pensamento sobre esse novo episódio permite entender a arquitetura como resultado de processos sociais coletivos, abrangente o suficiente para envolver diferentes sujeitos sociais.

Nessas condições, o negro se fez altamente fundamental na percepção das necessidades urgentes da construção, ao diferenciar e notar as especificidades do Brasil frente às solicitações ao espaço construído, e ao introduzir e propor inovações técnicas à arquitetura e engenharia. De acordo com Lia Motta (2008), esse argumento se fazia corrente entre diversos arquitetos envolvidos no Movimento Moderno frente à expectativa em emancipar elementos importantes que singularizavam a identidade nacional. Nas palavras de Motta (2008, p. 53-54):

Os modernistas, organizados em torno dos debates sobre a identidade nacional desde o final da Primeira Guerra Mundial, tinham a determinação de construir

uma feição brasileira para marcar uma civilização nacional. Esta foi atribuída ao abasileiramento da cultura trazida pela metrópole, à força de um Brasil mestiço, que rompia com os determinismos de natureza biológica, buscando analisar e compreender os brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de colonização. Criticavam o Brasil europeizado do século XIX e valorizavam os traços primitivos da cultura brasileira do século XVIII, anteriormente considerados como sinal de atraso.

Para Wissenbach (1991), no decorrer dos quatro séculos que antecederam a implementação do Movimento Moderno no Brasil, a organização das residências pouco fora modificada, seja em relação à distribuição dos recintos, à classificação dos ambientes ou dos usos observados nas casas. Em observação aos ranchos situados em diferentes localidades do interior do país, a autora argumenta que diversas características do episódio colonial brasileiro se mantiveram na arquitetura residencial em razão da manutenção da cultura de sobrevivência ou das condições de vida e visões de mundo, as quais apresentaram poucas mudanças.

Conscientes das bases teóricas nas quais Costa formulou seu modelo de interpretação da história e da arquitetura, o arquiteto tratou de enfatizar o princípio admitido como fio condutor da sua reflexão: o debate da funcionalidade, muito recorrente entre os arquitetos a partir da década de 1930, dissociado do conceito de estilo, dado que, conforme as conclusões do arquiteto, na arquitetura modernista brasileira a funcionalidade representava, programaticamente, a superação das conclusões sintéticas próprias do conceito de estilo (Bruand, 1981). Cabe ressaltar que o conceito moderno de funcionalidade muito se associa ao pensamento já elaborado no século XIX, e diversos arquitetos formularam suas respectivas noções sobre tal, especialmente em relação à arquitetura residencial.

Dentre estes profissionais, o célebre Le Corbusier (1887 - 1965) admitiu como referência a obra *Histoire de l'architecture* publicada nos últimos anos do século XIX pelo historiador Auguste Choisy (1841 - 1909), e que orientou diversos outros arquitetos racionalistas. No mesmo sentido, Costa e outros arquitetos brasileiros da sua geração buscaram no pensamento de autores do século XIX, em especial aqueles utilizados no ensino das academias, as indicações e ensinamentos fundamentais para formular as resoluções sobre funcionalidade na arquitetura do século XX.

Vale ressaltar que em meados da década de 1930, ao se aproximar das idealizações arquitetônicas modernas, o *International Style*, Costa se afasta a prática da arquitetura tradicional – sob a prática dos critérios e procedimentos próprios da corrente Neocolonial – e se dedica ao modernismo de referência corbusieriana. No entanto, suas propostas se regulavam mediante um caráter local, pautadas pela tradição da arte e da arquitetura e influenciadas por valores caros à trajetória histórica do Brasil. Em seguida, alguns anos mais tarde, sua atuação técnica no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se apoiaria nesses mesmos valores para fundamentar as avaliações e argumentos promovidos pelo órgão acerca da historiografia da arquitetura, embora a arquitetura religiosa fosse tratada em primeiro plano pela instituição (Martins, 2021).

De modo especial, os fatos relacionados ao desenvolvimento da arquitetura residencial brasileira nos primeiros cinquenta anos do século XX vinculam-se diretamente ao sentido da renovação social originária no século XIX, e assinalam a significação desses estágios precedentes para o que haveria de ocorrer no episódio evidenciado como cenário da modernização. Fundamentalmente, dois fatores condicionaram as transformações verificadas no programa das residências da primeira metade do século: a primeira delas associa-se às mudanças demográficas do país, com notável ocupação das capitais e fortalecimento dos centros urbanos; a segunda, procedente das reestruturações socioeconômicas e com efeitos mais lentos, porém efetivos e progressivos, consiste na Abolição da

Escravidade como agente fundamental da reestruturação da economia doméstica citadina. Como aponta Costa (1962, p. 174-5):

A máquina brasileira de morar, ao tempo da colônia e do império, dependia dessa mistura de coisas, do bicho e da gente, que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele quem fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador.

No mesmo sentido, Filho (1983, p. 27-28) concorda e corrobora os pressupostos colocados por Costa (1962) alguns anos antes:

O uso dos edifícios estava baseado na presença e mesmo na abundância da mão-de-obra. Para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d'água, dos barris de esgoto (os 'tigres') ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro, cinco e mesmo seis pavimentos. Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se a um nível tecnológico bastante primitivo. Esse mesmo nível tecnológico era apresentado pelas cidades, cujo uso,

de modo indireto, estava baseado na escravidão. A ausência de equipamentos adequados nos centros urbanos, quer para o fornecimento de água, quer para o serviço de esgoto e, mesmo, a deficiência do abastecimento, eram situações que pressupunham a existência de escravos no meio doméstico; a permanência dessas falhas até a abolição poderia ser vista, até certo ponto, como uma confirmação dessa relação.

Antes de tudo, vale ressaltar que durante toda a história do Brasil colonial e em algumas décadas após a abolição da escravatura, entendia-se o indivíduo negro, cativo ou livre, como um ser isento de história e inapto para colaborar ao processo de formação da cultura brasileira. Durante diversas gerações, as obras e estudos históricos condicionavam as manifestações, as organizações sociais e tradições dos negros unicamente ao passado étnico e da escravidão. Assim, frequentemente conceituava-se o negro como vazio de experiências e aprendizados, visto nos primeiros anos do século XX como produto excedente e residual da abolição, deixado pela escravidão e sem precedentes sociais e culturais. No entanto, os afrodescendentes estabeleciam experiências capazes de fornecerem sentidos à reorganização da sociedade e da cultura em diversos aspectos.

Após a sanção da abolição da escravatura, o processo de renovação do programa das residências no Brasil e de modificação dos modos de vida – este último pautado pelos vínculos de diferentes dependências e pela estrutura familiar patriarcal – ocorreu de forma gradual, e se manteve de modo relativamente invariável durante a primeira fase republicana, período que compreende entre os anos 1889 e 1930. Esta morosidade se justifica pelo fato pelo baixo valor da mão-de-obra sobre os serviços domésticos neste período que permitiu às famílias de classes média e alta, ainda que sem escravos oficiais, mantivessem os mesmos padrões de vida e sociabilidade. Como nos apresenta Aguiar (2022, p. 132):

Sem oportunidades de estudo e trabalho garantidas pelo Estado, muitas mulheres negras (sobretudo, ex-escravizadas e suas descendentes) continuavam atuando em residências de diversos estratos sociais, cumprindo múltiplas funções e longas jornadas, por salários irrisórios. Nas cozinhas, trabalhavam ao lado das donas de casa ou sob a supervisão e o olhar desconfiado delas.

Ou ainda:

A presença de mulheres negras no serviço doméstico é fruto de condicionantes históricas que tornaram bastante comuns histórias de vida como as de Risoleta, filha de pai escravo e mãe liberta, nascida em 1900 e inserida na função desde os oito anos, quando já realizava diversos trabalhos ligados aos cuidados com a casa e com a alimentação. [Risoleta] começou a morar na residência da sua primeira patroa aos cinco anos de idade, quando já ‘botava a mesa, tirava a mesa, lavava a louça’ e cumpria uma série de tarefas domésticas pesadas com esmero, motivada pelo temor de receber castigos físicos da dona de casa. Risoleta cresceu em um contexto pós-abolição da escravidão e industrialização incipiente, no qual poucas oportunidades econômicas eram disputadas por homens e mulheres, negros recém libertos, pobres e imigrantes. (Gomes, 2022, p. 158)

Essa presença constante das empregadas domésticas, por certo modo, suavizou a solicitação das donas de casa por eletrodomésticos. De acordo com a socióloga Elizabeth Bortolaia Silva, em seu estudo *Empregadas domésticas, máquinas e moral nos lares brasileiros*, publicado em 2010, relata que a indústria brasileira de produtos voltados ao lar na primeira metade do século XX teve menos força em relação a outras localidades, como Estados Unidos ou Reino Unido justamente pela presença de trabalhadoras domésticas nas residências de várias camadas sociais. Nessas condições, esse nicho industrial no Brasil teve que adequar seus produtos às diversas práticas domésticas antigas. A inserção das tecnologias nos lares de classe média da época não significou uma adesão por parte das donas de casa: por diversas vezes, na ocasião da aquisição de eletrodomésticos nas residências, a dona da casa é a compradora, mas é a empregada quem os utiliza.

Sobre essa situação, Costa (1937) e Filho (1983), além de apontarem para as recentes solicitações às propostas de novas residências, complementam que a arquitetura produzida no século XX sintetiza lições já sedimentadas nos séculos anteriores – algumas avaliadas para serem, paulatinamente, superadas –, além de concordarem que até a gênese do século XX a produção e o uso da casa baseavam-se, diretamente, no trabalho escravo. Desse modo, torna-se possível reconhecer a existência de oposições e resistências no processo de conformação da vida cotidiana e da composição da residência no período observado e perceber que o processo de mecanização do trabalho doméstico é mais complexo do que preveem as narrativas que sugerem uma transição imediata e sem percalços do trabalho manual para o mecânico-elétrico.

Sobre o programa das novas residências, Filho (1983) argumenta que no fim do século XIX não se esboçavam mudanças significativas destinadas ao programa das residências uma vez que ainda se conservavam formas de habitar dependentes do trabalho escravo. Por outro lado, Costa (1962) avalia a reformulação do espaço da casa e pontua que os requisitos de economia e eficiência no uso passaria a ocupar o mesmo lugar atribuído anteriormente aos tão solicitados requisitos de beleza. E ainda, as transformações inseridas na residência, além de atender as novas

determinações e padrões econômicos, deveriam voltar-se a redefinir a experiência e solucionar os problemas de ordem prática ou doméstica, mediante uma avaliação crítica no tocante das escolhas adequadas das soluções técnicas, cuja assertividade definia-se pelos novos atributos da vida social e privada das famílias brasileiras nas primeiras décadas do século XX. Nesse caso, as qualidades e singularidades estéticas não se sobrepunha às conveniências e lições práticas, mas acompanha-os com o propósito de aprimorá-los.

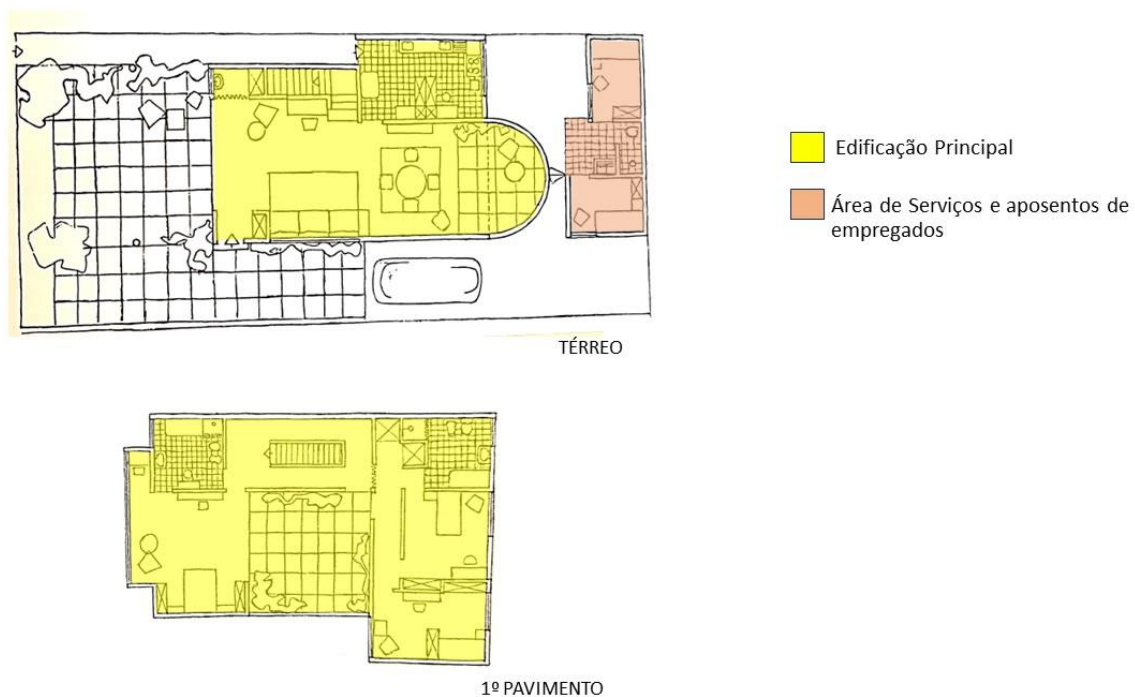
Em menção às atribuições espaciais das residências do final do século XIX, embora as edificações apresentassem medidas que contribuíssem para a sua sofisticação ambiental, como afastamentos que impunham novas maneiras de distribuição e propostas para melhorar a ventilação, as casas ainda apresentavam heranças das antigas residências rurais e urbanas. Especialmente nas casas de maiores dimensões, se percebia tais sinais em evidências como na exigência de ambientes para diferentes práticas de sociabilidade, como a separação entre sala de visitas e de jantar, no tratamento dado às garagens – elaborados até o século anterior na condição de cocheiras –, no cultivo de pomares e hortas e na criação de animais de pequeno porte. Essas práticas afirmam e indicam os vestígios de um passado rural recente e esclarecem que em diversas casas ainda se fazia necessário um contingente mínimo de serviçais para seu funcionamento e eficiência (Rodarte, 2004).

Correia (2004) e Mello (2007) declaram que esses esquemas quanto à organização espacial das residências vigoraram até meados do ano de 1945 e influenciaram as decisões dos arquitetos em diversos projetos na atualidade. Todavia, esses autores aconselham que tal programa, o qual materializava esforços em separar enfaticamente os ambientes sociais e de serviço, se determinava amplamente pelas tendências de discriminação social herdadas do regime escravista. Se nos hábitos coloniais os indivíduos escravizados limitavam-se às senzalas e cozinhas, na sociedade do século XX destinava-se aos serviçais a área de serviço e o quarto de empregada, muitas vezes situados em edículas em edificação independente da residência.

Assim, as frentes das casas e os cômodos que lhes ficavam mais próximos e onde eram admitidas as visitas, eram os mais valorizados; as partes laterais e superiores eram reservadas à intimidade da família (e nela eram recebidos apenas os parentes e visitantes de pouca cerimônia). Os fundos e, por vezes, a lateral mais estreita, como áreas de serviço eram áreas de completa desvalorização social, verdadeiro desprestígio, quase tabu, herdados do tempo em que ali estariam os escravos e acomodando agora os filhos daqueles. Algumas senhoras mais ricas, podendo manter ‘governanta’, geralmente alemã ou francesa, lá não apareciam, quando muito deixando-se chegar à copa, em busca d’água. (Mello, 2007, p. 72)

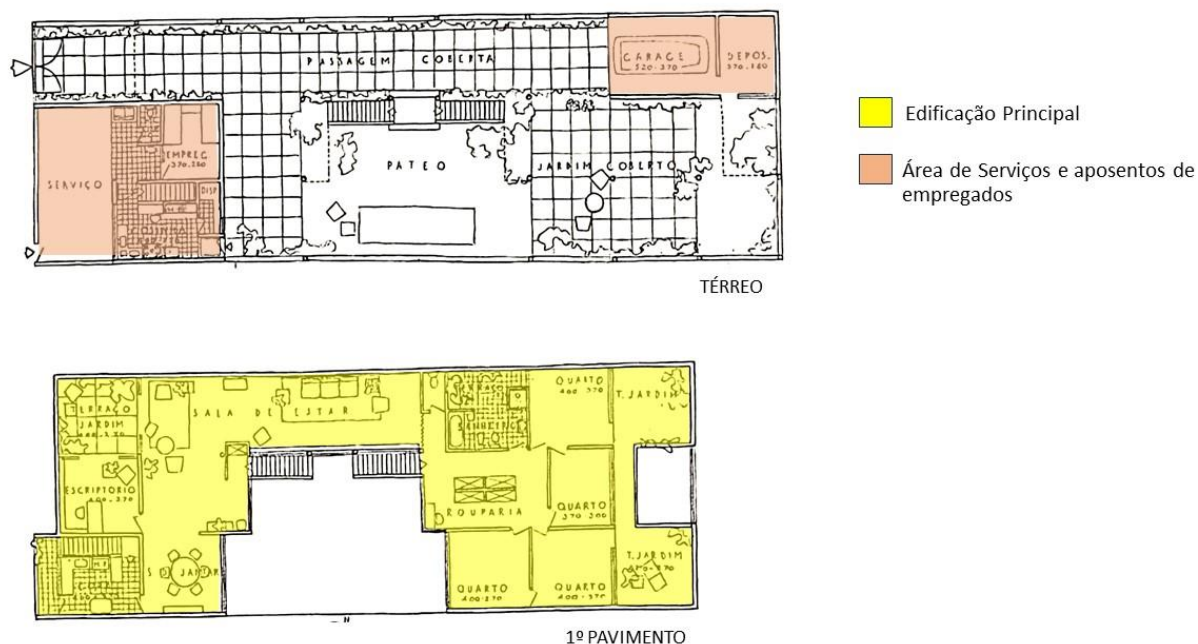
Essa ocorrência pode ser verificada nos projetos abaixo, de autoria de Lucio Costa, cujas propostas datam de aproximadamente na década de 1940. Enquanto o espaço da casa se qualificava substancialmente em relação às novas tecnologias empregadas na construção, como os novos revestimentos, materiais e técnicas, sua compartimentação e setorização ainda reproduzia ensinamentos já muito evidenciados pela racionalidade tradicional quanto aos projetos residenciais. Esse tradicionalismo se evidencia ainda mais no projeto catalogado a seguir, cuja residência situa os espaços de serviço e aposentos dos empregados em edificação anexa e independente à planta principal. A observação destes programas nos encaminha a inferir os diálogos, ainda que involuntários, entre as espacialidades da residência do Movimento Moderno e das antigas Casas Grandes. Essa separação entre os ambientes de serviços e podiam acontecer de maneira vertical, como se destaca no projeto apresentado nas Figuras 53 e 54.

Figura 52 – Intervenção do autor feita sobre o projeto “Casa Sem dono”, autoria de Lúcio Costa, década de 1940



Fonte: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34/ Sesc, 2018.

Figura 53 – Intervenção do autor feita sobre projeto autoria de Lúcio Costa, elaborado na década de 1940



Fonte: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34/ Sesc, 2018.

Deste modo, evidencia-se as influências da cultura social do período colonial sobre o programa das residências e sobre os diferentes níveis de tratamento arquitetônico, este último voltado a corroborar valores da sociedade. Esses diferentes níveis de refinamento do ambiente em razão do seu uso e de hierarquizá-los diante dos indivíduos que lhes faziam uso pode ser verificado, ainda, na quantidade e no tipo de decoração destinados aos diferentes cômodos ou nas distinções que fazia, forçosamente, os cômodos apresentarem mudanças funcionais absurdas. Essas classificações se referiam, por exemplo, às salas de almoço e jantar muito comuns nas primeiras décadas do século XX, que tentavam diferir as mesmas funções da vida familiar exercidas em um mesmo ambiente como forma de enobrecer socialmente a casa.

Além do mais, argumenta Filho (1983), a permanência de algumas características próprias da vida rural ou das evidências que apontavam os resquícios coloniais e da escravidão na configuração das residências comumente se encontrava nos recintos inseridos aos fundos do imóvel. Esse modo de operar a distribuição espacial da residência aponta a preocupação dos indivíduos do século XX em relação aos julgamentos que poderiam ser apresentados pelas visitas ou transeuntes sobre a manutenção de tais costumes.

Nesse sentido, pensadores como Cjzaikowski (2000) e Mello (2007) alegam que, apesar dos notáveis avanços conquistados pela arquitetura em âmbito tecnológico e na sua racionalidade, a arquitetura parecia se comprometer com alguns esquemas técnicos típicos do período colonial. Um exemplo desses encaminhamentos consiste na adesão pelos arquitetos do século XX de técnicas construtivas tradicionais, como as robustas paredes que, além de vedação, cumpriam também os esforços estruturais. Cjzaikowski (2000) expõe que até meados de 1937, os esforços do Movimento Moderno em extinguir as especificidades coloniais das propostas de projeto residencial apresentaram resultados superficiais e pouco definitivos. Como rememora os autores:

As soluções técnicas eram sempre mais ou menos semelhantes. As paredes de tijolos forçavam a repetição das plantas nos dois pavimentos. [...] Os telhados amplos, quase sempre com beirais, lançavam as águas sobre os jardins, ou, quando possível, ostentavam um sistema completo de condutores e calhas em balanço. (Filho, 1983, p. 78)

O desaparecimento dos porões habitáveis conduziria ao uso das edículas, com garagens, quartos, canis, depósitos etc., onde ainda seriam reconhecíveis facilmente os traços das antigas

senzalas, cocheiras, oficinas de serviço e locais. Transferiam-se para os fundos das casas aquelas dependências, uma vez que, longe dos alinhamentos e das vistas dos passantes, as residências reduziam seus embasamentos, conservando apenas porões discretos, com galerias para arejamento. Em seguida, com o uso de impermeabilizantes e pisos de tacos de madeira, mesmo aqueles afastamentos do nível do terreno seriam abolidos. Quebrava-se, pois, um entrave de quatro séculos e conquistava-se a possibilidade de incorporação do espaço exterior e da paisagem à arquitetura, o que desde logo seria aproveitado pelo nascente movimento de arquitetura contemporânea. (Cjzaikowski, 2000, p. 154)

Outro fator que contribuiu com a promoção dos modos de vida frente àqueles verificados na sociedade escravocrata se associa aos feitos de empresas como *City Improvements*, *Compagnie du Gaz* e *Light & Power*. Por intermédio da atuação desses empreendimentos foram introduzidos serviços essenciais de saneamento, água encanada e tratamento de rejeitos, os quais tornaram as atividades domésticas menos fatigantes. Vale ressaltar que, simultaneamente, esses serviços de fornecimento e saneamento contribuíram de forma direta às reavaliações do ambiente doméstico, inicialmente pelas solicitações de disposições higienistas conforme apresentadas anteriormente, e pela introdução de soluções técnicas que viabilizaram o cumprimento ações em relação às tarefas domésticas e à experiência da casa.

Diversos arquitetos e engenheiros conceituaram nos primeiros anos do século XX os atributos que o programa das residências deveria contemplar, especialmente em relação às habitações de padrão popular e médio. Na década de 1940, Andrade Sobrinho (1942) realizou um estudo, cuja proposta foi nomeada de Casa de Sete Peças, que estipulava os cômodos fundamentais para promover condições de

repouso, bem-estar e higiene: cozinha, sala, três quartos, banheiro e varanda. Para o autor, esse modo de ordenar o programa, além de permitir a organização e ordenamento das diferentes atividades sediadas no lar, favoreciam a preservação da boa moral da família, especialmente por separar os dormitórios dos diferentes moradores da casa. Andrade Sobrinho declara em seu estudo que o dimensionamento dos ambientes e os acabamentos a serem empregados representam preocupações secundárias ao arquiteto frente aos cômodos – ou “sete peças” – necessárias para propiciar conforto e qualidade de vida ao indivíduo. Sobre essa ocorrência, Filho (1983, p. 48) Completa que:

As primeiras manifestações da mecanização da produção de materiais e de construção e da presença dos imigrantes como trabalhadores assalariados respondiam pelas alterações das técnicas construtivas nessa época. [...] Foi, portanto, somente após a supressão do tráfico de escravos e o início da imigração europeia e o desenvolvimento do trabalho remunerado e o sistema ferroviário que apareceram as primeiras residências urbanas com uma nova implantação, com o que se poderia chamar de ‘deslocamento’ da construção dos limites do lote e um esforço da conquista e incorporação do espaço externo à arquitetura das residências.

Em concordância com Andrade Sobrinho, na mesma década o engenheiro Raul Vieitas (1943) apontava características construtivas importantes para serem consideradas no projeto do novo padrão de residências. Para o autor, as qualidades indispensáveis para as casas consistem no seu conforto e durabilidade, atributos esses que exigiam racionalização do projeto, especialização da mão de obra e simplificação do programa de necessidades. Vieitas propôs também o abandono de soluções frequentes nas residências, como a eliminação da despensa anexa à

cozinha. De acordo com o engenheiro, esse compartimento representava um recurso ultrapassado, uma vez que seu uso frequente se situava nas fazendas, em um período que se fazia necessário armazenar uma grande quantidade de alimentos em razão da grande quantidade de pessoas que integrava as famílias e a dificuldade de obtenção de alimentos e demais suprimentos.

Na promoção de um padrão de moradia compacta e eficiente, recomendava planta simples e sem reentrâncias externas para permitir um telhado de duas águas, a abolição da saleta de entrada, a criação de uma sala de estar reunindo a de visitas e a de jantar, a redução do corredor e a criação de quartos de tamanho reduzido e sem portas integrando-os. A cozinha, que segundo o autor continuava sendo ‘a velharia dos nossos avós’, foi objeto de especial atenção. [...] O ideal para Vieitas é o que chamava de ‘cozinha americana’: um compartimento pequeno circundado por armários altos e baixos, nos quais se encaixam o balcão, a pia e o fogão. (Correia, 2004, p. 89)

Autores, como Faria (2005), relatam que até o século XIX as residências apresentavam os mesmos critérios de construção e de agenciamento do programa, circunstância observada nas casas das diferentes camadas sociais. Apesar de apresentarem qualidades semelhantes do ponto de vista tecnológico e funcional, o atributo que as diferenciava consiste no dimensionamento e na complexidade da composição dos recintos, ou seja, tais residências se diferenciavam quantitativamente e não qualitativamente. Lemos (1979) comenta que frequentemente as famílias ricas afirmavam seu poder apenas através do aumento do número de dependências das casas e do dimensionamento dos compartimentos, sem, todavia, aperfeiçoar

tecnologicamente os ambientes ou modificar os tradicionais agenciamentos e partidos.

Nessas condições, se cumpriam nas primeiras décadas do século XX as principais avaliações dos programas das residências, cujas verificações decorreram das transformações sociais e econômicas do final do Império e início da República, dado que a abolição da escravidão representa o acontecimento de maior magnitude para esse contexto (Puppi, 1998). No entanto, autores como Costa (1962) apontam que outros fatores contribuíram para a apreciação dos espaços das casas, de modo especial a eventos de ordem mundial, como a Revolução Industrial que, diante das suas propostas, oportunizou a sofisticação de diversas soluções técnicas e a introdução de novos procedimentos construtivos. Puppi (1998, p. 38) acrescenta:

De um lado, a ausência dos escravos, a exigir a otimização da casa (a necessidade de se facilitar o serviço doméstico), e ainda o crescimento das cidades, a exigir a coletivização do morar; de outro, o concreto armado, permitindo a satisfação dessas exigências. Trata-se enfim das imposições históricas que passavam despercebidas aos arquitetos [...], estes teimavam em não lhes dar a devida atenção, e insistiam nos exercícios formais ('técnico-decorativos').

Assim, ao passo que ocorreram importantes mudanças nas técnicas da construção, novas racionalidades, proposta e preocupações se incorporaram ao pensamento da arquitetura e da engenharia, como o uso racional dos recursos, a racionalização quanto ao uso dos materiais e o cálculo quanto à resistência e eficiência dos elementos construtivos. Esse momento apresenta a fragilização no empirismo na prática construtiva e a efetiva introdução de preocupações motivadas pelas novas

tecnologias, determinações legais e normas, referências que condicionariam os novos partidos e programas nas residências brasileiras.

5.3 - Sylvio de Vasconcellos: um importante porta voz das contradições presentes na retórica moderna em Minas Gerais

Apesar da sua grande importância para as reflexões sobre arquitetura, urbanismo, história e patrimônio no Brasil, as pesquisas em torno da produção de Sylvio de Vasconcellos ainda se fazem limitadas e pouco frequentes. Nascido na cidade de Belo Horizonte no ano de 1916, Vasconcellos teve uma carreira brilhante e significativa do ponto de vista cultural: um dos precursores dos debates sobre o Movimento Moderno em arquitetura no Brasil, atuou em notáveis frentes da intelectualidade brasileira durante boa parcela do século XX.

Contribuiu com seu trabalho – técnico e docente – na vigorosa difusão de ideias no campo da arquitetura, urbanismo e história. Formou-se arquiteto pela nona turma da Escola de Arquitetura da UFMG, instituição a qual posteriormente se tornaria professor e diretor; se dedicou em importantes organizações, a exemplo do cargo de diretor do IPHAN, bolsista da Fundação Guggenheim, principal pesquisador da *U.S. National Endowment for the Humanities*, dentre outras contribuições. O arquiteto teve sua dinâmica e intensa atuação profissional e cultural no Brasil interrompida frente ao exílio imposto pelo golpe militar instituído no país no ano de 1964. Na ocasião, adotou os Estados Unidos como residência em maior parte deste episódio, país que o arquiteto se destinou em 1969, onde residiu até seu falecimento, no ano de 1979. Sobre sua notável carreira, Lemos (2004, p. 11) completa que:

[...] o mestre iniciou, tão logo ingressou na academia, a sua prodigiosa carreira como ensaísta, arquiteto, crítico e historiador inspirado na irresistível tríade que fez de Minas um lugar

diferente – a produção artística, a cultura e a arquitetura nas cidades coloniais. Além de professor de Arquitetura, pôde ainda conciliar a posição de chefe da Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e uma carreira como arquiteto e competente pesquisador na área. Tudo indica que Vasconcellos, numa espécie de antevisão, realizou uma vasta e rica obra ao longo dos 18 anos de intensiva atuação em solo mineiro, entrecortados por várias viagens dentro e fora dos limites brasileiros. À medida que ampliava suas experiências e aprofundava suas investigações e seus contatos, seus trabalhos iam adquirindo maior complexidade e sofisticação.

Antes mesmo da atuação de Vasconcellos nas reflexões sobre a modernização da arquitetura e da arte, o estado de Minas Gerais já sediava debates notórios sobre a modernidade, cujo conceito nos séculos anteriores – de modo especial, a partir do século XVIII – se vinculava diretamente ao fortalecimento do antigo sistema colonial. Com a chegada do século XX em Minas Gerais, momento marcado pela recente implantação da Nova Capital, ainda se faziam muito presentes ensinamentos da modernidade engendrados até meados do século XIX, especialmente no contexto urbano, o qual se configurou em conformações espaciais reguladas por um padrão de regionalização já discutidas em outros momentos da história mineira. No entanto, com a virada do século, a consciência moderna se voltava para as experiências coletivas apoiadas na garantia de bem estar e emancipação da condição de vida nas cidades e as propostas urbanas e arquitetônicas estabelecidas em Belo Horizonte se alinhavam a esses valores.

De acordo com Lemos (2004), por volta dos anos de 1920 e 1930 a cidade em que Vasconcellos atuava já apresentava evidentes indicativos da consolidação desta modernidade, não somente no âmbito do espaço urbano, como na arquitetura

proposta nesta localidade. Essa nova referência se afirmava por uma jovem geração modernista composta por estudantes e funcionários públicos que fomentaram o estabelecimento de um recente estilo de vida, de experiência social, de manifestações socioculturais e políticas. Nesse cenário Vasconcellos representava um importante agente no processo de transformação de diversas searas. Como explica Lemos (2004, p. 13):

Desses ruidosos movimentos culturais e artísticos e da conjunção da paisagem belo-horizontina articulando consolidações e mudanças foi desenhando a modernidade partilhada por Sylvio de Vasconcellos. [...] Artistas, intelectuais e arquitetos uniram-se e assim puderam edificar, ao lado de representações políticas e arquitetônicas, um centro de gravidade cultural predominantemente pautado pela literatura, pelas artes e pela arquitetura. O arcabouço simbólico em que se pulverizou a experiência social mineira, as manifestações políticas, a dimensão econômica e todos os elementos que esta envolve ganharam, em Belo Horizonte, um impulso decisivo na década de 40.

Esse processo mencionado por Lemos (2004) se estimulou, dentre outras coisas, pela intensificação da atividade industrial na capital, especialmente a partir da implantação da Cidade Industrial e consolidação da indústria em regiões como Centro, Carlos Prates e Cachoeirinha, o fortalecimento econômico firmado na cidade, a ampliação da malha urbana e a atração da população advindas de diversas localidades do interior do estado. Essa conjuntura de consideráveis transformações contou com o estímulo do então prefeito da capital, o diamantinense Juscelino Kubitscheck (1902 - 1976) e sua expectativa em inserir Belo Horizonte no quadro

econômico e industrial brasileiro. Como argumenta Bicalho & Araújo (2015, p. 29):

No período em que Juscelino Kubitschek foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), deu-se início a uma mudança de enfoque no conceito de administração pública. Foi em sua gestão que a ideia de modernização, presente na construção do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, se consubstanciou na capital mineira, sendo reforçada por uma ação concreta na estrutura da cidade e nas tipologias das edificações que aqui foram construídas. Também foi nessa época que a cidade consolidou sua expansão para além do traçado original, com a abertura de vias urbanas, como as avenidas radiais Teresa Cristina, Francisco Sá e Silviano Brandão, capazes de arejar a região central e suprir as necessidades de expansão da Capital.

Nessas condições, Kubitschek apresentava a expectativa em fortalecer a modernização da cidade, cujo interesse se vinculava à sua concepção de que uma capital moderna se fazia absolutamente necessária ao estado de Minas Gerais. De acordo com o relato de pesquisadores como Bicalho & Araújo (2015), nesse momento a capital se reafirmara como símbolo do progresso e requeria inovações em diversos aspectos, dentre eles, as artes e a arquitetura. Em outras palavras, esses esforços em replanejar a cidade sob a perspectiva do progresso e sua consolidação econômica e política, para além das propostas urbanas, prescindia, voluntária e involuntariamente, de uma redefinição no modo de pensar os padrões de comportamento, de consumo e, sobretudo, de arquitetura e espaço.

No âmbito das artes e da cultura, em maio de 1944 a gestão de Kubitscheck organizou em Belo Horizonte uma mostra de arte apelidada de *Semaninha de Arte Moderna*, cuja exposição congregou importantes artistas e arquitetos da época. Se destaca a presença de profissionais como Alberto Guignard (1896–1962), Burle Marx (1909–1994), Cândido Portinari (1903–1962), Di Cavalcanti (1897–1976), Lasar Segall (1891–1957), Tarsila do Amaral (1886–1973), Alfredo Volpi (1896–1988) e outros 36 importantes nomes da vanguarda convidados não somente a expor suas obras, mas também promover debates que fomentariam os rumos do Movimento Moderno na região e no país. Desde a ocorrência da Semana de Arte Moderna em 1922 na cidade de São Paulo, as discussões modernistas não ganhavam tamanha atenção. Assim, é inegável que a apelidada *Semaninha de Arte Moderna* representou um marco importante para o processo de modernização de Belo Horizonte – que apresentava uma dinâmica de ascensão diante da implantação de equipamentos como o conjunto da Pampulha e a criação do Instituto Belas Artes, mais conhecido como Escola Guignard – como também para o futuro panorama artístico no Brasil.

Alguns anos antes da ocorrência desse evento, em 1936, alguns arquitetos já atuantes na capital mineira se reuniram com a finalidade de promover a implementação e os rumos da nova arquitetura. Na ocasião, Vasconcellos e outros arquitetos como Nicola Santolia, Virgílio de Castro e Raphael Hardy Filho se reuniram no porão do Cine Brasil e tal episódio pode ser entendido como os primeiros passos das reflexões quanto ao Movimento Moderno em arquitetura na cidade (Cavalcanti, 2001).

Todavia, episódios paralelos também contribuíram para a gradual instalação do processo de modernização da arquitetura. Dentre estes, Bicalho & Araújo (2015) ressaltam a prática de conceitos e ensinamentos próprios do movimento *Art Déco* em diversos edifícios da cidade, cujas orientações propunham uma clareza estética e funcional nas edificações, amparadas pelo uso da geometria pura e ornamentação austera. Esses autores relatam que o *Art Déco* introduziu na arquitetura de belo-

horizontina uma racionalização no projeto dos principais edifícios, com destaque à construção no ano de 1935 do prédio mais importante do município: a prefeitura.

Sylvio de Vasconcellos não somente testemunhou esse contexto como também lhe entrevistou e colaborou. Neste período, dado seu destaque técnico e intelectual, projetou diversos edifícios e conduziu a construção de numerosas propostas, de modo especial imóveis residenciais. Como aponta Lemos (2004), para além da sua própria residência, se destacam a Casa Marília Gianetti (1945), a Casa Dr. José Luís Andrade (1945), a Casa Dr. Amílcar Vianna Martins (1949), a Casa Paula Greiner (1949), a Casa Dr. Caio Nogueira (1952), a Casa Dr. Caio Benjamin Dias (1954), e outros importantes projetos para a trajetória de Vasconcellos.

Essas construções se fundamentaram nas referências modernistas, conforme podemos verificar nos projetos a seguir, e Vasconcellos utilizava das inéditas possibilidades técnicas para empreender soluções ainda vistas como experimentais para a prática da arquitetura residencial na época. Dentre esses novos recursos, ascendem janelas em fita, uso de brises com diferenciados padrões, fachadas livres, concreto armado, esquadrias metálicas, janelas de correr verticais e horizontais e lajes planas. Nota-se também, de forma inovadora, a conciliação de técnicas tradicionais às novas propostas da construção, como o emprego de muxarabis ou gelsias em madeira, neste caso empregadas na finalização de janelas e aberturas em áreas de maior incidência solar. Esse emprego associado de soluções tradicionais e modernas passa a ser uma importante característica nas obras do arquiteto. Nas palavras de Brasileiro (2015, p. 90),

Outros elementos da cultura arquitetônica brasileira serão explorados por Vasconcellos em um processo de releitura plástica, que exige a adaptação de materiais e elementos construtivos. Deste modo, treliças são substituídas por venezianas que deslizam por meio de roldanas e contrapesos (quando na vertical), cobogós cerâmicos, placas de

compensado, compondo, ainda, um novo quadro estético.

A utilização deste repertório tradicional pode ser verificada em obras como a residência construída na década de 1940 na Rua Caldas, nº 47, no bairro Carmo, imóvel que em seu projeto original contava com elementos como azulejos decorados, estrutura em madeira, telhado cerâmico aparente, cobertura em composição de duas águas, vergas em pedra aparente sobre as portas, esquadrias em madeira e guarda corpo em treliças vinculadas muito próxima aos muxarabis. Internamente, a residência dispunha de composição limpa, rítmica e bem moldurada.

Figura 54 – Residência situada na Rua Caldas, nº 47, bairro Carmo



Fonte: Livro *Sylvio de Vasconcellos – Moderno e Mineiro*. BICALHO, Carlos Henrique (org), 2015.

Figura 55 – Residência na Avenida do Contorno, nº. 7871, Belo Horizonte - MG



Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

Figura 56 – Residência na Rua Caldas, nº. 47, Belo Horizonte - MG



Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

Figura 57 – Sinval de Sá, nº. 586, Belo Horizonte - MG



Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos.

Assim, em meio às inovadoras propostas de Vasconcellos, também se fazem presentes diversos elementos da plástica e da espacialidade colonial, como treliçados, varandas ou alpendres com amplo dimensionamento, quintais espaçosos, telhado cerâmico aparente finalizados por discretos beirais. Sua trajetória, embora curta, foi capaz de dar novos significados à linguagem e à técnica do passado. Vasconcellos narra sobre a composição espacial da arquitetura no Brasil, de modo especial, dos programas verificados nas residências de Minas Gerais à época da seguinte maneira:

Eis nossa arquitetura tradicional doméstica. Funcionalmente caracterizando-se pela boa distribuição das plantas: parte nobre, íntima e de serviço, autonomamente entrosadas; plasticamente desativadas e singelas, mas agenciadas em boas proporções, harmonicamente dispostas. Composições claras, limpas, definidas, bem moduladas e rítmicas, ostentando uma saúde plástica. (Vasconcellos, 1983, p. 44)

E completa o arquiteto:

As casas são mais compactas e já recuadas do alinhamento da via pública, em sua maioria no limite mínimo de três metros preconizado pelo regulamento de obras local. Baixa para três metros o pé direito interno, aparecem terraços descobertos e principia haver maior preocupação quanto à organização interna. (Vasconcellos, 1963, p. 73)

As primeiras experiências na arquitetura classificadas como modernistas em Belo Horizonte datam-se aproximadamente na década de 1940, muito impulsionadas

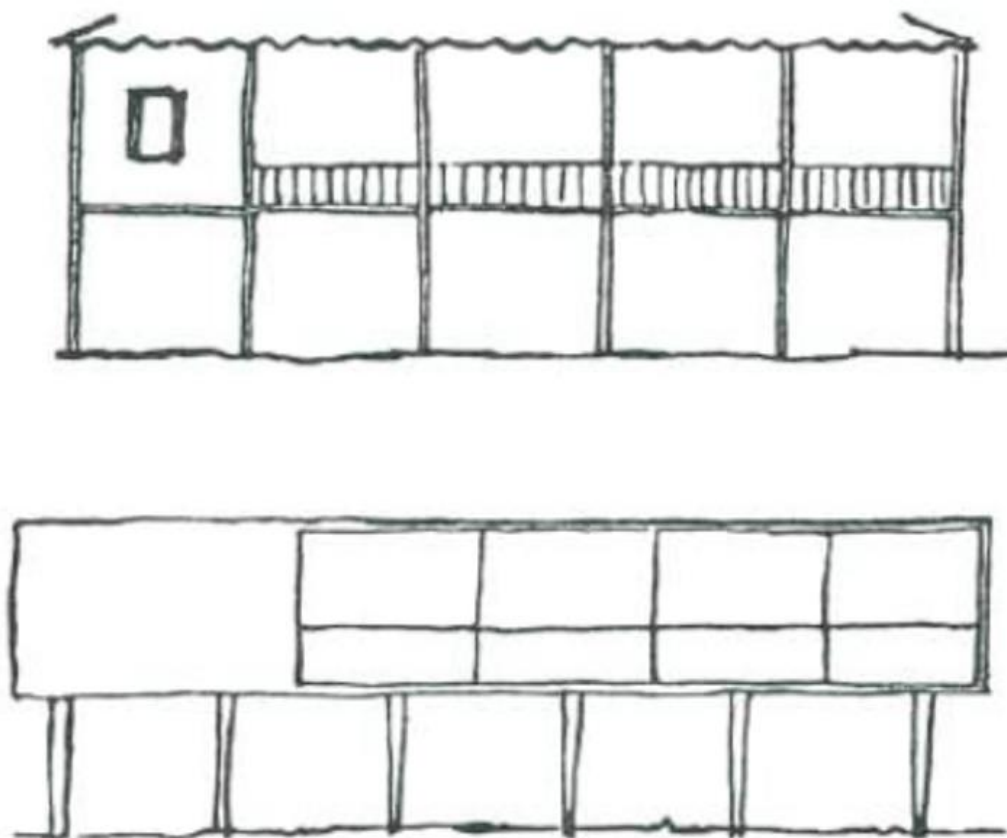
por iniciativas de ordem político-econômicas que influenciaram tanto a construção quanto as disposições acerca do espaço urbano. Inegavelmente, esse momento sediou significativas mudanças nas práticas culturais, nos valores pessoais e na sociabilidade de praticamente todas as camadas sociais, e essas transformações condicionariam os novos modos de morar. As mudanças no comportamento e nas relações inferiram, em princípio, um novo significado no uso dos diferentes recintos da casa e permitiram que os novos hábitos sociais se estabelecessem no interior da residência. No entanto, embora apresentassem uma linguagem que dialogasse com as reflexões do crescente Movimento Moderno, ainda se reproduziam padrões tradicionais que podiam ser notados na arquitetura e nos modos de vida, cuja característica se fazia presente ao longo de toda a primeira metade do século XX. Como argumenta o Vasconcellos (1961, p. 69):

Estes padrões resumiam-se na separação nítida da residência em duas partes absolutamente distintas: a intimidade e a sala de visitas. Na intimidade a vida doméstica apegava-se ao binômio dormitórios-cozinha. Daí a persistência daquele contraste observado pelos viajantes estrangeiros que percorreram a Província na primeira metade do século XIX: as senhoras nas ruas recobertas de jóias e rendas, os homens de casaca e cartola. Em suas casas, porém, estes mesmos personagens viviam de camisolas e ceroulas. Na rua, cheios de cerimônias e atitudes formais circunspectas, discretas e fechadas; em casa, sem reservas com as mucamas e a escravaria, em doce à vontade sem contenções. Isso na intimidade dos lares, porque na parte reservada aos estranhos, nas arrumadas salas de visitas a mesma circunspecção da rua se repetia, acentuada pela colocação simétrica do mobiliário,

presidido pelo sofá ladeado de poltronas e cadeiras em semicírculo impecável.

Vasconcellos se situa nesse contexto de modernização, pautado pela reinterpretação de ensinamentos evidentes na arquitetura tradicional, referências essas exercidas anteriormente ao longo do período colonial, seja ao se apropriar dessas orientações, ao utilizá-las como ponto de partida de importantes mudanças ou na criação de novos desenhos, como evidenciado no croqui do arquiteto a seguir. Nesses estudos, Vasconcellos faz uso da composição volumétrica e estrutural das residências tradicionais para constituir a sua proposta e sua linguagem frente às orientações do Movimento Moderno.

Figura 58 – Croqui de Sylvio de Vasconcellos que evidencia a semelhança entre o partido da arquitetura tradicional e a casa do Movimento Moderno



Fonte: Livro *Sylvio de Vasconcellos – Moderno e Mineiro*. BICALHO, Carlos Henrique (org), 2015.

Assim, de acordo com os relatos de Vasconcellos (1961), a despeito dos grandes avanços gestados durante o século XIX na arquitetura residencial, muitas das mudanças verificadas na casa do ponto de vista espacial, funcional ou tecnológico podiam representar adaptações das propostas das construções datadas no período colonial mineiro ou se determinarem pelos seus ensinamentos, especialmente àqueles que se referiam ao uso dos materiais, composição volumétrica e conforto ambiental.

Vasconcellos (1961) evidencia que, apesar de ao menos as fachadas das residências apresentarem um notável processo de modernização plástica, até

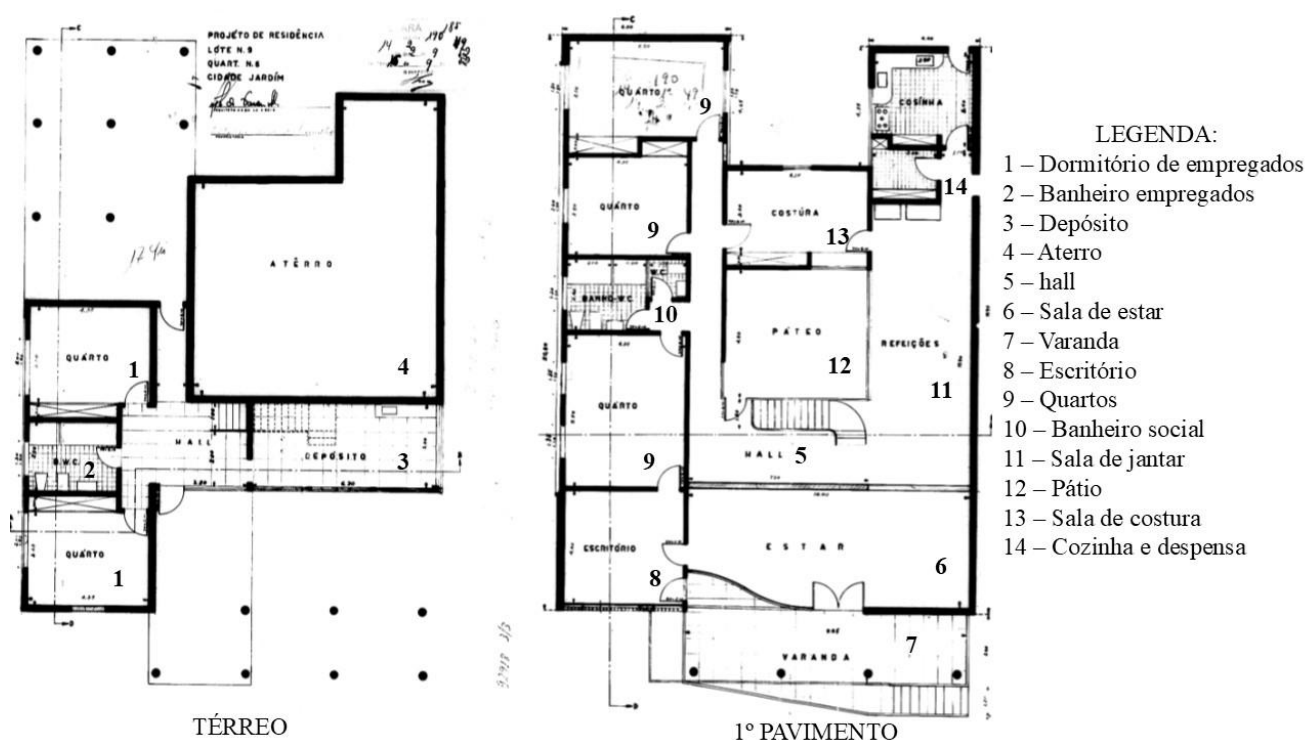
meados dos anos 1940 os espaços das casas ainda preservavam os partidos tradicionais, com grande protagonismo no projeto de recintos como salas, dormitórios e cozinha. Isso se associa às características da vida privada e urbana, que, ao menos na recém inaugurada cidade de Belo Horizonte, ainda congregavam aspectos dos antigos centros urbanos. Além do mais, o arquiteto reconhecia que, apesar das notáveis inovações na técnica e na estética praticada na arquitetura do Movimento Moderno, a racionalidade tradicional na composição dos espaços ainda regulamentava os projetos de diversos profissionais, percebendo a antiga produção simbólica como um notável determinante nas propostas da sua época, inclusive nas suas próprias produções. No caso de suas obras, as propostas se classificam, frequentemente, da seguinte maneira:

[...] plasticamente, Sylvio resolvia seus projetos em blocos bem definidos que se justapunham em saudável equilíbrio, usava cores discretas mas seguramente e gostava de inventar formas novas para os elementos estruturais [...]. Os vãos distribuíam-se em proporções elegantes e muito semelhantes às dos sobrados coloniais que lhes eram tão familiares e queridos. É uma interessantíssima concepção plástica de grande movimento que lembra bem as curvas barrocas do grande mestre mineiro do século XVIII. (Mello, 1987, p. 78)

Ainda que fossem verificados uma estabilidade no programa das casas – compostas geralmente por varanda ou alpendres, três quartos, uma sala, uma copa, cozinha e banheiros, esse cenário da arquitetura passa a apresentar maior tendência de mudanças no alvorecer dos anos 1940, como evidenciado no projeto apresentado a seguir. Neste momento se data a ascensão de importantes iniciativas, como a implementação do sistema de financiamento da Caixa Econômica Federal

e o consequente acesso das camadas sociais populares à moradia, novas configurações de espaços e técnicas construtivas alcançam maior notoriedade. Dentre essas inéditas propostas, podem ser mencionadas a sintetização no dimensionamento das residências, redução na área livre dos terrenos, emprego de técnicas mais simplificadas e soluções de menor custo para que fosse contemplada os limites orçamentários desses planos.

Figura 59 – Plantas de residência na Rua Olímpio de Assis, n.77



Fonte: APCBH, 2024.

Contudo, muito frequentemente as espacialidades dessas residências contava com limitados programas que ainda apresentavam características estanques. Como expõe Araújo & Bicalho (2015), as construções projetadas a partir da década de 1940 ainda contavam com alpendres de acesso (que podiam ser qualificados a partir de então de *hall* de acesso), três ou quatro quartos com dimensionamento de três por três metros, sala, copa, cozinha e banheiro, recintos esses agrupados em

alas ou setores. Todavia, Vasconcellos chama atenção ao fato de as novas potencialidades da residência se vincularem aos novos materiais e as práticas sociais até então muito pouco observadas no espaço da residência.

As salas de visitas se abrem e ganham maiores dimensões, aperfeiçoam-se cozinhas, tornadas mais funcionais, e os cômodos sanitários tornam-se mais confortáveis. As paredes ganham transparência com o uso do vidro, deixando de ter função estrutural, passando a ser apenas painéis de fechamento, característica viabilizada pelo novo sistema construtivo e estrutural tipo “esqueleto”, pelos princípios corbusianos da fachada livre e da planta livre. Uma significativa mudança ocorre na espacialização da casa, em decorrência da conjugação da sala de estar com a de jantar, gerando fluidez espacial e “criando ambientes mais amplos, onde de fato a família se demora, abandonando a cozinha e os quartos. [...] Já se recebem mais estranhos, e a casa não é mais o refúgio ou o esconderijo que resguarda as aparências.” (Vasconcellos, 1963, p.76).

Nesse contexto, Vasconcellos reconhecia os significativos avanços nas técnicas construtivas e nos recursos admitidos na construção, como os avanços na manipulação do vidro, as novas louças e instalações sanitárias, metais importados, viabilidade de água quente em recintos como banheiro e cozinha, requintados acabamentos em cores ou com estampas em ramagens e flores, novas possibilidades para os lavabos, como lavatórios móveis e armários em madeira abaixo das pias e bancadas. Reconhece também a inserção de azulejos decorados com frisos e relevos importados de países como Bélgica e a popularização do

ladrilho hidráulico. Todos esses elementos contribuíram para as mudanças que foram verificadas no programa das residências e as novas conformações espaciais. Observados de hoje, esses avanços podem parecer triviais ou elementares, todavia representavam avanços muito significativos no quadro da arquitetura e engenharia da época, especialmente no estado de Minas Gerais.

A partir da década de 1940, especialmente em Belo Horizonte, Vasconcellos (1961) relata que surgiram as primeiras experiências que contavam com características mais claras e evidentes do Movimento Moderno, episódio muito protagonizado na história pela instalação do conjunto da Pampulha liderado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Nesse contexto, fica evidente que não somente a arquitetura se fazia composta por uma ampliação do seu repertório como também a vida comum e a sociabilidade das pessoas. Essas implicações sobre as relações sociais provocaram alterações no então inerte espaço da residência, a qual passa a ser um espaço voltado à experiência coletiva, diferente do invólucro voltado a resguardar a vida privada como feito até meados do século XIX.

Abrem-se as salas de visitas, aperfeiçoa-se as cozinhas e os cômodos sanitários para maior conforto da família, e as paredes se tornam cada vez mais transparentes com o emprego do vidro. A maior modificação encontra-se, entretanto, na conjugação da sala de estar com a de jantar, criando ambientes onde a família demora, abandonando a cozinha e os quartos. O principal é, afora a sala de estar, com poltronas estampadas, tapetes, vitrola e o rádio. Já se recebem mais estranhos e a casa não é mais o refúgio ou o esconderijo que resguarde as aparências. (Vasconcellos, 1961, p. 76)

Salvo as especificidades e variações próprias às diferentes residências projetadas por Vasconcellos, cujas condições se vinculavam à data do projeto, às tecnologias disponíveis, às técnicas construtivas empregadas ou a outros elementos que determinavam suas diferenças, as residências se ordenavam mediante a tradicional compartimentação. Essa organização prévia, que passou a representar também a disposição interna das residências modernistas, constituída pelos setores sociais, íntimos e de serviços, podem ser verificadas em diferenciadas obras de autoria de Vasconcellos, como a casa situada na Rua Alumínio, nº 157, no bairro Serra. Na elaboração desse projeto, Vasconcellos situa o acesso ao interior junto a sala de estar, ao escritório e ao pátio interno. A transição entre o setor social e o setor íntimo se dá através de um corredor lateral, circulação essa que faz comunicar a sala de visitas e a copa. O setor íntimo se compõe por três quartos e uma suíte destinada ao uso exclusivo do casal, esta última favorecida pelos avanços quanto à hidráulica que protegia o quarto de infortúnios próprios da umidade do banheiro.

Figura 60 – Residência situada na Rua Alumínio, nº 157, Bairro Serra



Fonte: Google Street View.

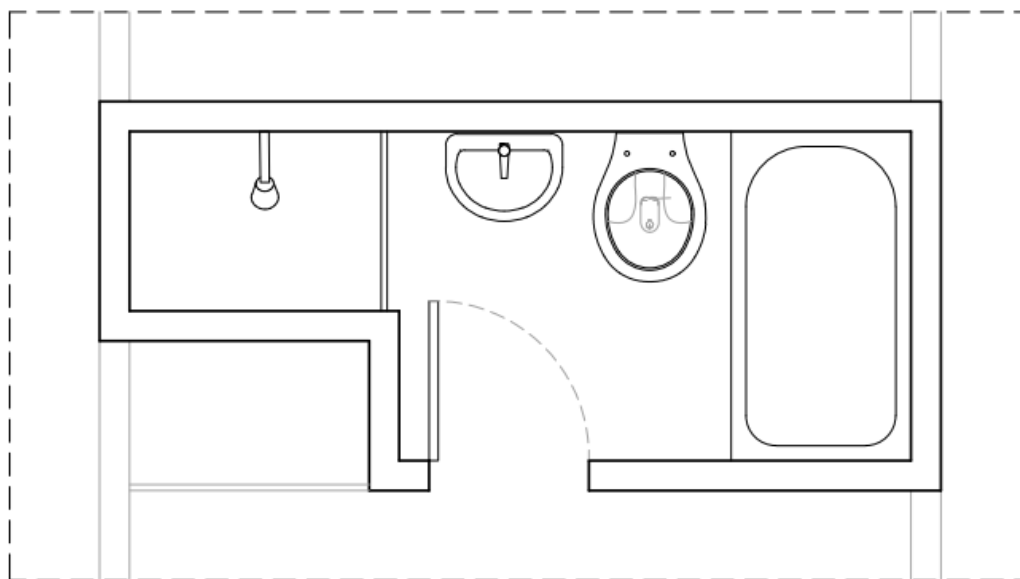
Nas propostas de Vasconcellos, as salas de estar e jantar, frequentemente acompanhadas por varandas em composições alpendradas, se abriam para o exterior com consideráveis panos de vidro. No entanto, o arquiteto resguardava a privacidade dos moradores por meio de recursos como painéis em cobogós, tubos metálicos colocados em série, treliças com funções muito próximas ao muxarabi ou painéis vazados. A garantia dos limites próprios da vida privada refletia também na composição volumétrica e na distribuição entre os recintos, ao posicionar cada cômodo de acordo com seu uso e sua relação.

No interior da casa, as salas se abrem generosamente às áreas externas por meio de grandes painéis de vidro. Não se integram plenamente; antes, reservam os espaços da família

dos olhares indiscretos da rua e, assim, estares e salas de jantar são peças contíguas, mas, notadamente, independentes. A intimidade da família também é assegurada pela rigorosa distribuição dos quartos, das salas íntimas e das salas de costura fora do alcance direto das áreas sociais, que se faz por meio da inserção de novo pavimento ou pela interpolação de planos quando a residência ocupa apenas um nível. (Brasileiro, 2015, p. 86)

Dentre os ambientes que apresentaram significativas modificações na sua espacialidade diante do desenvolvimento tecnológico dos materiais e recursos da construção, se destacam a cozinha e os banheiros. Na composição dos banheiros e lavabos, o arquiteto apresenta os materiais em ferro fundido e porcelanas, como as banheiras, lavabo e chuveiros, acompanhados pelo emprego dos vasos sanitários, bidês e resistentes encanações em material metálico. Vale ressaltar que o uso das banheiras ainda se fazia presente com maior intensidade na composição das residências de alto padrão. As instalações sanitárias das classes menos abastadas apresentaram um avanço mais objetivo: migraram da bacia para o box composto de chuveiro separado das instalações sanitárias (vaso e bidê), enquanto nos banheiros das casas de alto padrão, o box se destinava a estabelecer uma distinção entre a área da ducha e da banheira, como podemos verificar na imagem abaixo.

Figura 61 – Banheiro proposto por Vasconcellos para a residência situada na Rua Sinval de Sá, nº. 586, Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de planta da edificação.

De acordo com Vasconcellos (1947), a cozinha, outro importante recinto observado na modernização da residência, ganha maior importância estética e funcional devido ao emprego dos ladrilhos hidráulicos nos pisos, revestimentos em azulejos nas paredes e o emprego de um vasto conjunto de metais e eletrodomésticos voltados a amparar as atividades desse ambiente. Em publicação no *Jornal Estado de Minas* (sem data), o arquiteto, ao instruir o leitor a avaliar uma residência e qualificar suas características ambientais, relata sobre a situação das cozinhas, que passaram por um processo de sofisticação – com diversos elementos fortemente populares em outros países – mas que ainda reproduziam diversos ensinamentos tradicionais. Por vezes, Vasconcellos situava a cozinha em um espaço intermediário na residência, lindeiro às áreas sociais para, além de integrar melhor o cômodo a esses espaços, aperfeiçoar a organização funcional da residência e permitir que a cozinha integre a sociabilidade da casa.

Em suas palavras, apesar do aparato e orientações de projeto recentemente posto em prática, como o posicionamento das bancadas, portas e janelas, a disposição do

mobiliário, a utilização dos recentes armários embutidos ou dos inéditos equipamentos e instalações, as cozinhas ainda se correspondiam a lógica escravocrata de elaboração espacial. Essa situação se vincula a problemas referentes ao dimensionamento e ao tratamento ambiental destinado a esses recintos por frequentemente serem desfrutados e utilizados pelos serviçais da residência. Como evidencia Vasconcellos (Sem data, p. 339):

Ah! as cozinhas. São, talvez, as peças mais importantes para a funcionalidade doméstica, a ponto de, em países superdesenvolvidos ocuparem o centro das habitações. No entanto, fortes resquícios da escravidão ainda vigorantes no Brasil fazem com que essas peças sejam quase totalmente descuidadas. Destinam-se a criadas – dizem; não têm importância.

Embora nota-se neste momento uma sofisticação da cozinha e das instalações de serviço, situação muito vinculada aos avanços tecnológicos dos materiais de construção, Vasconcellos chama atenção para um inédito recinto na residência: o quarto de costuras. Esse ambiente, a rigor, voltava-se a abrigar as atividades das mulheres que, paulatinamente, se inseriam no mercado de trabalho em funções como costureiras, modelistas e modistas, dada a popularização das revistas de moda femininas, muitas delas com orientações de confecção autônoma das roupas apresentadas. Como Brasileiro (2015, p. 88) relembra,

Outro equipamento que passa a integrar a vida moderna é a máquina de costura. Esse item, merecedor de um espaço próprio nas residências projetadas por Sylvio, explicita uma importante circunstância social: o papel desempenhado pela

mulher de classe média nos anos 1940 é notadamente doméstico, tendo sido incorporada a atividade do “corte e costura”, uma vez que a moda passa a ser um elemento amplamente difundido por meio das revistas femininas.

O quarto de costuras e suas variações se destinavam a guardar as bagunças de uso da dona da casa, os aviamentos e demais objetos que pudessem comprometer a boa organização da residência. Esse recinto pode ser percebido em diversas residências elaboradas mediante orientações do movimento do ecletismo, mas este espaço não caracteriza um cômodo usual nas residências tradicionais do período colonial. No entanto, o quarto de costura representa um elo aos hábitos antigos dada a sua utilização como um apoio à organização da casa, uma vez que um lar mal composto e asseado depunha contra a boa conduta dos proprietários. Sobre essas reflexões Vasconcellos (1961, p. 18) apresenta que:

Como a casa está toda aberta, aparece a necessidade de pelo menos uma peça que atenda às reminiscências de hábitos antigos: é o quarto de costura, que, na realidade, é o quarto de bagunça, uma espécie de play-room americano, onde se faz tudo o que não pode ser feito nas demais peças da construção e onde se guardam todos os “guardados”: costurar, estudar, brincar, roupa velha, embrulhos, etc.

E completam Bicalho & Araújo (2015, p. 43):

Como bem observa Sylvio de Vasconcellos, com a ordenação e setorização do espaço doméstico que ganha zonas públicas, sociais, surge o chamado quarto de costura, destinado a ocultar a bagunça e abrigar os guardados. Essa categoria de espaço marca uma transição e é reveladora do conflito entre os velhos hábitos, vestígios do passado que permanecem, e a nova forma de morar, o novo habitar modernista. O quarto de costura é o espaço íntimo da desordem que deve ser escondido porque transgride as normas da boa conduta, da casa exemplar, impecável em organização e eficiência.

Figura 62 – Planta de residência situada na Av. do Contorno, n.7871
(intervenção gráfica feita pelo autor)



Fonte: APCBH, 2024.

Apesar desses importantes avanços na composição da residência e nas reflexões quanto ao seu programa, características marcantes das casas elaboradas no decorrer do período colonial, especialmente àquele notado em Minas Gerais, ainda se faziam perceptíveis. Dentre esses elementos, Vasconcellos (1947) aponta a expectativa em distanciar as dependências voltadas ao repouso dos serviçais da espacialidade principal da casa e a ausência de qualidade ambiental para esses recintos. Ambiente geralmente situado próximo às cozinhas, a situação dos ambientes de serviços e dos descansos de empregados quase sempre se destinavam ao fundo das casas, podendo estar integradas à edificação principal ou em edículas independentes. Nas palavras do arquiteto (1947, p. 43):

As empregadas que ainda não tinham cômodo definido, dormindo no interior da habitação, ganham seu barracão isolado da casa ou seu portãozinho com banheiro à parte.

Por fim, Vasconcellos (1957), assim como Costa, aponta que a grande contradição presente na arquitetura do Movimento Moderno consiste, em destaque, à sua irresoluta relação com as referências próprias da construção tradicional. De acordo com o arquiteto, a sociedade e a cultura da primeira metade do século XX se integravam à revolução econômica e política frente os diversos eventos da época, dialogavam diretamente com as inovações tecnológicas graças à consolidação da indústria e à facilitação notada nas relações comerciais com outros países e se distanciavam das orientações academicistas diante das novas propostas nas artes. Contudo, a racionalidade da arquitetura, especialmente àquela destinada à reflexão dos espaços residenciais, ainda se encontrava em um paralelo, dividida em um ambiente que, simultaneamente, a impulsionava e a comedia. Nas palavras de Vasconcellos (1957, p. 345)

[...] a necessidade de não se deixar vencer pela onda de renovações, de afirmar-se e de despertar atenções corresponderia, na arquitetura, à obsessão da originalidade; a ânsia por desligar-se do solo, por vencer a gravidade em grandes balanços e imensos vãos teria equivalência na preocupação por subir sempre e cada vez mais, econômica e socialmente de cada indivíduo; o duplo sentido do conceito nacionalista se traduzia arquitetonicamente no vanguardismo das fachadas (uso externo) e no apego às soluções tradicionais de planta (uso interno).

Essa interface entre a arquitetura do Movimento Moderno e as produções verificadas no período colonial brasileiro se apresentou como uma das principais especificidades das propostas na primeira metade do século XX. De acordo com Mendonça e Malard (2005), o modernismo no Brasil se instituiu mediante as indicações da arquitetura internacional, porém conduzido pelas raízes locais. Neste contexto, a mineiridade consolidada desde o Brasil colônia serviu como uma ferramenta de inovação nos esforços de modernização da racionalidade em arquitetura no país e tornando-a referência mundial, cujo processo ganhou notoriedade mediante as análises de Lucio Costa quanto as adaptações dos preceitos corbusierianos à arquitetura colonial em busca da identidade para a vanguarda local, e posteriormente praticada por importantes nomes, como Sylvio de Vasconcellos.

Essas avaliações e diálogos estabelecidos pelos arquitetos quanto à arquitetura tradicional e àquela elaborada no decorrer do Movimento Moderno levantam princípios identificáveis nesses diferentes momentos da história. Podemos lembrar, por exemplo, a associação que Costa (1962) faz das vedações em pau a pique, importante sistema construtivo do período colonial, e o processo referente ao concreto armado: o arquiteto aponta que ambos se referem à sistemas

elaborados mediante estrutura autônoma para a sustentação de um objeto arquitetônico. Por outro lado, Vasconcellos percebia na casa tradicional, manifestação absolutamente simples e pragmática na história da arquitetura residencial, um esquema de análise que o possibilitaria estabelecer uma nova racionalidade às propostas do Movimento Moderno europeu. Além do mais, em concordância com Costa, Vasconcellos reconhece no programa das casas tradicionais referências que influenciariam, diretamente a setorização nas arquiteturas propostas na modernização datada no século XX.

Nesse sentido, embora cada um apresente características específicas em suas observações sobre a arquitetura do período colonial, ambos os arquitetos buscavam nesta produção ensinamentos que promoveriam a elaboração das suas propostas em projeto, com a finalidade não somente de orientação, mas sobretudo de crítica e interpretação da modernidade que se instalava na arte e na construção. Ainda que empreendessem projetos altamente racionalizados e funcionalistas, os arquitetos admitiam diretrizes próprias da arquitetura tradicional para organizarem os programas, as formas, os materiais e as técnicas nos seus respectivos projetos. Nessa situação é possível verificar uma movimentação retórica, pautada na relação entre a tradição e a inovação.

Assim, a racionalidade da arquitetura residencial se encontrava dividida entre dois princípios, ora complementares ora oponentes: modernidade e tradição. Ambas condições diretamente vinculadas ao quadro das propostas sociais e políticas da primeira metade do século XX. Essa situação ambígua envolvia outros campos para além da arquitetura, como o vestuário, os veículos fabricados posteriormente, os utensílios domésticos e de trabalho. Em seu texto *A casa de acordo com o morador* (sem data), o arquiteto nos ensina que a interpretação da cultura local consiste em uma importante ferramenta para a elaboração de qualquer residência. O modo como as pessoas moram e vivem representa um importante produto da formação cultural e não pode ser determinado, unicamente, pelas questões ambientais e materiais. Assim, Vasconcellos reconhece que o estado das coisas e da arquitetura não se refere, fundamentalmente, à construção, e acolhe, em

especial, os hábitos humanos formados historicamente que, naquele contexto, prezavam por maior conforto, liberdade, lazer e facilidade de viver.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do século XIX, a sociedade brasileira testemunhou e registrou significativas transformações, de modo especial na sua segunda metade, com a implementação de importantes medidas legais, como a proibição do tráfico transatlântico de indivíduos e a abolição do sistema escravocrata. Apenas um ano após a assinatura da Lei Áurea, documentou-se a Proclamação da República, evento que redefiniu ainda mais os caminhos do regime de governo no Brasil, que partiu da condição de Império rumo às bases republicanas definidas em lei.

Ao passo que o modo de vida, os costumes e a sociedade se modificam, os espaços acompanham essas transformações. A casa, vista como um fenômeno cultural, tem seu processo de formação diretamente vinculado aos condicionantes socioculturais, à religião, às relações familiares, aos papéis sociais, às condições de gênero e à posição de cada indivíduo. Nesse sentido, as soluções projetuais construtivas não dependem, exclusivamente, da viabilidade técnica, mas se direcionam pelo meio cultural e pelas disposições socioeconômicas, cujos fatores também representam importantes princípios para a concepção de uma residência.

Esses fatores, somados a outros eventos como uma maior participação feminina e a adoção mais intensa de hábitos e recursos vindos de outros países, redefiniriam as relações sociais, econômicas, as produções culturais e os modos de morar, especialmente no âmbito das camadas sociais mais abastadas no século XIX. Nesse cenário, essa mudança de costumes e dos espaços residenciais representava para esse grupo social sua promoção à condição de civilizada, cosmopolita e moderna. Como dito no decorrer deste trabalho, essa busca não se limitou ao contexto das casas, mas se estendeu às diversas e notáveis intervenções urbanas, que se voltaram a consumir às expectativas da nova sociedade brasileira.

Salvo a importância das transformações verificadas nessas diversas searas, esta tese se concentrou em avaliar as mudanças ocorridas na residência. Mais do que em qualquer outra época, as modificações verificadas no espaço da casa a partir

do final do século XIX, bem como a possível criação de um inédito padrão de moradia se vinculavam diretamente aos novos contornos que definiam a organização da sociedade. Assim, as considerações sobre conforto, privacidade, o ambiente político da época e o modo de vida posto em prática pelas diferentes camadas sociais, ao serem associadas, compõem o quadro tanto da nova sociedade quanto, principalmente, da moradia que nos anos seguintes será tida como moderna.

A chave principal deste estudo consistiu em traçar um caminho diferente para o que entendemos como modernidade na arquitetura do Brasil: inserir no seu calendário o fim das relações escravocratas como um importante elemento no processo de constituição dos novos hábitos e das novas produções. Essa nova fase da sociedade e da arquitetura, datada nas últimas décadas do século XIX e ao longo de grande parte do século XIX, é pouco considerada nos estudos sobre arquitetura. Todavia, quando a observação consiste na arquitetura residencial brasileira, frequentemente as portas da Casa Grande ainda se encontravam abertas ao se projetar residências nesse período. Muitas vezes, a expectativa era de fechá-las, mas com recursos que a deixavam ainda mais evidentes.

Os autores consultados nesse estudo se ocupavam, para além das avaliações acerca da arquitetura construída, em uma verificação de singular importância para o conhecimento da trajetória da história – da arquitetura, em especial – brasileira: os vínculos entre o passado e o presente, sob o reconhecimento dos diferenciados agentes que colaboraram para a instituição das bases da cultura nacional. Essa conjuntura compôs o principal desafio desta pesquisa, pautado pela expectativa em estabelecer um diálogo entre as narrativas próprias da tradição e da modernidade, ainda que tais retóricas estabelecessem, por vezes, relações de antítese e contradição entre si. Como resultado, a evidência dessa colaboração mútua valoriza discussões anteriormente desqualificadas por importantes estudos historiográficos.

Esta tese observou diferentes momentos da arquitetura residencial no Brasil, como as arquiteturas do período colonial, da primeira fase republicana e do Movimento

Moderno. Embora tenham sido, aparentemente, avaliadas de maneira independente, a expectativa consistiu em encontrar pontos em comum ou de oposição nessas diferentes modalidades de construção, porém sempre à luz das propostas – superadas ou não – originárias da Casa Grande. Nessas análises, duas importantes categorias foram avaliadas constantemente. A primeira delas é o programa de necessidades que, em praticamente todos os cenários estudados, revelava o gosto, a riqueza e, sobretudo, a imagem pública que os moradores pretendiam afirmar por meio da casa. Nessas residências estudadas, cada cômodo exercia uma função muito específica e a ordem e hierarquia devia ser implementadas de modo a distinguir, definir e afirmar a posição social, de gênero e econômica dos diferentes indivíduos presentes na edificação. A segunda categoria consiste na hierarquização dos cômodos e na macrodivisão dessa residência em setores. Essa distinção entre os aposentos que formavam a zona de representação da casa definia a atenção e o tratamento técnico, estético e de uso desses ambientes. Geralmente tratados em setores sociais, íntimos e de serviço, esses recintos além de apresentarem a riqueza e a cultura do proprietário, passaram por variações no tocante ao dimensionamento e número de cômodos frente às transformações verificadas nos costumes, na sociabilidade e na privacidade.

No período estudado, para além das variações quanto à sua espacialidade, a casa sediou importantes mudanças quanto às suas atividades. Enquanto no período colonial a residência integrava diretamente a produção e os negócios da família, a partir do século XIX passou a representar um recurso de consumo, e essa ocorrência incidirá diretamente na conformação e distribuição dos espaços na edificação. Por razões socioeconômicas e ambientais, as habitações do período colonial brasileiro dispunham de um agenciamento e composição simples entre os diferentes recintos, como forma de atender os diferenciados programas e as várias atividades realizadas na residência. Nessa transição, as áreas de serviço se reduziram ao passo que os recintos de uso social ganharam maior destaque e uma diversidade maior de cômodos. Com a valorização da intimidade datada em meados da segunda metade do século XIX, o setor íntimo também passou por um

processo de valorização e dispôs de maior atenção por parte dos profissionais da arquitetura e engenharia.

Por sua vez, a arquitetura dos anos iniciais da modernização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, ainda configura, em diversos aspectos, uma lacuna na nossa história cultural, e a presente análise procurou expressar a medida que a historiografia sobre tal temática ainda carece de importantes informações que iluminem sua trajetória e seus significados. Em grande parte dos referenciais teóricos, frequentemente a arquitetura do Movimento Moderno brasileiro é representada de forma tematizada e, quanto à produção residencial, emergem abordagens panorâmicas, observada à luz do plano internacional e com juízos e reflexões totalizadores.

No caso das tradicionais pesquisas acerca da ocorrência do Movimento Moderno no Brasil, com frequência concluiu-se estudos imprecisos, voltados em indicações pouco sistemáticos, empenhados em desqualificar de maneira genérica as ocorrências tradicionais ou defender o diálogo direto com os esforços modernizadores das grandes potências mundiais na época. Assim, grande parte dos autores da primeira metade do século XX que se empenharam em analisar o Movimento Moderno conduziram, equivocadamente, suas investigações sobre a arquitetura produzida entre 1890 e 1950 como um desdobramento direto e autêntico – para não dizer reprodução – da cultura arquitetônica ocidental. Esse modo de perceber e documentar a arquitetura da época incidiu em um conjunto de análises que sintetizava seu contexto, enquanto que se distanciava de importantes ocorrências e características da cultura brasileira que condicionaram a experiência de diversos arquitetos brasileiros pioneiros na formulação de códigos e disposições sobre o Movimento Moderno.

Dentre os diversos arquitetos consultados neste estudo, destacaram-se Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos, considerados por diversos críticos como importantes teóricos sobre a ocorrência brasileira do Movimento Moderno. Os textos desses arquitetos se dispunham a estabelecer um esquema da vertente local do modernismo, e a construção dos seus argumentos se amparam nos eventos

históricos datados no Brasil séculos antes. Nesse sentido, em relação às propostas teóricas já existentes, ao aplicar seu modelo de análise e compreensão histórica do Movimento Moderno, Costa, por exemplo, proporcionou um alargamento das bases de conhecimento sobre tal cenário, além de evidenciar por meio das propostas arquitetônicas informações centrais sobre a formação da cultura e sociedade da época e seus respectivos problemas. Ao demonstrar uma série de dados e episódios, até então frequentemente negligenciados e omitidos nos estudos referentes à modernização do pensamento arquitetônico, Costa, Vasconcellos e outros pensadores que lhe sucederam se ocuparam em encontrar padrões socioculturais adequados para reinterpretar as narrativas modernas manifestas até então.

Nesse sentido, talvez o principal ensinamento desses pensadores consiste em estabelecer um trabalho de observação do Movimento Moderno oposto à metodologia de historiografia arquitetura posto em prática até então: ao invés de endossar uma síntese muito pouco conforme com a realidade do país, fazia-se – e ainda o faz – urgente melhor documentar e notabilizar os principais fatos da história cultural e social do país para entender os vários planos e dimensões da modernização. Embora tais iniciativas tenham suas origens datadas em algumas décadas, elas nos concedem uma importante orientação: ao avaliar os aspectos teóricos e históricos da arquitetura no Brasil, devemos ter como horizonte crítico os problemas verificados na nossa própria cultura.

O propósito deste estudo não consistiu em reescrever, de algum modo, a arquitetura do Movimento Moderno, cujo propósito prescinde da compreensão de outros problemas distintos daqueles aqui discriminados. Todavia, a dedicação dessa tese vislumbrou em reafirmar uma visão particularizada da arquitetura, diante da identificação no passado – recente e distante – da sociedade brasileira alguns aspectos relevantes, muitos deles ainda não solucionados, mas que evidenciam a necessidade de reformular as nossas então bases de observação e verificação.

No decorrer do presente estudo se fez evidente, principalmente, a desproporção na disponibilidade de produções historiográficas que apresentem a formação do Movimento Moderno do Brasil frente àqueles que condicionam as avaliações sobre o modernismo brasileiro às avaliações internacionais – da qual pertencemos ainda muito remotamente –, dado que esta última se faz muito mais abundante e considerável, porém explica de maneira muito restritiva a arquitetura do final do século XIX e início do XX. No entanto, a sensibilidade dos autores consultados em tais observações em suas reflexões publicadas a partir da década de 1950 abriu portas para que nos anos seguintes fossem desenvolvidas análises de mesma natureza, as quais dispunham, evidentemente, de diferenças substantivas entre o objeto de estudo. Esta condição da bibliografia sobre o Movimento Moderno nas artes e arquitetura do Brasil exigiu nesta tese, não somente a sistematização dos dados e referências disponíveis, como também valer-se de informações disponíveis em outros campos, como estudos de historiadores e sociólogos, como forma de melhor representar o período observado e melhor constituir o contexto intelectual que formulou a modernização da arquitetura.

Outro – dentre tantos - importante aprendizado alcançado por esse estudo consiste na conclusão que a arquitetura do Movimento Moderno no Brasil e a arquitetura colonial exercem uma relação de complementaridade e contradição. Embora apresentem particularidades muito bem definidas quanto às disposições funcionais e aos problemas técnico-construtivos, fica evidente que a arquitetura colonial estabeleceu importantes parâmetros para a elaboração da espacialidade que seria praticada no século XX, como o estabelecimento de uma planta universal, atributo esse muito almejado pelos arquitetos e engenheiros envolvidos na modernização.

Por outro lado, apesar de se verificar no Brasil um “acerto de contas” frente ao seu legado de escravidão, a evolução do processo de modificação dos espaços residências pós abolição ainda se encontra inconclusa e irresoluta. Ainda repetimos diversas propostas e práticas situadas na tradicional racionalidade da arquitetura – as quais são vistas como já superadas, especialmente frente às mudanças de conduta da sociedade –, ao passo que se preconiza a retomada de soluções em

projetos que já caíram em desuso. Um grande exemplo consiste no já tão discutido quarto de empregadas, cômodo muito habitual nas casas e apartamentos projetados no decorrer do Movimento Moderno no Brasil, que, enquanto reinventava a residência frente à realidade estabelecida após a abolição da escravidão, cimentava desigualdades históricas em uma paisagem modernista. Na atualidade, as divisões se estabelecem de forma diferente, por meio de banheiros de serviços reservados aos trabalhadores, entradas e elevadores específicos para empregados e direcionamento para entregadores distante dos acessos sociais. Mas essa reflexão, novamente, não compete exclusivamente ao campo da arquitetura e da engenharia, uma vez que mudar esses espaços é mudar, sobretudo, as condutas e relações sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano. **Ensaio e estudos: crítica e história**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1975.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

ALBUQUERQUE, Alexandre. **Congresso de habitação**. São Paulo: Revista Politécnica ano XXVIII, 1931.

ALVIM, Zuleika. **Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDRADE, Manuel Corrêa. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Ipespe, 1995.

ANDRADE, Mário de. **Aspectos das Artes Plásticas no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

ANDRADE SOBRINHO, J. M. **A casa de sete peças**. São Paulo: Revista de Organização Científica, 1942.

ARIÈS, Philippe. **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARINOS, Afonso. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Belo Horizonte: Imprensa, 1944.

AZEVEDO, Aloísio de. **Casa de Pensão**. São Paulo: Ática, 1989.

BALANDIER, Georges. **O social em tempos de incerteza**. São Paulo: Editora Sesc, 2019.

BARATA, Mario. **Século XIX – Transição e início do século XX**. In: ZANINI, Walter (org.). História geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

BARDOU, Patrick. **Arquitecturas de Adobe**. Barcelona: Editora Gilli, 1979.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BISPO, Raphael. **Selecionar, disputar e conservar**: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo IPHAN. Revista CPC, São Paulo, n.11, p. 33-59, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15671>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo** : o problema e o falso problema. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1979.

BRANDÃO, Ramon. **Arquitetura neocolonial**: arquitetura da felicidade. Juiz de Fora: Funalfa, 2013.

BRESSAN, Maria Lucia. **Notas para a periodização da arquitetura eclética carioca**. São Paulo: Sinopses, 1992.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CACHEUX, Émile. **État des habitations ouvrières à la fin du XIXème siècle**. Paris: Baudry & Cie. Libraires, 1894.

CAMPOS, Pedro Moacyr. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Difel, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais:** produção rural e mercado interno em Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto:** o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

_____. **Os bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHACON, Valter. **História das ideias sociológicas no Brasil.** São Paulo: Editora USP, 1977.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Algés: DIFEL Difusão Editorial, 2002.

CJZAIKOWSKI, Jorge. **A Arquitetura racionalista e a tradição brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2000.

COELHO, Ricardo. **Por uma memória histórica.** São Paulo: Ática, 2013.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional:** A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

CORREIA, Telma Barros de. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950.** São Paulo: FAPESP, 2004.

COSTA, João Cruz. **História das ideias no Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1995.

COSTA, Lúcio. **Anotações ao correr da lembrança.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.

_____. **Sôbre arquitetura.** Porto Alegre: Centro dos estudantes universitários de arquitetura, 1962.

_____. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Editora 34, 2018.

COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfo. **Luzes e forjas: o lugar da modernização na formação socioespacial de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Quixote+Do Editoras Associadas, 2019.

CURTIS, William J. R. **Arquitetura moderna desde 1900**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DIAS, Diego N. **Paradoxos da “identidade nacional” nos discursos arquitetônicos de Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos**. São Paulo: Anais do Museu Paulista, vol. 28, p. 1-26, 2020.

DORIA, Henrique. **Sugestões para a solução do problema das casas operárias**. In: Congresso de Habitação I. São Paulo: Instituto de Engenharia, 1931.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura Eclética no Brasil: o cenário da modernização**. São Paulo: USP, 1990.

FARIA, Sheila Castro. **De olho nas casas da colônia**. In: Nossa História, Ano 2/nº 16. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l’histoire**. Paris: A. Colin, 1992.

FILHO, George Avelino. **As raízes de Raízes do Brasil**. São Paulo: Cebrap, 1987.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

FITCH, James Marston. **Historic Preservation: Curatorial Management of the Built World**. Nova York: Universidade de Columbia, 1982.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Paris: Gallimard, 1988.

_____. **Microfísica do poder** – 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Victor da Silva. **Código sanitário e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços)**. São Paulo: Boletim do Instituto de Engenharia, Vol. 1, Nº 3, 1918.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GOMES, Angela de Castro. **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos. FAU/USP: Tese de Doutorado; 1990.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GRAEFF, Edgar. **Uma sistemática para o estudo da teoria da arquitetura**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

HERKENHOFF, Paulo. **O Brasil e os holandeses**. Rio de Janeiro: Editora Sextante Artes, 1966.

HERSKOVITS, Melville. **The myth of the negro past**. Boston: Beacon Press, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora José Olympio, 1971.

JÚNIOR, Caio Prado. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KESSEL, Carlos. **Estilo, discurso e poder**: a arquitetura neocolonial no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1999.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **O café e o trabalho livre em Minas Gerais 1870 – 1920**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1986.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

LE MOS, Celina Borges (org.). **Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade**. Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004.

LEUZINGER, Typ. de G. & Filhos. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Disponível em Biblioteca Virtual do IBGE. In: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **Ferrovia, sociedade e cultura: 1850 – 1930**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LUCENA, Emanuel Vitor Patricio de. **Arquitetura Neocolonial: uma análise arqueológica do discurso nos cenários paulistano e carioca**. Paraíba: UFPB, 2022.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais da década da abolição**. São Paulo: Editora Edusp, 1994.

MARINS. Paulo César Garcez Marins. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Luiz Dodsworth. **Casa e salário**. Revista de Organização Científica, IDORT, Ano XI, p. 4-10, 1942.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa no Brasil industrial**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MATTOS, Hebe Maria. **A face negra da abolição**. Nossa História, Rio de Janeiro, 2005.

MBEMBE, Joseph-Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O fim das casas-grandes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, Willian. **Arquitetura no Brasil – De Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MENEZES, Ivo Porto de. **Arquitetura rural em Minas Gerais**. Século XVIII e inícios do XIX. In: Revista Barroco n.12. MG: UFMG; 1982/3.

MICELI, Paulo. **Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928 – 1948**. São Paulo: FIESP, 1992.

MILLER, Joseph. **A note on Kasanze and the Portuguese**. Toronto: Canadian Journal of African Studies, VI, 1972.

MIGNOT, Claude. **L 'architecture au XIX siecle**. Fribourg: Office du Livre, 1983.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social** - uma avaliação sobre o descompasso entre discursos e ações de preservação. In: CORREIA, M. R.. (Org.). Oficina de Estudos da Preservação - Coletânea I. 1ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008, v. 1, p. 51-66.

MOTTA, Roberto. **A intuição da história**. Brasília: UnB, 1981.

MURARD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick. **Le petit travailleur infatigable**. Paris: Recherches, 1976.

NOVAIS, Fernando. **Condições da privacidade na colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

OLIVER, Paul. **Cabijo e sociedad**. Madri : Editora Blume, 1978.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo : Companhia das Letras, 1985.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PINHEIRO, Maria Lucia B. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo – EESC-USP, São Paulo, n.3, p. 04-14, 2006. Disponível em: http://iau.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2022.

PRIORE, Mary Del. **História da gente brasileira**. São Paulo: Editora LeYa, 2018.

PAVIANI, Aldo. **Planejamento e urbanismo na realidade brasileira**. Porto Alegre: Editora Livre Expressão, 2015.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

RAPOPORT, Amós. **Pour une athropologie de la maison**. Paris: Dunod, 1972.

REDINHA, José. **A habitação tradicional em Angola: aspectos de sua evolução**. Luanda: Museu de Angola, 1964.

REGIANI, L. R. **Diamantina e o percurso da arquitetura moderna**. São Paulo: Editora USP, 2019.

REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Myriam. **Técnicas construtivas tradicionais das alvenarias no Brasil.** In: BRAGA, Márcia (Org.). “Conservação e restauração. Arquitetura brasileira”. Rio de Janeiro: Editora Rio; 2003. SMITH, Robert. Arquitetura civil colônia. In: Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17. RJ: IPHAN, 1962.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **Rede de cidades no século XIX.** São Paulo: Ática, 2004.

RUDOLFER, Bruno. **O problema da habitação social.** São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1942.

RODRIGUES, João Carlos. **Pequena história da África Negra.** São Paulo: Editora Globo, 1990.

SAIA, Luís. **Evolução da Morada Paulista.** São Paulo: Editora Acrópole, 1977.

SALIBA, Elias Thomé. **A dimensão cômica da vida privada na República.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Paulo. **A Arquitetura da Sociedade Industrial.** São Paulo: Revista Habitat, 1961.

_____. **Quatro Séculos de Arquitetura.** Rio de Janeiro: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1982.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHETTINO, Patrícia Thomé Junqueira. A mulher e a casa: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX. **Tese**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil – 1900 – 1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SEVERO, Ricardo. **A arte tradicional do Brasil – a casa e o templo**. In: Sociedade de Cultura Artística – Conferências 1914 – 1915. São Paulo: Typographia Levi, 1922.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança – A África antes dos portugueses**. São Paulo: Editora Nova Fronteira/Edusp, 1992.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUTO, Luiz Rafael Vieira. **O melhoramento da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lino Teixeira & C., 1875.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. **O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

TEIXEIRA, Luciano S. **Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos**. p 1-9. In: Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH, 2009.

THIONG'O, Ngũgĩ Wa. **Descolonizar o espírito**. Paris: La fabrique, 2011.

THORNTON, John. **Uma história cultural do mundo atlântico, 1250-1820**. Cambridge: Cambridge University, 2012.

VANDERBORGHT, Sophie. **Racionalização da cozinha da Suécia**. In: Revista de Organização Científica; ano V, p. 78-81. São Paulo: 1936.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **A família mineira e a arquitetura contemporânea**. Belo Horizonte: Arquitetura, 1961.

_____. **Arquitetura colonial mineira**. In: Revista Barroco, n.10; MG: UFMG; 1978/9.

_____. **Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1979.

_____. **Como saber se sua casa é boa ou ruim**. Belo Horizonte: Jornal Estado de Minas, sem data.

_____. **Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais I**. Belo Horizonte: Arquitetura e engenharia Vol. 1, 1946.

_____. **Arquitetura - Dois estudos**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1983.

VAUTHIER, Louis Léger. **Casas de residência no Brasil**. In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAU-USP, 1975; pp. 27 – 94.

VIEITAS, Raul. **A planificação da casa econômica**. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1943.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade**: dimensões de uma privacidade possível. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

XAVIER, Alberto. **Depoimento de uma geração** – arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.